

BRASILIANA

QUINTA SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

Volumes publicados:

ANTROPOLOGIA E DEMOGRAFIA

- 4 — Oliveira Viana: **Raça e Assimilação** — 3.^a edição (aumentada).
8 — Oliveira Viana: **Populações Meridionais do Brasil** — 4.^a edição.
9 — Nina Rodrigues: **Os Africanos no Brasil** — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado — 2.^a edição.
22 — E. Roquette-Pinto: **Ensaio de Antropologia Brasileira**.
27 — Alfredo Ellis Júnior: **Populações Paulistas**.
69 — Alfredo Ellis Júnior: **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano**.

ARQUEOLOGIA E PREHISTÓRIA

- 34 — Angione Costa: **Introdução à Arqueologia Brasileira** — Ed. ilustrada.
137 — Aníbal Matos: **Prehistória Brasileira** — Vários Estudos — Ed. il.
148 — Aníbal Matos: **Peter Wilhelm Lund no Brasil** — Problemas de Paleontologia Brasileira. Ed. ilustrada.

BIOGRAFIA

- 2 — Pandiá Calogeras: **O Marquês de Barbacena** — 2.^a edição.
11 — Luis da Câmara Cascudo: **O Conde d'Eu** — Vol. ilustrado.
107 — Luis da Câmara Cascudo: **O Marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870)** — Edição ilustrada.
18 — Visconde de Taunay: **Pedro II, 2.^a edição**.
20 — Alberto de Faria: **Mauá** (com tres ilustrações fora do texto).
54 — Antônio Gontijo de Carvalho — **Calógeras**.
65 — João Dornas Filho: **Silva Jardim**.
73 — Lúcia Miguel-Pereira: **Machado de Assiz** — (Estudo Crítico-Biográfico) — Edição ilustrada.
79 — Craveiro Costa: **O Visconde de Sinimbu** — Sua vida e sua atuação na política nacional — 1840-1889.
81 — Lemos Brião: **A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império** — Frei Caneca — Edição ilustrada.
85 — Wanderley Pinho: **Cotegipe e seu Tempo** — Ed. Ilustrada.

- 88 — Hélio Lobo: **Um Varão da República: Fernando Lobo**.
114 — Carlos Süssekind de Mendonça: **Silvio Romero** — Sua Formação Intelectual — 1851-1880 — Com uma introdução bibliográfica — Ed. ilustr.
119 — Sud Mennucci: **O Precursor do Abolicionismo** — Luiz Gama — Ed. ilustrada.
120 — Pedro Calmon: **O Rei Filósofo** — Vida de D. Pedro II — 2.^a Edição ilustrada.
133 — Heitor Lyra: **História de Dom Pedro II** — 1825-1891. 1.^o Vol.: "Ascensão" — 1825-1870 — Ed. il.
133-A — Heitor Lyra: **História de Dom Pedro II** — 1825-1891. 2.^o Volume "Fastígio" (1870-1880) Ed. ilustrada.
133-B — Heitor Lyra: **História de Dom Pedro II** — 1825-1891 — 3.^o Volume: "Declínio" — 1880-1891 — Ed. Ilustrada.
135 — Alberto Pizarro Jacobina: **Dias Carneiro (O Conservador)** — Ed. il.
136 — Carlos Pontes: **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875**.
140 — Hermes Lima: **Tobias Barreto** — A Época e o Homem — Ed. ilustr.
143 — Bruno de Almeida Magalhães: **O Visconde de Abaeté** — Ed. ilustr.
144 — V. Corrêa Filho: **Alexandre Rodrigues Ferreira** — Vida e Obra de Grande Naturalista Brasileiro — Ed. ilustrada.
153 — Mário Matos: **Machado de Assiz. (O Homem e a Obra. Os personagens explicam o autor)**. Ed. Ilust.
157 — Otávio Tarquínio de Souza: **Evaristo da Veiga** — Edição ilustrada. "Homens da Regência". Ed. ilustrada.
166 — José Bonifácio de Andrada e Silva: **O Patriarca da Independência** — Dezembro 1821 a Novembro 1823.
177 — Jonathas Serrano: **Farias Brito** — O Homem e a Obra.
BOTÂNICA E ZOOLOGIA
71 — F. C. Hoehne — **Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI** — (Pesquisas e contribuições).
77 — C. de Melo-Leitão: **Zoologia do Brasil** — Edição ilustrada.
99 — C. de Melo-Leitão: **A Biologia no Brasil**.

— I —

CARTAS

- 12 — Wanderley Pinho: **Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cote-gipe** — Ed. ilustrada.
- 38 — Rui Barbosa: **Mocidade e Exílio** (Cartas inéditas. Prefaçadas e anotadas por Américo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
- 61 — Conde d'Eu: **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul** (Prefácio e 19 cartas do Príncipe d'Orleans, comentadas por Max Fleuss) — Edição ilustrada.
- 109 — Georges Raeders: **D. Pedro II e o Conde de Gobineau** (Correspondência inédita).
- 142 — Francisco Venâncio Filho: **Euclides da Cunha e seus Amigos** — Edição ilustrada.

DIREITO

- 110 — Nina Rodrigues: **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** — Com um estudo do Prof. Afrânio Peixoto.
- 165 — Nina Rodrigues — **O Alienado no Direito Civil Brasileiro** — 3.^a Edição.

ECONOMIA

- 90 — Alfredo Ellis Júnior: **Evolução da Economia Paulista e suas Causas** — Edição ilustrada.
- 100 e 100-A — Roberto Simonsen: **História Econômica do Brasil** — Ed. ilustrada em 2 tomos.
- 152 — J. F. Normano: **Evolução Econômica do Brasil** — Tradução de T. Quartim Barbosa, R. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira.
- 155 — Lemos Brito: **Pontos de partida para a História Econômica do Brasil**.
- 160 — Luiz Amaral: **História Geral da Agricultura Brasileira** — No triplice aspecto Político-Social-Econômico — 1.^o volume.
- 160-A — Luiz Amaral: **Historia Geral da Agricultura Brasileira** — No triplice aspecto Político-Social-Economico — 2.^o Volume.
- 162 — Bernardino José de Souza: **O Pau-Brasil na História Nacional** — Com um capítulo de Artur Neiva e parecer de Oliveira Viana. Edição ilustrada.

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

- 66 — Primitivo Moacir: **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 1.^o volume — 1823-1853.
- 87 — Primitivo Moacir: **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 2.^o

volume — Reformas do ensino — 1854-1888.

- 121 — Primitivo Moacir: **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 3.^o volume — 1854-1889.
- 147 — Primitivo Moacir: **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889 — 1.^o vol. Das Amazonas às Alagoas.
- 147-A — Primitivo Moacir: **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889 — 2.^o Volume: Sergipe, Baía, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato-Grosso.
- 147-B — Primitivo Moacyr: **A Instrução e as províncias** — (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 3.^o Tomo: Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- 98 — Fernando de Azevedo: **A Educação Pública em São Paulo** — Problemas e discussões (Inquérito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).

ENSAIOS

- 1 — Batista Pereira: **Figuras do Império e outros ensaios** — 2.^a edição
- 6 — Batista Pereira: **Vultos e episódios do Brasil** — 2.^a edição.
- 26 — Alberto Rangel: **Ramos e Perspectivas**.
- 41 — José-Maria Belo: **A inteligência do Brasil** — 3.^a edição.
- 43 — A. Saboia Lima: **Alberto Tôrres e sua obra**.
- 56 — Charles Expilly: **Mulheres e Costumes do Brasil** — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penalva.
- 70 — Afonso Arinos de Melo Franco: **Conceito de Civilização Brasileira**.
- 82 — C. de Melo-Leitão: **O Brasil Visto Pelos Ingleses**.
- 105 — A. C. Tavares Bastos: **A Província** — 2.^a edição.
- 151 — A. C. Tavares Bastos: **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro** — (Estudos Brasileiros) — Prefácio e notas de Cassiano Tavares Bastos.
- 116 — Agenor Augusto de Miranda: **Estudos Piauienses** — Edição ilustrada.
- 150 — Roy Nash: **A Conquista do Brasil** — Tradução de Moacir N. Vasconcelos — Edição ilustrada.

ETNOLOGIA

- 30 — E. Roquette Pinto: **Rondônia** — 3.^a Edição (aumentada e ilustrada).
- 44 — Estevão Pinto: **Os Indígenas do Nordeste** (com 15 gravuras e mapas) — 1.^o Tomo.

- 112 — E. Teófilo Pinto: Os Indígenas do Nordeste — 2.º Tomo (Organização e estrutura social dos indígenas do nordeste brasileiro).
- 62 — General Couto de Magalhães: O selvagem — 4.ª edição completa, com parte original Tupi-guaraní.
- 60 — Emílio Rivasseau: A vida dos índios Guaicurus — Edição ilustrada.
- 75 — Afonso A. de Freitas: Vocabulário Nheengatú (vernaculizado pelo português falado em São Paulo) — Língua Tupi-Guarani (com 3 ilustrações fora do texto).
- 92 — Almirante Antônio Alves Câmara: Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil — 2.ª edição ilustrada.
- 101 — Herbert Baldus: Ensaios de Etnologia Brasileira — Prefácio de Afonso de E. Taunay — Edição ilustrada.
- 139 — Angione Costa: Migrações e Cultura Indígena — Ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil — Ed. il.
- 164 — Carlos Fr. Phill Von Martius: Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros (1844) Trad. Prefácio e notas de Pirajá da Silva. Ed. ilustrada.
- 163 — Major Lima Figueiredo: Índios do Brasil — Prefácio do General Rondon — Edição ilustrada.

FILOLOGIA

- 25 — Mário Marroquim: A língua do Nordeste.
- 46 — Renato Mendonça: A influência africana no português do Brasil — Ed. ilustrada.
- 164 — Bernardino José de Souza: Dicionário da Terra e da Gente do Brasil — 4.ª edição da "Onomástica Geral da Geografia Brasileira".
- 178 — Artur Neiva — Estudos da Língua Nacional.
- 179 — Edgard Sanches: Língua Brasileira — 1.º Tomo.

FOLCLORE

- 57 — Flausino Rodrigues Vale: Elementos do Folclore Musical Brasileiro.
- 103 — Sousa Carneiro: Mitos Africanos no Brasil — Edição ilustrada.

GEOGRAFIA

- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central — Ed. ilustrada. 2.ª edição.
- 33 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.

- 35 — A. J. Sampaio: Fitogeografia do Brasil — Ed. ilustrada — 2.ª edição.
- 53 — A. J. de Sampaio: Biogeografia dinâmica.
- 45 — Basílio de Magalhães: Expansão Geográfica do Brasil Colonial.
- 63 — Raimundo Morais: Na Planície Amazônica — 5.ª edição.
- 80 — Osvaldo R. Cabral: Santa Catarina — Edição ilustrada.
- 86 — Aurélio Pinheiro: À Margem do Amazonas — Ed. ilustrada.
- 91 — Orlando M. de Carvalho: O Rio da Unidade Nacional: O São Francisco — Edição ilustrada.
- 97 — Lima Figueiredo: Oeste Paranaense — Edição ilustrada.
- 104 — Araújo Lima: Amazônia — A Terra e o Homem — (Introdução à Antropogeografia).
- 106 — A. C. Tavares Bastos: O Vale do Amazonas — 2.ª edição.
- 138 — Gustavo Dodt: Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupí — Prefácio e notas de Gustavo Barroso — Ed. il.

GEOLOGIA

- 102 — S. Fróes Abreu: A riqueza mineral do Brasil.
- 134 — Pandiá Calógeras: Geologia Econômica do Brasil — (As minas do Brasil e sua Legislação) — Tomo 3.º, Distribuição geográfica dos depósitos auríferos. Edição refundida e atualizada por Djalma Guimarães.

HISTÓRIA

- 10 — Oliveira Viana: Evolução do Povo Brasileiro — 3.ª edição (ilustrada).
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: A margem da História do Brasil, 2.ª Ed.
- 14 — Pedro Calmon: História da Civilização Brasileira — 4.ª edição.
- 40 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 1.º Tomo — Espírito da Sociedade Colonial — 2.ª edição. Ilustrada (com 13 gravuras).
- 83 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 2.º Tomo — Espírito da Sociedade Imperial. Ed. ilustrada. 2.ª edição.
- 173 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 3.º Tomo — A Época Republicana.
- 176 — Pedro Calmon: História do Brasil — 1.º Tomo: "As Origens" — 1500-1600.
- 15 — Pandiá Calógeras: Da Regência à queda de Rozas — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").

- 42 — Pandiá Calógeras: Formação Histórica do Brasil — 3.^a edição (com 3 mapas fora do texto).
- 23 — Evaristo de Moraes: A escravidão africana no Brasil.
- 36 — Alfredo Ellis Júnior: O Bandeirismo Paulista e o Recôdo do Meridiano — 2.^a edição.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: Primeiros Povoadores do Brasil — (Ed. ilustrada), 2.^a edição.
- 47 — Manoel Bomfim: O Brasil — Com uma nota explicativa de Carlos Mauá.
- 48 — Urbino Viana: Bandeiras e sertanistas Baianos.
- 49 — Gustavo Barroso: História Militar do Brasil — Ed. ilustrada (com 50 gravuras e mapas).
- 76 — Gustavo Barroso: História secreta do Brasil — 1.^a parte: "Do descobrimento à abdicação de Pedro I" — Edição ilustrada, 3.^a edição.
- 64 — Gilberto Freire: Sobrados e Mocambos — Decadência patriarcal e rural no Brasil — Edição ilustrada.
- 69 — Prado Maia: Através da História Naval Brasileira.
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil.
- 93 — Serafim Leite: Páginas da História do Brasil.
- 94 — Salomão de Vasconcelos: O Fico — Minas e os Mineiros da Independência — Edição ilustrada.
- 108 — Padre Antônio Vieira: Por Brasil e Portugal — Sermões comentados por Pedro Calmon.
- 111 — Washington Luiz: Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.^a edição.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: Tratado Descritivo do Brasil em 1587 — Comentários de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.^a edição.
- 123 — Hermann Wätjen: O Domínio Colonial Holandês no Brasil — Um Capítulo da História Colonial do Século XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.
- 124 — Luiz Norton: A Corte de Portugal no Brasil — Notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina — Edição ilustrada.
- 125 — João Dornas Filho: O Padroado e a Igreja Brasileira.
- 127 — Ernesto Ennes: As Guerras nos Palmares (Subsídios para sua história) 1.^o Vol.; Domingos Jorge Velhe e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay.
- 128 — 128-A — Almirante Custódio José de Melo: O Governo Provisório e a Revolução de 1893 — 1.^o Volume em 2 tomos.
- 132 — Sebastião Pagano: O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817 — Edição ilustrada.
- 146 — Aurélio Pires: Homens e fatos de meu tempo.
- 149 — Alfredo Valadão: Da aclamação à maioridade, 1822-1840 — 2.^a edição.
- 158 — Walter Spalding: A Revolução Farroupilha (História popular do grande decênio — 1835-1845 — Edição ilustrada).
- 159 — Carlos Seidler: História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825-1835 — Trad. de Alfredo de Carvalho. Prefácio de Silvio Cravo.
- 168 — Padre Fernão Cardim: Tratados da Terra e da Gente do Brasil — Introduções e Notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 2.^a edição.
- 170 — Nelson Werneck Sodré: Panorama do Segundo Império.
- 171 — Basílio de Magalhães: Estudos de História do Brasil.
- 174 — Basílio de Magalhães: O Café — Na História, no Folclore e nas Belas-Artes.
- 180 — José Honorio Rodrigues e Joaquim Ribeiro: Civilização Holandesa no Brasil — Edição ilustrada.

MEDICINA E HIGIENE

- 29 — Josué de Castro: O problema da alimentação no Brasil — Prefácio de prof. Pedro Escudero. 2.^a edição.
- 51 — Otávio de Freitas: Doenças africanas no Brasil.
- 129 — Afrânio Peixoto: Clima e Saúde — Introdução bio-geográfica à civilização brasileira.

POLÍTICA

- 3 — Alcides Gentil: As idéias de Alberto Torres — (síntese com índice remissivo) — 2.^a edição.
- 7 — Batista Pereira: Diretrizes de Rui Barbosa — (Segundo textos escolhidos) — 2.^a edição.
- 21 — Batista Pereira: Pelo Brasil Maior.
- 16 — Alberto Torres: O Problema Nacional Brasileiro, 2.^a edição.
- 17 — Alberto Torres: A Organização Nacional, 2.^a edição.
- 24 — Pandiá Calógeras: Problemas de Administração, 2.^a edição.
- 67 — Pandiá Calógeras: Problemas de Governo — 2.^a edição.
- 74 — Pandiá Calógeras: Estudos Históricos e Políticos — (Res Nostra...) — 2.^a edição.

- 31 — Azevedo Amaral: O Brasil na crise atual.
- 50 — Mário Travassos: **Projeção Continental do Brasil** — Prefácio de Pandiá Calógeras — 3.^a edição ampliada.
- 55 — Hildebrando Accioly: O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.
- 131 — Hildebrando Accioly: **Limites do Brasil** — A fronteira com o Paraguai — Edição ilustrada com 8 mapas fora do texto.
- 84 — Orlando M. Carvalho: **Problemas Fundamentais do Município** — Ed. ilustrada.
- 96 — Osório da Rocha Diniz: **A Política que Convém ao Brasil**.
- 115 — A. C. Tavares Bastos: **Cartas do Solitário** — 3.^a edição.
- 122 — Fernando Saboia de Medeiros: **A Liberdade de Navegação do Amazonas** — Relações entre o Império e os Estados Unidos da América.
- 141 — Oliviera Vianna: **O Idealismo da Constituição** — 2.^a edição aumentada.
- 169 — Helio Lobo: **O Pan-Americanismo e o Brasil**.
- 172 — Nestor Duarte: **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional** (Contribuição á Sociologia Política Brasileira).

VIAGENS

- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo** (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay. — 2.^a edição.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem à Província de Santa-Catarina** (1820) — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 63 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz** — 1.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz** — 2.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — **Segunda viagem ao interior do Brasil** — “Espírito Santo” — Trad. de Carlos Madeira.
- 126 e 126-A — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas-Gerais** — Em dois tomos — Edição Ilustrada — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 167 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem ao Rio Grande do Sul** — 1820-1821 — Tradução de Leonam de Azeredo Pena — 2.^a edição ilustr.
- 19 — Afonso de E. Taunay: **Visitantes do Brasil Colonial** (Sec. XVI-XVIII), 2.^a edição.
- 28 — General Couto de Magalhães: **Viagem ao Araguaia** — 4.^a edição.
- 32 — C. de Melo-Leitão: **Visitantes do Primeiro Império** — Ed. ilustrada (com 19 figuras).
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: **O Rio São Francisco** — Edição ilustrada.
- 95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: **Viagem ao Brasil** — 1865-1866 — Trad. de Edgard Süsskind de Mendonça. Edição ilustrada.
- 113 — Gastão Cruls: **A Amazônia que eu Vi** — Óbidos — Tumuc-Humac — prefácio de Roquette Pinto — Ilustrado — 2.^a edição.
- 118 — Von Spix e Von Martius: **Através da Baía** — Excertos de “Reise in Brasilien” — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
- 130 — Major Frederico Rondon: **Na Rondônia Ocidental** — Ed. ilustr.
- 145 — Silveira Neto: **Do Guairá aos Saltos do Iguaçu** — Ed. ilustrada.
- 156 — Alfred Russel Wallace: **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro** — Tradução de Orlando Tôrres e Prefácio de Basílio Magalhães.
- 161 — Rezende Rubim: **Reservas de Brasilidade** — Edição Ilustrada.

NOTA: Os números referem-se aos volumes por ordem cronológica de publicação.

Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118/140 — São Paulo

Civilização Holandesa no Brasil

Série 5.^a

BRASILIANA

Vol. 180

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

E

JOAQUIM RIBEIRO

Civilização Holandesa no Brasil

1.º PRÊMIO DE ERUDIÇÃO DA
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

1940

A

Meus Pais,

Leda e

Maria Luisa.

J. H. R.

P R E F Á C I O

A obra que se vai ler é quase tôda de José Honório Rodrigues.

Coube a mim apenas traçar o plano geral do trabalho, que ficaria, sem dúvida, perpétuamente esboçado se não encontrasse o competente colaborador para o concretizar.

Cingí-me ao fácil comentário do “Problema das Gentes” (raças, etnias, folclore, psicologia) e à síntese de “O espírito do Renascimento” e a feitura de algumas notas.

Tudo o mais pertence a José Honório Rodrigues, que a meu ver, é um lídimo historiador pois nêlo vejo, um discípulo de Capistrano de Abreu e de João Ribeiro. É aliás, dêsses dois mestres da história nacional que deriva a personalidade intelectual dêsse historiador que com esta obra dá uma magnífica prova de seu vigor e de seu preparo. Basta frisar que um dos melhores capítulos, apon-

tados pelo eminente Roquete Pinto é da lavra exclusiva do joven autor.

Honro-me de colaborar neste ensaio de José Honório Rodrigues, que me dá assim a lisonjeira oportunidade de abocanhar um pouco de seu êxito.

A minha presença aquí é, pois, como a de um cartaginês metido numa esplêndida e suptuosa galera de romano...

JOAQUIM RIBEIRO

*Parecer da Comissão do Concurso de
Erudição da Academia Brasileira de
Letras*

ADELMAR TAVARES

FERNANDO MAGALHÃES

ROQUETE PINTO, *relator.*

PARECER DE “ERUDIÇÃO”

PERÍODO HOLANDÊS — MAURÍCIO DE NASSAU

“Recebeu a Academia Brasileira, nesse concurso, a monografia de José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro: — “Introdução ao estudo do período holandês de Maurício de Nassau”.

É um volumoso tomo datilografado. O plano do livro, delineado nas primeiras páginas, compreende a definição de uns tantos problemas históricos que os autores consideram fundamentais para o perfeito conhecimento do Período Holandês. A conquista batávia — ou hâtava, como dizem Rodrigues e Ribeiro...) — não passou de um simples episódio do expansionismo neerlandês; e os autores principiam estudando a liberdade dos mares, segundo a doutrina codificada por Hugo de Groot, apôio premeditado e tendencioso dos homens de negócio da Holanda. No capítulo seguinte passam a considerar as linhas mestras da terra conquistada: o plano da conquista, o centro político, o centro econômico, o aspecto antropogeográfico, a expansão territorial — que denominam “expansão terrestre”, a expansão costeira e as regiões naturais.

Informados por negociantes judeus e mesmo por certos patriotas portugueses, viram logo os holandeses que a Baía era o maior centro político administrativo a ser primeiro dominado; e muito antes da conquista apontam os autores atos de pilhagem e agressão contra ela dirigidos. No fracassado ataque à Baía ganharam experiência os conquistadores que deslocaram para Pernambuco — centro econômico preferível — empório do açúcar — os seus ímpetos e as suas ambições. E' o que estudam no terceiro capítulo os autores da monografia. Esse é um dos melhores capítulos do trabalho. Os autores discutem com verdadeiro espírito crítico e grande erudição as razões da preferência holandesa. Marcam o relêvo das condições econômicas: no entanto também consideram com minúcia os elementos antropogeográficos. Considerando a expansão territorial analisam Rodrigues e Ribeiro certos fatores importantes, entre êles a pesquisa das minas. Tratando da expansão dos holandeses pela costa os autores oferecem crítica muito interessante aos planos de Nassau, preferindo caminhar para o sul, quando o norte seria, talvez, ao que pensam, a garantia da influência batáva.

Tão seguros e eruditos são os autores nos primeiros capítulos quanto hesitantes e apressados no que denominaram antropologia. “As raças no Brasil Holandês”.

No entanto se houve, nos primeiros séculos do Brasil, região em que os habitantes fôsem estudados com espírito científico bem acentuado, para a época, foi exatamente o Brasil Holandês. Basta folhear com cuida-

do a “História Naturalis Brasiliae”, de Macgrave e Piso. Pode-se afirmar que não houve índios do Brasil mais bem estudados, naqueles tempos remotos do que os de Pernambuco: tipos físicos, dados fisiológicos, informações nosográficas, doenças e remédios na grande obra de Macgrave ficaram clássicos. Rodrigues e Ribeiro, no capítulo antropológico do seu belo ensaio, nem citam os gloriosos naturalistas, bätavos...

A inopia daquele capítulo é porém, largamente compensada pelos compactos parágrafos consagrados aos usos e costumes do Brasil holandês e particularmente ao folclore e à língua.

O surto artístico da colônia holandesa mereceu dos autores páginas notáveis. Com os holandeses apareceu na América um éco do Renascimento. O período de Nassau, para os autores foi “um quisto da Renascença”, verdadeira metastase cultural processada nesta banda do Atlântico.

O belo ensaio de crítica histórica de Rodrigues e Ribeiro vem acompanhado de extensa bibliografia; não é, para os estudiosos e para os eruditos das suas menores prendas. O trabalho merece o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira.

Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 1937.

ROQUETE PINTO, relator.
FERNANDO MACALHÃES
ADELMAR TAVARES.

INDICE

Prefácio	XIII
Parecer da Academia de Letras	XV
Introdução	1
Bibliografia geral da colonização holandesa do Brasil ..	7

O PROBLEMA DO MAR

I — Liberdade dos mares	63
-------------------------------	----

O PROBLEMA DA TERRA

II — O plano geográfico da conquista. O centro politico	79
III — O plano geográfico da conquista. O centro econômico	85
IV — Aspeto antropogeográfico	102
V — A expansão terrestre	108
VI — A expansão costeira	120
VII — As regiões naturais	126

O PROBLEMA DAS GENTES

VIII — Antropologia. As raças do Brasil Holandês ..	139
IX — Antropologia. Patologia comparada das raças ..	149
X — Etnologia. As etnias do Brasil Holandês	161

XI — Etnografia do Brasil Holandês	166
XII — O elemento holandês no folclore nacional ...	173
XIII — Linguística. As linguas do Brasil Holandês	181
XIV — O elemento holandês no português do Brasil ..	189
XV — Psicologia. Os “complexos de superioridade” do conquistador	195

A SOCIEDADE

XVI — Meio urbano	205
XVII — Meio rural	237
XVIII — O ESPÍRITO DO RENASCIMENTO	263
XIX — A REVOLUÇÃO	274
XX — Síntese final	313
Apêndice	346
Suplemento bibliográfico	347
Notas suplementares	352
Registo de nomes	399

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Estampa I — Palacio da Boa Vista. Arquitetura nassoviana	70
Estampa II — A industria do Açucar no meio rural. Alem da documentação social (tecnica da moenda) a estampa serve como documentação etnologica dos tipos negros empregados na moagem da cana	70-a
Estampa III — Mercado de escravos. Observe-se a indumentaria holandesa do sec. XVII e o sobrado, que data deste periodo. O predominio do telhado em duas aguas demonstra o tipo de construção holandesa	86
Estampa IV — Quadro de fazenda. Note-se a construção em paliçada	86-a
Estampa V — Quadro de uma fazenda	118
Estampa VI — Dança guerreira dos Indios tapuias	118-a
Estampa VII — Residencia do Conde Mauricio de Nassau	134
Estampa VIII — Negra escrava	134-a
Estampa IX — Indio tapuia	166
Estampa X — Indio tapuia	166-a
Estampa XI — Indio tapuia e mestiça	182
Estampa XII — Indio e india tapuia. Os tapuias eram aliados com os holandeses e, por isso foram mais estudados do que os tupis amigos dos portugueses	182-a

Nota: As estampas 1, 7, 8, 9, são reproduzidas das que ornarn o trabalho de Hans Wegener-Eine Forschungs Kolonialexpedition nach Brasilien im 17. Jahrhundert. — Atlantis, janeiro de 1938 e as de n.º 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, de Otto Glaeser-Prinz Johann Moritz von Nassau-Siegen und die Niederlandische Kelonien in Brasilien, 1938, Verlag Max Staercke, Berlin.

A documentação iconográfica, que damos aqui, é apenas uma pequena e sugestiva amostra do muito que há sobre a época nas-soviana. Ensaio útil, e digno de um especialista, seria levantar o inventário da iconografia holandesa do Brasil no século XVII. Esse trabalho, sob todos os aspectos, seria louvável e de resultados fecundíssimos para a arte e a história. O livro de Souza Leão ressen-te-se não só de um comentário mais rico, como tam-bém do fato de se tratar tão somente de um dos pintores que aqui estiveram. Eckout e Wagner ficaram à margem e os seus quadros merecem divulgação e interpretação. É, pois, uma va-liosa contribuição para a história da arte no Brasil, como tam-bém para a própria história seiscentista brasileira o levantamento dos quadros holandeses no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- Gilberto Freyre — A pintura no Nordeste. *In* “Diário de Per-nambuco”, 1925.
- Souto Maior — Arte holandesa no Brasil. *In* Revista do Insti-tuto Histórico-Geográfico Brasileiro, 19.
- Alfredo de Carvalho — Quadros holandeses.
- Argeu Guimarães — Artes plásticas no Brasil. *In* Dicionário Histórico-Geográfico Brasileiro. Edição do Instituto His-tórico-Geográfico Brasileiro. 1922.
- Sousa Leão — Franz Post, Seus quadros brasileiros, 1937, Rio.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Para uma nítida e autêntica reconstrução do período holandês de Maurício de Nassau, é necessário fixar uma série de problemas preliminares, sem os quais não se poderão entender, nos justos termos, os aspectos da colônia batava no referido período.

Impõe-se, portanto, um plano, que defina, em linhas gerais, todos esses problemas históricos.

E' justamente isso, que pretendemos fazer nesta breve síntese inicial.

* * *

Os primeiros problemas referem-se à civilização atlântica.

O episódio da conquista holandesa no Brasil é apenas um capítulo do expansionismo batavo na América. O Atlântico é o palco em que se representa essa epopéia heróica e sangrenta.

* * *

Seguem-se os problemas da terra.

A questão central desta parte concerne ao plano geográfico da conquista holandesa, com tôdas as questões relativas a razões antropogeográficas; Porquê trocaram os holandeses a Baía pòr Pernambuco? Porquê se trans-

feriu, de Olinda (situada num outeiro) para o Recife a sede da capitania conquistada? A tendência hidrotrópica da expansão batava e as fronteiras fluviais, etc...

* * *

Após os problemas da terra, os problemas das gentes. Questão primeira: a Antropologia do Brasil Holandês. Estudo das raças que se encontram na terra.

Questão segunda: As etnias; as diversas *culturas* em contacto. Os elementos culturais da etnografia do Brasil Holandês. Vestígios do elemento holandês no folclore pernambucano.

Questão terceira: As línguas faladas na colônia holandesa. Vestígios da língua holandesa no português do Brasil.

Questão quarta: síntese sobre a psicologia do conquistador. Os "complexos de superioridade" do holandês.

Uma vez discutidos os problemas da terra e das gentes, reconstrói-se a *sociedade* em seus dois aspectos: *urbano e rural*.

A "cidade holandesa" surge com tôdas as suas instituições características: as *classes*, as *religiões*, as modalidades da democracia urbana, etc.

Na sociedade rural impõe-se o estudo de dois problemas centrais: o agrícola (monocultura e policultura) e o pastoril.

Como remate da pintura dessa sociedade retratada vem a situação da mesma em face do pensamento ocidental: o *espírito do Renascimento* (as artes, as ciências, etc.).

* * *

Definindo o meio, com tôdas as condições materiais e espirituais, define-se, por consequência, a figura do

estadista, moldado no solo americano: Maurício de Nassau. Diretrizes da política (a tolerância religiosa, a policultura, etc.).

* * *

E' êsse o plano, que orienta esta obra. Além da bibliografia geral sôbre a colonização holandesa do Brasil, cada capítulo será seguido de um aparato bibliográfico sôbre o assunto versado.

Pela primeira vez se tenta o mais exhaustivo ensaio bibliográfico sôbre êsse capítulo de nossa história. Até então a bibliografia da obra de Wätjen era tida como a mais completa. Coube, entretanto, a um dos autores dêste ensaio, José Honório Rodrigues, desenvolvê-la e completá-la.

Justamente por isso acreditamos apresentar aos estudiosos e aos eruditos um ensaio não só original na sua estrutura como utilíssimo na indicação das fontes. (1).

Convém salientar ainda que o feitiço dêste ensaio é contrário à atitude profundamente *lateral* dos que tomam por base a *biografia*, tão em moda entre os historiadores romancistas dos nossos dias ou a *vida administrativa*, tão do gôsto dos antigos historiôgrafos.

Procuramos, ao contrário, reconstituir o *ambiente histórico-social*, estudando as condições econômicas determinantes, os elementos raciais, culturais e lingüísticos, que concorreram para definir o referido momento histórico.

(1) A bibliografia dêste ensaio é apenas uma indicação de fontes; não é nenhum ensaio especializado de bibliografia. Contudo constitue, como já se afirmou, o maior inventário de obras artigos e manuscritos relativos ao assunto. Assim não houve mister referências a minúcias bibliográficas (descrição das edições, etc.).

**BIBLIOGRAFIA GERAL DA
COLONIZAÇÃO HOLANDESA
DO BRASIL**

BIBLIOGRAFIA

- AITZEMA: Lieuwe van Aitzema, Saken van Staet en Oorlogh I 1621-1668 — III. 's Gravenhage, 1669 ff. 7 vols.
- ALDENBRUGK, J. C. — "Westindianische Reisse u. Beschreibung der Belag. u. Eroberung von S. Salvador in Brasilien". Colbourg 1627.
- ASCHER — "A bibliographical and historical Essay on the Dutch books and pamphlets relating to New England, and to the Dutch West Indian Company and to its possessions in Brasil." Amsterdam 1854/67.
- ASSIZ CINTRA — Reabilitação histórica de Calabar. 1933.
- AZEVEDO, João Lúcio — História dos cristãos novos. Lisboa — 1922.
- AZEVEDO, João Lúcio — Épocas de Portugal econômico — 1922. Liv. Classica Editora.
- AZEVEDO, João Lúcio — História do padre Antônio Vieira. — 1918 — 2 tomos.
- AYRES DE CASAL — Corografia brasílica. 1833. Rio.
- BARBOSA LIMA S.^o — Pernambuco e o Rio São Francisco — Recife — 1929.
- BARBOSA LIMA S.^o — A Baía e o Rio São Francisco. — Recife — 1931.
- BARBOSA LIMA S.^o — O centenário da chegada de Nassau. — Recife — 1936.

10 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

- BARLEUS, Gaspar — *Rerum per octennium in Brasilia — Amstelodami — MDCXLVII.*
- BEAUCHAMP Alphonse de — *Histoire du Bresil — 1815.*
- BERREDO B. P. de — *Anais Históricos do Maranhão, — 1905.*
— Florença.
- BONFIM, Manuel — *O Brasil na História. — Livraria Francisco Alves — 1931.*
- BRANDENBURGER, Clemente. — *Brasilien zu Ausgang der Kolonialzeit. — S. Leopoldo e Cruz Alta — Rio Grande. — 1922.*
- BRANDENBURGER, Clemente. — *Pernambuco die Entwicklung brasiliens zur selbstandigkeit (Studien zur brasilischen geschichte) S. Leopoldo — 1917.*
- BRITO FREIRE. — *Nova Lusitânia. — Lisboa. — 1675.*
- CALADO, Manuel — *Valeroso lucideno ou o triunfo da liberdade. Lisboa — 1668.*
- CALÓGERAS, Pandiá — *Minas do Brasil e sua legislação. — 1904-1905 — Rio 2 vols.*
- CALÓGERAS, Pandiá — *Formação histórica do Brasil. — Brasiliána — 1935.*
- CALÓGERAS, Pandiá — *A política exterior do Imperio. — ed. do I. Historico Geog. Brasileiro — 1927.*
- CAPISTRANO DE ABREU — *Ensaio e Estudos, 1.ª e 2.ª séries. — Rio — ed. Sociedade Capistrano de Abreu — 1931-1932.*
- CAPISTRANO DE ABREU — *Capítulos da história colonial — Rio ed. Socied. Capistrano de Abreu — 1934.*
- CAPISTRANO DE ABREU — *Introdução aos Diálogos das Grandezas do Brasil. — ed. Academia Brasileira de Letras — 1930 — Rio.*
- CARVALHO, Alfredo — *Frases e palavras. — Recife — 1906.*
" " — *Olinda Conquistada — João Blaer. — Recife — 1898. Trad. por...*
- CARVALHO, Alfredo — *Estudos Pernambucanos. — Recife — 1907.*

- CARVALHO, Alfredo — Aventuras e aventureiros no Brasil. — Rio — 1929.
- CARVALHO, Alfredo — Dapper e Montanus — Controversia bibliografica separata do n.º 77 da Rev. do I. Historico de Pernambuco.
- CARVALHO, Alfredo — O corsário Paulus van Caarden, na Baía — 1910.
- CARVALHO, Alfredo — Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais. — Ambrósio Richshoffer, trad. — Recife — 1897.
- CARVALHO, Elísio — Lauréis insignes. — Rio — 1924.
- CARVALHO, Goeth — Monografias pátrias — Calabar perante a História. — Manaus. — 1899.
- CHAMPAGNAC, B.J. — Guillaume le Taciturne et la dynastie, Histoire des Pays Bas, Paris — 1852.
- Conferencia sobre as Índias Ocidentaes — Trad. de Hipolito Ovemeer e Clado R. de Lessa — Record.
- COMMELYN, I — História das conquistas holandesas no Brasil. 1908. S. Paulo.
- Correspondência de Francisco de Souza Coutinho — publ. por Edgar Prestage e Pedro Azevedo — Coimbra 1920, 1926.
- COSTA PALMEIRA — Batalha dos Guararapes. 1932.
- Canstatt: Oscar Canstatt, Das republikanische Brasilien in Vergangenheit und Gegenwart. Leipzig. 1899.
- DAPPER, O. — Die Inbekant Neue welt Oder Beschreibung des Weltteils Amerika und des Süd Lands. Amsterdam 1673.
- DRIESEN, Ludwig — Leben des Fürsten Johann Moritz von Nassau-Siegen. Berlin, 1849.
- DURO, D. Cesareo Fernandes — Annales de la Armada espanhola desde la unión de los reinos de Castella y de Aragon. — Madrid. Rivadeneyra — 1898, T. IV.
- EDMUNDSON, George, — Anglo Dutch Rivalry. 1919.
- “ “ — Dutch Power in Brasil in The English historical review n.º 42 vol. XI.

- EDMUNDSON, George — History of Holland 1922. Londres.
- FABIUS, A. N. J. — Johan Maurits, de Braziliaan (1604-1679)
Bruna's Historische Bibliotheek. Utrecht, O. J.
- FERREIRA REIS — História do Amazonas. 1931. Manaus.
- FLEIUSS, Max — História administrativa do Brasil. Ed. do Inst.
Hist. Geog. Bras. — Rio 1923.
- FREYRE, Gilberto — Casa grande e senzala. — Rio — Maia &
Schmidt — 1934.
- FREYRE, Gilberto — Sobrados e mucambos. — S. Paulo Brasi-
liana — 1936.
- FREYRE e outros. — Novos estudos afro-brasileiros. — Civiliza-
ção Brasileira — 1937.
- FREYRE, Gilberto — Nordeste — Documentos Brasileiros —
José Olympio — 1937.
- FOURNIE'et Beringer — Memoire sur le Port du Recife. Ams-
terdan, Utrecht, 1881.
- GALLAND, Georg — Der grosse Kurfürst und Moritz von Nassau,
der Brasilianer. Frankfurt a. M. 1893.
- GALVÃO Olimpio — Calabar na História ou o Domínio Holan-
dez no Brasil — Rio 1935.
- GAMA, Fernandes J. B. — Memórias históricas da Província de
Pernambuco. — 3 vols. 1844-1848 — Recife.
- GARCIA, Rodolfo e outros — Os judeus na História do Brasil.
Rio, Uri Zwerling — 1936.
- GROTH, Hugones — De Antiquitate Republica Batavica — liber
singularis — 1630. (Republica Hollandia et Urbes).
- GUIMARÃES, Argeu — Sereia Escandinava. Porto — 1932.
- GUIMARÃES, Argeu — Os judeus brasileiros e portugueses na
América espanhola — Extrato do Journal des Americanistes
1926.
- HAGEDORN, Bernhard — Die Entwicklung der wichtigsten Schif-
fstypen bis ins 19. Jahrhundert. Berlin 1914.
- HANDELMANN, Heinrich — História do Brasil. — Rio — 1931
— ed. I. Hist. Geog. Bras.

- HAUSER — *La preponderance Espagnole. (1559-1660)* — Felix, Alcan. *Peuples et Civilisation* — 1933 — Paris.
- HOLANDA, Sérgio B. — *Raízes do Brasil*. — José Olimpio — Doc. Brasileiros — 1936.
- HOOG — *Beschrywing der Naderlandsch Historiepenning*. 1726.
- HOUNG, J. — *De Hollanders in Brasílie*. Amsterdam 1857.
- JESÚS, Rafael de — “*Castrioto lusitano*”. Lisbôa — 1679.
- Kroniek van het Historisch Genootschapt to Utrecht. Jahrgange 1869, 1873.*
- LABAT: *Des Pater Labats, aus dem Orden der Prediger Monche, Abhandlung vom Zucker, dessen Bau, Zubereitung und mancherley Gattungen. Ubersetzt von Georg Friedrich Casimir Schad. Nurnberg, 1785.*
- LAET, Joannes — *Histoire du nouveau monde au description des Indes Occidentales, 1640* Leyde.
- Belgii Confederati Republicae — Galluae, Holland etc. 1630* Lug. Batavarum.
- Notae ad dissertationem Hugonis Grotii. Amst. — 1668.*
- LASPEYRES, Etienne — *Geschichte der volkswirtschaftlichen Anschauungen der Niederlander und ihrer Literatur zur Zeit der Republik. Preisschriften der Furstlich Jablonskischen Gesellschaft XI. Leipzig, 1863.*
- LEROY BEAULIEU — *De la colonisation chez les pleuples modernes. 1891. Paris. Guillaume et cie. 4.^a ed.*
- LIGTENBERG, C. — *Willem Usselinx. Utrechtsche Bijdragen voor Letterkunde en Geschiedenis IX. Utrecht, 1915.*
- LISBOA, João Francisco — *Obras. Ed. da Academia Cearense. — 1901.*
- LORETO COUTO, D. Domingos — *Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco 1904* — Rio.
- LUZACK, Elias — *Hollands Rykdom* — 1780.
- MAGALHÃES, Basílio — *Expansão geográfica do Brasil colonial. S. Paulo — Brasiliana — 1935.*
- MARTIN, Percy and Herman G. James — *The Republic of Latin american. 1923* — N. York e London.

- MARTIUS — C. F. Ph. von — Versuch eines Kommentars über die Pflanzen in den Werken von Marcgraf & Pizo. (Abhand der Bayer. Akad der Wissensch. vol. 7 — 1853).
- MELO MORAIS — Brasil histórico. 2.^a série 1866. Tomo I.^o ils.
- MELLO, Francisco Manuel de — Epanaforas de Varia História Portuguesa — 3 ed. revista e anotada por Edgar Prestage — Coimbra — 1931.
- MENEZES, D. Gonzalo de Cespedes y — Historia de Don Felipe III Rey de las Españas. B., Sebastião Cauvela. 1634.
- MENEZES, Luiz (Conde de Ericeria) — História de Portugal restaurado. 2 volumes. 1698-1710 Lisbôa — Antônio Pedroso e Miguel Destandes.
- MONTANUS, Arnoldus — De Neuwe en onbekende Wereld, of Beschryiing van America, etc. 1671. Amsterdam. J. Meurs.
- MORAIS, Melo e Serqueira Silva — Memórias da guerra do Brasil por espaço de 9 anos começando em 1630, deduzidos do que escreveu o Marquês de Bastos. 1855 — Rio.
- MARCGRAF G. — Historiae rerum naturalium Brasiliae. 1648.
- MICHAELIUS — The First Minister of the Dutch Reformed Church in U. States trad. inglesa. — 1883 — Horn Henry Murphy. Amsterdam.
- MOREAU, Pierre — Histoire des derniers troubles du Bresil. Entre les hollandais et les portugais. Courbé. Paris. M. DC. LI.
- MORISOT e Roulox Baro — Remarque du sieur Morisot sur le voyage du Roulox Baro au pays du tapues. Paris 1651 (O escrito de Baro vem na coletânea: Relation veritables et curieuse de l'isle Madagascaret du Brésil. — Courbé 1651 — acompanha esta tradução copiosas notas ilustrativas da lavra do sieur Morisot. Trad. de Monrean.
- MOREIRA DA AZEVEDO — Ensaios biográficos. 1861. Rio — F. A. de Almeida.
- MENDES DE ALMEIDA, Cândido — Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão Rio — 1860-1874.

- NETSCHER — Les hollandais du Brésil. 1853. — La Haya —
Blanfante Frères.
- NETSCHER — Les hollandais au Brésil. Un mot de replique a
Mr. Varnhagen, par le lieu colonel P. M. Netscher. 1873.
Haya.
- NINA RODRIGUES — Os africanos no Brasil — S. Paulo Bra-
siliana — 1935.
- NIEUHOF — Voyages and travels into Brasil and the East Indaes
London — 1703.
- NOGUEIRA, Tomaz Alves — O Príncipe Nassau. — 1900 — Al-
tenburg.
- OLIVEIRA LIMA — Pernambuco e seu desenvolvimento histó-
rico. — Leipzig — 1895. F. A. Brokhaus.
- OLIVEIRA LIMA — Racial and Social questions in Brasil —
London — 1922.
- OLIVEIRA LIMA — A Nova Lusitânia — in História da Colo-
nização Portuguesa do Brasil. Tom. III, pgs. 278 e seguintes.
- OLIVEIRA MARTINS — O Brasil e as colônias portuguesas. —
1880 — Lisboa.
- PLANTE, Francisci — Plante Brugensis, Mauritiados Libri XII.
Hoc est: Rerum ab Illustrissimo Heroe Joanne Mauritio,
Comite Nassaviae in Occidentali Índia gestarum Descriptio
Poetica. Lugduni Batavorum, 1647.
- PEREIRA DA COSTA — A verdadeira naturalidade de D. Antô-
nio Felipe Camarão Sec. XVII. — Recife — 1901.
- PISO — Historia naturalis Brasiliaes libri quator. 1648.
- PISO E MARCGRAF — De indice utriusque re naturali medica.
Amsterdam 1658 (libri quatuor decimi).
Junto — Tractatus topographicus et metereologicus Bra-
siliae. cum observatione Eclipsis solalis e ainda Historiae
rerum naturalium Brasiliae.
- PRINSON H. C. — The Worlds Cane Sugar Industrie — Ams-
terdan — 1912.

- RACINE, — Oeuvres Historiques. ome sixième, Paris, 1808 — G. L. Geoffrey.
- RAMALHO ORTIGÃO — A Holanda. — Lisboa — 3 ed. 1900.
- RAYNAL — Histoire philosophique et politique des etablisement et du commerce des europeens dans les deux Indes. Paris — 1826 — 2 vols.
- BEESE, J. J. — De Suikerhandel van Amsterdam, van het begin der 17de eeuw tot 1813. s' Grav. 1908.
- RIO BRANCO — Le Bresil — 1889.
- RIBEIRO, João — História do Brasil — Rio — Liv. Francisco Alves — 1929.
- RIBEIRO, João — Notas de um estudante S. Paulo — ed da Revista do Brasil Monteiro Lobato.
- ROCHA PITA — História da América portuguesa. 1727 Lisboa
- ROCHA POMBO — História do Brasil. Ed. do centenário. 4 volumes. Annuario do Brasil — 1922.
- ROQUETE PINTO — Rondonia — Brasileira — 1935.
- SABINO, Inez — Mulheres ilustres do Brasil. Pref. de Artur Orlando — Garnier — 1899 —
- SALVADOR, Frei Vicente — História do Brasil. Ed. anotada por Capistrano de Abreu. 1918 — Rio-S. Paulo.
- SEMPLE, Ell. — American history and its geographie conditions. N. York-Boston. Houghton Mifflin [s/d].
- SCHILLER — Oeuvres historiques — Histoire de la revolte que detacha les Pays-bas de la domination espagnole. 1860.
- SILVA, Manuel Antônio — Restauração da Baía 1625 ou expulsão dos holandeses. Baía. 1817.
- SIMÕES, Jerônimo — Calabar diante da posteridade.
- SILVA MENDES LEAL Jr. — Calabar — História brasileira do século XVII.
- SOLER, F. — Cort ende sonderlingh Verhael. Amsterdam. 1639.
- SOMBART, W. — Le juif dans la vie economique. Paris — Payot. 1923.

- SOUTHEY — História do Brasil. — Rio — 1862. 6 vols. Trad. por J. O. Castro e an. por Fernandes Pinheiro.
- SOUTO MAIOR — Fastos pernambucanos — 1913 — Rio.
- STERN, DANIEL — Histoire des evenements de la Republique aux Pays Bas 1585-1638. 1870.
- TAVARES DE LIRA — Domínio holandês no Brasil. Rio — Tip. "Jornal do Comércio" — 1915.
- TERESA, GIOSEPPE DE S. — Istoria delle guerre del Regno del Brasile. Roma. 1689.
- THYSIUS, Antônio — Compendium Historiae Bataviae a Julio Coesare iusque ad hoc tempora... 1645 e junto a PLANTE — Discursus orationis illustrissimum comitens — I — Mauritius Nassoyium.
- RIO BRANCO — Efemerides Brasileiras — Ed. Inst. Hist. Geog. Bras. 1938.
- VARNHAGEN — História Geral do Brasil. Ed. an. por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Cia. Melhoramentos de de S. Paulo — S. Paulo.
- VARNHAGEN — História das lutas contra os holandeses. Lisboa — 1872.
- VARNHAGEN — Um mot de réponse par Mr. Netscher par le Baron du Pôrto Seguro. Viena — 1874.
- VEEGENS, D. — Historische Studien I. 's Gravenhage, 1884.
- VERÍSSIMO, José — Estudos de Litteratura Brasileira — 3.^a serie 1903 — Garnier.
- WATJEN, Hermann — Das hollandische Kolonialreich in Brasilien. Gotha. 1921.
- WATJEN, Hermann — Der Negerhandel in Westindien und Sudamerika bis zur Sklavenemanzipation. Hansische Geschichtsblattes, Jahrgang 1913, p. 417 ff.
- WATJEN, Hermann — Das Judentum und die Anfänge der modernen Kolonisation. Kritische Bemerkungen zu Werner Sombarts Die Juden und das Wirtschaftsleben. Stuttgart, 1914.

- WATJEN, Hermann — Zur Geschichte des Tauschhandels an der Goldküste um die Mitte des 17. Jahrhunderts. In: Forschungen und Versuche zur Geschichte des Mittelalters und der Neuzeit, Festschrift zu Dietrich Schafers siebzigstem Geburtstag. S. 527 ff. Jena, 1915.
- WIQUEFORT — Histoire de l'établissement de la République des Provinces Unies — 1749 — Londres.
- VAN KAMPEN, N. G. — Geschichte der Nederlande — 2 vols. Hamburg 1831-1833.
- VAN LOON, GERARD — Histoire métallique des XVII provinces des Pays Bas — traduit de Hollandais de Monsieur... 1732.
- VAN METEREN — Histoire des Pays-Bas — 1315-1612 — ed. 1618. Haye.
- VAN REES, Otto — Geschiedenis der Staathuishoudkunde in Nederland tot het einde der achttiende eeuw. 2 Bde. Utrecht, 1865-1868.

ADDENDUM

- Dicionário Histórico Geográfico Brasileiro* — trabalhos: de Rodolfo Garcia: História das Explorações científicas — Etnografia indígena. Getúlio Neves: Indústria em geral. Ramalho Ortigão: Comércio. Argen Guimarães: História artística. Alvaro de Souza Reis: História da Medicina. Moreira Guimarães: História Militar. Agenor de Roure: História Econômica e Financeira.
- CONÇALVES MELO — O negro no domínio holandês in *Novos estudos afro-brasileiros*. Gilberto Freyre e outros.
- JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria — *Novo orbe seráfico brasileiro*. Rio, 1858.
- WAGENAAR JAN — *Byvoegs en Aammerkingen vonhet eeste deel der Vaderlandische Histoire*. Amsterdam — 1790-1796. — 3 vols. J. Atlant.

- MOTLEY, John Lothrop — The rise of the Dutch Republic — 1862. 3 vols.
- PRADO, Caio Júnior — Evolução Política do Brasil. S. Paulo — Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" — 1933.
- WADDINGTON — La Republique des Provinces Unies, la France et les Pays Bas espagnols — 1630-1650 t. 1er. 1630-1642 (Paris, 1895, in 8.º.
- Haklkyt's collection — London — 1809.
- Pyrard F. Laval — Voyage 1615 — Paris.
- (*) Haklkyt's problems or Purchas his pilgrims — Glasgow — 1905.
- Labat, Pierre — Nouveau Voyage aux Isles de l'Amérique — Haye — MDCCXXII.
- Reisebeschreibungen von Deutschen. Beamtenlund Krilgstenten un drevist der Vederlandischen west — Und Ost — Indischen Kompagnien 1602-1797 — Heraus gegeben von S. P. l'Honoré Naber. Erster Band — I — Johan Gregor Aldenburg (Reise nach Brasilien — 1623-1626. II — Ambrosius Rischhoff — Reise nach Brasilien 1629-1632 — III — Michael Hermmersam — Reise nach Guinea und Brasiliens — 1639-1645.
- HERRERA, Antônio — Descripcion de las Indias Occidentales — Madrid 1730 — 8 tomos em 5 vols. Oficina Real de Nicolas Franco.
- Inventario das armas. Petrechos bellicos que os Holandezes deixarão na provincia de Pernambuco, quando forão obrigados a evacua-la em 1654. Pernambuco, Typ. Santos & Comp. 1839. (Publicado).
- Inventario dos predios que os Holandezes havião edificado ou reparado até o ano de 1654 em que forão obrigados a evacuar esta provincia. Pernambuco. Typ. de Santos & Comp. — 1839 — (Publ.)

(*) Existe uma coleção de 1625 em 5 vols.

KRAUSHARA, Alexandra — *Dzieje Krzysztofa Z Arciszewa. Arciszewskiego. 1592-1656*. 2 tomos, Petersburg, Księgarnia Br. Rymowicz. 1892-1893 (***)

(***) Trata-se de uma grande biografia de Arciszewski. Netscher e Watjen afirmaram que a vida deste coronel era desconhecida. Retifica, pois, esse livro, conforme mostraremos em próximo trabalho, um grande erro dos dois eminentes historiadores.

PANFLETOS

- 1624 — A true description of the Bay Todos los Santos in Brasil, and takin the town Salvador by the admiral Master Jacob Wilking. V Purchas his Pilgrims — II Pag. — 1858. (B.N.).
- 1624 — Relation veritable de la pinse de la Baya de todos los Santos, et de la ville de Sauveur au Brésil, par la flotte hollandaise — V. Archives des voyages de T. Compans — I — Pag. 452. (B.N.).
- 1624 — Die ein und zwanzigst Schiffahrt oder grundliche... Beschreibung der volksmestten landschafft Brasilien "America" und derselben Innwohner und Sitten mit sampt einem angeneckten Verlauf wie ein Engellendischer Capiteyn, Parket genant, "S. Vincentem" und dem "Portum Bellum" erobert. Item: Was gestalt der shone "Portus" unde Hafe "Todos los Sanctos, Sampt der Staat" Salvator in Anno 1624. von den Hollandern Gevunnen, und hernach Wider verlassen worden V. Hulsius, Samn lung von sechs und Zwanzig Schiffahrten. — (B.N.).
- 1625 — Relazione del Viaggio e successo dell'Armata Milano — D. Francesco D'Avendano Vilela.
- 1625 — Relaçam verdadeira de tudo o sucedido na restauração da Bahia de Todos os Santos desde o dia em que partirão as armadas de S. Magestade, té o em que a dita

Cidade foram armados o seus estandartes com grande gloria de Deus e exaltação do Rey e Reyno. nome de seus vassallos, que nesta empreza se acharão, anihilação, e perda dos rebeldes olandezes ali domados. Mandada pelos officiaes de S/Majestade a este Reyno com todas as licenças necessarias. foy visto pelo Padre Fr. Thomaz de S. Domingos Magister. Em Lisbôa. Por Pedro Craesbeeck. Impressos del Rey, ano de 1625. Vende-se na rua nova na tenda de Paulo Craesbeeck (B.N.) Sem nome de autor, mas é do dr. J. Medeiros Corrêa, no sentir de Figaniere e Inocência Silva.

- 1625 — Relation. Und Eigentliche beschreibung desz Jenigen was sich mit der Schiff Armada und Kriegshor so nach "Prasil abgefertigt worden von der Zeit an das sie in den Meerbusen oder "Baia de todos Santos" ankommen biss sie sich der von den Rebellischen Hollander Imgehalten Statt S: Saluator bemachtigt begeben und verlanffen. Ausz einem an die Kon: May: Zu Hispanien vom Herren Don Frederico de Toledo abgangnen Schreiben aussgezogen. In Spannischer Sprach in den Truck verfertigt und hernarch verteuscht Worden. (B.N.)
- 1625 — Lyste Wan't ghene de Brasil jaerlijcks can opbrenghen. (B.N.).
- 1625 — Plain and true relation of the going forth of a Holland fleet to the evast of Brasil by J. B. — Rotterdam — 1623 — (cit. por Handelman).
- 1625 — Bartolomeu Guerrero — jornada de portuguezes a reustaração da Bia de Todos os Santos.
- 1626 — L'unziesme tome du Mercure François, ou, l'histoire de nostre temps — (Par Jean Richter... Paris, chez Jean & Estienne Riches, 1626 (B.N.)
- 1626 — Compendio Historial de la jornada del Brazil y sucessos della. Donde se da cuenta de como gano el Rebelde Olandez la ciudad del Salvador y Bahia de Todos San-

tos y de su restauracion por las Armadas de España cuyo General fue Don Fradique de Toledo... el ano de 1625... Por D. Juan de Valencia Gusman — 1626 —

- 1627 — La prise de plusieurs veissaux de guerre et de marchandise sur les portugais, par la flotte hollandaise, près de la ville de Baye au Bresil. Archives de Voyages. T. Compans — I — página 219.
- 1628 — Tomas Tomaio de Vargas — Restauracion de la ciudad del Salvador y Bahia de Todos Santos en la provincia del Brasil. Madrid — 1628 — Trad. do espanhol adicionado de notas por A. de Cerqueira Silva — Bahia — 1847.
- 1629 — Verhael (Cort) hoe den Edel Heer Admiraal Lonck Symonsz woor de West Ind. Comp. 30/10/1628 omtrent Farnabocque (sic) wijf schepen heeft veroverd — 1629 — (B.N.)
- 1630 — Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olin-da, e lugar do Recife na costa do Brasil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum Religioso de muyta authoridade, e que foy testemunha de vista de quasi todo o socedido: & assi o affirma, & jura; & do mais que depois disso socedeo té os 18/4 deste presente, & fatal ano de 1630. Em Lisboa, com todas as licenças necessarias. Por Mathias Rodrigues.
- 1630 — West Indische Compagnie. Articulen beraemt by Bewint hebbenen wande West. Ind. Comp.... over het open ende vry stellen wanden Handel ende Negotie op De Stadt Olinda de Pernambuco, ende Custen wan Brasil. T. Amsterdam, gedr. by Paulus Aertz van Ravesteyn, 1630 (B.N.)
- 1630 — Sanz Ampzing — Fasciculus epigramatum super expugnata Olinda Harlem.
- 1630 — Duarte Albuquerque Coelho — memorias diarias de la guerra del Brasil por discurso de 9 anos: empezando desde el 1630. Madrid 1654.

- 1630 — Copie Vande Missive/ geschere/ ven by den General Weerdenburch aende Ho. Mo. Heeren Staten Generael/ noopende de veroveringhe vande Stadt/Olinda de Fernabuco. 'sGraven-Haghe, 1630. (Cit. por Watjen) (B.N.).
- 1630 — Veroveringh/van de Stadt Olinda/gelegen in de Capitania van Phernambuco/Door den E.E. Manhaften/Gestrenghen/Heyndrick C. Lonck, Generael te/Water ende te Lande. T'Amsterdam, (Cit. por Watjen).
- 1631 — Een cort ende warachtich Verhael/Van de vermaerde See-/strijdt en loffelijcke Victorie/die Godt Al-/machtich verleent heeft de Generale West-Indische/Companhie/ onder't beleyt vanden Manhaften ad-/mirael Generael Adriaen Janssen Pater... teghen de Spaensche Armade... in desen Jare 1631 Tot Middelburgh, 1631, (Cit. Watjen).
- 1632 — Relação breve e verdadeira da memoravel victoria que houve o capitão mór da Capitania da Paraíba — Antonio de Albuquerque dos rebeldes de Olanda. Lisboa.
- 1637 — Vertoogh By een Lief-hebber des Vaderlants vertoont./ Teghen het ongefondeerde ende schadelijck sluijten der vryen handel in/Brasil. M.D.C. XXXVII, (Cit. Wätjen — B. N.).
- Examen/ Over Het Vertoogh Tegen het ongefundeerde en schadelijcke/ sluijten der Vrijen handel/ in Brasil/ Door /Een ondersoecker der waerheijt M.D.C. XXXVII, (Cit. Wätjen) — (B.N.).
- 1638 — Muerte de Pio Palo, o relacion de la batalla que tuvieron los galeones com la armada de los Olandezes, mandada por Pio de Palo. cit. Handelman.
- 1638 — Bril-Gesicht/ Voor de verblinde eyghen baetsuchtige Handelaers op/ Brasil 1638.
- 1638 — Deductie/Waer by onparijdelijk over-wogen ende/ be-wesen wort, wat het beste voor de/ Compagnie van West-

Indien zij:/ Den Handel te sluyten/ of open te laten
Gravenhage, s/d.

- 1639 — Relacion verdadeira y carta nueva enviada del Brasil por un artillero, chamada Bernardo Muñoz, a un hijo suo, dando-le cuenta de una grande vitória que las armas catholicas han tenido sim pensar en el sitio del Brasil, al 29 Nov. 1638. Madrid 4.º.
- 1640 — Autentik verhael van't remarquabelste is vorgevallen in Brasil tusschen den Hollandtschin Admiral Willem Corneliz en de spaensche Vloote Amsterdam 1640.
- 1640 — Relacion nueva y verdadeira de los felices sucessos que ha tenido el señor P. Fernando Mascarenhas, general de la armada de Portugal, dase cuenta de la batalha que se tuvieron com 36 navios de Olanda que iban socorrer la plaza de Pernambuco S. 1 1640.
- 1640 — Cort Verhael, van de ordre die sijne Coninckliche Majesteyt van Spagnien aen sijn Generalissimo den graef de la Torre inde Bay de todos los Santos gegeven heeft. (B.N.).
- 1640 — Copey ofte corst ende Waerachtigh verhael van't gene ghepassert is ... sint de Komste ende vertreck van de Spaensche Vlott in Brasil, overgeson, den door sijn Genade Heer Graef Mauritz von Nassau ... T' Amsterdam, 1640 — (B. N.).
- 1640 — Breve relation de l'etat de Phernambucq — Dedié a l'Assemblée de XIX pour la tresnoble compagnie de West Inde. Anguste Gvelen. 1640 — Amsterdam — chez Louis Elzevier.
- 1640 — Het Naderste ende Sekerste/Journalier Verhael/ ofte/ Copey van sekeren Brieff, gheschreven/uyt Brasyl, ... nopende de treffelijcke ende langh-/gewenschte Victorye ... tegen de/ machtige Vloot des Konings van Spanjen in de Maendt van Januario, 1640 's Gravenhage, 1640, (Cit. Watjen — B.N.).

- 1641 — D. Pedro Enriquez: "De las batallas en el Oceano contra el Mulato y Pié de Palo, piratas — "1641 f. (Pié de Palo. holl. Houtebeen).
- 1644 — Consideratie over de tegenwoordige ghelegenheydt van Brazil. In twee deelen ghestelk ... T' Amsterdam, 1644 — B.N.
- 1645 — Aen-Spraeck/aen den/ Getrouwen Hollander/ Nopende/ Do Proceduren der Portugeson/ in Brasil. 's Gravenhage, 1645 (Cit. Wätjen — B.N.).
- 1645 — Antwoort/ Vaden/Getrouwen Hol-/lander. (Cit. por Wätjen).
- 1646 — Manifest /door d'Inwoonders van Parnambuco uytghegeven tot hum ver-/ antwoordinghe ad 't aennemen der waponen teghens de/ West-Indische Compagnie. Uyt het Portugies overgheset in onse Nederdytsch Tale. 1646 (Cit. por Wätjen — B.N.)
- 1646 — Sucesso della Guerra de Portuguezes levantados em Pernambuco contra Olandezes, como por carta del' Mastro a Campo Martim Soarez, Et Andrea Vidal de Negreros, por Antonio Telles da Silva. El anno de 1646 — S.L. e s. de 20 pg. (B.N.).
- 1647 — Korte /Antwoort Togens 'T /Manifest ende Remonstrantie, / Overgelevert door d' Portugesche Natie, en Inwoonderen van Pharnambuco, wegens 't aennemen der Wa-/penen tegens de West-Indische Compagnie. 1647, (Cit. por Wätjen).
- 1647 — Journael /Ofte/ Kort Discours/ nopende / de Rebelleye ende verradelijck Desseynen/ der Portugesen /alhier in Brasil voorgenomen/ 'twelck in Junio 1645 is ontdeckt... Arnhem, 1647 (Cit. por Wätjen).
- 1647 — Claar Vertooch/ van de /Verradersche en Vyantlijcke Acten/ en Proceduren / Van / Portugaal, In't verwecken ende stijven van de Rebelleie /ende Oorloghe In /Brasil... t' Amsterdam, 1647 (Cit. por Wätjen).

- 1648 — Brandt/ In/ Brasilien. 1648, (cit. Wätjen).
- 1649 — Relação dos sucessos da Armada que a Companhia Geral do Comercio expediu ao E. do Brasil, o ano passado. Lisbôa. 1649.
- 1649 — De /Portogysen /Goeden/ Buyrman. /Dienende tot Antwoort op het ongefondeerde/ Brasyls — Schuyt-praetjen. Ghedruckt tot Lisbon, onde groote Drucksael. Daer nyt. hangt het Verradisch Portegael. Anno 1650, Cit. por Wätjen).
- 1653 — West-Indische Discours — Verhandelende De West Indische Saecken. 1653. trad. por Hypolito Overmeer, ed. Record.
- 1654 — ACCOORD / Van /Brasilien, /Mede van't Recife, Maurits-Stadt, / ende de omleggende For- /ten van Brasil. 't Amsterdam, 1654, (Cit. por Wätjen).
- 1654 — MOTIVEN / Die de Officiers der Militie en de /Hooge Raden in / Brasil, / hebben bewoogen met de Portngee- /sen te Contracteren. (Cit. por Wätjen — B.N.)
- 1654 — Francisco Barreto. Governador de Pernambuco. Relações diarias do sitio e tomada do forte-praza do Recife e recuperação das capitánias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, e Ceará, Ilha Fernando de Noronha. Lisbôa 1654, 4º.
- 1654 — Breve Relaçam dos ultimos sucessos da guerra do Brasil, restituição da cidade de Mauricia. Fortalezas do Recife e Pernambuco, & mais praças que os Olandezes occnparão naquele Estado. Na officina Craesbecckiana. Em Lisboa. Com todas as licenças necessarias. Sem nome de autor, mas é do Dr. João de Medeiros Correa.
- 1654 — Articulen Ende conditien gemaect by het overleveren van Brasilien .. veslotten 26 Januar 1654 Gesloten den 28 Januar 1654. In 's Gravenhage — 1645 (sic.)
- 1655 — Cort, Bondigh ende Waerachtigh /VERHAEL / Van't schandelijck overgeven /ende verlaten vande voornaemste Conquesten / van / Brasil, / Onder de Regieringe vande

- 1655 — Cort /Bondigh ende Waerachtigh /Verhael /Van 't schandelijck overgeven/ ende verlaten vande voornaemste Conquesten /van /Brasil, /Onder de Regieringe vande Heeren / Wouter van Schoonenburgh /President, / Hendrick Haecx, Hooghen Raedt, / Ende Sigismondus van Schoppe, /Luytenante Generael over de Militie. Middelburgh, 1655, (Cit. por Wätjen).
- 1655 — Viagem da Armada da Companhia do Comercio e frotas do E. do Brasil a cargo do general Francisco de Brito Freyre. 1655.
- 1658 — Relação da viagem que fez ao Brazil a Armada da Comp. Brito Freyre, ano de 1657.
- 1661 — TRACTAET / Ende / Aliantie /Tusschen den Koninck ende Rijke van / Portugael / ... Ende / De Ho. ende Mog. Heeren / De Staten Generael. / der Vereenichde Nederlantsche Provintien. Middelburgh, 1661, Cit. por Wätjen).
- 1661 — Verthooninge ghedaen aen die van de Vereenichde Nederlanden by een onderdaen ende Liefhebber van de selve. — Gedruckt by een Patriot van het Naderlandt. 1661. (B.N.).
- 1636? — Relação por maior das cousas sobre que escreveu a S. Magestade e aos Ministros na caravela do Pachão que partiu para Lishôa em 20-4-636 — Bahia (B.N.). Versa acerca da partida do General Don Lope Divies, de varios objetos relativos á guerra dos Holandezes na chegada de Angola de Joseph Cabreira.
Com outra carta que os estados de Olanda escreverão a S. Magestade & hum Panegirico feito nos Estados de Olanda. Em Lisbôa por Jorge Rodrigues.
- 1639 — Ontdeckinghe van Rijke Mijnen in Brasil. Amsterdam, 1639.

MANUSCRITOS

- 1624 — Certidan dos contadores fran.^{co} hertam de Britto e Simão freyre (do q. se despeneo na Refermasão da Armada de Portugal q. foy a Restauração da Bahia). (B.N.).
- 1624 — Armada que pela coroa de Portugal foy a Restauraçam da Bahia partio a vinte e hũ de Novembro de 1626. Avendo-se sabido a noua perda a 27-Julho, e foy ao Cabo Verde esperar pella Armada de Castella (B.N.)
- 1624 — Relassam dos Nauios, gente de Guerra e mar incluzos os Artilheyros q. foram ha Restauraçam da Bahia o anno de 624. Pella corôa de Castella. (B.N.).
- 1624 — Sobresalentes eó que forão poidos tres navios São Di.^o S'ãta Anna e Sam Joseph q. forão em cõp. da Armada da Restauração da Bahia. (B.N.).
- 1630 — Carta de Francisco Carnide escrita de Angra (Açôres) a 1/5/1630. Inst. Hist. (doc. Sôbre a Armada Holandesa que ia para Pernambuco).
- 1630 — Do Cons.^o de Estado de Portugal sôbre a perda de Pernambuco, e outros papéis mais acêrca do mesmo objeto. (B.N.)
- 1630 — Proposta de Francisco Lopez Brandão para construir uma fortaleza na entrada da barra da Paraíba do Norte, onde se achava um forte de madeira chamado Cabelo (B.N.)

- 1630 — Apuntamientos que el Doctor Bertolome fr.^a lagarto: Administrador q. fue del Brasil haze a um papel e advertencias q. llevo a su mano acerca del socorro de Pernambuco (B.N.)
- 1630 — Parecer q. dá o Cap.^m Bento Maciel parente sobre a armada q. a de hir ao Brasil. (B.N.)
- 1630 — Relação do estado q. tem os quatro Nauios q. se aprestão para averem de ir em comp.^a da Escuadra da Corôa de Castella em socorro de Pernambuco e o nauio do Porto q. chegou em 16 deste prez.^{to} mez. Lx.^a 21/12/630. (B.N.)
- 1630 — Nota de 25 peças de Arthelh.^a de bronze q. o Marq.^s de Castel R.^o mandou fundir p.^a o socorro de Pernambuco; as quaes forão prouadas pegadas conforme o Reg. de S. Mag.^e (B.N.)
- 1630 — Perda de pernambuco. De Mathias de Albuquerque a Sua Magestade em 10/2/1630. Outra de Mathias de Albuquerque p.^a S. Mag./de em 22 de feu.^{ro} 1630. (B.N.)
- 1630 — Carta de Antônio de Albuquerque escrita da Paraíba a 17/2/630 e outros documentos da tomada de Olinda (Inst. Hist.)
- 1630 — Veto del Conde de Castro sobre uma consulta del Reyno fundada em una Carta del Cap. de la Paraíba en q. dize q. Mathias d'Albuquerque q. embio ally los P.^{es} de la Companhia y pede q. les dens sustento como a los otros Religiosos (B.N.)
- 1630 — Consulta de estado sôbre a ilha de Fernando Noronha, com informações sôbre a mesma ilha mandadas a el rei por Matias de Albuquerque, em Lisboa a 7/3/1630. (Inst. Hist.)
- 1630 — Carta (não assinada sôbre o mesmo assunto) escrita a el-rei, de Lisboa a 23/4/1630.
- 1630 — Informação dada por fr. Cristóvão de S. Joseph a 29 de Abril de 1630 acêrca da chegada da armada holandesa em Pernambuco, e do mais q. se passou (B.N.)

- 1630 — Voto do Conde de Castro sobre hũa Consulta do Reyno sobre o socorro de Pernambuco, 30/4/1630. (B.N.)
- 1630 — Resposta do Conde Duq. a hũ Papel do Duq. de V.^a hermosa dando-lhe a noua da perda de pernambuco — 4-5-1630. (B.N.)
- 1631 — Armada pella Coroa de Portugal p.^a o socorro de Pernambuco q. partiu de bara lix.^o em 5 de mayo de 1631, em companhia da Armada de Castella co' o Almirante general rom Ant.^o d'Oquendo — (B.N.) (Relação de navios, gente de mar e guerra, munições e mantimentos).
- 1631 — Rellassam da Armada com que Dom Antonio de Ocquendo Almirante General da Armada do mar do Oceano sahio de Lisbôa ao socorro de Pernambuco a sinquo de Mayo do anno de 1631... (B.N.)
- 1631 — Relação da gente, moniçoens, mantim.^{tos} e mais cousas q. se embarcarão nas quatro Carauelas q. irão de socorro ao Brasil de q. vay por Cabo Christovão de Mendonça — 5 de jan^{ro} 1631 (B.N.)
- 1631-33 — Relações das fazendas, vestidos e mais cousas que saíram do Armazem do Consulado e se embarcaram para o Socorro de varias partes do Brasil (1631-33 — B.N. Resumo das faz.^{as} e mais cousas q. por diversas vezes se enuirão de socorro a pernambucano desde outr.^o do anno de 1631 té 16 de feu.^{ro} de 633 em 12 caravellas, 3 pataxos, e hũ nauio — (B. N.).
- 1632 — Relação da despeza que se fez cõ os cinco nauios q. forão ao Brasil com a armada de dom Ant.^o d'Oquendo pela cerca de Portugal no ano de 1631 (B.N.)
- 1632 — Relação dos dinheiros que as camaras das comarcas deste reino prometerão a S.M. de para o socorro de pernambuco do que tem pago e do que devem de resto (B.N.)
- Prouimento da Armada q. a ordem do Mar. de Castel R^o se apresta para se mandar de socorro a Pernambuco e das Caravellas q. em tando se lhe enuiaio com gente de fazenda, munições e outras cousas — (B.N.).

Relação da receita e despeza do dr^o q. tem recebido o Thesour^o mor Antonio de Paina Giralte para o socorro do Brasil desde 28 de Mayo deste ano de 1630 até o presente 13 de Set. (B.N.).

Carta do Marques de Castel R^o a S.Mag.^{de} cõ as contas ate 13-9-1630. Diz o estado do apresto (copia — refere-se ao Brasil).

Relação da gente, armas, munições e mais couças com q. se proverão as partes do Brasil e mais conquistas aqui declaradas de 3 de Abril deste ano de 1630 té 21/12 dito ano (B.N.).

Voto del Conde de Castro en la junta grande d'Estado. A 9 de Nouiembre 1630 (B.N.) (cópia).

1632 — Relação do Serviço q. os Portos deste Reyno fazem a S.Mag.^o p.^a a restauração de Pernambuco (B.N.);

1632 — Memorias das cousas q. se tem enuido ao Brasil desde 26 de Octr.^o do anno passado de 1631 até o prez.^{te} as quaes foram e monze carauellas — (B.N.).

1633 — Relação de Antonio de Araujo de Mogernies dando conta da viagem que fizera no Brasil em 1630 por ordem de sua magestade para soccorrer as capitánias de Pernambuco e Parahyba conquistadas pelos holandezes — (B.N.).

Papel que se fez qdo. se preparou a Armada com que se foi restaurar parte do Brasil e muito especialmente o Estado e Capitania de Pernambuco.

1636 — Relacion de la Toma de Paraiba por los olandezes y como se apoderaron de Nazareth — 3.1-1636.

1638 — Relacion de la vitoria de las armas catolicas em la Bahía de Todos os Santos en el Brasil contra los Holandezes — 14-Julhio 1638.

1639 — Informação de Moura Feijó sobre os soccorros ao Brazil escrita (em Lisbõa?) a 26/9/1639.

- 1645 — Papeis sobre o levantamento de Pernambuco contra os Olandezes.
- 1645 — Traslado de hum assento q. se tornou em presença do Governador deste Estado do Brasil sobre a Carta que escreveu o Tenente do Mestre de campo geral André Vidal de Negreiros, em que dá conta de ser fugido Henrique Dias. 31 Março 1645 (I.H.).
- 1645 — Cópia da Carta que os do Supremo Conselho, Governadores em Pernambuco escreverão ao Senhor Antonio Telles da Silva, Governador e Capitão geral deste Estado, por 2 Embaixadores que a esta Cidade mandarão 7/7/1645 — Resposta ao Sr. Antonio Telles da Silva, 19/7 — Carta do mesmo dando conta a S. Magestade de todo o antecedente. Da mesma data. (I.H.).
- 1645 — Cópia da carta que escreveu o Senhor Antonio Telles da Silva, Governador, e capitão geral deste Estado do Brazi, aos moradores de Pernambuco na occasião de seu levantamento. — Outra do mesmo aos do Supremo Conselho, em Pernambuco. Outra do mesmo aos mesmos pelo Capitão-mór da Armada Hieronimo Serrão de Paima — Bahia 21/7/1645 — Inst. Hist.
- 1645 — Cópia de huma carta que escreverão da campanha de Pernambuco os Mestres de campo Martim Soares Moreno, e André Vidal de Negreiros 6/9/45 — Outra dos mesmos aos Governadores Hollandezes do Recife. Escrita em Serinhaem. — Outra dos mesmos aos ditos depois da batalha. (Inst. Hist.).
- 1647 — Parecer sobre as cousas do Brasil e principalmente da Restauração da Capitania de Pernambuco deu a El-Rei o P Antonio Vieira no ano de 1647 (Inst. Hist.).
- 1647 — Regimento dado em Lisbôa a 8/10/47 ao conde ... que veio como general da Armada que devia livrar a Bahia da oppressão da armada hollandeza que assistia na sua barra, tanto em offensa da cidade, como em favor e aju-

- da de conservar o posto que tomou e fortificação que fez na ponta das baleias na ilha de Itaparica.
- 1648 — Decreto de El-Rey Dom João IV, em que mandou vêr as capitulações com Hollanda no Conselho da Fazenda, ordenando que dois membros deste Tribunal fossem conferir este negocio a quinta de Alcantara com o Padre Antonio Vieira. — Outubro 20 de 1648. — Resposta do Decreto antecedente de Pedro Fernandes Monteiro, Procurador da Fazenda Real. 1648 (Inst. Hist.)
- 1648 — Parecer do Conde de Odemira Dom Francisco de Faro, Ministro do Conselho da Fazenda sobre a paz e ajuste com os Hollandezes. — Lisbôa 10/12/48. — Consulta do Conselho da Fazenda sobre a mesma materia — 14/12/48. — Consulta da Meza da Consciencia e Ordens. — Consulta do Desembargo do Paço 1648. (Inst. Hist.)
- 1648 — Parecer que deu o Padre Antonio Vieira, sobre se a entregar a Campanha de Pernambuco aos Holandezes. Em 21/12/48. Para efeito de se ajustarem as pazes. O qual comumente se chama Papel Forte. (Inst. Hist.)
- 1648 — Discurso de Gaspar Malheiro em que mostra se não deve entregar Pernambuco aos Holandezes, Lisbôa 1-12-48 — (Inst. Hist.)
- 1648 — Carta de Francisco Barreto dando conta da Vitoria que alcançou nos Goararápes. Inst. Hist.
- 1656 — Parecer de Diogo Lopez Ulhoa, em carta datada de Lisbôa nos 25/12/56, sobre a paz com a Hollanda. (Inst. Hist.)
- Copia da carta que o principe de Orange escreven a S. Magestade o Serenissimo, & Potentissimo Senhor Rey Don João o IV legitimo Rey de Portugal.
- Mapa da Artilharia, Armas, Munições e Petrechos de guerra, ferramentas de gastadores; e outras muitas e diversas q. se tem feito em barcas nos nauios das Armadas do mar oceano, e Estreito de Gibraltar, e suas escoado-

ras para ho q. se oferecer na Campanha do Brasil na presente jornada q. vai fazer com o socorro necessario para a poder restaurar do poder dos Olandezes q. senhores aquela cidade (B.N.)

DOCUMENTOS HOLANDESES — Tomo I, II, III, IV, V, VI, VII, coligidos por *Caetano da Silva*. As cartas nassovianas traduzidas por Alfredo de Carvalho são do 2.º vol. dos Docs. e vão de 3/2/637 à 10/1/640. As outras ainda se encontram em manuscrito. Os vols. III, IV e V tratam, principalmente, da rebelião.

REVISTAS BRASILEIRAS

REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE

- 1894 — Tomo VIII — Pág. 103 — Datas e fatos para a história do Ceará. Barão de Studardt.
- 1896 — — Dúvidas históricas — Antônio Bezerra. Tomo X.
- 1904 — — A primeira ocupação holandesa no Ceará — 1637 a 1645. (Em face de documentos inéditos) — Alfredo de Carvalho. (Tomo 9 — página 114).
- 1905 — — Para a história do Brasil holandês (Relatório apresentado a El-Rei D. João IV). Antônio da Silva Souza. (Tomo 10 — página 5).
- 1907 — — De Nieuhof. (Índias Orientais e Ocidentais). Souto Maior. (Tomo 12 — página 139).
- 1907 — — Dos anais de Laet. Souto Maior. (Página 143).

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ

- 1896 — Tomo X — Pág. 40 — Gedeon Morris de Jonge — José Higino.
- 1896 — Tomo X — Pág. 286 — Idem, idem.
- 1896 — Tomo 10 — Pág. 106 — Carta de Antônio Vieira — (Cópia) — Missões no Ceará, Maranhão, Pará e Rio Amazonas
- 1902 — Tomo 16 — Pág. 265 — Os dezenove artigos que pediam os holandeses da Companhia do Brasil em Holanda — 1648.
- 1903 — Tomo 17 — Pág. 325 — Diário de Matias Beck. Alfredo de Carvalho.
- 1905 — — — Jazidas auríferas no Ceará. — Alfredo de Carvalho. (Página 123).
- 1912 — Tomo 26 — Pág. 61 — Dois índios notáveis e parentes próximos. Souto Maior.
- 1912 — Tomo 26 — Pág. 72 — A missão de Antônio Paraúpaba ante o governo holandês. Souto Maior.
- 1914 — Tomo 28 — Pág. 117 — Maurício de Nassau. Escragnole Doria.
- 1932 — Tomo 36 — Pág. 44 — Filipe Camarão. Fernandes Pinheiro.
- 1932 — Tomo XXXVI — Pág. 294 — O Brasil Holandês. Padre J. B. Hafkemeyer — (Comentário a Watjen).

1934 — Tomo XLVIII — Pág. 7 — Os tapuias do nordeste e a monografia de Elias Herckmann. — Pompeu Sobrinho.

ARQUIVO NACIONAL

- *Jornal da Viagem da Frota dos Paizes Baixos Unidos para o Brasil principiando no dia 17 de janeiro de 1648 até 17 de maio 1931, trad. do Pe. Geraldo Pauwels.*
- *Tirantias que os holandezes usaram com os moradores do Rio Grande — Lopo Garro. 1929.*

REVISTA DO INSTITUTO RIO GRANDE DO NORTE

- 1905 — Tomo III — pág. 167 — Ainda a naturalidade de D. Antônio Filipe de Camarão. Luiz Fernandes.
- 1906 — Tomo IV — pág. 89 — Clara Camarão. Luiz Fernandes.
- 1906 — Tomo IV — pág. 117 — Os Holandeses no Rio Grande do Norte. Alfredo de Carvalho. — Continuação pág. 170.
- 1907 — Tomo V — pág. 161 — A segunda jornada de Pieter Persijn em busca das minas de Itabaiana. Alfredo de Carvalho.
- 1907 — Tomo V — pág. — Memória sôbre os índios no Brasil. Pedro Carrilho de Andrade.
- 1905 — Tomo III — pág. 47 — Minas de Ouro e Prata no Rio Grande do Norte. Alf. Carvalho.
- 1908 — Tomo VI — pág. 143 — D. Ant. Felipe Camarão. L. Fernandes.
- e

REVISTA DO INSTITUTO DA PARAÍBA

- 1909 — Vol. I — pág. 21 — A Paraíba nos tempos coloniais. C. Pinto.
- 1910 — Vol. II — pág. 81 — A capitulação holandesa. F. Barroso.
- 1911 — Vol. III — pág. 161 — A invasão holandesa. F. Barroso.

REVISTA DO INSTITUTO ALAGOANO

- 1889 — Memória histórica sôbre Domingos Calabar. Discurso pronunciado na sessão de 5-11-89.

40 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

- 1901 — Vol. III — pág. 29 — A Guerra holandesa sob o ponto especial de vista de sua repercussão sobre o território de Alagoas. Adriano Araújo Jorge.
- 1928 — Vol. XIII — pág. 139 — Calabar perante a história. Craveiro Costa.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE SÃO PAULO

- 1896 — Vol. II — pág. 97 — Moedas obsidionais do Brasil. Eugênio Hollande.
- 1900 — Vol. VI — pág. 239 — Breve descrição do Rio São Francisco. Extraído da História Rerum Naturalium de Mackgraf, João Vieira de Almeida.
- 1912 — Vol. XVII — pág. 23 — O Brasil e os estrangeiros. Oliveira Lima.
- 1913 — Vol. XVIII — pág. 153 — Em Guararapes. Martim Francisco.

REVISTAS

- Etnos* — (Revista do Instituto Português)
— Lisboa. — Derrota de Maurício de Nassau no céu da Baía.
- A Luz* — Última tentativa dos holandeses para se assenhorearem da Baía, por J. V. Barbosa. — 1872 — Página 385-394.
- Velhagen & Klassings* — Fevereiro de 1928 — Georg. Marcgrav und Wilhelm Piso, die ersten Erforscher Brasiliens. Dr. Ludwig Darmstaedter.

- Revista de Estudos Históricos* — O papel da diplomacia entre os holandeses e portugueses na luta pela posse do Brasil. — Edgar Prestage. 1926.
- Revista Nova* — Editada em São Paulo. 1931 — A escravaria na evolução econômica do Rio Grande do Norte. Câmara Casado.

MEMÓRIAS

Memória da Academia de

Ciências de Lisboa ... Nova série, IV, 2.^a parte, 1877 — “Nome verdadeiro (Francisco Ornellas Moniz) do português J. F. Vieira célebre nas guerras de Pernambuco contra os holandeses. José de Lima Felner.

Fournie et Beringer *Memoire sur le Port de Recife* — Tijdschrift van het Aandrogkindis Genootschap. — Bilbblad. n.º 8 — Amsterdam uhecht — 1881.

JORNAIS

Diário de Pernambuco . Número comemorativo ao centenário — 1925. Artigos de Gilberto Freyre. Vida social no Nordeste. A pintura no Nordeste e A cultura da cana no Nordeste.

Diário de Pernambuco . Impressões do Recife — Morales de los Rios — 1920.

42 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

- Jornal do Brasil* O destino dos judeus no Brasil. Argeu Guimarães. 19-11-1925.
- Jornal do Brasil* Artigos de Barboza Lima Sobrinho. — Maurício Nabuco, Rodolfo Garcia — 1936.

CATALOGO

- Martinus Nijhoff The Hollanders in America. — Haya — Catalogue 518. 1925.

MONOGRAFIA

- J. J. de Crane* Oratio Nassauviae Principe, cognomine Americano. Groningen — 1816.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL

- 1898 — Vol. XX — Pág.
119 Memórias históricas e militares relativas à guerra holandesa — 1630 a 1657:
- 1907 — Vol. XXIX —
Pág. 97 Journaux et nouvelles tirées de la bouche des marins hollandais et portugais de la navigation aux Antilles et sur les côtes du Brésil. Manuscrit de Hersel Gerritz traduit pour la Bibliothèque Nationale du Rio de Janeiro par E. J. Bondan — 1913.

- 1913 — Número 35 O progresso das ciências no Brasil. —
Juliano Moreira.
- 1913 — Número 35 Conquistas da Medicina Brasileira. —
Dias de Barros.

ANAIIS DO MUSEU PAULISTA

- 1927 — Vol. I — 2.^a par-
te — pág. 119 .. Resposta que deu o licenciado Manuel
de Moraes a dizerem os holandeses
que a paz era a todos útil, mas a
Portugal necessária. 1650 — (Com
nota de Afonso Taunay).
- 1927 — Vol. II — pág. 1 Escritores coloniais — Padre Manuel
Moraes — Por Afonso Taunay.
- 1927 — Vol. III — pág.
129 Govêrno da Índia e ultramar.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA
BAÍA

- 1896 -- Número 10 —
pág. 466 Restauração da Cidade do Salvador.
- 1914 — Número 40 —
pág. 39 Pesquisas holandesas no Brasil. Bor-
ges de Barros.
- 1918 — A invasão holandesa. Borges de Barros.
- 1936 — Pág. 401 Tri-centenário da chegada de Maurício
de Nassau. (Opiniões de: Bernardi-
no J. de Souza; Henrique Carneiro;
Braz do Amaral; Francisco Conceição
Menezes; Dr. Augusto Alexandre Ma-
chado; Dr. Arquimedes Guimarães;
Dr. Eduardo Dias de Moraes Melo.

REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO
RIO DE JANEIRO

Tomo XXXVII — 1933

- 1 Semestre Alcides Bezerra — Um folheto raro da
época holandesa — “A Bolsa do Bra-
sil” — trad. do Padre Geraldo Pau-
wels.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO, DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

- 1863 — N.º 1 — pág. 63 Resposta de Henrique Dias do perdão
do govêrno holandês.
- 1863 — pág. 64 João Fernandes Vieira.
- 1866 — pág. 403 Vidal de Negreiros. S. H. Albuquerque.
- 1869 — n.º 24 — vol. 29
pág. 726 História Pátria — Henrique Dias.
- 1869 — pág. 756 Memória Histórico-descritiva da coluna
levantada no lugar da fortaleza do
arraial novo de Bom Jesús. Antônio
Vasconcelos.
- 1868 — n.º 21 — Vol. II
— pág. 571 Índice nominal-alfabético das principais
pessoas que fizeram a guerra contra
os holandeses, desde a invasão dos
mesmos até sua total expulsão, se-
guido de notas bibliográficas — ex-
plicativas a respeito, daquelas pes-
soas que mais se distinguiram. Sal-
vador Henrique de Albuquerque.
- 1883 — pág. 127 A bolsa do Brasil.
- 1886 — pág. 7 Conferência de José Higino.

- 1886 — nº 31 — pág. 173 Atas da Assembléia Geral de 1640.
- 1886 — pág. 289 Regimento da Companhia das Índias Ocidentais.
- 1886 — pág. 239 Descrição da Paraíba. Elias Harkmann.
- 1886 — pág. 311 Itinerário desde Mauricéia até o forte Maurício junto do Rio São Francisco.
- 1886 — pág. 323 Cartas e pareceres de Gaspar Dias Ferreira.
- 1887 — nº 32 — pág. 72
Papéis concernentes a Gaspar Dias Ferreira. (Continuação).
- 1887 — nº 32 — pág. 121 Diário ou breve discurso escrito por um holandês curioso.
- 1887 — nº 33 — pág. 179 Documentos sôbre vários assuntos.
- 1887 — nº 34 — pág. 139 Breve discurso sôbre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande.
- 1887 — nº 33 — pág. 153 Relatório sôbre Alagoas pelo assensor Joannes van Walbeck e Henrique Moucheron — 1643.
- 1887 — nº 33 — pág. 163 Descrição dos quadros que o Conde Maurício de Nassau ofertou a Luiz XIV.
- 1887 — nº 34 — pág. 3 . Restos mortais de João Fernandes Vieira. P. da Costa.
- 188 — nº 35 — pág. 3 . Documentos — Carta de Artichofsky.
- 1890 — Vol. XXXVII —
pág. 31 Discurso de Maximiano Machado — Pág. 43 de José Higino.
- 1891 — nº 33 — pág. 3 . João Fernandes Vieira — Memória lida pelo dr. Aprígio Guimarães.
- 1891 — Número 42 —
pág. 285 As portas da cidade do Recife e o

46 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

- pág. 301 — Doc. arco da Capela de Bom Jesús. Pereira da Costa.
- 1893 — Número 45 e 46
— pág. 113 João Fernandes Vieira — Luna Freire.
- 1893 — Número 45 e 46
— pág. 143 Inquirição em Pernambuco. Pereira da Costa.
- 1893 — Número 45 e 46
— pág. 171 Inventário das armas e apetrechos bélicos deixados pelos holandeses.
- 1893 — Número 47 —
pág. 201 Batalha naval de 1621 — Documentos. (Continuação).
- 1898 — Número 51 —
pág. 2 Govêrno Holandês — Pereira da Costa.
- 1898 — Número 51 —
pág. 125 Numismática brasileira — Alfredo de Carvalho.
- 1898 — Número 51 —
pág. 182 Invasões holandesas. M. de Nassau. — Luna Freire.
- 1898 — Número 54 —
pág. 3 Estudo histórico sôbre as artes em Pernambuco — Pereira da Costa.
- 1898 — Número 54 —
pág. 113 As primeiras observações metereológicas no Brasil. Pereira da Costa.
- 1898 — Número 54 —
pág. 85 Em Guararapes. Conferencia Martin Francisco — Prefácio de Alfredo de Carvalho.
- 1903 — Número 60 —
pág. 30 As etmologias indígenas de Elias Herkmann. Teodoro Sampaio.

- 1903 — Número 56 —
pág. 29 Cartas Nassovianas. Alfredo de Carvalho.
- 1903 — Número 55 —
pág. 215 Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho político do Brasil por Adrian Verdonck. Nota do trad. Alf. de Carvalho. ringer.
- 1903 — Número 60 —
pág. 37 O pôrto de Pernambuco e a cidade de Recife no século XVII. — Emile Beringer.
- 1903 — Número 60 —
pág. 181 Zoobliblion. — Alfredo de Carvalho.
- 1905 — 1906 — Número
65 — pág. 18 ... Sôbre alguns antigos retratos de índios sul-americanos. P. Echerenreich. Tradução de Oliveira Lima.
- 1905 — 1906 Número 65
pág. 47 Memórias de um frade. — Capistrano de Abreu.
- 1905 — 1906 Número 65
pág. 160 "Moedas obsudionais cunhadas no Recife". — Alfredo de Carvalho.
- 1905 — 1906 Número 65
pág. 281 "Cartas tupís dos Camarões". — Teodoro Sampaio.
- 1906 — Número 69 —
pág. 533 Cartas Nassovianas. Alfredo de Carvalho. Cont. do n^o 56.
- 1904 — Número 63 Pá- Os Brasões d'armas do Brasil holandês.
gina 574 Alfredo de Carvalho.

- 1908 — nº 71 Página 78 Viagem de Nicolaus Graaf á costa do Brasil - 1649-53 — Alfredo de Carvalho.
- 1908 — nº 71 Página 125 O Machadão do Brasil. Tradução de Souto Maior.
- 1908 — nº 71 Pág. 212 . Um naturalista do séc. XVII — George Macgraf. Alfredo de Carvalho.
- 1908 — nº 73 Pág. 343 . Quadros holandeses de Pernambuco. Alfredo de Carvalho.
- 1909 — nº 74-79 Pág. 72 Impressões de um missionário metodista. Kidder. Tradução Alfredo de Carvalho.
- 1909 — nº 74-79 Pág. 657 Um intérprete dos tapuias. Alfredo de Carvalho.
- 1910 — nº 80 Pág. 393 . Sociedade pernambucana nos tempos coloniais. Elizio de Carvalho.
- 1910 — nº 79 Pág. 61 .. Uma assembléia de índios em Pernambuco. Souto Maior.
- 1915 — Número 87/90 —
Pág. 111 Antônio Martins Palha na expulsão dos holandeses no Brasil, 1639 a 1684. Antônio Ferreira Serpa.
- 1915 — Número 87/90 —
Pág. 224 A Companhia das Índias Ocidentais. Asher. Tradução de Alfredo de Carvalho.
- 1915 — Número 87/90 —
pág. 76 Maurício de Nassau, por Humberto de Campos.
- 1915 — Número 87/90 —
pág. 101 Indústria e comércio açucareiro no Brasil. Tradução de Alfredo de Carvalho.

- 1915 — Número 87/90 —
pág. 350 Domínio Holandês no Brasil. Agenor
de Roure.
- 1919 — n° 103-4 Página
336 Sábios estrangeiros. Oliveira Lima.
- 1923 — n° 119-120 Pági-
na 1 Monte das Tabocas. Mário de Melo.
- 1923 — n° 119-120 Pági-
na 165 Resaturação de Pernambuco do domí-
nio holandês. Monsenhor Pereira Al-
ves.
- 1924 — n° 123 pág. 13 .. A Confederação do Equador. Ulisses
Brandão.
- 1925 — 1926 n° 124-130
Página 343 Itamaracá. Tradução do holandês. Pe-
dro Celso.
- 1928 — 1929 n° 135-142
Página 77 Henrique Dias nunca foi escravo.
Adriano Vasconcelos.
- 1931 — n° 147-150 Pági-
na 87 A fortaleza Príncipe Guilherme ou de
Afogados. Nasson Figueiredo.
- 1928 — 1929 n° 135-142
Página 119 O mestre de campo Francisco Barreto
de Menezes. Alberto Lamego.
- 1928 — 1929 n° 135-142
Página 163 Trajes coloniais em Pernambuco. .Pe-
reira da Costa.
- 1928 — 1929 n° 135-142
Página 273 Maurício de Nassau. Estêvão Pinto.
- 1928 — 1929 n° 135-142
Página 283 Naturalidade de Camarão. Pandiá Ca-
lógeras.

50 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

- 1931 — nº 147-150 Pági-
na 75 Evolução da Capitania de Pernambuco.
Parecer da sub-comissão de História
e Tradição apresentada à comissão do
plano da cidade.
- 1932 — nº 151-154 Pági-
na 21 Velho forte holandês. Nasson Figuei-
redo.
- 1932 — nº 151-154 Pági-
na 47 João Fernandes Vieira não era bastar-
do. Mário de Melo.
- 1932 — nº 151-154 Pági-
na 51 Identidade de João Fernandes Vieira.
J. J. M. Rodrigues de Oliveira.
- 1932 — nº 151-154 Pági-
na 89 Anais Pernambucanos. Pereira da Cos-
ta.
- 1932 — nº 151-154 Pági-
na 299 República dos Palmares. — Mario de

ADDENDUM

- 1902 — Vol. X — Núme-
ro 56 — Pág. 87 Diário da viagem do capitão João Blaer
aos Palmares, 1645. Trad. de Alf. de
Carvalho.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO

- 1843 — Tomo V — Pág.
82 Biografia de João Fernandes Vieira.

- 1843 — Tomo V — Pág.
476 Restauração da Baía (Coleção de memórias do abade Diogo Barboza Machado).
- 1859 — Tomo XXII —
Pág. 357 Recuperação da cidade do Salvador por D. Manuel de Menezes.
- 1859 — Tomo XXII —
Pág. 331 Relacion de la victoria que los Portugueses de Pernambuco alcançaron de los de la Compania del Brasil nos Guararapes a 19-2-1649. Tradução do alemão e publicada em Viena da Austria.
- 1859 — Tomo XXIII —
Pág. 331 Guararapes.
- 1860 — Tomo XXIII —
Pág. 365 Sermão na restauração de Pernambuco do domínio holandês prègado na Sé de Olinda, no ano de 1731 pelo frade Antônio de Santa Maria Jabotão.
- 1860 — Tomo XXIII —
Pág. 339 Memória acêrca da casa em que morreu J. F. Vieira e do conselho holandês e os fortes das salinas e afogados. Joaquim Francisco de Souza Navarro.
- 1860 — Tomo XXIII —
Pág. 67 Brasil holandês — Fernandes Pinheiro.
- 1886 — Tomo XXIX —
2.^a parte — Pág.
309 As Batalhas de Guararapes — (Estudo...) — Fernandes Pinheiro.

52 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

- 1868 — Tomo XXXI —
pág. 365 Biografia de Henrique Dias. Fernandes Pinheiro.
- 1869 — Tomo XXXII —
Pág. 201 Biografia de A. F. Camarão. Fernandes Pinheiro.
- 1869 — Tomo XXXII —
Pág. 329 Biografia de André Vidal de Negreiros. Fernandes Pinheiro.
- 1877 — Tomo XL — Pág.
5 M. van den Broeck. Duarte Pereira.
- 1873 — Tomo XXXVI —
Pág. 117 — 2.^a
parte Entrada dos Holandeses no Maranhão.
- 1875 — Tomo XXXVIII
— Pág. 265 —
1.^a parte Da Armada de holandeses que veio sobre Recife e Vila de Olinda e como os holandeses a tomaram.
- 1875 — Tomo XXXVIII
— Pág. 249 Invasão dos Holandeses em Pernambuco.
- 1876 — Tomo XXXIX —
Pág. 136 Como o Conde Nassau tomou a força de Pôrto Calvo e o Conde de Bagnoles se retirou para a Baía.
- 1862 — Tomo XXI —
Pág. 3 Dúvida sobre alguns pontos da História Pátria. J. Manuel de Macedo.
- 1893 — Tomo LVI —
Pág. 6 Discurso do Padre Vieira em que persuade a entrega de Pernambuco aos holandeses.

- 1893 — Tomo LVI —
Pág. 161 Carta do Conde de Nassau noticiando a aclamação e juramento de D. João IV.
- 1894 — Tomo LVI —
Pág. 151 Letra C. — Como e quando os holandeses entraram no Maranhão.
- 1893 — Tomo LVI —
Pág. 6 Papel Forte. Antonio Vieira.
- 1895 — Tomo LVIII —
Pág. 206 — 1.^a parte Documentos perdidos por João L. Barbalho.
- 1895 — Tomo LVIII —
Pág. ... — 1.^a parte Batalha Naval de 1640 e outras peripécias dos Holandeses no Brasil.
- 1895 — Tomo LVIII —
Pág. 223 Testamento político de Maurício de Nassau.
- 1895 — Tomo LVIII —
Pág. 237 Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge, no tempo do domínio holandês.
- 1907 — Tomo LXX —
Pág. 207-246 ... Discurso dirigido a S.S.A.A. Poderosas os Estados Gerais dos Países Baixos sobre coisas do Brasil. Tradução de um panfleto holandês publicado em 1647, por Souto Maior.
- 1908 — Tomo LXXI —
Pág. 3 — 2.^a parte Reabilitação histórica do Conde de Nassau. Pereira da Costa.

54 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

- 1907 — Tomo LXX —
Pág. 241-288 ... O Brasil abandonado — trad. de Souto
Maior.
- 1911 — Tomo LXXV —
Pág. 21 — 2.^a
parte Papéis inéditos sobre J. Fernandes Viei-
ra. Alberto Lamego, prefácio de Oli-
veira Lima.
- 1914 — Tomo I — Pág.
707 A religião cristã reformada no Brasil,
no século XVII, atas dos Sínodos e
classes do Brasil; no século XVII
durante o domínio holandês. Souto
Maior.
- 1914 — Tomo I — Vol.
5 — Pág. 369 .. Expulsão dos holandeses de Pernambu-
co. L. de Vasconcelos Galvão.
- 1914 — Pág. 5 Expulsão dos holandeses. — Almiran-
te Antônio Coutinho Gomes Pereira.
- 1916 — Tomo LXXXIII
— Pág. 101 Arte holandesa no Brasil. Souto Maior.
- 1922 — Tomo XCII —
Pág. 181 Estrato e cópia de várias cartas e es-
critos que se referem à rebeldia dos
portugueses papistas desta colônia do
Brasil, como prova que a coroa de
Portugal tem culpa na mesma re-
beldia.
- 1922 — Tomo especial . Congresso de história da América. Vol.
V, pág. 73. Os holandeses como ex-
ploradores do interior da Paraíba.
Coroliano Medeiros, autor.

- 1923 — T. XCII — Pág.
160 Os franciscanos e a guerra holandesa.
1624-1654. Frei Sabino Staphorst.
Prefácio de Roquete Pinto.
- 1927 — T. CII — Pág.
160 Relação do Almirante Willem Cornelizz
— 1640 — trad. de Aff. de Taunay.

ADENDUM

- 1910 — T. LXXIII, par- Correspondencia de Diogo Botelho —
te 1 — I — 258 introdução de Vieira Fazenda.
- 1875 — XXXVIII, 249 .. Historia da Guerra de Pernambuco e
- 1876 — XXXIX, 409 ... feitos memoraveis do mestre de cam-
- 1877 — XL, 411 po João Fernandes Vieira. — Diogo
Lopez Santiago.
- 1875 — XXXVIII, 249 .. Da vinda do Conde de Bagnuolo e
Duarte de Albuquerque a Pernam-
buco.
- 1859 — XXII — 331 ... Relacion de la victoria que los portu-
guezes de Pernambuco alcançaron de
los de la compania del Brasil en los
Guararapes. 19 Febrero de 1649.
- 1898 — LXI — 1.^a — 71 Carta de Francisco Barreto dando conta
da victoria alcançada nos Guarara-
pes, em 1648.
- 1914 — Tomo especial — Salles Torres Homem (G. de) — Pri-
C. Hist. V, 28 .. meira Batalha de Guararapes.
- 1914 — Tomo especial — Salles Torres Homem. — Segunda.
C. Hist. V, 37 .. S. de Vasconcellos Galvão. Primeira
- 1914 — Tomo especial — Batalha de Guararapes.
C. Hist. V, 394 . S. de Vasconcellos Galvão. — Segunda.

- 1914 — Tomo especial —
C. Hist. V, 402 .
- 1879 — XLII — 1.^a — Da segunda batalha dos montes Guara-
205 rapes.
- 1877 — XL, 411 Do governador das armas holandezas
Henrique Hans.
- 1874 — XXXVII, 265 ... Da Armada de Hollanda que veio so-
bre Recife e villa de Olinda, e como
os holandezes a tomaram.
- 1842 — IV — 503 Ordens do governador e capitão gene-
ral João Pereira Caldas, relativas aos
holandezes que invadiam a fronteira
do Brasil pelo norte do Rio Branco,
na diligencia de fazerem ou compra-
res escravos.
- 1873 — XXXVI, 2.^a —
117 Entrada dos holandezes no Maranhão
- 1873 — XXXVI, 2.^a — (1641).
123 Evacuam os holandezes o Maranhão.
- 1875 — XXXVIII, 249 .. Invasão dos holandezes em Pernam-
bucu.
- 1893 — LVI, 6 Discurso do padre Antonio Vieira, em
que persuade a entrega de Pernam-
bucu aos holandezes.
- 1904 — LXVII, 31 Manuscritos sobre o levantamento de
Pernambuco contra os holandezes.
- 1877 — XL, 67 Os holandezes no Maranhão. — Francis-
co Teixeira de Moraes.
- 1876 — XXXIX, 136 ... Como o conde de Nassau tomou a for-
ça do Porto Calvo, e o Conde de
Bagnuolo se retirou para a Bahia.
- 1893 — LVI — 161 Carta ao conde de Nassau noticiando a
aclamação e juramento de D. João IV.
(Marquez de Montalvão).

- 1906 — LXIX — 161 .. Assento que se tomou sobre a carta que escreveu o tte. mestre de campo geral André Vidal de Negreiros, em que dá conta de ser fugido Henrique Dias — (1645).
- 1918 — LXXXIV, 376 .. Carta de Martins Soares Moreno, a Antonio Telles da Silva (1646).
- 1906 — LXIX, 183 Carta que escreveram de Pernambuco Martins Soares Moreno e André Vidal Negreiros a Antonio Telles da Silva (1645).
- 1874 — XXXVII, 322 ... De como os holandezes tomaram a Paraíba.
- 1915 — LXXVIII, 285 .. Alguns documentos novos para a história da Restauração Pernambucana (com 1 prefacio de J. Lucio de Azevedo (1915).
- 1893 — LVI, 85 Parecer sobre as cousas do Brasil, principalmente da Restauração Pernambucana. (1647).
- 1879 — XLII, 182 A armada de Segismundo van Schkoppe.
- 1874 — XXXVII, 332 .. De como Seg. van Schkoppe se apoderou de Moribeca, e foi ganhando a campanha.
- 1877 — XL, 435 Como se rendeu a força de Linhaem, e partida de J. F. Vieira do Monte das Tabocas, etc.
- 1906 — LXIX, 151 — Carta a S. Majestade (1645). Antonio Telles da Silva.
- 1906 — LXIX, 173 — Carta que os do Supremo Conselho, governadores em Pernambuco, escreveram a Ant. Telles da Silva, governador e capitão general deste Estado, por dois embaixadores que a esta cidade mandaram — (1645).

58 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

- 1918 — LXXXIV — 355 Carta de Ant. Telles da Silva ao rei sobre a Restauração de Pernambuco — 1645-15-10.
- 1918 — LXXXIV — 378 Carta de Ant. Telles da Silva ao rei, Baía, 12-7-1646.
- 1860 — XXIII, 399 — Joaquim Francisco de Souza Navarro — Memoria acerca da casa em que morou J. Fernandes Vieira, a do conselho holandez e os fortes das Salinas e dos Afogados.
- 1848 — X, 397 Biografia de D. Clara Felipia Camarão — (Joaq. Norberto de Souza e Silva).
- 1918 — LXXXIV, 428 — A segunda viagem de Spilbergen, pelo Dr. Affonso Taunay.
- 1877 — XL, 421 Batalha do Monte das Tabocas.
- 1914 — V, 379 Batalha do Monte das Tabocas. Cong. de Historia.
- 1879 — XLII, 91 — Vitoria dos moradores da povoação de Tijucapapo contra os holandezes.
- 1867 — XXX, 2.^a —
419 Naturalidade de D. Antonio Felipe Camarão. — Varnhagen.
- 1906 — LXIX, 161 — Traslado de um assento que se tomou em presença do governador deste Estado sobre a carta que escreveu o Tte. de Mestre de campo General André Vidal de Negreiros em que dá conta de ser fugido Henrique Dias.
- 1906 — LXIX, 165 — Treslado do Assento que se fez sobre as cousas de Pernambuco.

- 1906 — LXIX, 173 — Cópia da carta que os do S. Conselho, governadores em Pernambuco escreverão ao Sr. Antonio Telles da Silva, governador e capitão geral deste Estado por 2 embaixadores que a esta cidade mandarão.
- 1906 — LXIX, 182 — Cópia de huma carta que escreverão de Pernambuco Moreno Soares Martins e André Vidal de Negreiros a Antonio Telles da Silva.
- 1914 — LXXVII, 235 — Alguns documentos novos para a Historia da Restauração pernambucana. Com prefacio de João Lucio de Azevedo.
- 1918 — LXXXIV — A Restauração pernambucana. João Lucio de Azevedo.

Obs. — O autor desta relação (José Honório Rodrigues) tem, em preparo, uma bibliografia crítica e comentada sobre o período holandês no Brasil, a qual obedece às regras técnicas sobre a matéria.

O PROBLEMA DO MAR

LIBERDADE DOS MARES

LIBERDADE DOS MARES

As grandes descobertas marítimas deslocaram as vias de comércio do Mediterrâneo para o Atlântico e acentuaram e desenvolveram as relações comerciais. Os espanhóis e portugueses, que ainda dominam a política internacional da época, trazem aos mercados europeus os produtos orientais transformando o próprio estilo de vida, que se torna burguês e mercantil. O comércio de Lisboa é, então, o mais rico da Europa. Era a metrópole comercial do mundo. A opulência da era manuelina, com os comerciantes da pimenta, do marfim, do âmbar e de tantas outras especiarias da Índia, ofuscava e seduzia aos outros povos que vinham à Lisboa negociar, na tão famosa rua dos Mercadores. As condições econômicas do país, a intensificação das relações comerciais criavam um meio favorável ao desenvolvimento intelectual de Portugal.

A Lusitânia, tão pouco propensa às artes, vê, na era manuelina, surgir o influxo gótico na ar-

quitectura e Sevilha, também, abarrota no seu tesouro a prata e o ouro trazidos nos seus galeões do Perú (2).

Mas, em 1580, com a anexação de Portugal à Espanha, a fugáz e efêmera opulência portuguesa começava a declinar. Além de perder Portugal, desde aí, o cetro do mar que lhe garantia lucros consideráveis, não possuía o país uma classe burguesa, capaz de assumir a direção dos negocios comerciais. País agrário, rural, não se havia ainda formado uma burguesia com as aptidões comerciais e a visão mercantil, por exemplo, dos mercadores holandeses. Havia apenas uma minoria de negociantes que lucrava, enquanto a Nação empobrecia, ainda embalada com a esperança dos proventos fáceis das emprêsas marítimas. Um grupo social determinado com características comuns, tirando do crédito e do capital a sua fonte de conservação, não podia surgir da noite para o dia, num país de economia feudal. É verdade que o português se antecipou na Europa no burguesismo, mas um burguesismo tão precoce e tão sem raízes económicas que o resultado foi a sua falha total no programa comercial e marítimo, empreendido pelos Aviz (3).

(2) Ver Bibliografia anexa.

(3) Gilberto Freyre — *Casa Grande e Senzala*, pág. 199.

Com essa decadência, passa Lisboa a ser mero pôrto de escala e distribuição, mantendo-se, ainda, a custo, devido a preponderância espanhola.

Para manutenção das emprêsas marítimas, começa D. João III a pleitear, nas praças de Flandres e Holanda, os capitais necessários. Assim, os mercadores e banqueiros estrangeiros, concedendo esses créditos e mantendo o comércio com o norte e ocidente da Europa, vão enfeixando em suas mãos a hegemonia do poder marítimo. Começam, pois, os holandeses, a princípio pela concessão de créditos e pelos transportes de mercadorias que vinham buscar nos portos de Lisbôa e da Espanha, a manter um tráfico considerável e proveitoso. Até 1580 essas relações dos Países-Baixos com os portugueses continuavam no mesmo tom amistoso, quando, em 1585, Filipe II ordenou o confisco de todos os navios holandeses e proibiu as relações comerciais com bätavos. Vivendo os holandeses dêste comércio e encontrando-se o pôrto de Lisboa fechado aos seus navios, resolvem ir buscar nos próprios locais as mercadorias com que abasteciam o norte da Europa.

Em 1588, surge a primeira companhia de comércio, junção, em geral, de companhias isoladas, que traz a vantagem de não elevar pela concorrência o preço das mercadorias nas Índias e torná-lo mais baixo na Holanda. Inicia assim a Holanda

as suas grandes excursões aos mares oceânicos, o que lhe vai dar o domínio comercial do mundo.

Em Amsterdão se concentram grandes capitais; ai sobejam riquezas e comodidades. A burguesia rica e opulenta assume o poder não só econômico, como o poder político.

Alguns escritores têm atribuído êsse desenvolvimento econômico aos judeus, mas, não só João Lúcio de Azevedo como Hauser (4) acham que se tem exagerado essa afirmação. João Lúcio, declara, mesmo, que o que os atrai é o fato de ser a Holanda país que melhores possibilidades econômicas oferece. (5)

Para garantir os enormes interesses comerciais que lhe asseguravam a hegemonia na Europa, portugueses e espanhóis fecham os mares da Índia e do Pacífico ao comércio das outras nações.

Assim, no início do século XVI, o Oceano Índico é um mar português, como o Pacífico é monopolizado pelos espanhóis. Agora quando a decadência já é visível e os sinais fortes do poderio holandês surgem na paisagem marítima do século XVII, Portugal e Espanha continuam a fechar os mares às outras potências capazes de ir às colônias buscar as mercadorias de que necessitem.

(4) Hauser — *La preponderance espagnole*, pág. 276.

(5) João Lúcio de Azevedo — *História dos cristãos novos*, pág. 29.

Sabemos que a Holanda havia resolvido atacar as colônias por tuguesas e espanholas, ferindo, assim, não só a preponderância marítima e comercial daqueles povos como assegurando para si as riquezas que o sistema colonial oferecia como complemento ao capital. Na sua formação, o capital encontra nos mercados coloniais outro elemento de acumulação. Assim, era necessário defender em teoria, para dar visos de verdade, a necessidade prática que tinha surgido.

As necessidades econômicas determinavam a elaboração de uma doutrina jurídica que correspondesse ideologicamente aos interesses comerciais de então.

Precisando transitar pelos mares fechados, negociar e comerciar com os povos coloniais, saqueá-los e pilhá-los que é a visão comercial e burguesa da época, era mister que se firmasse a doutrina da liberdade dos mares. O mercantilismo nascente do império holandês necessitava da posse desses caminhos marítimos, que tantos proveitos vão fornecer à formação do capitalismo. Inaugura a Holanda, apoiando-se nas companhias de comércio e no bom mercado dos capitais, a série moderna dos imperialismos econômicos. Era assim necessário defender, juridicamente, essas necessidades de ordem econômica.

Na Holanda do século XVII havia surgido uma floração espontânea de talentos e de sistemas jurí-

dicos originais. Nos Países Baixos um grande desenvolvimento se vinha manifestando no direito internacional.

Já na época da influencia e hegemonia espanhola, havia a terra ibérica sido berço de escolas eruditas que alimentavam as teorias jurídicas, garantidoras, na opinião internacional, da fôrça material com que asseguravam os seus domínios.

Muitos ai já haviam afirmado o direito ao cesarismo marítimo espanhol. Muitos já doutrinavam sôbre as pretensões de domínio do Império espanhol.

Vitória, não sabemos por que, e só o compreendemos como valor antitético, afirmara o êrro e o absurdo do direito do mar. *Vitória*, sendo católico e espanhol, deveria, lógicamente, defender as pretensões espanholas e confirmar o direito do Papa sôbre o mundo temporal. Mas ao lado da doutrina oficial impelida pelas necessidades econômicas, surgia uma outra teoria, contraditória. Aliás, essa teoria jurídica de se considerar o mar um domínio fechado surgiu na época medieval, em todos os povos em florescência que navegavam e que do mar viviam. O direito romano colocara o mar entre as cousas que, em virtude do direito natural, são comuns a todos (6).

Na época medieval o mar tornara-se uma fonte de riqueza pública e assim os governos pretendiam

(6) Nys — *Les origines du droit international*, pág. 379.

o domínio sôbre os mares. Quando a república Veneziana estava em pleno poderio, exerciam êles o domínio exclusivo do mar Adriático. E encontraram juristas prontos a defender os interêsses comerciais da república.

Barthélemy Coepola, Rafael Fulgose e Rafael Currio defendem juridicamente as pretensões venezianas.

Também Gênova pretendia assegurar para si o domínio absoluto do mar de Ligura e encontrara, em Pedro Batista Borgo, seu ardoroso defensor. É interessante observar que foi também um italiano, como no caso espanhol, educado então na mais célebre universidade italiana — *Perugia*, — Alberico Gentilis — quem condenou a doutrina veneziana.

Vemos, pois, que ao lado dos doutores oficiais, bajuladores constantes da fôrça do Estado, surgia como elemento antagônico de cultura, dialêticamente formado, pelas contradições da doutrina oficial, um espírito com vigor e talento capazes de se opor às injunções do pensamento dominante. E surgiam com fôrça, para permanecer, enquanto as teorias oficiais sumiam-se na contingencia destruidora do tempo.

A questão já não era assim nova, e vimos que os governos haviam sempre encontrado juristas e professores que lhes defendessem as suas pretensões. Apenas Vitória e Gentilis haviam esboçado a tese da liberdade dos mares.

Em 1598, depois de organizada a Cia. das Índias Orientais, haviam os holandeses iniciado a penetração aos mares índicos, dos quais, até então estavam excluídos. Os grandes capitais com que contavam, a atividade dos seus estaleiros navais, a qualidade dos navios, o baixo preço do frete, facilitavam o comércio com os povos orientais e faziam perigar a grande fonte de riqueza do império luso-espanhol. Considerados pelos portugueses como piratas, os holandeses, em guerra com a Espanha, sob cujo domínio viviam os lusos, atacam navios portugueses. Dizem alguns publicistas, como Nys e Basdevant que a reforma calvinista havia formado, na mentalidade dos mercadores holandeses a convicção de que as presas eram injustas. Alguns destes mercadores pouco se preocupavam com a legalidade das mesmas, mas uma grande maioria ameaçava abandonar a Companhia. Esta cisão era prejudicial aos interesses dos Estados Gerais. Então resolve a companhia incumbir Hugo de Groot de defender a legalidade da presa. Assim sob a inspiração e a necessidade da defesa dos interesses comerciais da Companhia, surge o "*De Jure praeda*" que, no entanto, não foi publicado. O capítulo XII desta obra foi destacado e impresso sob o título de "*Mare liberum*" para exercer sôbre a opinião pública certa influência capaz de justificar as necessidades econômicas dos mercadores de Amsterdão. Mas se o fator determinante é, inegavelmente,

econômico, não há dúvida que é ele encampado pela política papal. Na defesa da doutrina do mar fechado, o que se procura também confirmar é a soberania do Papa, na ordem laica. Tanto assim que todos os autores que defendem a doutrina, estribam-se principalmente naç bulas papais. Serafim de Freitas, por exemplo, não só defende o poder papal sôbre as cousas temporais como baseia o direito dos portuguezes sôbre o mar da Índia, em virtude do título emanado do "Soberano pontífice". Os Papas concediam o direito de navegar sôbre os mares sòmente às nações católicas e submissas ao seu poder. É interessante, pois, observar que a defesa do direito de liberdade dos mares é pleiteada por homens da reforma, então inimigos mais cerrados do papismo. Defendendo essa doutrina, ameaçavam o poder temporal dos Papas, já de certo modo abalado em seus alicerces. Consideravam-se soberanos do mundo, por direito divino, cabendo, assim, sòmente a êles atribuir a êste ou àquele país o direito de dominar os outros povos. Os reformistas da Holanda, asseguravam, dêste modo, os seus interêsses comerciais e atacavam o inimigo religioso. A política internacional até então controlada pelo chefe da Igreja católica, começa a transformar-se definitivamente. Grotius não admite que o Pontífice possa conceder aos portuguezes o direito de domínio sôbre o mar. Não só porque não tem poder sôbre os infiéis, como, tam-

bém, porque lhe falta o poder civil, sôbre o qual poderia ser fundada essa doação papal (7).

Grotius escreveu, pois, o seu opúsculo encarregado pela Companhia das Índias Orientais. W. Van der Vlugt afirma que, quando um quarto de século depois John Selden publica o tesouro de erudição que se intitula "*Mare Clausum*" foi levado mais pelo renome de Grotius do que pelo mérito da obra dêste. De fato a tese da liberdade dos mares já vinha de Vitória, e Grotius serviu-se muito da sabedoria espanhola (8). Em Vasquez vai êle buscar a tese de que o direito de navegar sôbre os mares não pode ser admitida em proveito de uma só nação. Não recebeu Grotius contestação alguma, porquanto no momento da publicação a trégua de 12 anos havia sido firmada. Se não fôra isso, juristas não faltariam para defender os interesses prejudicados do império luso-espanhol.

Mas, em 1625, surge a obra de Serafim de Freitas, erudito português, professor da Universidade

(7) Ver Bibliografia anexa.

(8) Grotius não era tão sômente um internacionalista, mas um homem de grande erudição. Quando Laet publicou "Nova Orbe" que era uma obra de geografia do mundo sustentou Grotius uma polêmica com o autor da *Historia, ou anais dos feitos da companhia das Indias Ocidentais*, acusando-o de ter plagiado Manuel de Moraes, padre brasileiro que se tornara calvinista. Grotius e Laet sustentaram grande discussão sôbre a origem dos índios americanos e foi exatamente nesta ocasião que Grotius acusou Laet de ter plagiado o livro de Manuel de Moraes (Ver: Anais do Museu paulista — Taunay, "O padre Manuel de Moraes". 1927 — vol. II, pág. 1.

de Valladolid, combatendo Grotius. A trégua houvera terminado, e os holandeses atacavam, em luta com a Espanha, as possessões e colônias luso-espanholas. Era necessário ainda, a defesa de tão má e injusta tese.

A um português subdito da Espanha e mestre da Universidade de Valladolid, onde florescia as doutrinas oficiais, cabia opor-se ao grande internacionalista holandês.

O tradutor da esquecida obra de Freitas afirma que foi êle “o mais sério adversário de Grotius, o único que o soube enfrentar corpo a corpo, capítulo por capítulo, argumento por argumento, com uma ciência tão profunda quanto extensa e uma dialética cerrada” (9). Nys também considera a obra notável, declarando que Freitas defendia com talento uma causa fraca.

No entanto, verifica-se com facilidade que o tradutor da obra de Freitas exagerou os méritos dessa, pois Basdevant considera tôdas as obras de crítica a Grotius eclipsada pelo famoso “*Mare Clausum*” de Selden. De fato, a obra do erudito professor de Valladolid não tem o alcance daquela que Selden publicou quando surgiu a questão da pesca nos mares setentrionais. A Inglaterra, já desde 1609, havia proibido, aos estrangeiros a pesca nos mares e nas costas que banham a Escócia, a Irlan-

(9) *Justification de la domination portugaise en Asie* — Serafim de Freitas, trad. de Guichon de Grandpont.

da e a Inglaterra. Êste golpe tentava ferir a supremacia marítima holandesa. A política de proteção à Marinha inglesa só se tornou, no entanto, uma realidade, com o govêrno de Carlos I.

Os interêsses marítimos da Inglaterra tinham sido ofendidos com a publicação do livro de Grotius. Sabe-se que Jaime I encarregara o seu representante diplomático de pedir, em Haya, que o autor fôsse punido. É interessante observar, que nesta época, os homens de espírito tinham adquirido um certo relêvo na vida pública.

Machiavel e o successo da sua obra levaram os governos a se preocupar com as obras de pensamento.

Vimos que as cidades do Mediterrâneo, a Espanha e Portugal, a Holanda e a Inglaterra, cuidavam com interêsse de elaborar sempre um pensamento que lhes firmassem as suas ações internacionais.

Assim, é no reinado de Carlos I que Selden, cuja obra permanecera durante 15 anos em manuscrito, publicou o seu erudito livro.

Esta obra e a de Serafim de Freitas não tiveram a repercussão que de qualquer modo mereciam, permanecendo os dois como meros servidores dos interêsses estatais.

A doutrina de Grotius sabemos que foi feita sob a injunção do govêrno, mas correspondia ao

ideal burguês da época: — liberdade. Liberdade de comércio e de livre exame.

Procuramos, intencionalmente, não nos fixar na argumentação teórica das doutrinas, porque, além de terem elas, hoje, bons comentadores, o nosso interesse foi apenas o de mostrar o surto destas teorias impulsionadas pela Reforma e pelo grande desenvolvimento econômico da era atlântica.

BIBLIOGRAFIA

- PILLET — “Les fondateurs de Droit International” — Paris — 1904.
- NYS — “L’origine de Droit International” — 1894 — Harlem.
- VLUGT W. Van der — “L’oeuvre de Grotius” — recueils — Tomo VII — 1925 — págs. 399-509.
- FREITAS, SERAFIM — “Justification de la domination portugaise en Asie”, ed. J. P. Aillaud, Guillard.
- (2) *Sobre a era manuelina* — Júlio Dantas — História da Colonização Portuguesa — vol. I — pág. 4.
- MALHEIROS DIAS — D. João III — História da Colonização Portuguesa — vol. II — pág. 2.
- (7) *Sobre o poder papal* — Serafim de Freitas — obra citada, caps. VI — VII — VIII.
- Sobre GROTIUS — Sylvino Rangel do Amaral. Ensaio sobre a vida e a obra de Hugo de Groot. 1903.

O PROBLEMA DA TERRA

- I — O PLANO GEOGRÁFICO DA CON-
QUISTA. O CENTRO POLÍTICO.
- II — O CENTRO ECONOMICO.
- III — O ASPECTO ANTROPOGEOGRÁ-
FICO.
- IV — A EXPANSÃO TERRESTRE.
- V — A EXPANSÃO COSTEIRA.
- VI — AS REGIÕES NATURAIS.

O PLANO GEOGRÁFICO DA CONQUISTA

ATAQUE AO CENTRO POLÍTICO — BAÍA

Quando se preparava, na Holanda, a frota que devia atacar a colônia espanhola das Índias Ocidentais era de se presumir que não se descuidassem os diretores da orientação e do plano da conquista. Não lhes faltavam informações sôbre as terras brasílicas, sôbre as quais meditassem para um ataque mais seguro e eficiente. Essas informações, que possuíam os mercadores holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, não provinham só de elementos judaicos, temerosos da Inquisição, sempre ameaçadora aos seus bens e às suas vidas. Não há dúvida, que pelas relações internacionais que sempre mantiveram, êles, os judeus portugueses, moradores da Baía e de outras partes do Brasil, podiam informar e esclarecer aos seus amigos da Holanda, terra que lhes era tão cara, naqueles momentos angustiosos que atravessavam, perseguidos em tôda parte por uma legislação férrea. Assim, vários dos nossos escritores têm procurado mostrar

que os judeus contribuíram de maneira acentuada para a conquista e o estabelecimento dos holandeses no Brasil. A verdade é que se presume que os judeus tivessem colaborado com avisos e esclarecimentos para a invasão da Baía. Mas não foram só êles (10). Em 1618 o rei da Espanha era informado que D. Manuel, filho de D. Antônio — Prior do Crato, estava em correspondência com Francisco Ribeiro, capitão na Paraíba, que, por sua vez, tinha parentes judeus na Holanda. Assim o próprio filho de um pretendente ao trono português, para conseguir a sua elevação ao trono, procurava o auxílio da França em troca do Brasil (11).

Houve até um frade de S. Francisco, Frei Pedro de Assunção, que foi encarregado pelos Ribeiros de ir à Holanda levar informação sôbre o estado da Colônia luso-espanhola.

Além disso, como sabemos, disseminados pelo Brasil encontravam-se homens de várias nações, holandeses, franceses e ingleses que bem poderiam informar sobre o Brasil á tão poderosa e rica Batávia.

Depois dos ataques repetidos às costas brasileiras, tornaram-se temidos os estrangeiros. Providenciava a legislação da metrópole contra os perigos que daí poderiam advir, enviando várias car-

(10) *Os judeus na História do Brasil* — pág. 32 — Rodolfo Garcia.

(11) Vide nota suplementar n.º 6, no fim do volume.

tas que restringiam e mais tarde proibiam a vinda desses imigrantes estrangeiros ao Brasil. Na véspera do Natal de 1599, durante o governo de Francisco de Souza, os capitães Hartmann e Broer aportaram à Baía procurando saqueá-la (12). Dois dias antes, um navio holandês que fundeara também na Baía, foi capturado e aprisionada a tripulação. Os holandeses, portanto, desde o século XVI já mantinham relações freqüentes com o nosso litoral. Em 1604 foi o pôrto da Baía forçado por 7 navios holandêses comandados por Paulus Van Caarden (13).

Essas tentativas mostram que os holandeses pretendiam apoderar-se de qualquer Colônia do domínio espanhol. Várias cartas de Filipe II a Diogo Botelho denunciam que a Espanha tinha conhecimento desses ataques e pilhagens dos holandeses às suas colônias. Tais arremetidas ainda não obedecem a planos de conquista, não preferem esta ou aquela porção, mas têm apenas o objetivo de saquear portos ou navios carregados de coisas preciosas (14). O fato é que os holandeses muito antes do ataque à Bahia já eram conhecidos no Brasil.

(12) Ver a bibliografia anexa a este capítulo.

(13) Ver a bibliografia anexa a este capítulo.

(14) *História Geral do Brasil* — Varnhagen. Nota de Rodolfo Garcia, X, pág. 107.

Tinham já se localizado no Amazonas, onde os seduzia, naturalmente, o caminho para as ricas minas de prata do Perú. Pouco tempo antes da conquista as viagens dos holandeses às nossas costas são freqüentes e os lucros vastos.

Em 1616 tomaram 28 navios de carreira do Brasil. Em 1623 o número subiu a 70 (15). Alguns desses navios holandeses eram, às vezes, capturados pelos portugueses e dêste modo alguns bátavos seguiam presos para a Baía (16). As informações que esses detentos poderiam prestar eram as mais valiosas possíveis. Um tal Manuel Vandale foi um guia e um animador dos planos, devido aos conhecimentos adquiridos durante a sua estadia na Baía, onde esteve preso. Conseguindo fugir, seguiu para a Holanda, onde insuflou a conquista das terras brasileiras. Outro, também, Francisco Dusch, que fôra preso no Rio de Janeiro por Martim de Sá, mais tarde comandará os ataques holandeses à Baía.

Dêste modo, vemos que não lhes faltavam noções certas sôbre as condições não só geográficas como políticas e econômicas das capitânicas espanholas das Índias Ocidentais. Tudo poderiam, pois, estudar: a costa preferível, o modo de assegurar o êxito da investida, o processo de conquista etc.

(15) *História Geral do Brasil* — Varnhagen — Tomo II pág. 197.

(16) Vide Nota Suplementar n.º 7.

A Baía era bem conhecida e portanto a que melhor facilitaria a organização do plano de conquista. Seria pela sua situação geográfica um ótimo ponto de apóio para as ulteriores operações no Atlântico e de onde fãcilmente poderiam estender a sua influênciã às outras capitãncias como também a outras possessões sul-americanas.

Desde o malôgro do primeiro sistema tentado pelos portuguezes, era a Baía a sede do govêrno central. Centro político da colônia, se dominado fôsse, não lhes seria difícil apoderar-se das outras capitãncias e mesmo daquelas que, legalmente não estavam subordinadas a êsse govêrno.

O fato é que era a Baía um pôrto de fãcil acesso, bastante largo e seguro em condições geográficas eficientes para a sua escolha. Laet atribue mesmo a essa situação geográfica, de facilidade do pôrto e também do ponto admirável para expansão pelo resto da colônia, a conquista da Baía. Além do que era, inegãvelmente, depois de Pernambuco, uma das mais ricas capitãncias. São Vicente e os núcleos de São Paulo já iniciavam uma fase de decadência.

Produzia a Baía açúcar e pau-brasil e, além disso, como ponto de abastecimento para a frota, o seu estado era dos melhores.

Mas, parece-nos que um dos fatores importantes da escolha é, sem dúvida, o fato de ser a Baía a sede do poder central da colônia. Embora pa-

reça que a nossa afirmação vá de encontro a Brandenburger, quando êste afirma que um dos motivos da escolha de Pernambuco é ser êste um feudo, isso se não verifica, pois, é bem possível que adquirida a experiência da Baía, resolvessem atacar não mais o centro político da colônia, e sim a sua base econômica, que era Pernambuco (17).

Entretanto, convem notar que, da parte dos holandeses, o intuito predominante é a posse total da colônia e não apenas de uma parte. Esta apenas serviria de um ponto de referência para a conquista, fornecendo-lhes, sobretudo uma base econômica. Vide. *Memórias Diárias do Marquez de Basto*, cap. .

(17) Vide pág. 96 e seg. deste livro.

CENTRO ECONÔMICO — PERNAMBUCO

Derrotados e expulsos da Baía não perderam os holandeses o desejo e a esperança de conquistar no Brasil, ao menos, uma porção que lhes desse as rendas pretendidas pelos burgueses mercadores da Holanda.

O ataque à Baía lhes foi uma proveitosa e útil lição, a qual lhes haveria de guiar na orientação do novo plano de conquista.

Não seria difícil aos holandeses, que continuavam nas suas incursões e investidas às costas brasileiras, informar-se sobre a capitania mais rica do Brasil. Mantinham, mesmo, comércio regular, fornecendo linho e algodão em troca do açúcar. Os judeus foram, inegavelmente, bons informantes, porque, conforme afirma Rodolfo Garcia, é fato provado terem os holandeses contado com o auxílio de Antônio Dias Papa-Robalos que por muito tempo negociára em Pernambuco e depois passara

à Holanda (18). Mas não só os judeus. Alguns holandeses se haviam estabelecido na Baía de onde poderiam informar sôbre as coisas e as condições do Brasil (19). Dêste modo vemos que continuavam os holandeses mercadores de Amsterdão a obter dados sôbre o Brasil e, assim, estavam bem orientados para o plano do novo ataque.

A cobiça holandesa foi excitada pelo açúcar. Lisboa devia o seu grande esplendor marítimo e comercial à produção açucareira. A Índia já era uma emprêsa falida. A produção do açúcar no século XVII pertencia na maior parte, ao Brasil, e aqui era Pernambuco o núcleo central da produção e do comércio da América Portuguesa. Não lhes seria difícil conhecer esta situação econômica. Já muito antes do poderio da Holanda, Flandres era o principal mercado, e assim a maior parte do açúcar lhe era destinado. No século da invasão, Lisboa inundava o mercado europeu com açúcar e os holandeses eram os seus principais consumidores, levando ao norte da Europa o produto que já

(18) *Judeus na Historia do Brasil*, pág. 32. Vide Bloom, *The economic activities of jews, etc.*, pág. 129. Os judeus serviram especialmente como tradutores. O conhecimento das duas linguas facilitava-lhes essa atividade, *idem*, pág. 130.

(19) Guilherme Loos ten Glimmer transmite a Marcgraf informações sôbre expedições a minas, numa das quais houvera feito parte. Varnhagen situa essa expedição no govêrno de D. Luiz de Souza, mas a verdade é que ela se realizou entre a restauração baiana e a perda de Pernambuco, portanto, no govêrno de D. Francisco de Moura ou no de D. Diogo Luiz de Oliveira.

não era mais “droga de luxo”. Proibidos os seus navios de freqüentarem o pôrto de Lisboa, era natural que procurassem se abastecer no local da produção. Daí ao desejo de conquistar, à Lisboa o comércio, pouco faltava. Certificados pois, de que Pernambuco é o centro básico da economia colonial, voltam sua preferência para esta região. Por ser a mais rica, a mais próspera, a que lhes oferece perspectivas de maiores rendimentos, é Pernambuco a escolhida para o saque. E isso porque, como já afirmamos, não os dirige um sentido de verdadeira criação colonial, mas sim o espírito de pilhagem tão característica daquela época (20).

A vida faustosa de Olinda tão celebrada nas velhas crônicas; a opulência de alguns senhores de engenho atestam a riqueza da capitania de Pernambuco. O luxo dos moradores, as jóias que ostentam as senhoras, pouco devotas como afirma Cardim, os grandes banquetes, freqüentes e regados,

(20) Quando nos referimos ao saque, queremos exatamente mostrar que eles tinham, naquela época, apenas a idéia de assenhorear-se do comércio. O domínio sôbre a produção viria, embora esboçado em Moerbeck, mais tarde, com a tentativa de criação colonial. Tanto assim, que Alfredo de Carvalho afirma que só depois da conquista foi que o açúcar mereceu as mais desveladas atenções. (Minas de Ouro e Prata in *Aventuras e Aventureiros no Brasil*). Os portugueses, na Índia, estabelecendo o regime das “feitorias” tiveram também o mesmo intuito, isto é, não criar a colônia, mas o entreposto imperialista do comercio. No Brasil, como não encontraram uma civilização organizada, tiveram de assenhorear-se do solo e lavrar a terra.

caracterizam o esplendor rural na capitania de Duarte Coelho.

Desde a anexação de Portugal à Espanha era Pernambuco a mais adiantada das capitanias do Brasil, quer do ponto de vista agrícola, quer do confôrto de vida e da polidez dos costumes.

O desenvolvimento econômico da capitania iria elevar sensivelmente o seu nível cultural. Além de músicas e dansas, jogos e folguedos, encontramos representações de auto com aquele que foi levado à cena em 1575 — O rico avarento e o lazaro pobre — atestados eloqüentes dos seus inícios intelectuais. “Não era ainda um centro intelectual mas já tinha os seus desfastios intellectuais” (21) (22).

Cardim assinala que as fazendas pernambucanas, maiores e mais ricas dos que as da Baía, o agasalharam e aos seus companheiros, não em rêdes indígenas, mas em camas de damasco e carmezim

(21) *Nova Lusitânia* — Hist. da Colonização Portuguesa no Brasil. — Oliveira Lima — pág. 306 do vol. III.

(22) Naturalmente é de se presumir que os cronistas que nos falam destes requintes da época colonial tenham exagerado. É o que observa Gilberto Freyre. “Parecem-nos às vezes patranhas de frade — as histórias que se contam da opulência e do luxo dos senhores de engenho baianos e pernambucanos nos séculos XVI e XVII (pág. 298, C.G.&S.).

franjado de ouro e ricas colchas da Índia. Assim, tinha Pernambuco, em comparação com as outras capitanias, algo necessário ao conforto. Era o açúcar que criava essa situação privilegiada no Brasil, tão boa como o reino.

E foi o açúcar que atraiu a cobiça holandesa e determinou a escolha de Pernambuco.

Essa tese de que o açúcar determinou a escolha de Pernambuco querem alguns atribuí-la a escritores modernos, porém, ela parece esboçada em vários dos velhos historiadores das lutas holandesas no Brasil. Naturalmente, não contando êles com os métodos de investigação e de estudo que possuímos hoje, não afirmavam com precisão ter sido o açúcar a causa determinante.

Gilberto Freyre declarando que Vicente Licínio Cardoso havia agitado a tese de ter sido o nordeste o ponto preferido para o ataque holandês por ser então o maior produtor de açúcar, a reivindica, entretanto, para Oliveira Lima, que atribuíra o esforço expansionista do holandês no Brasil ao desejo de ser êle o fornecedor exclusivo do açúcar no mercado europeu.

Ora, antes de Oliveira Lima, já Wätjen havia mostrado que a escolha holandesa de Pernambuco se estriba no desenvolvimento açucareiro desta capitania. Antes, mesmo, dêste notável escritor alemão, Brandenburger atribuíra a preferência de Pernambuco ao fato de ser esta a mais rica das

capitanias oferecendo, assim, perspectivas de maiores rendas, além de outros fatores que depois comentaremos. Mas de tudo isso o que ressalta é que Gilberto Freyre já num artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, onde cita o trabalho de J. J. Reese, não o lera com atenção, pois de outro modo poderia ter mostrado que a prioridade da tese pertence a êste escritor (**).

Esse sim, no referido trabalho declara, textualmente, que “semelhante riqueza não deixara de despertar a cobiça dos industriais e comerciantes holandeses.” Mostra o autor que uma proposta foi apresentada em 1623 aos Estados Gerais por Moerbeck, o qual não deixara de orçar a produção açucareira do Brasil. Além da vantagem resultante do saque ao açúcar, demonstrava êste as vantagens da indústria nacional, resultante da purificação do açúcar bruto pelos holandeses. E outra vantagem que não deixou de ocorrer foi a da exportação dêsse açúcar refinado aos grandes mercados europeus, incrementando as transações comerciais do país.

Ora, aí está o que afirmamos: a tese é levantada por J. J. Reese, mas o próprio Moerbeck, no seu relatório, mostra que o açúcar é a causa central predominante da escolha.

(**) A cultura da cana no Nordeste. Gilberto Freyre — *Diário de Pernambuco* numero comemorativo do centenario, 1925 pág. 156.

Por conseguinte, si um autor de 1623 propõe a escolha de Pernambuco para o foco principal onde se deve concentrar o esforço holandês, é claro que aos velhos cronistas e historiadores não poderia ter passado despercebido êsse problema. Foi o que procuramos pesquisar e chegamos à conclusão, que está de acôrdo com o que afirmamos de início, de já terem aqueles esboçado a tese.

Johannes de Laet na sua "História ou Anais dos feitos da Companhia privilegiada das Índias Ocidentais", livro 1.º, pág. 12 afirma que a Baía foi primitivamente escolhida por causa de açúcar e de pau-brasil, gêneros que se tinham por muito vantajosos, afora outros dados, como, por exemplo, a acessibilidade da Baía de Todos os Santos. No livro VI, pág. 213, afirma que frustrada a conquista da Baía, resolveram os diretores, que se dirigissem ao Norte do Brasil, especialmente a Pernambuco, por causa da sua situação e o rico tráfico que ali se fazia de açúcar e de pau-brasil.

Ora, se Laet dá também o açúcar como causa da conquista da Baía é porque naquela época não se tinha ainda bases para se saber e determinar a capitania mais rica do Brasil.

No citado livro de Laet nota-se a preocupação constante do açúcar. São navios capturados cheios de açúcar; é a descrição das cidades e capitánias em que se contam, primeiramente, o número de engenhos e a qualidade de açúcar fabricado. E Laet,

quando descreve a capitania de Pernambuco, dividendo-a em povoações, tem logo o cuidado de dizer que mais de sessenta engenhos fabricavam o açúcar e que eram mandados para Portugal de oitenta a noventa navios e barcos carregados desse gênero. Southey, no vol. II pág. 19 de sua "História do Brasil" afirma que "pelas presas procedentes de Olinda, que freqüentemente capturavam, sabia-se do estado de Pernambuco, oferecendo elas próprias vivas provas das riquezas da terra". Segundo este autor, calcularam os holandeses que nestas capitanias poderiam anualmente carregar de açúcar cento e oitenta navios. O cálculo de Southey é de 89 navios anuais.

Varnhagem, num capítulo de seu livro "Os holandeses no Brasil", intitulado "da preferência dada a Pernambuco", declara que lançaram os holandeses as suas vistas sobre Pernambuco por estar esta região mais perto da Europa, ser de ocupação mais fácil e mais rendosa, e por causa de outros dados que deviam na Holanda ser muito conhecidos. Ora, evidentemente aí não se fala com claresa do açúcar, embora em páginas anteriores dissesse que o açúcar era o elemento de "aquilação da riqueza".

Alfredo de Carvalho nos seus "Estudos Pernambucanos", apresenta outra causa, também de ordem econômica: diz êle: "Entre outros motivos

que determinaram a famosa Companhia das Índias Ocidentais a conquistar o Brasil, certo não faltou a esperança de aqui deparar com algumas das cobriçadas jazidas de metais preciosos..." Aí se fala no Brasil em geral e não, especialmente em Pernambuco e além disso não tinham os diretores fundamentos reais em que se pudessem basear para a escolha determinada de Pernambuco. É certo que se supunha na Europa, nesta época, que os metais abundassem no Brasil. Experiências já tinham sido feitas, porém sem resultado. Se já vimos o caso de Guilherme Loos ten Glimmer, temos a notar que nas propostas de 1623 não figuram as minas como motivo de escolha.

Eis porque, para nós, não tem Alfredo de Carvalho razão na sua afirmativa. As minas não constituíam a condição preponderante da escolha de Pernambuco. Aliás, o próprio Alfredo de Carvalho cita um trecho da reunião do Supremo Conselho no qual se afirma: "Não há dúvida que com o tempo chegaremos a descobrir minas aqui; mas, atualmente, o negócio de maiores vantagens para a Companhia é o de açúcares." E Diogo de Menezes, mais tarde, é verdade, irá dizer ao rei que "as verdadeiras minas do Brasil são o açúcar e o páu-brasil, de que V. M. tanto proveito tira sem custar da fazenda real um só vintém..."

As estatísticas que encontramos nas traduções de José Higino provam exuberantemente que o ren-

dimento do pau-brasil foi inferior ao próprio índigo da Guatemala.

Por aí se vê que o pau brasil não foi uma condição preponderante, pois se a experiência da captura dos navios já lhes havia ensinado que Pernambuco era maior em riqueza da cana do que a Baía — também lhes havia provado que os lucros de açúcar eram superiores aos de pau-brasil.

Com êsse material poderemos afirmar que foi de fato o açúcar que atraiu a cobiça dos holandeses. E essa riqueza do açúcar desenvolveu de tal maneira Pernambuco, que mais tarde, Rio, Pôrto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo e São Vicente nada apresentariam de vultoso em face da elevada cultura econômica de Pernambuco.

* * *

Não podemos deixar de reconhecer que ao lado dêsse fator preponderante outros agem também. Condições de ordem geográfica, como por exemplo aquela que Brandemburger assinala de ser o Recife o pôrto da América Meridional mais avançado para leste, excelente base de apôio para as viagens às Índias Orientais. Esta condição lhes houvera sido induzida pelas viagens às costas do Brasil. Se a Baía é um pôrto excelente, se ambos são bem conhecidos pelos holandeses e se a Baía é um pôrto de acesso mais fácil e seguro, a verdade é que Per-

nambuco lhes é mais próximo. Ambas as cidades estão situadas à beira-mar, se bem que a capital e sede de govêrno em Pernambuco seja Olinda, afastada do pôrto do Recife uma légua, e este seja um pequeno povoado sem importância, enquanto que S. Salvador é não só a sede do govêrno da Baía, como do govêrno central. Mas Pernambuco é um pôrto de escala mais apropriado para a navegação às Índias Orientais. Daí poderiam interceptar os galeões das Índias e iniciar o ataque às outras capitánias da América do Sul, principalmente, ao Perú e ao Chile, que tanto os seduziam. Ao Chile, mais tarde concretizam o desejo enviando, de Pernambuco, Elias Herckman com uma forte esquadra. Essa posição vantajosa foi percebida pelos holandeses depois mesmo da conquista do domínio, pois num relatório apresentado aos 16 de novembro de 1645 se diz: “A posição do Brasil é tal que com justa razão se pode olhar êste país como o centro, o ponto de partida de tôdas as operações de guerra, onde se podem concretizar e serem postas em execução tôdas as expedições dirigidas contra as Índias Ocidentais e outros pontos”. (23)

* * *

(23) *Documentos holandeses* — 16-11-1645 — relatório apresentado pelo Cons. de Justiça — vol. III.

Ao lado desta consideração de ordem geográfica lembra Brandenburger o fato de ser Pernambuco um feudo hereditário e não uma capitania real, portanto, um domínio que se devia contar com o pouco interêsse da coroa e, correspondentemente, com pouca resistência. (24) Parece-nos de importância secundária êsse fator. Porque em primeiro devemos considerar que a ingerência da coroa nos negócios da capitania já era bem acentuada, resultando portanto uma situação semelhante, em parte, a da Baía. Oliveira Lima afirma que a interferência do Govêrno da Metrópole era tal, que Olinda chegou, por vezes, a ser a sede do govêrno central sob pretêxto de se ativarem as expedições ao Norte e devido aos prenúncios de ataques holandeses. (25) Gaspar de Souza e seu sucessor D. Luiz de Souza residiram longo tempo em Pernambuco, tendo o último se retirado daí quando lhe veio ordem expressa da Côrte, determinando que nenhum governador do Brasil tivesse jurisdição nem cobrasse ordenado, a menos que residisse na verdadeira capital do Estado. Atribue Rodolfo Garcia esta ordem a Duarte de Albuquerque Coelho, donatário que assim via diminuída a sua autoridade na capitania de Pernambuco. Além dêsse fato, outros nos mostram

(24) Vide Nota Suplementar n.º 8, onde se acrescentam novos dados contra a tese de Brandenburger.

(25) *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*, pág. 404

como a Metrópole continuava a se imiscuir nos negócios administrativos da donatária. Quando, por exemplo, Jorge de Albuquerque morreu, a substituição do capitão-mór Manuel Mascarenhas foi feita pelo Governador Diogo Botelho. Também Matias de Albuquerque quando chegou a Pernambuco, *enviado pela côrte*, para dirigir a defesa contra os holandeses, lá, encontrou um sargento-mor, Pedro Corrêa da Gama que fôra mandado pelo Govêrno da Baía para dirigir os serviços militares de defesa. Como acentúa Barbosa Lima Sobrinho, o govêrno geral tendia a ampliar seus poderes a custa das autoridades regionais, num esfôrço de reivindicação. A nomeação dos delegados do govêrno central não exprime outra coisa. Ora, evidentemente, si o desejo de reivindicação existe sem a ameaça, mais forte se tornará com os ataques holandeses e o perigo de perder definitivamente a donatária. E' verdade que o mesmo autor observa que a centralização é devida, pela necessidade de autonomia. Mas se a centralização não é realizada no período de guerra, isso não nega a tendência à centralização, porquanto a capitania vai precisar de autonomia *durante a luta*. *Durante* — isto é, enquanto se verificam os combates de defesa e, posteriormente, quando se inicia a revolução. Mas, não se poderá lógicamente declarar que quando os holandeses escolhem Pernambuco, observam que sendo a sua

autonomia absoluta o govêrno central a desamparará e, conseqüentemente, a conquista será mais fácil.

Êsse meêsmo fato foi percebido por Handelmann quando afirma que a coroa que tão rápida e enèrgicamente auxiliára a Baía, abandonára Pernambuco à sua sorte. Por isso atribuirá êsse desleixo a dois fatores: 1.º — o estado precário das finanças espanhólas, profundamente desorganizadas; 2.º — a Baía era uma capitania real e Pernambuco um feudo, competindo a sua defesa, principalmente, ao donatário. Vemos, assim, que a falta de auxílio e socorro, Handelmann atribue ao fato de ser Pernambuco uma donatária; mas, daí a atribuir-se a escolha de Pernambuco pelos holandeses à previsão dêste descuido do Govêrno, parece-nos pouco possível. Não só em nenhum documento se vislumbra esta idéia, como, também, a proposta de Moerbeck não inclue a possibilidade de falta de socorro por parte do govêrno espanhol. Em quasi tôdas as razões de escolha, a Baía é colocada ao lado de Pernambuco, como ponto de não difícil expugnação. Sempre as consideram como praças mal guarnecidas, de pouca resistência a ataques imprevistos. E' verdade que a derrota da Baía lhes poderia ter trazido informes de maior segurança, por meio dos quais, verificasse ser ela mais forte do que Pernambuco. Num relatório sôbre

as forças militares do Brasil, no século XVII, Pernambuco e Baía se igualam (26).

Dir-se-á que isso de pouco vale, porque a defesa da Baía foi feita, não com os recursos próprios, mas sim, com os socorros enviados da côrte espano-portuguesa.

Releva notar que, mesmo como feudo, a perda de Pernambuco seria de conseqüências desastrosas, não só pelos lucros que o govêrno daí tirava, como pela impossibilidade que resultava de ulterior compra. Durante o govêrno de Manuel Telles Barreto, arrendou êste por 30.000 cruzados a receita de três capitanias — Baía, Pernambuco e Itamaracá sendo as duas últimas donatárias. Assim, vemos que os governos de Lisboa e o central do Brasil não poderiam distinguir de maneira sensível as capitanias reais das donatárias para que possamos atribuir a isso causas ou fatores determinantes de escolha. O seu auxílio sempre faltou e são unânimes os historiadores em atribuir o descalço á Espanha. Não há dúvida que a côrte não teve pressa em enviar, a não ser tardiamente, esquadra restauradora, como no caso da Baía.

De qualquer modo, parece-nos que se a coroa não auxiliou Pernambuco foi porque lhe escasseavam fontes ou recursos necessários. Tanto assim, que depois da tomada de Pernambuco providen-

(26) *Fôrças Militares no Brasil* — Moreira Guimarães. Congresso de História da América, 1914 — Vol. II.

ciou o govêrno para a defesa das capitánias, ordenando, por carta régia, que o governador deveria auxiliar todos os donatários que se encontrassem em má situação.

Os holandeses não iriam dar a êste fato grande importância porque, sendo Pernambuco a mais rica das capitánias, os proveitos que a coroa daí poderia tirar dos dízimos e impostos seriam maiores e portanto o interêsse da defesa não deveria faltar. E', pois, êste fator de pouca importância — porque, inegavelmente, os atrai, a êles, espíritos de mercadores —, a riqueza do centro econômico sobre o qual se estrutura a colônia.

Êste fator de ordem econômica determinando a conquista, encontra testemunho na história das conquistas holandesas, na América do Norte. Semple, tão imbuída do determinismo geográfico de Ratzel, e portanto insuspeita para uma afirmação de ordem econômica, como motivo e estímulo básicos de conquistas, afirma que os holandeses buscaram a América do Norte à *procura de peles* (27).

(27) Semple, *American History*, Aliás Michaelius, (The first Minister), autor coevo dos primórdios da colonização informa: "O comércio de peles era de tal importância que provocava sérias lutas entre holandeses e moicanos."

Os holandeses, na verdade, tanto na América do Norte como no Brasil fundaram a base da prosperidade de suas colônias no comércio e não na agricultura.

Malcolm Keir (in "The march of Commerce", Yale University) salienta êsse caráter: "Enquanto a Nova Inglaterra, quasi inteiramente, se entregava à pesca, Nova Amsterdão se esforçava no comércio e na exportação de peles (vol. IV, obra cit.)."

A necessidade de peles era tão grande como a de açúcar na velha Europa. Tinham êles, até, conseguido um monopólio em Lisboa para venda e transporte de peles.

Assim, testifica a própria história da colonização Norte-Americana a tese da supremacia do fator econômico na demanda às terras ocidentais.

* * *

Ainda ha uma razão de ordem *estratégica*: Pernambuco era a única donatária organizada, ao norte do Brasil e só poderia contar com auxílio vindo do sul. Ao contrário da Baía, preparavam os holandeses uma única frente de guerra.

ASPECTO ANTROPOGEOGRÁFICO

In the events establishing the colonial empire of Holland, geographic conditions were in leading factors.

(SEMPLER — *American History*, pág. 19).

Embora não estejamos, totalmente, de acôrdo com essa opinião enunciada por Semple, somos obrigados a reconhecer que na escolha do Recife, os fatores geográficos são de certa importância.

Os colonizadores portugueses foram de pouca visão na escolha de Olinda como foco principal de seus esforços. Cidade indefensável, aberta, escolhem mal a sede da sua donatária. João Ribeiro salienta, com clareza, que “as primeiras cidades do Brasil começam pelos morros e só tarde descem à planície e nunca se formam a borda do mar, e, mesmo, nos rios, só nos lugares onde não chegam os navios de longo curso — essa é a prudência dos fundadores no século XVI e seguintes, que foram uma luta pela posse da terra”. (28)

(28) *História do Brasil* — João Ribeiro — pág. 81.

Ora, se no Rio, por exemplo, essa localização nos morros obedece a uma política geográfica de “prudência”, em Olinda, afastada uma légua do pôrto do Recife, parece-nos um irreparável e tolo temor. Prejudicial aos interêsses comerciais, porque Olinda, situada num outeiro, é além disso, de difícil defesa, pela desigualdade do terreno e, o que é pior, pela impossibilidade de ser fortificada.

Provavelmente as cidades coloniais portuguesas localizam-se nos morros por razões de ordem *religiosa*. A cidade, de regra, gravita em torno da Igreja e esta, de preferência, sempre se construiu no cume dos outeiros, afim de melhor chamar os fieis pelo repique do sino.

Há na escolha de Olinda um preconceito situacionista desfavorável a tôda colonização e que prova, portanto, que os portugueses foram pouco inteligentes na determinação geográfica da sede da sua capitania. (29) Os portugueses não obedecem como os colonizadores franceses e ingleses, a um princípio de seleção na distribuição das áreas geográficas em que se localizam. Oliveira Lima considera a escolha de Olinda, como reveladora da incapacidade comercial dos portugueses. Diz êle: “Olinda, que contava prosperar com a exportação de seus produtos, foi edificada sôbre um morro senhoril, coroado de maciços de palmeiras, mas distante uma légua do pôrto de Recife, cuja situação

(29) Vide nota suplementar n.º 9.

marítima, faz espontâneamente medrar um povoado". (30) Esta falta de perspicácia não cabe aos holandeses que obrigados a escolher entre o Recife e Olinda não tergiversam. Reconhecem desde o início dos seus ataques que Olinda é fraca e de posição desvantajosa. É assim que o padre João Baers, capelão de Waerdenburch declara que "o Recife é naturalmente forte e capaz de ser fortificado, porém, Olinda é por natureza fraca e, em consequência, de diversas iminências e montes... não pode ser bem fortificada sem grande trabalho e despesas. (31) Essa fraquesa êles ainda tentaram remediar, procurando fortificá-la, mas, cedo, reconhecem a dificuldade de tal empreza. Dêste modo, preferem o Recife, obedecendo a um plano estratégico de melhor defesa.

O pôrto do Recife era um pequeno povoado de pouca importância na época da conquista holandesa, abrigo de pescadores e estivadores de ocasião, pois é raro o trabalho de carga e descarga de embarcações. (32) Oferecia a vantagem de maior proximidade da Europa e da África, possibilitando-lhes o contacto com o país natal, que tudo vai oferecer enquanto a conquista ainda não está consolidada. Porque o pôrto não serve sòmente para manter contacto com a terra natal, que lhes deve

(30) *Pernambuco Seu desenvolvimento histórico*, pág. 11.

(31) *Olinda conquistada* — trad. Alfredo Carvalho. — pág. 45.

(32) *Evolução da capitania de Pernambuco*. — Revista do Inst. Hist. Geog. de Pern. 1931.

suprir de gêneros e cousas necessárias, enquanto não se faz possível a penetração ao interior, como também, para mais tarde comerciar e intensificar as relações mercantis, motivo importante para as conquistas coloniais. Em todas as histórias primitivas apropriam-se e estabelecem-se os colonizadores em ilhas ou enseadas que lhes permitem uma maior aproximação (33) com o solo natal.

Além disso, o contacto com o oceano é um fator importante para o holandês, cuja vitória no século é devida ao comércio marítimo. Eles possuem como que um hidrotropismo. A vida marítima deu-lhes essa tendência. Dêste modo haviam de preferir uma situação que lhes permitisse a visão e proximidade do mar.

A longa linha costeira dos portos e enseadas prepararam-nos para as emprêsas marítimas, as mais vastas e grandiosas. Aquí a doutrina de *Karl Ritter* parece encontrar confirmação. Costa rica, articulada, profundamente bordada, ela parece, não sòmente, intensificar a vida do holandês, como levá-lo às incursões oceânicas.

Mas, evidentemente, êsse fator *tropismo* (34) deve ser delimitado nas suas conseqüências. Pa-

(33) Vide nota Suplementar n.º 9.

(34) Empregamos a expressão *tropismo*, mais no seu sentido psicológico.

O *tropismo* do holandês por esta paisagem é reflexo psicológico e também biológico. Aquí queremos salientar que não compreendemos *tropismo* no sentido rígido do mecanicismo, porque assim cairíamos num determinismo geográfico.

rece-nos que ao lado da necessidade de abastecimento de víveres e munições, é um fator importante se a êle acrescentarmos que o pôrto lhes assegurava um ponto de onde seria fácil manter o comércio com a Holanda, que disso vive e que por isso aquí procura estabelecer-se.

Ora, sabemos que o fito principal da conquista é a necessidade de vender o açúcar aos mercados europeus e assim o pôrto seria indispensável para a manutenção dêsse comércio. Foi pelo transporte nos seus navios de fretes mais baratos e pelo comércio, que os holandeses prosperaram chegando ao alto grau de desenvolvimento a que atingem no século XVII.

O contacto com o mar intensifica a vida, estimula o desenvolvimento da cultura com a possibilidade da mais direta e constante ligação com povos mais adiantados. Ora, os holandeses, de nível cultural mais elevado do que o português, não poderiam ficar *encurralados* em Olinda. Vemos que os fatores geográficos não são determinantes na escolha e podemos considerá-los como fatores condicionais, porque, já acentuamos a existência do fator de ordem *estratégica* assim como o fator econômico de comércio.

Quando, mais tarde, resolvem estabelecer-se no Recife, talvez a *similitude geográfica* da terra conquistada com o país natal lhes fôsse um estímulo à escolha. Como sabemos, a metade da Holanda é

quase tôda mais baixa do que o nível do mar, impedido de inundá-la pela estreita nesga de terra que forma a costa. A costa de Pernambuco é baixa e alagada como as terras da Holanda, próximas ao mar que têm sido a êle disputadas. Varnhagen declara: “Aquí entre pantanos e areais achavam-se os holandeses como em sua terra natal”. (35)

O que há, pois, de fundamental na escolha do Recife é o valor econômico e geográfico do pôrto.

(35) *História Geral do Brasil*, pág. 283. Tomo 2.º.

A EXPANSÃO TERRESTRE DA CONQUISTA HOLANDESA

O PAPEL DOS RIOS E O EXPANSIONISMO

AS MINAS

Todos conhecem a importância dos rios na vida econômica e, mesmo, política de um povo. Mas essa importância, tão acentuadamente reconhecida hoje, é ainda mais valiosa na época das conquistas e da colonização dos povos americanos. Semple liga a história política e econômica de qualquer país aos seus grandes rios. Do papel que os rios assumem, como elemento de penetração ao interior, é testemunha a história de toda colonização americana. (36) (37).

E' por meio dêles que se torna possível o contacto com os primitivos naturais da terra que fornecem informações sôbre a zona ocupada e os

(36) Vide nota suplementar n.º 10.

(37) Semple — The influences of geographic Environment — 1911 — págs. 342.

locais de abastecimento. Os rios são os grandes intermediários entre a terra e o mar. Quando uma costa é ocupada, a acessibilidade ao interior, só é possível pela navegação fluvial. Daí a importância dos rios navegáveis.

Embora os rios pernambucanos não sejam de todo navegáveis, está fora de dúvida a possibilidade que oferecem ao conquistador, não só portugueses como holandês, de penetrar mais para dentro da terra e dêles servir-se como meio de transporte. Os rios Capibaribe e Beberibe, ainda que de importância secundária, têm, na época mesmo da conquista holandesa, certo valor como vias de penetração. (**).

O Capibaribe, por exemplo, segundo o estudo que dêle fez Beringer, serviu como meio de transporte na época colonial. Diz êste autor: “Dos dois braços do Capibaribe nenhum tinha profundidade suficiente para permitir uma navegação regular. Entretanto, na preamar subiam o braço sul ou de Afogados. Era por alí que os portugueses costumavam expedir as caixas de açúcar provenientes dos engenhos situados na planície da Várzea, até Barreta, ou em carros ou barcas e, daí, baldeados em chalanas até Recife ou Olinda”. Mas, continua o mesmo autor, se nas grandes marés, embarcações ligeiras podiam penetrar no Capibaribe, até ua certa altura, *não é menos verdade que, do*

(**) Vide — Nieuhoff — pág. 31,

lado dos Afogados, o rio era vadeável quase que em todo o tempo. (38)

Os “Passos” indicam também o uso dêste meio de transporte, porque é necessário frizar que, quando não navegam, margeiam o seu curso.

Pereira da Costa salientou a importância dêstes armazéns, mostrando como se “levantavam passos” em localidades diversas, mas de fácil comunicação fluvial, os quais recebiam os produtos, que depois eram transportados em embarcações apropriadas para o pôrto do Recife, onde ancoravam”. (39)

Era, pois, por intermédio dos rios que as barcas subiam e iam buscar nesses grandes depósitos os gêneros necessários.

Quanto ao Beberibe, também dêle se serviam para o mesmo objetivo. Na época holandesa as mercadorias eram transportadas em barcos do Recife para Olinda e vice-versa.

Maurício de Nassau também no seu testamento político se refere a êsse processo de comunicação afirmando que os botes levavam socorro aos locais onde se lutava. Acentua, é bem verdade, que êsses barcos algumas vezes, isto é, na baixamar, encalhavam no meio do rio.

(38) *O pôrto de Pernambuco* — Beringer. — Rev. do Inst. Hist. Geog. de Pern. 1903. pág. 37.

(39) *Passo do Fidalgo* — Pereira da Costa — Vide nota suplementar n.º 11.

Êsses rios são de pouca importância em face do Una, Sto. Antônio Grande, Camaragibe, Alagoas, S. Miguel, Formoso e Serinhaem. (40) Na época da luta apossaram-se os holandeses, exatamente, destes dois últimos, por onde os pernambucanos penetravam ao interior, para receber da Baía os recursos necessários à guerra.

Mais tarde, quando os armazéns do Recife se esgotam e os navios holandeses não trazem o suficiente para abastecê-los, o acesso ao continente, onde julgam possível buscar frutas, víveres em geral, é feito por êsses caminhos fluviais. Se na época da baixa-mar, há dificuldade de transportar-se ao interior, o rio não lhes servirá pròpriamente como via, mas lhes indicará o rumo.

E' por meio de chalupa que êles subirão o rio Una, até a cidade de igual nome, em busca de mandioca, fumo e feijão.

O Serinhaem também serve de caminho para a cidade do mesmo nome, que se localiza a duas milhas da praia, e de onde as barcas, em geral, trazem de 100 a 110 caixas de açúcar.

(40) Não há dúvida que os rios do Sul até o vale do S. Francisco, são de muito maior importância como meio de condução, e é por isso que no nordeste a colonização se fará, principalmente, pela costa. Ao sul, os rios caudais possibilitam as bandeiras e a expansão colonial dos paulistas (Ver T. Sampaio — *Rev. do Instituto Histórico de S. Paulo*, vol. 86, e Basílio de Magalhães — *Expansão geográfica do Brasil colonial*). Vide nota suplementar n.º 11.

O pau-brasil de S. Lourenço segue para o Passo do Fidalgo e daí é trazido em barcas para o Recife.

E' fora de dúvida que a penetração ao interior, pelos holandeses, não é feita apenas com o sentido de suprimento de víveres, tanto assim, que sobejam nas cartas e relatórios os pedidos de gêneros à Holanda, mas também com o objetivo de conquistar as minas. Isso porque os engenhos, de vida autonôma, mas incapazes, dentro do patriarcalismo econômico, de bastar os centros populosos, os obrigam a recorrer à terra natal, que os vai abastecer de víveres. Era também uma vantagem para Holanda poder encontrar, aqui, um bom mercado onde colocar os seus produtos.

Queremos, pois, acentuar que a penetração às áreas mais centrais não tem por único estímulo essa necessidade de abastecimento.

* * *

A conquista holandesa durante longo tempo se limitou a zonas costeiras. E depois que consideram dominado o país, com paciência e esforço, irão desbravar as regiões mais íntimas do Brasil nordestino, na esperança de encontrar minas que possam explorar.

As explorações mineiras dos holandeses não significam, evidentemente, uma expansão estável;

entretanto, é com essas explorações que se torna possível o alargamento da área conquistada.

Na época nassoviana são várias as explorações realizadas pelos holandeses. Alfredo de Carvalho estudou-as minuciosamente, tanto no trabalho as "Minas de prata e ouro", como em artigos esparsos em revistas de história brasileira. A primeira exploração realizou-a Smient, nada tendo conseguido de definitivo senão algumas amostras de minério. Depois o próprio Gijsseling dirige outra exploração que resulta, também, infrutífera. Jodocus A. Steten homem de formação moral pouco lisonjeira, empreende nova expedição, de volta da qual pede à Assembléia dos 19 não só sua nomeação para superintendente geral de minas, como também, o que é interessante, obras de filósofos que tenham escrito sobre minas, desde Teofratos, Salomão e Avicebromis. E' este holandês, homem culto, porém esperto de mais para explorações mineiras. Seguindo as pègadas de Melchior Dias ua nova expedição às minas de Itabaiana é dirigida por Niemeyer. O comandante dos Tapuias, Pieter Persijn orientando-se de acôrdo com uma "memória" deixada por Jorge de Albuquerque, que se queria libertar das prisões holandesas, realiza nova exploração às minas de Itabaiana. Desta viagem existem dois relatórios, um escrito por Pieter Struch e outro pelo juiz Jean Honck. Essas

(41) Vide nota suplementar n.º 13.

expedições realizam-se sempre seguindo o curso do rio. Quando pela inavegabilidade ou pela sêca, impossível servir-se dêle como via, os exploradores guiam-se e orientam-se pelo seu curso. E' dês-te modo que os rios favorecem o expansionismo holandês.

Outras explorações se realizaram em época tardia, quando a revolução já estourara em várias capitanias. Matias Beck começa a exploração do Ceará em 1649, levando como objetivo primordial descobrir minas de ouro e prata, de que necessitavam para reparar as finanças da Companhia em ruína. (42) Desta exploração resulta o melhor conhecimento do sertão cearense pelos informes que Beck e outros fornecem em seus relatórios como também a amizade dos índios cearenses aos holandeses. Estes indígenas são grandes inimigos dos portugueses e êles próprios convidam várias vezes os bátavos a tomarem conta do Ceará. Essa aversão continuará por muito tempo, e mesmo depois da expulsão dos holandeses, os índios da Paraíba e Rio Grande irão refugiar-se com os do Ceará, no sertão.

Elias Herckmann explorou a mando de Nassau a Paraíba, escrevendo depois um relatório cujo

(42) *Minas de ouro e prata* — Alfredo de Carvalho in *Aventuras e Aventureiros no Brasil* — Rio — Pongetti 1930 — pág. 123, 124, 125. E' preciso não esquecer Bento Enriquez, judeu, que realizou também pesquisas. v. Calado, p. 53, 151 e Barleus, pág. 205.

valor é ainda reconhecido, principalmente, como fonte de boas informações etnográficas. (43)

Rodolfo Baro é outra figura de homem inteligente que se dedica a essas explorações. Recebia ordenado anual de Maurício de Nassau para fazer essas entradas ao “hinterland” nordestino.

Coriolano Medeiros afirma também a entrada dos holandeses, a 400 quilômetros do litoral paraibano. (44)

No Maranhão, Morris de Jonge, aventureiro holandês, realiza também algumas explorações.

Assim, o domínio holandês vai derramando sua zona de influência. Não só eles contribuem diretamente com as explorações e os relatórios para o conhecimento do interior brasileiro, como também indiretamente, porque é no interior que encontram as populações rebeldes ao domínio báta-vo, um refúgio e um centro de resistência. Daí resulta serem essas tentativas fatos isolados que indicam apenas a ampliação da área holandesa e, mesmo porque conforme assevéra Calógeras: “as explorações modernas nada confirmam dessas jazidas de metal branco”. (45)

Ao lado desses fatores que temos anunciado, outros ainda influem para o alargamento das zo-

(43) *Descrição da Paraíba* — Rev. do Inst. Geog. Pern.

(44) *Os holandeses como exploradores do interior da Paraíba*. — tomo especial — 1922 — Rev. do Inst. Hist. Geog. Bras.

(45) *As minas do Brasil e s/ legislação*. — 2 vol. pág. 448.

nas conquistadas: o interêsse pela guerra e a própria ação beligerante. (46)

Além dessas expedições, com o objetivo a que já nos referimos, outras se realizam com o fim de destruir os Palmares. Cabe o primeiro lugar a Rodolfo Baro que, em 1644, recebeu de Maurício de Nassau a incumbência de destruir os Palmares. (47) Depois realiza-se em 1645 a de João Blaer da qual se conservou um diário, cujo autor é desconhecido. João Blaer foi obrigado a retroceder, seguindo a jornada chefiada por Reijmbach; ambas foram de resultados negativos. (48)

De qualquer modo o fato é que os holandeses se limitaram mais, no seu esforço colonizador, às zonas costeiras.

O sul terá até 1640 como limite o rio S. Francisco. O flamengo encontra no S. Francisco uma fronteira natural que lhe servirá como limite de estado, Maurício de Nassau em carta aos Estados Gerais (49) mostra ter percebido a significação do rio S. Francisco como limite admirável para as suas conquistas. Antes mesmo de Nassau, Carpentier, conselheiro político, em relatório de 2-julho de 1636.

(46) *Pernambuco e o Rio S. Francisco*, pág. 50 — Barbosa Lima Sobrinho.

(47) *Les hollandais au Brésil*, pág. 134 — Netscher.

(48) *Os africanos no Brasil* — Nina Rodrigues e *O negro no domínio holandês* — Gonsalves Mello in *Novos Estudos Afro-Brasileiros*.

(49) *Documentos Holandeses* — 2-4-1637.

vira possibilidade do rio S. Francisco tornar-se o limite da zona conquistada. É assim que se refere sobre o S. Francisco: “. . . mesmo que os ataquemos e os afastemos além do S. Francisco, isto é, fora dos limites de Pernambuco, porque êste rio, do qual não conhecemos a fonte e que avança muito de longe e que é muito profundo em todo o seu percurso, será para nós uma excelente fronteira, para conter o inimigo fora dos nossos limites, sobretudo, se nós aí construirmos um bom forte”. (50). Além disso em tôdas as cartas em que se descrevem as capitanias do Brasil, Maurício de Nassan considera o S. Francisco como limite natural. Quando se refere às capitanias dos portugueses êle declara o S. Francisco como limite; quando trata da separação de Sergipe de Pernambuco, não deixamos também de encontrar o mesmo fato. O rio S. Francisco, no entanto, não se distingue sòmente como limite fluvial da zona conquistada. Êle tem uma outra função importante: é local de abastecimento de carne do Recife e de Olinda.

Barbosa Lima Sobrinho, declara que depois de Bagnuolo se ter retirado para além do S. Francisco é que “se efetivou inteiramente o domínio holandês sobre aquele rio que os invasores cobçavam por causa dos rebanhos existentes nas suas margens”. (51)

(50) *Documentos holandeses* — Tomo III.

(51) *Pernambuco e o Rio S. Francisco*, pág. 48.

Maurício de Nassau quando dirige as operações contra os portugueses e os expulsa, admira-se da fertilidade do vale e verifica desde essa época a importância geográfica e econômica da região. É de tal ordem esse entusiasmo que logo depois da viagem, em carta que escreve à Assembléia dos 19, êle procura convencê-los da necessidade de enviar trabalhadores alemães, então em “chomage”, para colonização da região. Verdonck dirá também que “nesta região os poucos habitantes, quasi todos pastores, vivem unicamente de bois e vacas para a criação dos quais a terra se presta.” (52)

Assim compreenderão desde o início da conquista o grande valor pastoril dos campos sergipanos. Mais tarde quando a revolução vai se apoderando dos redutos holandeses, a perda das margens do rio S. Francisco será considerada como irreparável.

Diz o Diário: “Foi uma grande perda porque tendo o inimigo se apoderado dêste lugar ficaram os nossos tolhidos de ir buscar o rebanho. A referida “casa” (de Bugre) dista somente meia légua do forte e tem junto um curral por onde cêca de 1.000 cabeças se recolhem tôdas as noites, o que era um grande socorro para o nosso exército. Pois que agora ao perdermos, o Rio S. Francisco

(52) *Descrição das Capitânicas de Pernambuco, Itamaraca*, etc. — Rev. Inst. Hist. Geog. Pern. 1903 — n.º 55 — pág. 215.

não é mais do que uma estéril charneca e um craveiro para a Companhia, e necessariamente deve ser abandonado e retirar-se a nossa gente para os lugares de vantagens". (53)

Dêste modo, o S. Francisco é, para os holandeses, ótimo local de abastecimento, favorecido pela sua situação geográfica de fronteira e de facilidade de comunicação, porque quando é difícil o caminho pelo interior há a possibilidade de ir costeando por mar e subir depois o baixo S. Francisco.

Êste conhecimento do baixo S. Francisco favoreceu a conquista do interior.

Mas a conquista holandesa não se comprime entre o Ceará e o S. Francisco; em 1640, depois da libertação de Portugal da Espanha, Maurício de Nassau resolve se apossar de Sergipe, estendendo seus domínios até o rio Real, conseguindo assim dominar ao sul, Sergipe, e alargar a zona pastoril que lhes vai abastecer de gado para alimentação e trabalho dos engenhos. Tanto assim que na carta de 1-6-41, Nassau declara que resolveu ocupar Sergipe para que, no caso de que tratado de paz fôsse assinado, êle (o governo) passasse a compreender a jurisdição dessa capitania, de onde retirava o gado necessário. (54)

(53) *Diário acêrca da rebelião*, pág. 221.

(54) *Documentos holandeses* — Tomo II.

EXPANSÃO COSTEIRA

Desde o século XVI e princípios do século XVII haviam ingleses e holandeses tentado se apoderar do vale do Amazonas. Estabeleciam-se sobre a banda do Atlântico, explorando o delta do rio, comreiciando com os nativos, davam-se ares de dono, em fortes que construíaam sobre as margens do grande rio. (56)

Quando em 1616 Francisco Caldeira Castello Branco fundou Belém, teve que lutar enèrgicamente para expulsar os ingleses e holandeses que aí se haviam instalado até o rio Xingú. Mas esta medida não foi completa, porquanto em 1621 Bento Maciel tentou novamente expulsar os holandeses que continuavam localizados nas duas margens do rio. Ainda desta vez não conseguiram de todo afastar os estabelecimentos holandeses que aí se tinham instalado, porque é em 1628 que Gedeon Morris de Jonge, figura central do movimento holandês no norte do Brasil, é preso pelos portugueses. Conseguindo fugir presta informações e estimula a

(56) *História do Amazonas* — Ferreira Reis, pág. 31.

Assembléia dos 19, à conquista do Maranhão. Mostra em seus relatórios que esta conquista significa a posse de mais 400 léguas de costa, além do que, se terá conquistado um ponto excelente para o avanço ulterior ao Amazonas. Gedeon Morris teve, nítidamente, a visão da importância enorme que representa a conquista do Maranhão, como zona de transição do nordeste para o norte do Brasil. Estando intimamente ligado pela sua vida política e econômica ao Amazonas, essa conquista traria maior facilidade ao controle do grande rio.

Além disso o Amazonas terá como o S. Francisco função de grande importância. Será um considerável limite fluvial, ao norte, e servirá como meio de transporte para ida ao Perú, que tanto os seduz pelas riquezas de ouro e prata.

Essa atração que exerce a prata é tão grande que em S. Luiz se dividia a opinião entre a necessidade de conquistar o rio e a de se preparar defesa contra os holandeses, pois “alegava-se que estes inimigos bem poderiam tentar a ocupação do rio para conquistar as riquezas das minas peruanas de Potosy, aproveitando-o como via franca à saída daquelas preciosidades”. (57)

Nas próprias cartas e relatórios de Morris é que podemos certificar da fôrça do estímulo *prata e ouro* como causa determinante da conqui-

(57) *História do Amazonas* — Ferreira Reis, pág. 33.

ta do Amazonas. No primeiro relatório declara: "... e em segundo lugar o afamado rio Amazonas, que tem sua origem nos montes auríferos do Perú, onde certamente mais tesouros se acham ocultos, do que, os que até o presente tem sido descobertos, pois os portugueses afirmam ser verdade, que os índios da parte superior do Rio, têm muito ouro e prata. São êsses os montes de que o rei de Espanha tem tirado os inumeráveis tesouros, e com êles vexado e perturbado o mundo inteiro." (58)

Sobre a possibilidade do rio Amazonas servir como caminho de penetração às minas do Perú, um outro relatório de Morris nos informa. Ainda no segundo relatório continua sempre a incentivar a conquista do Maranhão e também nos fala de uma viagem realizada de Quito ao Amazonas. A intenção de Morris, com a narração desta viagem, é confirmar a possibilidade de um caminho direto entre o Amazonas e o Perú. Para isto acentua a necessidade da conquista do Maranhão e suas dependências com que "terão não somente obtido um bom pôrto, como achado uma entrada e um caminho cômodo, por onde, com o tempo, alcançarão o coração de Quito". (59)

A importância dessa conquista não foi percebida por Maurício de Nassau. Ao invés de diri-

(58) *Cartas e Relatórios* de Gedeon de Morris. (Rev. Inst. Pernambuco).

(59) *Cartas e Relatórios*, pág. 256. (idem).

gir as suas fôrças para o norte do Brasil, concentrou-as para o ataque a Buenos Aires. O Rio da Prata era por êle considerado de grande importância. Não só pelos proveitos imediatos que daí poderia tirar, como também, por considerar um excelente caminho para o Chile e para o Perú. (60) Os ataques holandeses a Buenos Aires são tão constantes que provocam sempre receios a aproximação de qualquer navio holandês. Em 1628 efetivou-se uma forte tentativa de estabelecimento holandês nas margens do rio da Prata.

Inegavelmente a perspicácia de Maurício de Nassau falhou em face do problema, porque, com razão afirma José Higino: “Seguindo êsse aviso do conselho ela (Companhia) viria dominar uma vasta e rica região, atravessada pelo maior rio do mundo e situada relativamente perto da Holanda, expeliria assim, dali, o elemento português, então muito fraco. Tiraria proveitos imediatos dos produtos espontâneos do solo e *asseguraria pelo lado norte a posse das capitâneas já conquistada, na parte setentrional do Brasil.*

De fato o Amazonas apresentava inúmeras vantagens: bom pôrto, limite natural e caminho de penetração ao Perú. Quando em 1642 os holandeses se apossaram do Maranhão não tiveram a inteligência de compreender, como aliás Morris já

(60) *La ciudad indiana* — pág. 70 — Juan Agostin Garcia. Claridad. Buenos Aires.

acentuara em carta, que só, de nada valeria a posse do Maranhão, isso porque, dizia êle, havia uma grande correspondência entre o Maranhão, Pará e Amazonas.

E' nestas capitánias que o Maranhão encontra os seus núcleos de fornecimento de escravos para o cultivo da terra e para o trabalho dos engenhos. Além disso, a longa costa serviria de ponto excelente para o refresco e abastecimento dos navios que partissem de Pernambuco em ruño a Holanda.

Depois, estabelecido o tráfico pelo caminho fluvial, fácil seria intensificar as relações comerciais, principalmente na troca entre o algodão do Maranhão e os patações de Quito. O Amazonas e seus afluentes apresentavam ainda outra vantagem: a pesca. Aires do Casal afirma mesmo que "quando os holandeses dominaram os mares adjacentes, fizeram um lucroso ramo de comércio com a pesca do peixe-boi". (61)

A acusação que Semple fêz aos holandeses na América do Norte — de não terem sabido assegurar para si o comando natural das posições nas entradas dos rios, como o Hudson, que lhe facilitariam o comércio de peles —, chamando-os de míopes e pouco perspicazes, — bem pode ser feita aquí. (62)

(61) *Corografia Brasílica* — pág. 258.

(62) *American history* — pág. 26.

De fato, ao invés de se preocuparem com Buenos Aires e Rio da Prata, melhor fariam assegurando o domínio do norte do Brasil e a posse do rio tão importante.

AS REGIÕES NATURAIS E O EXPANSIONISMO HOLANDÊS

Na classificação das áreas geográficas ocupadas pelos holandeses no Brasil, devemos distinguir as zonas pastoris e as agrícolas. Evidentemente a expansão holandesa não obedecerá a um critério de distinção de áreas, mas, feita a expansão terrestre e a costeira, êles procurarão ligar aquelas duas zonas. Estas áreas são distintas, mas é certo que, em geral, a parte costeira é agrícola, enquanto o sertão dedica-se ao pastoreio. (63)

A zona agrícola se limita naturalmente a produzir açúcar e raras são aquelas capazes de, nutrido-se a si próprias, poderem abastecer outras zonas.

O sul de Pernambuco é zona pastoril por excelência. Já vimos que Sergipe é o grande núcleo de rebanhos, a área que oferece, pelos seus campos, ótimos pastos para criação do gado. Já antes da conquista holandesa, os pastos sergipanos eram

(63) O mesmo em relação ao português — Vide *Evolução do Povo Brasileiro*, Brasileira, pág. 67 — 1933.

de boa qualidade e a criação desenvolvera-se de tal modo que, segundo Varnhagen, daí se abasteciam os engenhos da Baía e Pernambuco. (64) No “Breve discurso”, Sergipe é também considerado a zona principal de criação do gado. Mas não só Sergipe, Alagoas oferecia também ótimas pastagens para pecuária. Verdonck fala com entusiasmo dos excelentes pastos e da multiplicação rápida que torna o gado a principal riqueza da capitania. *Una* é também zona pastoril, embora produza mandioca, fumo, feijão, que de certo modo abastecem o Recife. *Corcuranas* é local procurado pelos carneiros, que lá encontram o gado necessário e o conservam por causa dos grandes e belos pastos. (65) Ao norte, somente o Rio Grande oferece excelentes pastagens, considerando-as Verdonck, a principal riqueza da zona. O gado não enriquece, não oferece possibilidade de rápidas fortunas e, por isso, a população será, na sua maioria, miserável. De qualquer forma o Rio Grande encontra no gado a sua atividade e função econômica. No “Breve Discurso” afirma-se: “o Rio Grande do Norte está dando muito gado que é conduzido para Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, onde serve quer para o corte, quer para trabalharem nos carros e nos engenhos.”

(64) *História Geral do Brasil*, tomo II, págs. 35 e 36.

(65) *Corcuranas* é louvada por Fernandes Gama (*Memória Históricas* págs. 183 e 184), que considera região de grande fertilidade e notável pelas suas melancias.

Os cronistas holandeses várias vezes se referem à abundância do rebanho, daquela zona. Em 1625 o capitão Uzuel admirava-se da criação rápida e sadia do gado rio-grandense do norte. Numa carta do presidente do conselho, de 9-5-48, o Rio Grande vem citado como rico em rebanhos, donde tôdas as capitánias retiravam o gado necessário para sua alimentação, como para os moínhos de açúcar, os quais não podem trabalhar sem bois e encontram-se agora sem animais. (66)

Pôrto-Calvo é outro local de abastecimento de gado, aliando a essa função a de centro importante de víveres para Pernambuco. No "Breve Discurso" se diz: "A principal indústria em que os moradores costumam empregar-se é a criação de gado, sobretudo, bois e vacas, que aí existem em mui grande quantidade em numerosos currais e é dêste distrito que tôda a parte setentrional do Brasil, tira quase todo o gado de que necessita, tanto para o corte como para o trabalho de engenho e carros".

Verificamos assim que ao lado de zonas pastorís importantes, como Rio Grande, Sergipe, Alagoas, *Pôrto-Calvo*, outras também se distinguem como criadoras, menores, de animais, quase sempre se localizando em zonas afastadas da costa.

A região açucareira está localizada principalmente em Pernambuco. *Serinhaem*, próximo à costa, produz, principalmente o açúcar, possuindo,

na época 12 a 13 engenhos. *Ipojuca*, ao lado do açúcar, cultivava farinha e fumo, os quais serviam apenas para abastecer a si próprio. As freguezias de Cabo S. Agostinho, S. Amaro, Jaboatão, Muribeca e Várzea constituem a melhor área de produção açucareira. Na Várzea, que possui 23 engenhos, encontra-se o melhor açúcar e aí residiam as “melhores” pessoas e as habitações eram mais confortáveis. Tôda essa zona em conjunto possuía perto de 90 engenhos, havendo assim grande necessidade de gado. *Itamaracá* é também zona agrícola. Foi em Itamaracá que se realizou a maior tentativa de colonização agrícola e rural dos holandeses, e o fracasso dos colonos foi rápido, pois, não só a agricultura não teve adiantamento como os colonos ficaram reduzidos à miséria. (67) Na Paraíba, também predominava o engenho de açúcar e também aí localizaram-se alguns colonos holandeses.

Outras zonas ocupadas pelos holandeses se não se distinguem pelo açúcar ou pastoreio, destacam-se pela produção do pau-brasil.

E’ o caso da Mata e de S. Lourenço. A Mata exporta o pau-brasil que junto com o de S. Lourenço segue para Passo do Fidalgo.

(67) *Breve discurso sôbre as 4 capitánias*, pág. 167 — Rev. Inst. Hist. Geog. Pern. 1887.

Itamaracá também importa para o Recife a indústria “democrática” de pau-brasil. Democrática, porque ela oferece possibilidade de trabalho a todos — mesmo no período holandês — que eram livres para cortá-lo e exportá-lo. (68) *Iguarassú* é a zona pobre onde vive gente “miserável” de seus ofícios, ou melhor, dos trabalhos dos escravos. Alagoas, Una e Cunhaú abastecem relativamente de mandioca, fumo, peixe, feijão, farinha, carne-sêca e milho os centros mais populosos. O processo de pesca é algo interessante: lançam varas que buscam no interior — timbó — as quais embriagam os peixes que, boiando, são pescados a mão. Ao norte do Rio Grande as salinas fornecem o sal que êles consideram mais forte e melhor do que o de Espanha.

Essas são as regiões naturais que vão aos poucos ficando sob o controle do governo holandês. A expansão batava encontra assim regiões que se distinguem — umas pela pecuária, outras pelo cultivo da cana.

A pecuária está indissolúvelmente ligada à agricultura, isto é, ao açúcar. Barbosa Lima, escrevendo sobre essas regiões que abastecem de gado os engenhos que não o possuem, escreve: “E” possível, também que nos centros intensamente agrícolas os rebanhos se limitassem às necessidades dos engenhos, criando-se, por isso, ao lado des-

(68) Vide nota suplementar n.º 14.

sas regiões, as zonas de currais para o abastecimento dos povoados e dos engenhos, que fôsem aparecendo. Ésse o papel das zonas do Una, do S. Miguel e do S. Francisco para Pernambuco". (69)

E tôdas essas referências que acabamos de fazer, vimos que, em geral, essas zonas naturais, não são capazes de abastecer a cidade e, assim, limitam-se quanto à pecuária, a fornecer o gado para o trabalho agrícola. Será êsse o motivo que fará com que os gêneros alimentícios sejam enviados da Holanda, porque, no máximo, algumas zonas possuíam pequenas rôças com que mal se alimentavam. O colonizador português com pouco se satisfazia. E' a compreensão das atividades dessas zonas, que faz com que na Assembléia de 1640 as regiões agrícolas proponham, em geral, medidas defensivas em favor do gado. Assim como o combate em prol da policultura, que fornecerá uma alimentação mais variada e rica.

BIBLIOGRAFIA ANEXA AO SEGUNDO CAPÍTULO

- BRUNHES et VALLAUX — Geog. de l'histoire. — Paris — Alcan — 1921.
- FEBVRE, Lucien — La terre et l'évolution humaine. — Paris — La Renaissance du Livre — 1922.
- HUNTINGTON — Principles of human geography. — 2.^a ed. — N. York — 1922.

(69) *A Baía e o Rio S. Francisco*, pág. 48.

DEMANGEON — Geographic Universelle publié sous la direction de Vidal de la Blache et A. Galbois. Tomo II — Belgique — Pays Bas. Luxembourg. A. Demangeon — Paris, 1927.

SHANAHAN — An Economic and Regional Geography with an Historical chapter — 1927 — London.

SEMPLE, E. — American History and its geographic conditions N. York Houghton Mifflin. (s/d).

SEMPLE E. — Influences of geographic environment on the basis of Ratzel's system of antropogeography — N. Y. (s/d).

RATZEL — La terra e la vita. — Torino, 1905.

” — Geographia dell'uomo — Torino — 1914.

VALLAUX — La Mer. — Paris — 1908.

WHITBECK — Economic Geography of South America — 1926 — New York.

WHITBECK — Adjustments of Environment in South America — 1926. Am. Ass. Geog.

1) *Sôbre as viagens de Hartmann e Broer.*

V. Salvador, História do Brasil, ed. 1918.
Netscher, Les Hollandais au Brésil.

2) *VIAGEM da Silveren Werelt à S. Vicente.*

Knivet — Narração de viagem, Rev. Inst. Hist. 4, parte 1.^a, pág. 260.

Pedro Taques — Informação 8. — Rev. do Inst. Hist. Bras. — IX — 1847.

Diário da viagem de Silveren Werelt pôsto à pique nos combates com os navios comandados por Boer e Hartmann, e que havia aportado à Baía dias antes. Há tradução castelhana ver: Annales de la Biblioteca Argentina de Paul Groussac — 4,272-496, 1904.

3) *Ataque ao Rio 1599.*

Rio Branco — Efemérides Brasileiras, 83.
Netscher... Ob. cit.

Tiele — Memoire bibliografique sur les journaux des Navigateur
Neerlandais 27-28 Amsterdam 1867.

4) *Sôbre Dieppe e Postel.*

Rio Branco — Le Brésil en 1889.
Gaffarel — Histoire du Brésil Français — Paris 1878.
A. Ternaux Compans — Notice Historique sur le Guyane
Française 22, Paris, 1843.

5) *Van Caarden*

Diogo Campos Moreno — Jornada do Maranhão, in C. M.
Almeida — Memórias do Extincto Estado do Maranhão
— 1875 — Rio.

Correspondência de Diogo Botelho. — Rev. Inst. Hist.
Bras. 73, p. 1.^a — 1-258.

Alfredo de Carvalho — O corsário Paulus van Caarden
Mello (Dom Francisco Manuel) — Epanafora Varia da
na Baía. — Rev. Inst. Hist. da Bahia — 26, 41-66.

Mello (Francisco, Manuel Dom) — Epanafora Varia da
Historia Portuguesa — nota, pág. 443 — de Edgar Prestage
Jonge — Opkomst ven het Nedelandsch Gezag in Oost
Indie — III, pag. 255.

SEBUS — De oudste geschrieven berichten over onsland Td.
K. Ned. Aardr. Gen. 1923 — 27 — 49.

(estudo de geogr. histórica sôbre as condições dos antigos
estabelecimentos holandeses. A paisagem natural e as
atividades coloniais dos holandeses transformando e mo-
delando a paisagem cultural. Estudo de reconstrução
histórico-geográfico).

134 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

6) *Sôbre Spilberg.*

Netscher — Les Hollandais au Brésil.

Aff. Taunay — Revista do Inst. Hist. Geog. Bras. — 84,
428 — 448. 1918.

Aff. Taunay — Na era das Bandeiras — S. Paulo — 1922.

Rio Branco Le Brésil en 1889.

Rio Branco -- Efemerides (42).

PROBLEMAS DAS GENTES

ANTROPOLOGIA

As raças do Brasil Holandês.
Patologia das raças.

ETNOLOGIA

As etnias do Brasil Holandês.
Etnografia do Brasil Holandês.
O elemento holandês no folclore nacional.

LINGUÍSTICA

As línguas do Brasil Holandês.
O elemento holandês no português do Brasil.

PSICOLOGIA

Os “complexos de superioridade” do conquistador neerlandês. Perfil de Nassau.

ANTROPOLOGIA

AS RAÇAS DO BRASIL HOLANDEZ

PATOLOGIA DAS RAÇAS

AS RAÇAS DO BRASIL HOLANDÊS

Não há exagêro algum em se afirmar, de modo categórico, que nunca se registou em nosso país tão variado amálgama de raças como o que se caracterizou no Brasil Holandês.

Os elementos raciais que aí se encontraram, nesse período histórico, representam camadas diversas da espécie humana.

Ao lado de arianos, semitas, ameríndios e negro-africanos com tôdas as nuanças de mestiçagem, é razoável admitir que, com a colonização holandesa da América, vieram igualmente habitantes da Ásia e da Oceania, onde também o colonizador holandês estendera as raias de seu expansionismo. Os navios de Holanda, que vinham do Oriente e aportavam ao Recife traziam, sem dúvida, através dos mares, carga humana. A própria tentativa de plantio de vegetais do Oriente só seria feita, por certo, com a ajuda do elemento oriental.

E' justo, portanto, que, na análise dos elementos que formaram o amálgama antropológico do Brasil holandês, distingamos:

- I — Elemento europeu;
- II — Elemento americano;
- III — Elemento negro-africano;
- IV — Elemento oriental;
- V — Elementos mestiços.

Sem essa visão ampla, jamais poderemos esboçar a síntese do problema das raças na antiga colônia batava da América. (70)

A ciência antropológica, examina êsses elementos componentes da colcha racial do Brasil Holandês, fundada, sobretudo, em dados históricos dignos de aprêço.

O ELEMENTO EUROPEU

Os europeus, que se encontraram em Pernambuco na primeira metade do século XVII, podem ser reduzidos a dois elementos: o europeu dos Países-Baixos e o europeu da península espanhica.

Como ninguém ignora o episódio histórico, de que os Países-Baixos estiveram durante muito tempo sob a tutela de Espanha, é lógico que entre aquela região nórdica e estoura meridional, mediterrânea, houvesse correntes imigratórias mais ou menos compensadoras, sendo, todavia, a migração

(70) Vide nota suplementar n.º 3.

da Espanha para a Batavia maior que de lá para a península. Isso, aliás, se explica por causas de ordem social: a *Inquisição* na Espanha provocou o ostracismo voluntário e forçado de adeptos de credos religiosos contrários ao *papismo* (judeus, ciganos, reformistas, etc.); a essa causa, pode se ajuntar ainda o advento da revolução libertadora holandesa, que obrigou movimento de tropas espanholas na região dos Países-Baixos.

Por tôdas essas razões, dentro dos elementos europeus dos Países-Baixos, vamos encontrar elementos espânicos.

Região próxima do mar, com estaleiros e portos numerosos, justamente por isso, região propícia a uma fácil fuga, foi aí que se formou um verdadeiro *campo de neutralidade* para as lutas religiosas, que então assolavam a Europa inteira.

O holandês do século XVI e do século XVII era resultado dêsse amálgama de elementos raciais, vindos de partes distantes. Arianos e semitas, aí, se alojam e se misturam com uma intensidade espantosa.

E' de mister não confundir o holandês de hoje (triturado por camadas nordicas) com o holandês do século XVII, do tempo da conquista de Pernambuco. Além disto, convém também distinguir o holandês *sedentário* (o homem há muito tempo aclimado ao solo da Batávia) com o holandês *emigrante* (conseqüência de camadas originárias de ou-

tras regiões, não adaptadas ainda ao solo e susceptíveis de um *nomadismo* bem acentuado).

A massa dos conquistadores holandeses não era de holandeses sedentários; ao contrário, era de holandeses emigrantes.

É um êrro julgar que o holandês conquistador era exclusivamente *tipo loiro*. (71)

Por certo, loiros havia entre êles, mas o *tipo loiro* era, antes de tudo, característico do holandês sedentário. O branco meridional (de cabelos pretos e crespos) e o semita moreno (judeu ou árabe convertido ao judaísmo) figuravam, em grande número, nas tropas conquistadoras de Holanda.

Êsse complexo de elementos raciais, que encontramos nos Países-Baixos nesse período histórico, não ficava longe do complexo de elementos, que formavam o europeu da península ibérica no mesmo período.

Por razões de ordem histórica, era a Espanha filipina o centro, a metrópole de grande parte da Europa. Portugal, Itália, Áustria, etc. estavam sob o domínio espanhol.

O exército espanhol era, por consequência, um exército cosmopolita por excelência. Os com-

(71) Geralmente, entre nós, quando se avista um nordestino claro, de olhos azues e loiro, é comum ouvir-se dizer que se trata de um "tipo regressivo" do holandês do século XVII. Entretanto, é mais fácil um tipo moreno ser um exemplo de tipo regressivo holandês do que os loiros. Convém apagar êsse mito de que o holandês era exclusivamente loiro, alto, dolicóide, de olhos azues. A verdade é bem diversa.

ponentes raciais dessa massa humana eram variadíssimos.

O estudo antropológico do elemento hispânico demonstra a forte mestiçagem de elementos raciais, que se processou na península, através dos séculos. A êsse amálgama, é justo acrescentar os elementos históricos, que afluíram à península na época filipina (italianos, austríacos, etc.).

Tudo, pois, indica, de modo sugestivo, que o elemento europeu, quer vindo dos Países-Baixos ou da península ibérica, quer nas hostes holandesas ou nas tropas de Espanha, apresenta uma variadíssima escala de tipos antropológicos, que vai do dolicoide loiro ao braquicéfalo moreno com todos, ou quase todos os tipos intermediários.

A *documentação iconográfica*, que possuímos (através dos livros holandeses do tempo da conquista) revela essa variedade com a máxima nitidez.

O ELEMENTO AMERICANO

Mais homogêneo que o elemento europeu, era o elemento americano.

Aliás, os tipos raciais do continente americano entre si têm maiores afinidades de caracteres do que os do continente europeu.

E' antiga essa observação. Na Enciclopédia^a Britânica vem a êsse respeito lembrada a opinião de Humboldt:

“The indians of new Spain bear a general resemblance to those who inhabited Canada, Florida, Peru and Brasil... We think we perceive them all to be descendend from the same stock.”

Isso, todavia, não impede que se observe variedade de tipos anatômicos no homem americano.

Nesse ponto, são razoabilíssimas as seguintes considerações de João Ribeiro:

“De fato, a velha questão de *dolicocéfalos* e *braquicéfalos* nada trouxe de positivo; a teoria de que os *dolicocéfalos* se encontram a leste da América (e êsse característico é o dos crânios dos habitantes das Canárias, dos mouros Tuaregs) e que os *braquicéfalos* se acham na região andina e de todo o oeste americano, o que parece aparentar a humanidade dessa região com os tipos em geral *braquicéfalos* das Kurilas, do Japão, China, Ásia, etc., tudo isso foi derruído pela observação mais profunda. (72)

“De caminho, notemos que não só a consideração do índice cefálico não tem importância tal que possa dar solução a semelhantes questões, como está hoje provado à saciedade que os dois tipos *braquicéfalos* e *dolicocéfalos* (mesmo incluindo o tipo médio de Broca, *mesaticéfalos*) estão em perfeita coexistência em tôdas as grandes regiões

(72) Sobre essa hipótese, leia-se o trabalho de Foster, *Prehistoric races*, cap. X; Retzius; Wilson, *Prehist. man*, XXXI, e Smithsonian Report, 1860.

do orbe. Essa foi a conclusão positiva de Kolmann. (73)

“Esse notável antropologista induziu da observação, com precisão estatística, de milhares de crânios, o fato de que não só houve cruzamento entre os diversos tipos em todo o norte e sul da América, como também desde os tempos pré-históricos houve coexistência dos dois elementos, vivendo um ao lado do outro, estado que êle denomina com um termo latino: *penetratio*. O que prova, como pondera Ten Kate, que a primeira camada de população não era exclusivamente *braquicéfala*, como afirmaram muitos.

“E, para nós, era escusado o estudo de Kolmann. Já tinha o saudoso professor Hartt notado nos nossos *moundbuilders* (no Brasil, *sambaquis*) a coexistência dos braquicéfalos e doliocéfalos.”

Essas considerações de João Ribeiro no artigo *Tupí-guaraní* (in Dicionário Gramatical) são ainda hoje procedentes.

Os tipos do elemento ameríndio são igualmente variáveis. Os *tupís* (que eram os que entravam mais facilmente em contacto com o elemento estrangeiro, colonizador) possuíam também variedades de côr; êles próprios distinguíam-se em *tupiunas* (pretos) e *tupitingas* (brancos).

(73) *Zeitschrift für ethn*; Helf I, 1883, cit. na *Revue Anthropologique* de Topinard, avril, 1884.

O ELEMENTO NEGRO

As camadas do elemento negro-africano foram trazidas a Pernambuco não só pelos portugueses (antes da conquista) como pelos holandeses.

Os holandeses não visaram apenas as colônias do Oriente e da América do “imperium” português; também atacaram as colônias africanas.

Diversas partes da África caíram em poder de Holanda. Uma delas, Benguela, foi até libertada por brasileiros, que organizaram uma frota no Rio de Janeiro para êsse fim.

* * *

O elemento negro, trazido pelos portugueses, no século XVI e princípio do século XVII parece que era gente da Guiné (grupo sudanês). A imigração *banta* só se processou mais tarde. E’ essa a opinião de João Ribeiro. De fato, os primeiros negros escravizados pelos portugueses foram os naturais da Guiné.

* * *

Do ponto de vista antropológico, não há homogeneidade nos tipos de negros. A variedade é grande.

Nos desenhos, que figuram nas obras de Barleus atesta-se essa variedade antropológica.

Ao passo que se pode falar numa “civilização negro-africana” (devido a uma mais ou menos uniformidade *cultural*), não se pode falar de uma “raça negro-africana” e sim de várias raças negras.

E 'esta, aliás, uma opinião aceita pelos antropologistas mais abalizados que têm versado o assunto, entre os quais o nosso eminente Nina Rodrigues.

O ELEMENTO ORIENTAL

A Companhia das Índias Orientais, fazendo o comércio com o Oriente, assolando as colônias lusas e firmando-se nas ilhas da Oceania, onde iria estabelecer um império colonial para a Holanda, certamente, por interêsse de ordem comercial, traficava com elementos humanos daquelas regiões orientais.

Êsse contingente racial deve também ser levado em conta.

OS ELEMENTOS MESTIÇOS

Todos os elementos até agora apontados, uma vez em contacto, não podiam deixar de sofrer mestiçagem.

Todavia, é de mister frisar que a mestiçagem se processou de um modo todo peculiar.

Os elementos europeus e orientais eram quase que exclusivamente formados de *homens*. Sòmente o elemento negro-africano e o elemento ameríndio continham grande número de *mulheres*.

A *preta* e a *índia* é que se submetiam ao regime da poliandria, imposto pelas condições sociais, uma vez que a *mulher* dos demais elementos era rara.

Êsse verdadeiro regime poliândrico deu origem a inúmeros mestiços de variedade espantosa.

A *mulher escrava* (preta ou índia), sem embargo de prolífera (utilíssima, portanto, a uma terra quase não povoada) legava ao seu descendente a tara deplorável de inúmeros complexos de inferioridade, oriundos de sua condição social.

O mestiço, portanto, não podia fugir a êsse determinismo psico-biológico.

FONTES DE ESTUDO

A documentação iconográfica das obras de Barleus, Piso, Maregraf, etc., são dados que devem ser analisados. Paul Ehrenreich escreveu um estudo "Sôbre alguns retratos de índios sul-americanos", que Oliveira Lima traduziu e publicou na Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano. Muito pouca coisa há sôbre o assunto, principalmente do ponto de vista estritamente *antropológico*. Vide bibliografia geral. (74).

(74) Leia-se a crítica de Roquete-Pinto no Parecer transcrito no início da obra e a resposta à mesma em a nota suplementar n. 3.

PATOLOGIA COMPARADA DAS RAÇAS

(*Post-scriptum*)

Demasiadamente rápida e fugaz, a duração do domínio holandês não permitiu que a colcha racial da colônia apresentasse transformações incisivas.

Em tão pouco tempo de contacto, creio ser temeridade tentar discutir questões de *aclimamento* (aclimação natural).

As influências ecológicas só podem ser apreciadas, antropológicamente, após a experiência de uma ou mais gerações. Ora, isso foi impossível na Brasil Holandês.

As variações patológicas, determinadas pelas influências do meio, merecem, de fato, ser focalizadas, mas estão longe de oferecerem dados definitivos. E' certo que a contribuição de Piso e Marcgraf na monumental "Historia Naturalis Brasiliae" constitue um manancial admirável, mas será sempre arriscado concluir, pois, reflete ape-

nas uma observação realizada num pequeno lapso de tempo (menos do que uma década).

Não ha dúvida, no entanto, que os elementos raciais, com as suas predisposições mais ou menos características, sofreram imediatamente as consequências das condições sanitárias e higiênicas do ambiente, dos preconceitos do tempo, da mudança forçada da *alimentação*, os rigores do *clima*, etc., mas todas essas reações verificadas não permitem conclusões. A duração de todos esses fenômenos foi curta demais para se chegar a resultados apreciáveis.

PREDISPOSIÇÕES DAS RAÇAS BRANCAS

No clima nordestino o europeu, fosse *ariano* ou *semita*, não podia deixar de sofrer traumatismo, oriundos das novas condições de vida. O excessivo *calor* no Nordeste, o clima tropical nitidamente diverso da temperatura nórdica, sem dúvida, não favorecia o aclimamento do colono neerlandês. A história da colonização está cheia de exemplos. Os próprios holandeses aclimaram-se, com facilidade na colônia do Cabo (*boers*) e jamais conseguiram adaptar-se ao clima da Malásia. A razão já apontou Topinard: “ils se perpetuent dans les conditions des plus satisfaisantes à la colonie du Cap, dont le climat est très-voisin de celui de leur mère

patrie, tandis qu'ils meurent sous le ciel torride de Malaisie" (Anthropologie, p. 407).

A hypersecreção e outros distúrbios, consequentes do clima, criaram para o holandês no Nordeste sérios obstáculos a um equilíbrio adaptativo. Foi, sobretudo, no que concerne à *alimentação*, que eles mais sentiram a mudança climática. Os portugueses habituados a uma sobriedade, imposta pelo regime de *monocultura*, predominante no meio rural (a cultura da cana), traíam, talvez, nesses hábitos alimentares o grande contingente do tronco *arábe*.

O árabe, conforme salienta Bordier em "La géographie médicale", caracterizado por sua sobriedade já proverbial, é, virtude de seu regime alimentar, quase sempre *anêmico*.

Esse, aliás, deveria ser o estado geral da população portuguesa, subnutrida e fraca, porém, adaptada ao meio.

Já com os holandeses não era possível semelhante equilíbrio. Não eram sóbrios e estavam habituados a um rico regime alimentar. O novo ambiente americano não lhes foi favorável e houve até, medidas beneficiadoras da *policultura*, único meio de resolver o problema da alimentação.

Os neerlandeses não poderiam reagir da mesma forma que os mediterrâneos da península ibérica.

Aliás, baseados em estatísticas médicas, os cientistas e antropólogos especialmente constataram que entre os próprios europeus ha diversas *pre-disposições mórbidas*. Topinard, por exemplo, demonstrou que, na Inglaterra, a *mortalidade cirúrgica*, era a metade da que se registrava em França, o que fez Velpeau tirar a conclusão curiosa:

“C'est que la chair anglaise differe de la chair française”.

E nesse sentido ha outras observações. Para Bordier a *escarlatina* parece ser uma doença anglo-saxônica.

A *carie dentária* (outro exemplo) é muito comum entre arianos e também nas raças *alofilas* (raças pre-históricas da Europa).

E', sobretudo, no Livro II que Piso estuda as endemias e doenças frequentes no Brasil.

Ha, aí, sugestivas observações relativas à *menstruação* das mulheres europeas (holandesas e judias) sob a ação do clima tropical.

“Afirmare ausim nostratium ut et Judaeorum (quae intempestives balneis ex religione obstrictae) ne quidem ditam partem profluvia uteri evadere. Quod, vel ex pudore vel negligentia dum occultare student, pallidae, exsanguis, tristes et viris ingratae, tanto temporis decursu, conduplicare malum solent”.

Crítica os hábitos sedentários das mulheres europeas no Recife, ou como diz “mulierculæ nos-

trae obsiores et sedentariae” e frisa a habitual mortalidade das crianças recém-nascidas dessas mulheres sem regularidade uterina.

“Ita ut si vatalem, raro tamen longævum foctam edant”.

Observação comprovadora do não *aclimamento* das mulheres holandesas no Brasil.

Com os holandeses vieram grande número de judeus. A esse respeito a geografia médica regista observação curiosa. Fato histórico comprovado é a *imunidade* dos judeus quanto a peste. Um historiador de outrora, Tschudi observou categoricamente: “Esta doença não ataca nunca aos judeus”.

E com êle, outros autores em épocas diversas, Diger em 1736, Fracastor em 1505, Ramazzini em 1691, etc. confirmaram a observação.

Durante a Idade-Media justamente por ser notada essa *imunidade*, os católicos acusavam os judeus de envenenadores das fontes.

Entretanto, a razão da *imunidade* dos judeus derivava da própria situação social dos mesmos, que os impunha a uma vida quasi segregada, apartada do contacto com a multidão.

Não ha documentação sôbre essa provável *imunidade* dos judeus durante as epidemias, que grassaram no Brasil Holandês.

PREDISPOSIÇÕES DAS RAÇAS NEGRAS

As raças negras nada sofrem com a adaptação ao meio nordestino. Apesar disso, apresentam caracteres patológicos bem definidos.

Nelas, por exemplo, ao contrário das raças brancas, a *carie dentária* é bem rara.

O negro também revela forte predisposição para a *lepra*.

É notável a reduzida *sensibilidade* periférica do negro; esta falta de sensibilidade origina-se da própria constituição anatômica do negro; daí a sua resistência ao trabalho pesado.

Entre as próprias raças negras (por vezes tão diversas entre si) há variabilidade de tendências. A *obesidade*, por exemplo, rara entre os negros da Guiné, é frequentíssima entre os Cafres e Zulús.

É ociosa a questão da inferioridade dos negros. Richard Fuller colocou o problema nos seus verdadeiros termos: "Most students of race relations are agreed that it differences in native capacity exist between the two races such a fact has not yet been ecientifically demonstrated". (Social problems).

Esse professor da Universidade de Michigan frisa ainda, a respeito do preconceito de cor: "The

evidence is that race prejudice is acquired rather than instinctive”.

* * *

Quanto à amamentação, reconhece Piso a superioridade das *índias* e das *negras* como amas: “Nutrius denique *Brasilienses* et *Ethiopissae*, lacte suo saluberrimo complures mostratium infantis enutriunt; cum *Europaeis mulierculis* lactis vires ingentitae, ob supradictum vivendi genus, non raro depraventur aut extinguantur”.

Conclusão: a mulher nórdica não se aclimou.

PREDISPOSIÇÕES DAS RAÇAS AMERICANAS

Justamente por serem as raças da terra, os índios de Pernambuco apresentavam, como os americanos em geral, forte *imunidade* à febre *palustre*.

Essa imunidade deveria também ser observada no *elemento oriental*, pois, Bordier em “La géographie médicale” afirma que igual fato se verifica entre as populações chinesas e oceânicas.

Outra doença muito comum entre os índios é a *geofagia*, que foi observada por Humboldt e ainda hoje é tão comum entre as nossas populações rurais.

Historicamente está provado que as *bexigas* devastam, com facilidade, aos índios. O desapare-

cimento de muitas tribus se deve, em parte, as epidemias.

Observou Piso que as indias e seus filhos eram *imunes* aos vermes. Tais são as suas palavras:

“Nihil horum videre est in *Brasiliensibus Mulieribus* vel earum sobole”.

“Nan robustae, vegetae agilisque sive praegnantes, sive puerperae vivacem enutuntur prolem”.

Esta observação de Piso, sem embargo de categórica, não parece confirmada.

* * *

A patologia comparada das raças que entram na formação estava, sobretudo, condicionada ao ambiente.

O Brasil Holandês reuniu todas essas raças (brancas, negras, etc.), cada qual com as suas disposições características, mas não pôde assistir às consequências duradouras da mestiçagem, pois, o contacto foi demasiadamente curto para verificações tais.

FONTES DE ESTUDO

Joaquim Ribeiro, A Antropologia Patológica (Jornal do Comercio, 14 Outubro — 1934).

Richard C. Fuller, Social Problems.

Otto Klineberg, Races differences (1936).

Topinard, Anthropologie.

Bordier, La geographie medicale.

Donald R. Taft, Human Migration (1936).

Piso e Marcgraf, Historia Naturalis Brasillae.

Ob. — Este capítulo, relativo à patológica comparada das raças do Brasil holandês, foi acrescentado após a advertência de Roquette-Pinto no Parecer.

ETNOLOGIA

- I — AS ETNIAS DO BRASIL HOLANDES**
- II — ETNOGRAFIA**
- III — VESTÍGIO DO ELEMENTO HOLANDES NO
FOLCLORE NACIONAL**

AS ETNIAS DO BRASIL HOLANDÊS

Mais variada que a colcha racial, era o amálgama de *etnias*, que se defrontavam na colônia holandesa.

Representantes de múltiplas *culturas* entraram em contacto no Brasil. Do elemento europeu distinguíam-se logo a cultura *mediterrânea* (simbolizada, sobretudo, no elemento ibérico, espanhol ou português) e a cultura *nórdica* (elemento holandês, flamengo, anglo-saxão, etc.).

E' certo que dentro de cada uma dessas culturas, nuances numerosas de *povos* surgiam em profusão.

O português, o galego, o castelhano, o catalão, etc., constituíam ao lado de italianos (haja vista Bagnuolo) as variedades da cultura mediterrânea.

A cultura nórdica não era apenas representada pelo elemento dos Países-Baixos.

Poloneses, alemães e ingleses (enviados por Elisabeth de Inglaterra), além de outros elementos

nórdicos, que afluíam aos portos de Holanda, vi-
nham se ajuntar ao elemento neerlandês.

O próprio elemento neerlandês não era uni-
forme, do ponto de vista étnico.

Duas camadas étnicas estendiam-se paralela-
mente nas planícies e pradarias neerlandesas: os
bátavos, povo germânico, que César observou, lo-
calizado na foz do Reno (*insula Batavorum*); e os
Belgas, povo céltico (situado entre o Sena e o
Reno).

Além dêsses elementos primitivos, aos quais
podemos acrescentar os *frisões* e os chamados “ger-
manos cisrenanos” (*eburões* e *condrusos*), deve-
mos observar ainda que nos Países-Baixos, duran-
te séculos, se processaram numerosas *ondas migra-
tórias*.

Todavia, não há dúvida que há um tipo étni-
co holandês caracterizado, através de usos e costu-
mes: tal tipo é o que denomino holandês *sedentá-
rio*, diverso do holandês *emigrante* (elemento colo-
rido por várias tonalidades étnicas).

Convém frisar que dentro da cultura nórdica
se enquistou a *cultura judáica* (elemento semita).
Dêsse quisto judáico vieram numerosos represen-
tantes para o Brasil Holandês.

* * *

Ao lado do elemento europeu (mediterrâneo,
nórdico e judáico), convém acrescentar os elemen-

tos ameríndios (*tupí-guaraní, gê, kariri*, etc.) e os elementos negro-africanos (*sudanês e bantú*). Sendo que os tapuias (*gês e kariris*) eram mais numerosos ao lado dos holandeses do que os tupís, de regra, aliados dos portugueses. (75)

* * *

Tôdas essas etnias entraram em conflito no Brasil.

E' claro e razoável que houve troca mútua de *complexos culturais* de tais elementos étnicos.

E' certo que essa mestiçagem étnica não chegou a formar uma *aculturação* ("aculturation" dos etnólogos norte-americanos).

A superposição dessas camadas étnicas foi rápida demais para provocar um fenômeno de interpenetração.

E' certo que reagindo contra essa tendência de fusão de culturas, as religiões sempre exerceram um forte obstáculo a uma mais íntima conexão.

O *fator religioso*, elemento conservador e selectivo, sempre impediu essa fusão.

O *elemento católico* da colônia evitou sempre contacto com o elemento *judeu* e o elemento *protestante*.

Sòmente o elemento escravo (negros e índios), pelo contacto *doméstico*, com os três citados ele-

(75) Vide nota suplementar n.º 19.

mentos, estava em condições de servir de fator catalítico para facilitar essa fusão.

Êsse contacto caseiro dos índios e negros representa, portanto, um papel preponderante na análise dos elementos culturais na colônia holandesa.

A vida *material*, exigindo, todavia, condições iguais para todos êsses elementos, também favoreceu, nesse campo, uma troca cultural.

O tempo, porém, seria o fator decisivo de uma "aculturation". A conquista holandesa, entretanto, não durou nem meio século. Nesse pequeno lapso de tempo foi impossível se processar tal fenômeno etnológico.

Há todavia, *survivals* do início dessa fusão na etnografia da colônia.

FONTES DE ESTUDO

César, *De bello gallico*; Antonius Thysius, *Compendium Historiæ Bataviae a Julio Caesare usque ad hæc tempora*, Leyde, 1645; N. G. Van Kampen, *Geschichte der Nederland*, 2 vols., Hamburgo, 1831-1833; Jules Tarlier e Alphonse Wanters, *La Belgique Ancienne et Moderne, Géographie et Histoire des Communes Belges*, Bruxelas, 1873-1874, 3 vols.; A. Demangeon, *Belgique-Pays Bas-Luxembourg* (Géographie universelle publiée sous la direction de Vidal de La Blache et L. Gallois) tomo II; B. J. Champagnac, *Guillaume le Taciturne et sa dynastie, Histoire des Pays Bas (Hollande et Belgique) depuis le seizième siècle jusqu'à nos jours*, Paris, 1852; Daniel Stern, *Histoire des commencements de la Re-*

publique aux Pays Bas, 1581-1625; John Lothrop Motley, *The rise of the Dutch Republic, A history*, New York, 1862 — 3 vols; não cabe, aqui, repetir a indicação das obras relativas ao assunto mencionadas na bibliografia. Sobre o elemento negro-africano na colônia holandesa, vide a contribuição de Gonsalves Mello, indicada na bibliografia e sobre o elemento ameríndio, leia-se o que escreveu Rodolfo Garcia no *Dicionário Histórico e Geográfico do Instituto Histórico Brasileiro*.

ETNOGRAFIA DO BRASIL HOLANDÊS

A etnografia do Brasil Holandês ainda não foi reconstituída. É certo que já na obra fundamental de Wätjen há dados a respeito. Usos e costumes da colônia bätava acham-se, ai, registados. (76) Falta, todavia, uma contribuição em que apon-te a superposição dos *complexos culturais* holandeses sôbre os *complexos culturais* dos colonos lusitanos, dos ameríndios e dos negros. Essa superposição merece ser esclarecida, afim de serem discriminados os diversos materiais, que essas correntes étnicas trouxeram àquela região no mencionado periodo do século XVII.

A etnografia, isto é, a vida material e espiritual dos holandeses na colônia brasileira oferece alguns pontos dignos de nota, principalmente em comparação com a etnografia dos lusitanos de então.

(76) João Ribeiro, que foi o primeiro historiador brasileiro a comentar a obra de Wätjen, salientou justamente êsse aspecto (in Notas de um estudante), que foi sempre desprezado por todos os que, antes de Wätjen, escreveram sôbre o Brasil Holandês.

A VIDA MATERIAL

A feição predominante tanto na etnografia holandesa como na etnografia lusitana, nos primeiros séculos da colonização da América, era inegavelmente a *vida marítima*.

Os neerlandeses tinham construído a sua vida material quase que sobre *embarcações*. As maiores cidades da Holanda eram nada mais do que aldeias, construídas com estacarias à beira de diques. *Amsterdam*, a própria palavra está revelando, era o dique (*dam*) de *Amstel*. O mesmo *Rotterdam*, etc.

Povo embarcado, movimentando-se nas costas do mar do Norte ou nos meandros fluviais, construindo diques e varejando canais, costume, que vinha já do tempo da conquista romana, (77), os holandeses possuíam então numerosos *complexos culturais* relativos à vida marítima.

As embarcações neerlandesas foram, pois, a primeira herança trazida para a colônia (78).

Aquí, é certo, que já encontravam a contribuição dos lusitanos e mesmo dos ameríndios (canoas, igaras, etc.).

(77) A foz do Reno atual foi obra artificial dos conquistadores romanos; foi chamada *fossa drusiana*, porque foi aberta por Druso.

(78) Vide nota suplementar n.º 15.

A *jangada*, que já na Carta de Pero Vaz de Caminha, vinha descrita como usança ameríndia (79) logrou maior expansão no tempo do holandês. A razão é fácil de explicar, aliás. Nos canais e rios dos Países-Baixos, desde o tempo de *celtas e romanos* eram comuns as balsas. Houve, pois, uma colisão de *complexo cultural* nórdico com um complexo americano. Creio que foi essa colisão, que solidificou êsse *complexo* na costa nordestina. E é razoável admitir que foi obra do holandês a aplicação da *vela* à *jangada*. Isso, todavia, é uma conjectura, baseada unicamente no progresso da técnica marítima daquele povo.

A localização de *Mauritzstadt* no Recife obedeceu a essa adaptação, a essa tendência, a êsse verdadeiro tropismo, que o neerlandês sempre teve pela vida aquática, seja fluvial ou marítima.

A *ponte* holandesa diferenciava-se, do ponto de vista etnográfico, da *ponte* lusitana de tradição romana. Os portugueses, aliás, não introduziram na colônia brasileira a *ponte*; preferiram erguer *pinguelas* provisórias ou o uso das canoas.

O holandês, ao contrário, tinha o senso da obra arquetetônica e a *ponte* oferecia ao seu espí-

(79) Vide *Carta de Pero Vaz, de Caminha* (edição crítica de Joaquim Ribeiro). O negro também conhecia a *jangada* ou *almadia*. Esse vocábulo *almadia*, sustenta Fernando Ortiz (in *Glossário de afro-negrismos*) que os árabes tomaram dos negros bantús.

rito construtor um objetivo utilitário digno de ser concretizado (80).

Nesse mesmo sentido, ninguém jamais negará a influência holandesa na arquitetura da Mauricéia. O holandês criou, no Brasil, a *casa* ornamentada, ajardinada, enfim cercada de comodidade e de minúcias estéticas apreciáveis (81).

O Palácio de Nassau na Boa Vista reflete, com nitidez, o interêsse do holandês para as obras arquitetônicas.

Êsse interêsse pela casa explica-se pelo seguinte fato: Em virtude da decadência do catolicismo, com o advento da Reforma, as *catedrais* e as *igrejas* foram perdendo o esplendor da ornamentação artística; êsse brilho foi transferido, em conseqüência do incremento das liberdades comunais para os Palácios Municipais e casas da alta burguesia. Daí o prestígio da *casa* na vida holandesa.

O uso do *mosaico* flamengo foi introduzido na colônia nessa época.

As casas do Recife, de regra, possuíam ancoradouros fluviais, porque, a *via* movimentada de Mauritzstadt era o Beberibe ou o Capibaribe. Os mercados ambulantes negociavam em barcos, canoas ou

(80) A *ponte* holandesa era de *arcadas* e possuía em cada extremidade uma espécie de *portão* com cobertura. Até há bem pouco tempo conservavam-se no Recife êsses *arcos*.

(81) A *casa* portuguesa era pobre. Essa pobreza doméstica era compensada pelo excesso de ornamentação das *igrejas*.

mais embarcações. A *viatura* aquática era o automóvel daqueles tempos. . .

A feição da vida material da colônia holandesa era essa: de nítida predominância aquática.

Era êsse, pelo menos, o perfil da etnografia urbana do Recife.

No meio rural, continua o prestígio do *ciclo do engenho*, vida agrícola de tronco lusitano. A *técnica* holandesa pouco aperfeiçoou a indústria açucareira, (refinamento do acucar).

A VIDA ESPIRITUAL

Já mais difícil de caracterizar nas suas notas predominantes e essenciais é a *vida espiritual* da colônia holandesa.

As crendices, as superstições, as lendas, enfim as elaborações da imaginação humana na sua ingenuidade criadora possuem uma espantosa facilidade de expansão.

Ao passo que os *complexos* de cultura material custam a se misturar, os complexos de ordem espiritual espraiam-se, diluem-se, confundem-se com intensidade incrível. Etnólogos ilustres, como Schmidt e outros, salientam essa facilidade de migração e expansionismo das lendas e superstições.

Êsse fato tem também a sua explicação. Os fatos *materiais* estão diretamente condicionados ao ambiente geográfico (à produção etc.) ao passo que os fatos *espirituais* constituem uma super-es-

trutura mais ampla e universal. A teoria da *elementargedanke*, em parte, resultou de uma falsa generalização dessa observação.

Que sabemos do folclore holandês do século XVII?

Certamente as sagas germânicas deixaram vestígios no folclore dos Países-Baixos, mas, é ousadia admitir, que tais “survivals” viessem refletir na colônia longínqua da América.

É ousadia, mas é razoável.

No folclore norte-americano, em Nova York, onde a colonização holandesa, foi mais duradoura, ha vestígios ainda hoje demonstráveis.: *Irvings*, escritor do século XIX, aproveitou em vários romances, as reminiscências dessas tradições holandesas.

No Brasil, entretanto, o influxo foi fugaz e efêmero.

É certo que no *folclore pernambucano* há vestígio não do *folclore holandês*, mas do tempo em que os holandeses aquí estiveram. Tal será a demonstração do capítulo seguinte.

FONTES DE ESTUDO

Além da obra de Wätjen, que é fundamental sôbre qualquer aspecto de estudo do Brasil Holandês, leiam-se: Demangeon (tomo II da *Geographie Universelle*); João Ribeiro, *Notas de um estudante*. Fernando Ortiz, *Glossário de afro-negrismos*. Rodolfo Garcia — *Etnografia indígena*.

NOTAS

Se a feição da etnografia da colônia holandesa, no seu aspecto material é a *vida marítima*, convém, todavia, mencionar ainda a possibilidade de se admitir o influxo do *pastoreio* holandês na zona pastoril do alto sertão nordestino.

O holandês nas suas pradarias criou, por facilidade do clima húmido e das pastagens dos *polders*, uma verdadeira cultura pastoril em que a raça bovina neerlandesa exerceu papel fundamental, oferecendo vacas leiteiras, que facilitavam o incremento da indústria pecuária do *queijo* e da *manteiga*.

É possível, que, após a restauração de Pernambuco, os holandeses que possuíam *currais* (conforme consta de mapa existente na obra de Barleus), migrassem para o alto sertão com os seus rebanhos, temendo, sem dúvida, a reação que ameaçava prejudicá-los na região próxima do litoral.

O *requeijão* nordestino, talvez, seja uma adaptação sertaneja da indústria pecuária neerlandesa. Isso, todavia, é hipótese a estudar.

O ELEMENTO HOLANDÊS NO FOLCLORE NACIONAL

Quando Pereira da Costa escreveu o "Folclore pernambucano" frisou o influxo do elemento holandês nestes termos incisivos:

"Tivemos também a dominação báltava, com um estádio de vinte e quatro anos, e que, em uma época dada, se bem que de um perpassar ligeiro, houve mesmo, por assim dizer, um certo cóngracamento popular de opiniões íntimas entre os holandeses e os pernambucanos, do que certamente ficou algo da índole dêsse povo do Norte da Europa." (obra citada, págs. 8-9).

E cita como comprovação dessa influência duas lendas da ilha Fernando de Noronha.

É inegável, na verdade, que o elemento holandês influiu na formação do folclore brasileiro, principalmente da zona nordestina, que sofreu a conquista neerlandesa.

Um estudo digno de ser levado a efeito é apontar na etnografia brasileira êsses elementos e vestígios,

Por enquanto, o que podemos registrar é muito pouco.

Lenda da Alamoia — Assim a relata Pereira da Costa:

“A lenda da Alamoia, essa fulva e cruel donzela(a fada e o gênio mau da ilha presidiária de Fernando de Noronha, levando o terror por tôda parte nas suas correrias noturnas, lenda vulgaríssima ali, e que Gustavo Adolfo recolheu da tradição popular entre os velhos presidiários, é indubitavelmente uma reminiscência holandesa.” (obra citada, pág. 9).

Lenda do cajueiro da cigana — Gustavo Adolfo coligiu essa lenda na mesma ilha e para Pereira da Costa há nos versos dessa tradição vestígios do elemento holandês; tal é a passagem que menciona:

Não se sabe o que julgar
 Dessa estranha aparição;
 Mas, afirmam que, um caixão,
 Si se cavar hão de achar;
 Que é férreo cofre, um tesouro,
 Que contém da Holanda o ouro.

São antigos cabedais
 Que ajuntaram os *holandeses*
 Heranças dos portugueses
 Amontoadas na paz
 E depois de inimiga guerra
 Escondidas sob a terra

Aliás, em todo o Nordeste é crença generalizada que há tesouros enterrados pelos holandeses, principalmente junto aos penedos e ruínas de fortificações. O poeta Jorge de Lima numa de suas poesias tão ricas de reminiscências, refere-se a essa tradição (82).

* * *

No Nordeste quando se quer atribuir a qualquer coisa antiguidade, é costume dizer-se: “E’ do tempo dos flamengos.”

* * *

Há um verdadeiro ciclo de tradições em tôrno da guerra holandesa no Brasil. São ainda de Pereira da Costa os seguintes informes:

“Fernandes Vieira tem visões celestes, inflamando-o a empreender a emprêsa da libertação de Pernambuco do domínio holandês, e como manifestações da divina vontade em favor de tão patriótica idéia, abrem-se de par em par, por si, e sucessivamente por duas vezes, as portas da igreja matriz da Várzea, cuidadosamente fechadas a chave, e desprende-se o docel que cobria o altar de Santo Antônio, caindo perfeitamente dobrado diante da sua imagem, como que significando aos habitantes de Pernambuco, na frase de um cronista coevo: “que é não temessem de acometer a emprêsa,

(82) Cf. Joaquim Ribeiro, *O folclore nordestino na poesia de Jorge de Lima*.

pois, êle lhes abria as portas da sua igreja para os amparar e ajudar, e que cada qual dobrasse o seu fato, o pusesse em salvo, e tratasse de estar desembaraçado e preparado para a guerra.”

Santo Antônio aparece em sonhos a Fernandes Vieira, e ordena-lhe que se erga do leito e marche sem demora em busca do inimigo, que Deus lhe assegurava a vitória; e despertando êle, alta noite mesmo, manda imediatamente tocar a reunir, mete em forma todo o exército, marcha ao encontro dos Holandeses e os derrota nos campos da Casa Forte.

Uma imagem do mesmo santo, que se venerava na capela do Engenho em frente ao qual se feriu combate, e cuja imagem fôra mutilada pelo inimigo, verte sangue dos golpes que recebera; no maior calor da peleja, aparece entre a nossa gente um morador do vizinho povoado do Arraial, com uma imagem da Senhora do Socorro, que milagrosamente desprendia de seu rosto copioso suor; e ouvidas as descargas do combate por alguns soldados que ficaram na Várzea, no engenho de Pedro da Cunha de Andrade, denominado hoje *Curado*, e de onde abalou o exército para a Casa Forte, correram êles pressurosos à igreja, e prostados perante a imagem de São Sebastião, pedem-lhe que proteja os seus companheiros, que no momento pelejavam contra o inimigo. “Caso maravilhoso! (exclama um historiador do tempo) viram todos suar a imagem, como si o glorioso martir andara pelejando na batalha.”

Idêntico prodígio observou-se em 1709, em uma imagem de Nossa Senhora do O', na igreja de São João, em Olinda, pressagiando assim, no conceito de um cronista coevo, as calamidades de que foi vítima a capitania com o rompimento de uma revolução no ano seguinte, conhecida na história por "guerra dos mascates".

Na noite do massacre do Cunhaú, no Rio Grande do Norte, em 1645, ouviu-se uma suave harmonia no céu, sôbre a fortaleza da cidade, cujos cânticos repercutiram no Recife, como presságio certo de que foram os anjos que acompanharam as almas daqueles mártires para o céu.

Na batalha das Tábocas, ferida no mesmo ano, viu-se, no maior fervor do conflito, uma resplandesciente Senhora, vestida de azul e branco, com um formoso menino nos braços, acompanhada de um varão autorizado, repartindo pólvora e balas pelos nossos soldados, na frase de um cronista do tempo; e um outro acrescenta, narrando o mesmo prodígio que a Senhora era a Virgem Maria, que acudiu à nossa gente, e o venerando velho, bem se pode coligir, que seria Santo Antão, que tinha naquelas ásperas montanhas uma igeja, onde os moradores da localidade todos os anos celebravam uma festa em seu louvor.

A êsse prodígio da aparição da Virgem, nessa primeira batalha que tiveram os pernambucanos na guerra que puseram em campo para os libertar do

jugo holandês, refere-se também o *Livro do toambo*, da igreja matriz de Nossa Senhora da Luz, nas vizinhanças de Tabocas, livro êsse que se remonta a 1775, da sua organização, e consigna estes versos, dentre os muitos que os poetas do tempo compuseram em seu louvor:

MOTE

A sacra luz de Maria
 Nas Tobocas vencedora
 Foi nossa restauradora,
 Fez da noite claro dia.

Glosa

Qual estrêla portentosa,
 Qual celestial fulgor,
 Qual divino resplendor,
 Qual visão prodigiosa,
 Mostrou-se miraculosa
 Convertendo a noite em dia;
 E a terra de alegria
 Encheu no mais belo instante
 Surgindo clara e brilhante
A sacra luz de Maria

Dela a suma claridade
 Trouxe ao mundo a Mãe de Deus,
 Porque com os méritos seus
 Do Filho ganha a vontade;
 Pois com santa piedade
 Ela é nossa intercessora;
 E como forte Senhora
 Defendendo a nossa terra,
 Foi da holandesa guerra
Nas Tabocas vencedora

Disto certa tradição
Nos transmite alta memória,
Que a pernambucana história
Refere com exação:
Tenhamos, pois, devoção
A tão santa protetora,
Que a nossa consoladora
Ela é constante e pia
Bem como em ditoso dia
Foi nossa restauradora.

Bendita seja a Trindade
Em criar Virgem tão pura
Para ser guarda segura
Da frágil humanidade;
Pois, com ampla caridade
Ela para o bem nos guia,
E por sua grã valia
Das trevas nos arredando
Entre sarças fulgurando
Fêz da noite claro dia.

Igual prodígio opera-se na segunda batalha dos Guararapes, e a tradição indica mesmo a colina das Barreiras, que se ergue ao norte e fronteira ao belo templo de Nossa Senhora dos Prazeres, como que fôra alí que apparecera a Virgem Imaculada para proteger as nossas armas, ouvindo-se então um forte estampido na montanha e divisando-se a Vir-

gem qual uma exalação que fazia o seu curso na azulada esfera.” (83).

Todos êsses dados folclóricos confirmam a existência de um *ciclo da guerra holandesa*.

(83) Pereira da Costa, *Folclore pernambucano*, pág. 93-96.

LINGÜÍSTICA

- I — AS LINGÜAS DO BRASIL HOLANDES
- II — O ELEMENTO HOLANDES NO PORTUGUÊS DO BRASIL.

AS LÍNGUAS DO BRASIL HOLANDÊS

Uma vez salientada a policromia dos elementos culturais, que se anastomosavam na colônia holandesa, é claro e inegável que as línguas, trazidas pelas diversas culturas, como produto delas, tinham de entrar em conflito (84).

É curioso que, de modo geral, distinguiam-se, no Brasil holandês, quatro grupos, lingüísticos: a) línguas *arianas*; b) línguas *semíticas*; c) línguas *negro-africanas*; d) línguas *americanas*.

É de mister frisar, contudo, que o conflito maior e mais nítido vai se processar justamente entre as línguas arianas, que representavam, na verdade, *culturas* mais elevadas e superiores.

É entre o *português* (língua latina) e o *holandês* (língua germânica) que o conflito surge em grandes proporções.

Passa-se, então, no Brasil fenômeno ao que Meyer-Lübke observa na "Introdução ao estudo da

(84) Vide nota suplementar n.º 16.

lingüística românica” entre as línguas latinas, que se acham na fronteira das línguas germânicas, como no caso da Suíça e da Bélgica. O fenômeno é paralelo (85).

O conflito foi efêmero, como efêmera foi a luta cultural, que não durou nem meio século.

* * *

As línguas arianas, que se debatem na colônia holandesa filiam-se aos grupos: românico e germânico.

O português do século XVII, falado na colônia americana, não era a língua clássica, modelada pelos poetas e prosadores dalém-mar.

Os colonos do Brasil falavam uma linguagem, de nítida feição arcaica, tanto isso é verdade, que na linguagem popular do Brasil ainda sobrevivem numerosos *arcaísmos*.

Esse fato já foi fartamente ventilado por João Ribeiro na “Língua Nacional” e na “Seléta clássica”.

* * *

(85) Na Bélgica ainda hoje observa-se a luta entre o *valão* e o *flamengo*. Na Suíça o *ladino* e os dialetos germânicos disputam cada qual maior expansão.

Convém não esquecer que no Brasil Holandês, o *português* e o *holandês* estavam superpostos na mesma área. Ao passo que a luta, que se observa na Bélgica e na Suíça é *horizontal*, no Brasil Holandês tomava sentido contrário, isto é, *vertical*.

Os dialetos germânicos dos Países-Baixos pertencem ao chamado grupo do Oeste ou *baixo-francônio* (*Nieder fränkisch*).

Além de outros menores, os dialetos mais difundidos na região são: o *flamengo* e o *holandês*.

O holandês, isto é, a língua neerlandesa (*nederlandsche taal*) possui, ao lado da língua literária, diversas variantes dialetais.

O holandês, como língua literária custou muito a se firmar, pois, teve sempre contra si o *latim*, que era a língua da Renascença e a preferida pelos intelectuais.

O prestígio do latim nos Países-Baixos foi vigorosíssimo por mais esta razão: sendo a Holanda e a Bélgica, na época das lutas religiosas refúgio de elementos de diversas religiões (protestantes, judeus, católicos, etc.), havia necessidade de se escolher uma *língua neutra*, que, no caso, era a língua de Cícero.

* * *

Os dialetos do *baixo-francônio* (*Nieder fränkisch*) lingüisticamente constituem uma transição entre o *anglo-saxão* e *alto-alemão*.

* * *

O holandês falado pelos conquistadores não era, por certo, a língua literária.

Tratava-se de um dialeto de soldados e navegantes, que tinham a sua gíria peculiar. Geralmente entre gente marinheira corre grande número de *peregrinismos*. Haja vista, por exemplo, a *Nova Gazeta Alemã* (Newen Zeitung^o Presiltang), primeiro documento em língua germânica sôbre o Brasil, onde se encontram termos usados pelos nautas ibéricos e italianos.

O holandês, que foi trazido para o Brasil tinha de ser assim: contaminado por peregrinismos da linguagem dos navegadores.

* * *

A luta entre a língua portuguesa e o holandês na colônia foi em parte atenuada por influência do dialeto *judeu-espanhol*, falado pelos judeus, que para aquí migraram.

* * *

Os judeus, perseguidos em Portugal e Espanha, encontraram nos Países-Baixos um refúgio.

Conservadores por excelência, os judeus conservaram sempre o dialeto judeu-espanhol, espécie de *idish* da península ibérica. Foi essa a contribuição *semítica* que trouxeram para o Brasil holandês.

Como o hebraico, falado por esses judeus imigrantes era riquíssimo de vocábulos espanhóis, é claro que esse dialeto veio diluir a luta entre o holandês e a língua portuguesa.

O conflito, justamente por isso, foi atenuado.

* * *

Além dêsse choque de línguas arianas e semítica, há de se ajuntar ainda o das línguas americanas, faladas pelos índios (*tupí-guaraní, gê, kariri, etc.*) e o das línguas negro-africanas (*bantú e sudanês*).

* * *

Observa-se desde logo que nas classes superiores da sociedade se processava a luta entre as línguas arianas e semítica ao passo que nas classes inferiores (escravidão negra e ameríndia) a balbúrdia era maior ainda.

* * *

A conseqüência natural dêsse conflito de línguas foi o eclipse das letras. A literatura não podia florescer na colônia holandesa por faltar a esta, a hegemonia consolidada de uma língua. O que houve apenas foram contribuições de cunho científico ou de interêsse político e administrativo. A

poesia, a eloqüência e a prosa puramente literária entraram numa fase nitidamente crepuscular . . .

Essa decadência das letras foi compensada pelo florescimento das artes plásticas, da pintura, da arquitetura, da música, etc., que são como que uma linguagem internacional, compreendida fàcilmente por todos.

E' êsse o florescimento, que se constata no período de Maurício de Nassau.

FONTES DE ESTUDO

A bibliografia especializada sôbre as línguas germânicas (inclusive os dialetos do baixo-francônio) encontra-se indicada na obra de Meillet, *Introduction à l'étude des langues indo-européennes*; sôbre o dialeto judeu-espanhol vide indicação bibliográfica em Sayj-Lopez, *Le origini neo-latine*; sôbre o português colonial leia-se o que escreveu esparsamente João Ribeiro em "*A língua nacional*" e "*Seleta clássica*"; sôbre a luta entre línguas germânicas e línguas latinas leia-se, além de Savj-Lopez (obra citada), o livro fundamental de Meyer-Lübke, na tradução magnífica que para o espanhol fêz o ilustre filólogo Américo Castro; não cabe, aqui, mencionar dados secundários sôbre o assunto.

O ELEMENTO HOLANDÊS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

O estudo da influência da língua holandesa no português falado no Brasil é, por assim dizer, capítulo inédito de nossa filologia.

Já no meu livro “Origem da língua portuguesa”, tratando de alguns brasileirismos, procurei apontar essa mínima e fugaz influência. E trouxe creio que o único exemplo existente nesse sentido. Assim foi que escrevi:

“Ao estudar-se a linguagem do Brasil não houve quem descobrisse um exemplo sequer da influência direta da língua holandesa no linguajar brasileiro.

Do domínio holandês, de fugaz esplendor, nada ficou na língua portuguesa da colônia.

Apenas se encontram vestígios de ordem indireta como a expressão

no tempo dos framengos

que ainda se ouve no sertão nordestino como menção a um tempo remoto. Ou, então, na expressão

mal de Holanda

que é, como já foi esclarecido, mera corruptela destoutra:

mal de Loanda

explicada por João Ribeiro nas *Frases feitas*.

Nada de positivo, como se vê, ficou da língua dos invasores.

Isso, aliás, é o que têm dito e redito os nossos filólogos e historiadores.

Sem embargo dêsse ponto assentado pelos filólogos, tenho para mim que dos holandeses tinha de ficar pelo menos alguma coisa, ainda que fôsse subtil como névoa...

Há, na verdade, um vocábulo curioso, que me chamou a atenção.

Registou-o o Visconde Beaurepaire Rohan no seu "Dicionário de vocábulos brasileiros". Trata-se do vocábulo

Vunge

só conhecido, conforme diz, em Pernambuco e explica a significação "nome com que se qualifica o homem mui sabido, esperto, atilado".

Não estuda a origem, e nenhum outro lexicógrafo tentou estudá-la.

Ora, dada a localização geográfica do vocábulo, só conhecido em Pernambuco, é razoável supor,

como, de fato, suponho, que seja de origem holandesa.

A meu ver *vunge* é mera corruptela popular do vocábulo

Van

correspondente ao *Von* alemão e muito comum nos nomes próprios dos holandeses.

A mutação de *Van* para *Vunge* se deu provavelmente por influência da linguagem dos negros bantús em que se encontra o sufixo *nge*.

Nada se há de estranhar de um hibridismo de vocábulo holandês com a língua dos negros, porque, como ninguém ignora, os holandeses, por certas medidas de liberalismo político do tempo de Nassau, atraíram grande número de pretos para o Recife.

A desinência *nge*, com facilidade aliás, se tem mestiçado a vocábulos vernáculos. Haja vista, por exemplo, o vocábulo:

fritangada

que, conforme elucidou Lindolfo Gomes, é mera deturpação negra do português *fritada* (86).

O caso de *vunge* é análogo.

Essa conjectura apresentei-a no meu estudo "A geografia lingüística" (87).

(86) Lindolfo Gomes, Vocabulário in *Contos populares*.

(87) Publicado in Revista da Academia de Letras (n.º 136).

Mais tarde, o filólogo Jaques Raimundo apresentou nova explicação do vocábulo *vunge*, dando-o como exclusivamente negro, sem admitir qualquer outro contacto (88).

Ora, essa opinião não me parece aceitável porque o vocábulo só é conhecido em Pernambuco e a zona da expansão do elemento negro-africano não se restringiu a êsse Estado. Porquê razão o vocábulo só persistiu em Pernambuco?

A meu ver foi o vocábulo holandês *Van* que fixou e deu origem ao nosso obscuro brasileirismo.

A própria exegese semântica só favorece a nossa opinião. Para os negros os *Vans*, isto é, os holandeses eram homens sabidos, espertos e atilados, certamente porque os beneficiavam mais do que os portugueses escravizadores.

Tudo isso me leva a sustentar a hipótese, que tem por si a geografia e a história, e nenhum engrimaço oferece à lingüística.

É êsse vocábulo, talvez, o único de origem holandesa, quase corrompido pela influência negro-africana.”

Tais foram as minhas palavras.

Não há nada de se estranhar no fato de *vunge* ser vocábulo contaminado etimològicamente por duas línguas de famílias tão diversas: a *ariana* e a *bantú*.

(88) Jaques Raimundo, *O elemento afro-negro*.

Tanto o holandês como a língua banta estavam em contacto no Brasil Holandês (89).

Caso curiosíssimo de confluência de vocábulos é a frase seguinte, popular no Nordeste:

banga la fumenga

Banga é vocábulo negro; *la*, artigo espanhol e *fumenga* é corruptela negra do vocábulo *flamenga*. Deve datar do tempo dos holandeses, onde negros, espanhóis e flamengos lutavam no Nordeste. Alguma coisa havia de ficar dessa Babel de línguas.

Há ainda a frase

Ver flamengo à meia-noite.

isto é, ficar embaraçado. Deve datar do tempo das guerras holandesas na América.

Em “Sobrados e Mocambos” Gilberto Freyre fala no vocábulo “*brote*”, caso ainda a estudar.

(89) Vide nota suplementar n.º 17.

PSICOLOGIA

OS “COMPLEXOS DE SUPERIORIDADE” DO CONQUISTADOR

PSICOLOGIA

OS "COMPLEXOS DE SUPERIORIDADE" DO CONQUISTADOR (90)

Mais próxima das ciências culturais do que das ciências naturais, a psicologia é antes um estudo de interpretação do que propriamente de experiência.

Justamente por esse caráter *histórico*, a interpretação da mentalidade do conquistador holandês só poderá ser reconstituída através da restauração dos "ideais", que predominavam na época da conquista.

O espírito do tempo (*Zeitgeist*) determina a conduta do conquistador no seu expansionismo ultramarino.

Quais, entretanto, as *características* desse espírito determinante?

(90) Vide nota suplementar, n.º 18.

É a análise histórica que vai esclarecer a predominância dos *ideais*, que dominavam o ambiente histórico-social dos Países-Baixos.

* * *

A segunda metade do século XVI, após o fragor revolucionário do conflito religioso (A Reforma), marca na história dos Países-Baixos uma fase de contínua agitação.

Refúgio de elementos de vária côr partidária em relação ao credo religioso, formou-se na região neerlandesa uma forte mentalidade favorável ao incremento das liberdades não só *comunais* como ainda nos demais setores da atividade humana.

A noção de liberdade, que imperava nesse ambiente de franca neutralidade religiosa, adquiria cada vez maior incremento.

Da liberdade *comunal* (fruto da decadência do clero católico na região) nasceu naturalmente, como conseqüente ampliação, a liberdade *nacional*.

Convém frisar que a reação contra o domínio espanhol foi ainda aumentada por influência dos *reformistas* e dos *judeus*, que, sem dúvida, formavam implicitamente uma inegável frente-única contra a tirania católica, imposta pelos prepostos de Filipe II de Espanha.

A história da revolução neerlandesa, tão vivamente retratada pela pena de Schiller, revela que a mentalidade dos habitantes dos Países-Baixos se modelou, com a conquista de sua independência política, numa atmosfera de evidente liberalismo.

A consciência da *liberdade nacional* deu ao holandês conseqüentemente um verdadeiro “complexo de superioridade”, que vai ser a mola espiritual de seu expansionismo ultramarino.

Mal surgida a República, os Países-Baixos tornaram-se verdadeira capital das idéias liberais da época.

Para lá afluíram logo pensadores e filósofos, amigos da liberdade.

É, pois, nesse ambiente que surge o *ideal* da liberdade dos mares, como fundamento essencial da liberdade de comércio.

Além de campeão da liberdade nacional, o holandês do *mare liberum* representa um ideal, apropriado a êsse povo marítimo e expansionista.

São êsses os principais “complexos” de superioridade” do conquistador bätavo.

* * *

Êsses *ideais*, todavia, por seu próprio conteúdo dialético, estavam fadados a se corromper.

A liberdade nacional levou o holandês à *guerra de conquista*.

A liberdade dos mares levou o holandês ao *imperialismo colonial*.

Freud chamaria a essa transformação, ou antes, a êsse abastardamento dos ideais, *ambivalência*. Qualquer que seja o batismo, a verdade é que os mais altos ideais trazem sempre em si mesmos os gérmenes da própria destruição.

É essa interpretação dialética, que explica satisfatòriamente o esplendor inicial e a decadência posterior do expansionismo bátavo.

Quando se realiza a conquista do Brasil, o conquistador bátavo ainda estava no esplendor de sua conduta *heróica*: era o campeão da liberdade da Pátria e da liberdade do comércio.

A decadência do domínio holandês já se processa no início da transformação dêsses dois grandes "ideais".

* * *

É nesse sentido que deve ser estudada a psicologia de Maurício de Nassau.

O príncipe, que veio governar Pernambuco, fôra educado dentro dêsses ideais de liberdade.

A sua conduta obedeceu sempre a êsse objetivo. E justamente por isso foi êle um homem de "virtú", que, todavia, já rareavam no ambiente ho-

landês, tanto que facilmente a sua atitude *heróica* entrou logo em conflito com a atitude *mercantil* dos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais, que representavam já a conspurcação daqueles ideais.

Maurício de Nassau quis erguer no Recife uma *cidade*; a Companhia apenas desejava um *entreposto*.

Maurício de Nassau quis dar ao habitante do Recife a consciência da liberdade comunal; à Companhia êsse desejo pareceu fruto de ambição.

Maurício de Nassau quis transplantar o Renascimento para a América; à Companhia pareceu êsse sonho um luxo dispensável.

Maurício de Nassau quis *civilizar* a colônia; a Companhia reagiu então; bastava apenas *explorar*.

O conflito de Nassau com a Companhia constitue um símbolo do conflito entre os *ideais* e os *interesses mercantis* dos dirigentes e financiadores da conquista.

O período nassoviano marca justamente a fase da transformação dos *ideais* em *interesses* de dominação e imperialismo.

O retrato psicológico de Maurício de Nassau está condicionado a essas nuances e coloridos, que matizam a época em que viveu.

Sòmente com a reconstituição dessas côres, o perfil do grande príncipe delinea-se com precisão.

É êsse o debuxo, que define a figura do estadista.

FONTES DE ESTUDO

Além das obras históricas sôbre a independência dos Países-Baixos (Schiller, Stern, Van Kampen, Lothrop, etc.), já indicadas na bibliografía, impõe-se a leitura das cartas e relatórios de Maurício de Nassau, sobretudo, o seu "Testamento político" e o Relatório apresentado aos Estados Gerais em 1644.

A SOCIEDADE

- 1 — MEIO URBANO
- 2 — MEIO RURAL

MEIO URBANO

As cidades que aparecem na idade média representavam uma nova forma de existência humana, mas, só aos poucos vão revelando feição estética. Podemos, mesmo, datar o urbanismo, do renascimento. As ruas das cidades que surgem, já agora são, previamente traçadas. Começam a ser alinhadas e limpas.

O holandês, que vem para o Brasil, traz de certo modo, essa noção de cidade aseada, com ruas bem traçadas e, assim, não se poderia sujeitar a viver numa cidade portuguesa, suja, com ruas mal calçadas, ora se estreitando, ora se alargando, apenas gravitando em torno da praça da Matriz, célula mater da “urbs” lusitana. (91)

Evidentemente não é possível cuidar-se do aspecto estético e mesmo utilitário, sem que primeiro esteja consolidada a ordem publica. Por isso, só

(91) Na América do Norte determinou também Stuyversant, que se construíssem ruas nos caminhos públicos. Manifesta-se assim a mesma preocupação de se construir *cidades*,

mais tarde, quando Nassau, já está certo do domínio, é que, com cuidado, dirige o seu objetivo nesse sentido.

Concedendo o regulamento a Nassau o direito de escolher a sede do govêrno, decide-se êste pelo Recife e compra a ilha de Antônio Vaz, onde iniciará a construção de Mauricéia. Pieter Post é encarregado do plano de construção da cidade. E, pela primeira vez, se edifica, no Brasil, uma cidade. Natural é, pois, que a paisagem holandesa com tôda a vida e originalidade de seus canais e diques influa no espírito do arquiteto Post. Calado observou esta influênciã quando referindo-se à construção de Mauricéia diz: “a moda de Olanda”.

Mauricéia é semeada de diques e canais que têm além do valor decorativo de limitação à terra, também o de utilidade, pois como lá, é aqui o terreno alagado e baixo.

Nassau cuidou, desde então, de ligar os dois núcleos centrais do esfôrço urbano: Mauricéia e Recife.

Recife é o lugar preferido pelos mercadores, taverneiros, usurários-judeus e operários. Sôbre destroços das casas dos pescadores, os holandeses comerciantes, industriais e operários e os portugueses judeus, fundaram outro núcleo mais populoso do que o de Mauricéia (92).

(92) *Evolução da capitania de Pernambuco* — Rev. do Inst. Hist. Pern. 1931.

Mauricéia é a residência dos burgueses enriquecidos e também dos senhores de engenho mais identificados com o domínio holandês e que, talvez, por luxo e esnobismo constroem sobrados na cidade do príncipe.

Iniciam-se as construções dêstes que, pela feição mais confortável e higiênica, sobrepujará a casa grande sem as linhas e bem-estar do sobrado.

Quando os holandeses tomaram Recife a cidade possuía apenas 150 casas e dois anos depois da chegada de Nassau o seu esplendor pode ser observado pelo crescimento de sua área e pela existência de 2 mil casas.

O velho Recife já não mais poderia ser reconhecido, como escrevia Gijsselingh aos Diretores. Wätjen referindo-se ao alargamento da ilha e as dificuldades de moradia, diz: “Reinava alí uma febril atividade construtiva. Muitas casas novas estavam quase prontas, ruas calçadas e todos os bons terrenos de construção distribuídos, de modo que os recém-chegados não sabiam onde e como, entre a afluência de comerciantes e trabalhadores manuais, no Recife, deviam achar um lar” (93).

A cidade crescia, mas o lastro da gente pobre que vinha da Holanda aumentava cada vez mais. Todos queriam residir no Recife ou Mauricéia. Isso porque a maioria era comerciante e gente que não desejava prender-se, pela lavoura ou pelo pas-

(93) *Das holländische Kolonialreich in Brasilien*, pág. 120.

toreio ao meio rural e sim auferir lucros rápidos e fáceis. Alguns conseguiam colocar-se como funcionários da própria Companhia; outros, passavam a servir de agente das casas comerciais de Amsterdão e, os menos protegidos, que conhecem algum ofício, conseguem trabalhar como mecânicos. O afluxo desta espécie de imigrantes é grande, mesmo porque, grande massa de trabalhadores rurais encontrava-se sem trabalho na Alemanha e assim, aqui, vinha tentar sua sorte. Os prédios construídos não mais bastam e o que agrava mais a situação era o preço das casas, que subia assustadoramente. Resolvem, então, reconstruir Olinda, cujas ruínas estavam sendo aproveitadas no Recife (94).

Na Assembléia de 1640 houve vários pedidos, dos escabinos daquela cidade pleiteando a conservação da cidade. E o govêrno resolve atender a necessidade de localizar a multidão que se comprime no Recife. O desafôgo não foi só Antônio Vaz, como quer Gilberto Freyre, porque esta também mal continha os seus habitantes em excesso e sim Olinda. É o que afirma Wätjen: “Por isso que o espaço disponível na península se houvesse tornado muito pequeno para a população rapidamente crescente, e os preços das casas tivessem subido extraordinariamente, resolveram o Governador e o Conselho repovoar Olinda, que estava em ruínas”.

(94) *Das hollandische...* pág. 121.

Além disso, tendo Nassau ligado a península à ilha, e esta ao continente, tornou possível o desfôgo a lugares mais amplos.

* * *

As pontes que Nassau construiu não só permitiram que a multidão comprimida na península se espalhasse pelo continente, como eram meios de comunicação, de grande valor para a época. Nassau, no seu testamento político, chama atenção para a importância destas pontes, lembrando que, “antes da construção da ponte que ligava Recife a Mauricéia nós corremos o risco de perder a cidade, porque os botes que levavam socorros, não podiam manobrar na baixa-mar e ficavam encalhados no meio do rio”. Essa importância, é rapidamente percebida pelos portuguezes que, com boa vontade, contribuem para a construção. Na Assembléa de 1640 são os próprios representantes rurais que indicam providências nesse sentido. E’ dêste modo que propõem que a décima dos alugueres de casa de Mauricéia, Recife, e Olinda sejam applicadas na construção de pontes. Outros distritos considerando a pobreza de suas finanças, pleiteam que a sua contribuição seja feita uma só vez por mês. Isso parece confirmar que os portuguezes reconhecem a utilidade dessas construções, porque nenhuma proposta pede para relevar os impostos de constru-

ções. Além disso, o govêrno lucrava com essas pontes, pelos impostos que se pagavam para transitá-las. (**)

* * *

Nassau foi sempre, durante todo o seu octênio, o tipo de contemporizador. As festas e diversões com que procurou alegrar o povo conquistado, dão-lhe a figura de um homem sem preconceitos absolutos (95). Quando inaugurou a ponte que ligava Mauricéia a Antônio Vaz, realizou uma grande festa que terminou com a representação do boivoador. E foi tal o sucesso que rendeu a ponte 1.800 florins.

Em 1641 para comemorar a proclamação de D. João IV, realizou Nassau grandes festas: cavalladas, canas, argolinhas e laranjas. Para estes jogos é claro que os convidados eram os cavaleiros, isto é, os principais moradores da capitania, na expressão de alguns cronistas. O povo apenas assistia e divertia-se vendo, mas não intervinha êle próprio nos jogos. Basta ler a lista dos “cavaleiros” que tomaram parte na festa de 1641 para notar-se que a maior parte era de senhores de engenho, de homens abastados, tanto do lado dos holandeses como portugueses. Mesmo porque, é pouco provável que algum oficial mecânico — já que o negro é es-

(95) Vide nota suplementar 21-B.

(**) Vide Nieuhoff, pg. 11.

cravo e está fora das cogitações, — pudesse se preparar para tomar parte em qualquer desses jogos. Calado se refere aos gastos enormes em librés, adornos, — tão elevados — que alguns se empenham e outros pediam emprestado dinheiro, jóias, etc.

De qualquer modo é certo que, pela alegria que se comunicava — uma espécie de confraternização se realizava. Principalmente entre a classe rural e a classe burguesa da cidade. Eram dias em que se esqueciam as lutas, dias de harmonia, mas, a classe trabalhadora, escravos e oficiais livres sentiam que a distância social não diminuía, mesmo naqueles dias de entusiasmo e alegria. A zona de confraternização se delimitava entre a classe rural e burguesa. Aqui sim, a harmonia era completa.

Nassau, no entanto, foi além; fazendo vir uma “troupe” francesa, cuja representação arregalará os olhos dos senhores de engenho que não a podiam saborear — foi a primeira representação teatral no Brasil, por companhia estrangeira. Embora restringida a confraternização aos elementos rurais e burgueses, não há dúvida que Nassau procurou divertir também o povo em geral. Não só com a representação do “boi-voador” como também pela inauguração dos jardins. Se êsses representam em sua evolução o divertimento do burguês ontem, e do proletário, hoje, na época Nassoviana

parecem ter sido os jardins franqueados ao recreio do povo.

A diversão varia e com ela a moda que é uma distinção de classe. Quando uma se apropria de um tipo de distração, a outra logo dela se afasta, procurando novas formas com que se distinguir (96). Aquela festa que nos descreve Nieuhoff é, talvez, um destes tipos de diversão que consegue confraternizar por momentos as classes sociais da época. Foi a tourada feita pelos tapuias. Para esta, mandou-se construir arquibancadas que possibilitassem a freqüência do povo. Mas, é difícil que os escravos trabalhadores — sôbre os quais se apoiava tôda a vida da colônia — conseguissem distrair-se e apreciar com facilidade tôdas aquelas festas.

As procissões, também, não eram de todo acessível à classe trabalhadora dos negros, porque a grande maioria, nos próprios domingos, era obrigada a trabalhar (97). Isto é de fácil observação se lermos as atas dos sínodos. Os pastores calvinistas ao cuidarem dos negros, seu primeiro objetivo foi proibir os trabalhos nos domingos, o que testemunha que os padres católicos sujeitavam-se às exigências de ordem econômica dos senhores de en-

(96) Ver *Cultura feminina y la filosofia de la moda*. — Simmel, George. Revista de Ocidente — pág. 147.

(97) *Sôbre o trabalho dos escravos nos domingos* — Loreto Couto Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. cap. 13, pág. 180, 1904.

genho. Assim, como assistir e acompanhar uma procissão, si estavam presos ao trabalho nos engenhos? É lógico que aqueles que cuidavam apenas do trabalho doméstico, talvez, pudessem acompanhar os seus senhores nos serviços religiosos. Além disso, em vista dos protestos dos pastores calvinistas, a liberdade religiosa dos católicos foi limitada às igrejas. As procissões foram proibidas devido a impossibilidade de manterem o respeito dos holandeses calvinistas. Achou-se conveniente “que não saíssem a rua”. As festas de igreja diminuíram e, assim, é pouco possível que a classe trabalhadora pudesse unir-se nas festas e jogos, tantas vezes promovidas pelo próprio clero, à classe rural e urbana (98).

* * *

A concentração dos habitantes na cidade iria favorecer e mesmo intensificar a devassidão e a imoralidade. Esta e os crimes não eram poucos, estimulados ainda mais, pela ruim habitação (99).

Deve-se atribuir isto mais ao fato social da cidade, do que à formação moral do holandês. O calvinismo era rígido em questão de moral. Nesse aspecto era superior à moral elástica do catolicismo da época. Basta lembrarmos de que os padres católicos consentiam e pediam mesmo à Coroa que enviasse, de lá, mulheres “erradas” enquanto

(98) Nota suplementar 21-B.

(99) Hafkemeyer — *O Brasil holandês* — pág. 299.

os calvinistas procuravam proibir o tráfico de mulheres da vida. A igreja católica, no Brasil colonial, estava por demais subordinada à influência dos senhores de engenho. “A casa grande venceu no Brasil a igreja nos impulsos que esta a princípio manifestou, para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor do engenho ficou dominando a colônia, quase sòzinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos” (100). Já o mesmo não se dava com o holandês vindo para o Brasil. A sua subordinação à igreja, que tanto servia aos interesses dos grandes mercadores de Amsterdão, era acentuada. Porém toda essa influência quebrava-se com o preconceito de que “além da linha do equador não havia pecado”. E assim todos entregavam-se a grandes desregramentos morais. E não só os crentes. Os próprios padres como se pode verificar pela leitura das atas dos sínodos. Amancebavam-se com várias mulheres, largavam as vestes sacerdotais para entregar-se a ofícios absolutamente em desacôrdo com os seus antigos misteres. Nos “Nótulos” lê-se que “o pastor J. Luyberts van Loos pediu para ser carrasco, pois segundo diz, bem pode exercer tal ofício; é aceito, e se lhe dará por mês a mesma quantidade de vinho a que tem direito o outro carrasco, quando decapita, enforca ou pratica tais atos”. Nas atas notam-se também as reclamações constantes contra

(100) *Casa grande e senzala* — Gilberto Freyre, pág. XXI.

a má vida dos fiéis e dos predicantes. Já no período português os padres tinham também a mesma vida sexual intensa. Eles representaram um grande papel sexual na formação da família brasileira. “E não apenas os simples cristãos: também os padres e eclesiásticos. Que muitos levaram a mesma vida turca e sensual dos senhores de engenho, sob a provocação de mulatinhas e negras da casa se arredondando em moças, de mulecas criando peitos de mulher; e tudo fácil ao alcance da mão mais indolente” (101).

Wätjen cita uma “memória” dirigida à Câmara da Zeelândia na qual se reclamava contra a vinda de mulheres da vida e relatando também as peripécias de uma mundana que escandalizara os passageiros do navio.

Aquelas vinham em grandes levas, mas, como os protestos calvinistas se acumulassem, começaram elas a usar de um stratagem. Anunciavam que vinham com objetivo de casar-se com holandeses estabelecidos no Brasil. Os casos tornaram-se tão frequentes, que pouco depois descobriu-se o processo por elas usado e as classes do sínodo começaram a pleitear que se impedisse a vinda de mulheres ao Brasil, mesmo sob o pretêxto de terem contratado casamento. Chegaram a repatriar mundanas cuja vida era por demais escandalosa. Foi o caso de Sarah de Hendricks.

(101) *Casa Grande e senzala* — pág. 485.

Os noivos começaram a cohabitar, não se importando com a solenidade religiosa. E' contra isso que protesta outra sessão do sínodo. Êles, porém, iam protelando a situação que não os unia com os apertados laços do casamento indissolúvel. Mas isso era pouco. Houve um que vendeu a mulher por cinco florins. As relações incestuosas eram freqüentes, segundo se deduz da leitura das atas.

Nassau não deixou de prestigiar a ação dos pastores que se entregavam ao desejo de corrigir os males morais. Proclamou que o preconceito de que além do equador não havia pecados, era prejudicial à moralidade da colônia. Os pastores, como vimos, embora houvesse estraviados — eram rudes em questão de ordem moral. Sempre se encontram referências ao castigo severo com que se punem os adultérios, os incestos, os pastores bígamos e a prostituição. As prostitutas eram vigiadas e fiscalizadas e onde se estabeleciam, os pastores iam “prègar moral”. Mas nada conseguiam. A vida urbana, o grande número de soldados, marinheiros, oficiais mecânicos, traziam a dissolução moral. Vê-se assim que não é a formação moral do holandês culpada de corrupção, porque os pastores e o próprio Nassau não deixaram de combater os casos de infecção moral da colônia. Era a cidade, a própria vida urbana, que trazia consigo as formas de corrupção moral.

Antes, as negras e mulatas bastavam e com elas satisfaziam-se as volúpias sexuais. Agora, surgia franca e aberta a prostituição de brancas e negras. Pois como matar a fome sexual da grande população que se concentrara no Recife e Mauricéia? Essas prostitutas disseminaram a sífilis e por isso Gilberto Freyre declara “que o Recife, com os seus sobrados-cortiços e seus sobrados-bordéis foi um dos pontos mais intensos de sifilisação no Brasil, a sífilis ocorrendo com freqüência, diz Piso, tanto entre holandeses como entre portugueses (102).

Os próprios membros do govêrno mantinham relações íntimas com essas mulheres. Uma delas chegou a conseguir uma concessão de fornecimento de ferro. E elas prosperavam não só na “venda a retalho” como nas próprias transações comerciais. O Machadão relata tôdas essas relações dos funcionários com as meretrizes da capitania: — “Elias Vinck, que fôra comissário de gêneros secos e que tem mantido mulheres da vida a custa da companhia” (103).

O alcool foi outro vício que se propagou em proporções alarmantes. Os membros do govêrno eram os primeiros a embebedar-se, de tal modo, que

(102) *Sobrados e mucambos*, pág. 165.

(103) “O Machadão” (in Revista do Inst. Arqueológico Pernambucano). Certamente o ditado “abaixo do equador não há pecado” dominava a consciência de todos até a dos judeus que se na Europa condenavam tôda excitação sexual (Ctf. o estudo de Sombart), aqui a praticavam desenvoltamente.

era comum chamá-los de “bebedinhos”. A João Fernandes Vieira atribue-se até ter exclamado: “Que o diabo leve os engenhos, que por mais que de lá se tire, tudo é pouco para se dar de presente a êsses beberrões.” (Vide nota suplementar n.º 21).

As lutas, os duelos, os crimes de tôda espécie e as relações adúlteras provocaram grande número de órfãos.

* * *

A vida higiênica e de saúde pública na época não foi superior à portuguesa. Embora os Piso, e os cirurgiões Abrahão Mercado e Abrahão Diercoop, as epidemias e mortes sucediam-se com freqüência e sem solução. Porque além da má habitação e falta de água, dois grandes problemas inquietavam a população. Eram a falta de gêneros e a falta de medicamentos. Nassau, em uma de suas cartas, se queixa da falta de víveres e de remédios (104).

Os campos não produziam o suficiente para abastecer a cidade que, por sua vês, era estéril. A culpa era de monocultura e sabemos que Nassau procurou combatê-la, e também da companhia, que vendo os campos produzirem só açúcar, bem poderia cuidar de abastecer a colônia de alimentos necessários. Na época da revolução, a alimentação foi se restringindo de tal modo, que até com gran-

(104) Nassau — “*Documentos holandeses*” — Tomo II

des festas se comemorava a chegada dos navios holandeses. Por ironia, alguns vinham se abastecer no Recife e lá encontravam a fome — a fome retorcendo o estômago burguês, e não só do burguês — dos índios que se haviam colocado ao lado do govêrno. E' o que declara um relatório: "Os brasileiros que se têm voltado inteiramente à defesa do estado e que nenhuma ameaça, nenhuma promessa têm podido afastar do nosso partido, sofrem miséria espantosa. Tendo o inimigo se apoderado do campo, êles são forçados a abandonar suas aldeias, com suas mulheres e crianças, e a retirar-se para a ilha de Itamaracá e para os fortes, onde vivem se impondo grandes privações. Têm sofrido todos os horrores da fome" (105).

* * *

A mortalidade infantil assumia graves proporções. Nieuhoff se refere a essa mortalidade attribuindo-a menos ao clima ou à escrava africana que à alimentação imprópria (106).

As principais epidemias da época já foram assinaladas: a desintéria e a gripe. Afora a sífilis e uma outra epidemia que encontramos refe-

(105) Os brasileiros eram os tapuias — para distinguir dos tupís aliados dos portugueses. *Documentos holandeses* — Tomo III — 21-6-46.

(106) *Voyages and travels into Brasil and the East-Indies in Casa Grande e senzala*, pág. 418.

rida no diário acêrca da rebelião: “Por falta de refrescos grande mortandade dizima nossa gente e há muitos doentes que são atormentados por inchação das pernas e que muitos ficam sufocados; a água salubre deve ser a causa principal do mal.” O diagnóstico desta epidemia parece difícil em face dos poucos dados que nos guiam, mas é bem possível que seja um caso de avitaminose, pois fala-se em falta de refrêsko, de onde se pode supor insuficiência de vitaminas. Essa referência à falta de alimentos frescos vêm em quase todos os diários. Acostumados como estavam à alimentação de leites, legumes e frutas, não nos devemos surpreender que viessem a sofrer de beri-beri.

A Piso se devem as primeiras observações médicas, de ordem científica no Brasil. Estudou a boubá, o tétano, várias paralisias, desinteria, hernalopia, maculo, o bicho do pé. Antes dêle não se sabia como se transmitia o veneno ofídico, e foi o primeiro a realizar necrópsias. Como pois, na época nassoviana, não havia a saúde pública, sob a direção de Piso, de orientar-se num sentido mais científico? O que houve, certamente, não foi a falta de bons médicos, mas sim de remédios, não se devendo esquecer que os fatores de habitação e alimentação muito concorrem para a mortalidade. Havia, assim, na época de Nassau, falta de recursos e não de homens capazes de tornar a vida mais higiênica.

O holandês não teve grande atração pela mulher portuguesa. Os cronistas holandeses consideram, tanto os homens portugueses como as mulheres de conformação física horrorosa pela má nutrição. Os homens morenos e secos em demasia. As mulheres pouco ágeis e perdendo cedo os dentes (107). Os tipos das matronas. Incapazes de qualquer gesto e a todo momento chamando pelas negrinhas. Estas faziam tudo para as senhoras, com exceção do amor. Evidentemente, o senhor de engenho, por sua vez, não abdicava do seu direito às negras. Esses tipos de procriadores, tinham, no entanto, grande cuidado com as mulheres. Eram ciumentos; e em parte tinham razão, pois os adulterios eram sem conta e as infidelidades femininas “coram populo”. O fato é que o holandês não cobiçou a mulher portuguesa, para isso. devendo contribuir os usos e hábitos dela. O horrível da indumentária, a falta de atividade, pois só saíam em rêdes ou, como dizia Barleus “modus gestandi lusitanus”.

* * *

E' claro que os brasileiros difficilmente podiam encontrar uma holandêsa para o matrimônio,

(107) Os cronistas holandeses atribuem a perda dos dentes ao excesso de doces, consequência do açúcar. Vide nota suplementar n.º 21-a. V. Breve Discurso sobre as 4 Cap. conquistadas, pg. 174.

pois, como temos acentuado a maior parte era constituída por prostitutas. Quanto aos holandeses é difficil uma afirmação. Em primeiro lugar vemos que Verdonck e Waerdenburch diferem ao apreciarem as mulheres portugêsas. Trata-se de autores contemporaneos aos acontecimentos, do mesmo periodo 1630-32, sendo de notar que Verdonck alem de ter estado no Brasil em periodo anterior á conquista holandesa, aqui permaneceu mais tempo ainda depois de assegurado o dominio holandês. Alem disso Souto Maior cita 1 doc. em que se indicam fatos relativos a essas uniões (***) .

Nassau procurou favorecer a união entre portugueses e holandeses. Handelmann afirma que não conseguiu êle realizar êsse desejo, pois, o “matrimônio que seria o sinal verdadeiro de reconciliação nacional era diminuto”. “Só cem brasileiras casaram-se com os holandeses, e o contrário não se verificou”. Rocha Pombo acha que a obrigação do ritual calvinista restringiu essas uniões. Parece-nos exagerada essa afirmação, porquanto nunca conseguiram os pastores protestantes impor aquela imposição ritual. Apenas obtiveram do govêrno a proibição dos casamentos com judeus e as uniões com negros. A afirmativa de Handelmann de que as holandesas não se casavam aquí com portugueses encontra restrições (108). Já nos referimos ao es-

(108) Vide Atas do Sinodo — Rev. do I. Hist. Georg. Brasileiro — trad. Souto Maior.

(***) S. Maior. Fastos Pernambucanos, pag. 179.

tratagem de que usavam muitas quando desejavam vir para o Brasil. Não seria de espantar que algumas se vissem obrigadas a êsses casamentos forçados. Mas, evidentemente, com aqueles que se haviam contratado. O Marquês de Basto também declara que alguns holandeses se casaram com brasileiras de famílias pouco importantes. Gilberto Freyre quer ver neste fato acrescentado ao de não terem triunfado social e economicamente, a insignificância de sua descendência (109).

* * *

O domínio holandês não impediu que o costume do luxo continuasse a ser querido aos grandes senhores de engenho.

Nassau no seu relatório de 1644, ao mostrar os remédios necessários ao erguimento da colônia, declara que é mister estabelecer "*leges sumptuariae*" para impedir o luxo, tanto das roupas e jóias, como banquetes e almoços magníficos, aos quais as pessoas se entregavam, cada vês mais, a medida que os seus recursos se tornam diminutos e reduzidos. Êsse fenômeno é, aliás, comum em tôdas as épocas de decadência. Parece que vendo ruir em breve tôda a sua vida, os homens se entregassem descui-

(109) Na América do Norte deu-se o contrário (Cf. James Truslow Adams, *The march of Democracy* (The rise of the Union, 1933, vol. I).

dadamente aos gozos materiais. Mesmo sem recursos e ainda mais, porque sabem que nada lhes deverá acontecer.

* * *

As classes no domínio holandês não apresentam a mesma estrutura da época portuguesa. Com a tentativa urbana dos holandeses, é claro, que uma nova classe deverá surgir. Naturalmente sem profundas raízes econômicas e, portanto, incapazes de permanecer, mas, apenas marcando o início de uma nova formação de classe.

Durante o período português, já sabemos que, apenas os senhores de engenho e os escravos constituem as únicas classes sociais do Brasil. Ainda no período do Império, um escritor francês, na falta de “povo”, encontraria, nestas duas classes as únicas realidades sociais (110).

Capistrano de Abreu considerava também a classe dos senhores de engenho como uma única em face da escrava trabalhadora. Isso porque os oficiais mecânicos eram em número exíguo. Não tinham expressão social e se enquadravam na classe trabalhadora.

As classes trabalhadoras eram constituídas pelos escravos e por uma minoria de homens livres, composta de: oleiros, carpinteiros, alfaiates, pedreiros, ferreiros, que viviam de seus salários.

(110) Louis Coty — *L'esclavage au Brésil* 1871.

É no domínio holandês que a classe rural dos senhores de engenho vai receber o primeiro choque no seu prestígio político e econômico. Até então, eram êles os senhores absolutos de tôda vida colonial. Mandavam e desmandavam (111). O próprio clero se encontrava subordinado ao patriarcado rural. Êles absorvem tôda a autoridade colonial. Os próprios delegados da autoridade central são incapazes de contrariar êsse mando absoluto e autoritário. O domínio holandês, com o comércio urbano desenvolvendo-se de modo notável e possibilitando grandes lucros aos negociantes da cidade vai mudar o centro de gravidade econômica das mãos dos senhores de engenho para a dos burgueses do Recife.

Os créditos e os empréstimos fornecidos aos senhores de engenho os colocarão subordinados aos negociantes. Já temos nos referido alhures ao fato de se encontrar grande parte dos senhores de engenho, em estado econômico precário e necessitando, assim, de capitais para o movimento dos engenhos. Ora, era de interêsse nos negociantes que a produção se elevasse cada vez mais para que os lucros provenientes do comércio açucareiro fôsem mais proveitosos. E vão concedendo créditos de tal modo que

(111) Quando em 1629 enviou S. M., Francisco Soares d'Abreu para o cargo de provedor-mor, fêz notar, no alvará, que os senhores de engenho deviam observar as exigências daquele. Não demonstra isso que havia relutância da parte dos senhores de engenho? (*Doc. Hist. Bibl. Nac.*, vol. XVI, E-14).

o próprio Machadão reconhece a simplicidade dos portugueses que vão perdendo com aquella concessão espantosa de crédito a sua predominancia política.

A importância econômica que representa esta nova classe, surgida da intensificação comercial, vai transformar a estrutura política da colônia. Os senhores de engenho vão passar a constituir a classe média daquela sociedade. A classe trabalhadora continuará a ser a mesma sem direitos e sem cuidados. “A condição dos escravos negros é mais simples do que a dos índios. Não tiveram como estes protetores jesuítas, e até o Império continuaram equi-parado às bêstas das ordenações filipinas (112). Embora a voz de suas liberdades não fosse ouvida, eles tinham reivindicações e nessa época mesmo chegam em atos concretos a se rebelar contra sua situação miserável. Irão constituir nos Palmares a primeira organização socialista do Brasil (113), “organização de saúde econômica, em face da miséria da organização rural da época em que se sacrificava a cultura de viveres à produção de um só produto” (114).

Ao lado das classes trabalhadoras erguia-se a gente gorda da casa grande.

(112) *Evolução política do Brasil* — Caio Prado Jr., pág. 45.

(113) Vide nota suplementar n.º 15-a.

(114) Gilberto Freyre — *Sobrados e mucambos*, pág. 73.

As classes trabalhadoras durante o domínio holandês também apresentam certas diferenças na sua estrutura, se tivermos em vista a maior densidade dos trabalhadores livres concentrados principalmente no Recife. Grande número de operários holandeses procuraram na aventura do novo mundo melhorar a situação miserável em que viviam na velha Europa. A construção da cidade nova, as edificações dos sobrados, exigem a presença do operário especializado. Êsses operários começam a prosperar, porque o trabalhador holandês era mais ativo que o português; êste (dizia uma nota) não exige melhor salário, mas faz pouco serviço e à sua preguiça oferecem oportunidades os numerosos dias santos de sua religião (115).

Havia surgido a disputar a hegemonia política aos senhores de engenho a classe urbana dos burgueses. Maurício de Nassau ao tratar em seu relatório do problema das dívidas, declara serem os senhores de engenho a classe média e, por assim dizer, a alma da existência do Brasil (116). Reconhecia pois, que, embora a produção ainda permanecesse em mãos portuguesas estavam estes de tal modo individoados para com os negociantes que

(115) Wätjen — in João Ribeiro — *Notas de um estudante* — pág. 187. Aliás somente os operários livres é que gozam dos dias santos porque os escravos negros trabalhavam nos próprios domingos com exceção apenas do Natal, Páscoa e Pentecostes.

(116) Relatório de 1644 — M. de Nassau — Doc. Holandeses — Caetano da Silva.

inegavelmente a êles se subordinavam. A estes pertencia pois o verdadeiro controle econômico da colônia. Traficavam com mercadorias, em geral creditadas pela companhia, retirando daí lucros fabulosos porque vendiam a crédito e os seus juros eram exorbitantes.

Estava dêste modo marcada a decadência do patriarcado rural brasileiro. E podemos mesmo dizer que, se não continua o processo de decadência rural é porque a classe burguesa que havia aparecido, não tinha raízes na estrutura econômica da vida colonial. Era preciso que o crescimento dos centros urbanos e o desenvolvimento do comércio continuassem para que essa classe firmasse os seus direitos de vida. Mas o fato é que nesta época recebem os proprietários rurais o primeiro e grande abalo no seu predomínio. A guerra dos Mascates, mostrará mais tarde, nitidamente em campo as duas classes em luta pela hegemonia política. Agora, porém, a classe burguesa da cidade não tinha forças suficientes para quebrar e destruir todo o sistema da vida colonial. O que queremos, assim, acentuar, é, exatamente, que o predomínio dos senhores de engenho, que ofuscava a própria autoridade do govêrno central, encontra o seu primeiro choque durante o govêrno holandês. Para os mercadores da cidade ligados aos interêsses urbanos da Holanda deslocara-se o poder político.

Naturalmente a revolução, feita por senhores de engenho, irá colocar as coisas em seu antigo eixo. Mas nunca mais o prestígio do senhor de engenho será o mesmo. Dir-se-á que exageramos, esquecendo que Antonil no século XVIII escrevia: “O senhor de engenho é título, a que muitos aspiram por que traz consigo, o ser servido, obedecido e respeitado por muitos” (117).

As camaras de escabinos já representam o deslocamento do prestígio político rural. Como as camaras municipais foram sempre dependentes à autoridade rural, êles criam êsse novo tipo de representação municipal, no qual já não só os senhores de engenho tomam parte, mas também, os holandeses que defendem os interêsses da Companhia e dos mercadores particulares.

* * *

No Recife holandês houve uma transplantação das lutas religiosas que se operavam no velho mundo. Católicos e protestantes, judeus e negros entram em choque nos problemas de ordem religiosa. Êsse conflito será de proporções insignifican-

(117) Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas — S. Paulo. Estudo Bio-bibliográfico de Taunay — 1923, pág. 67.

tes durante o octênio nassoviano, devido ao espírito conciliador de Nassau. Durante todo o seu governo procurou conservar a liberdade religiosa dos católicos a qual lhe tinha sido garantida pelo Pacto de Utrecht.

Os calvinistas é que, intransigentes na sua formação religiosa procuravam se insurgir contra o que denominavam "liberdade papista".

Nassau procurou no entanto, corrigir os males conseqüentes desta intolerância. A resposta que os do Supremo Conselho deram a um pedido dos calvinistas para restringir a liberdade católica, serve por si só para provar o espírito de boa vontade de Nassau na solução do problema religioso. Declarara que lhes fôra concedida a liberdade e que apenas não tinham êles o direito de procissão.

Na Assembléia de 1640 se vemos que o pedido de procissão é recusado, verificamos no entanto que várias concessões religiosas lhes são feitas. Assim, por exemplo, concedem que se comuniquem com o Papa, para pedirem a êsse que lhes nomeie um bispo, já que estão por ordem do governo holandês, fora da jurisdição católica da Baía. Quanto ao sustento dos padres, que recebiam 64\$ do governo português, concedem-lhe a administração do engenho Massurepe. E' por isso que Frei Staphorte afirma que desde 1637 até 1644, reinou uma nova era de tolerância e calma religiosa. Se posteriormente não continuaram a tradição administrativa

de Nassau, não foi por falta de conselho dêste que no seu testamento político escreveu:

“Não convém, por agora, que a prática da nossa religião seja abertamente introduzida entre os portugueses, com a abolição dos seus ritos e cerimônias, pois nada há que mais os exacerbe”. Também quanto aos judeus a questão não foi tão simples como tem parecido a alguns que julgam Recife o paraíso judaico. Relativamente, gozavam êles de grande liberdade religiosa, mas os ataques à liberdade judaica são tão acentuados quanto à católica. Quando protestam os calvinistas contra a liberdade de consciência dos judeus têm como respostas que, “quanto aos judeus não tinha sido concedida tal liberdade”. E as práticas judaicas só eram permitidas secretamente dentro das sinagogas (118).

Se até os casamentos com os judeus tinham sido proibidos, como crer num paraíso judaico? É claro que economicamente o domínio dos judeus era de grande extensão. Mas não gozavam de tanta liberalidade, mesmo porque “o judaísmo tornou-se antipático, como em tôda parte, pelo exercício do pequeno comércio, de mascate, e principalmente, pela agiotagem. Todos os prestamistas usurários eram judeus; iam pouco a pouco ab-

(118) *Atas dos sínodos* — Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. — 1914 — trad. de Souto Maior.

sorvendo a fortuna e o trabalho dos imprevidentes e descuidados (119) e (120).

* * *

Os negros também sofreram na sua liberdade religiosa. Os calvinistas não podiam suportar as desordens e os ritos dos negros. Os negros de Pernambuco perturbavam a santidade calvinista com o batuque das suas orações a *Xangô*. Daí os sínodos providenciarem sôbre a questão, obrigando-os a virem à igreja, proibindo o trabalho aos domingos e procurando inculcar-lhes a doutrina calvinista.

Não se preocuparam, ou melhor, não quiseram cogitar do problema da escravidão. E' natural: o negro não representava só uma raça oprimida que êles pretendessem libertar, mas, sim, a classe trabalhadora, sôbre cujos ombros pesava tôda a vida econômica da colônia.

* * *

Já quanto aos índios, a propaganda calvinista foi mais eficiente; não só fundaram escolas, como

(119) Wätjen — in João Ribeiro — *Notas de um estudante*, pág. 192.

(120) O governador Peter Stuyversant, na Nova Hollanda opunha-se a imigração judaica. Em 1654 quando os judeus em massa para lá se dirigiram foram recebidos com hostilidade (*American Idealism*, in Luther Weigle).

enviaram alguns indígenas aliados à Holanda e de onde voltavam com convicções calvinistas (121).

As aldeias passaram a ter professores calvinistas, chegando Soler a escrever um catecismo em holandês e espanhol, mas que parece não ter sido publicado.

Southey pensa que não foram muito felizes no inculcarem as doutrinas calvinistas, por lhes faltarem os santos, símbolos, imagens, rosários e água benta. Vieira, no entanto, recolheu dos índios calvinistas duas expressões que mostram como eles permaneceram fiéis à doutrina que lhes fôra ensinada: “*Morandubas Abarés* — patranhas de padre; igreja de moanga — igreja falsa (122).

* * *

Duas correntes de escritores tem pretendido ver na Assembléia de 1640 um dos fatores mais importantes nos movimentos em prol da independência brasileira. Ambas parecem-nos erradas; uma pelo seus exageros e outra, pela precariedade da interpretação. A Assembléia de 1640, é de fato um dos maiores feitos de Maurício de Nassau, mas, o motivo central da sua convocação, é sem dúvida, a tentativa de conciliar as classes em profundo antago-

(121) Vide nota suplementar n.º 20.

(122) José Carlos Rodrigues — *Religiões acatólicas no Brasil*, Vide ainda nota suplementar n.º 19.

nismo. A autoridade política, descolocara-se das mãos dos proprietários rurais, que constituíam a classe dominante e que passara no domínio holandês a ser a classe média, para as dos negociantes da cidade, tanto judeus como holandeses, mercadores particulares e casas comerciais da Holanda. A pretensão de Nassau é conciliar os interesses econômicos das duas classes para assim tornar possível uma harmonia mais profunda. Se havia diferenças de religião, de raça e de língua, que tornavam difícil a conciliação, parece-nos lógico, que os interesses econômicos em choque, tornavam ainda maior a separação entre os povos que no ambiente americano se haviam distinguido em classes antagônicas.

Não houve tentativa de transplantação democrática, como quiseram ver José Higinio e Souto Maior, porque a Holanda já era uma democracia nitidamente burguesa, isto é, subordinada aos interesses comerciais, marítimos e urbanos da burguesia. Nem tampouco, como pensa Bradenburger, foi a Assembléia de 1640 um ponto inicial de nossa Independência.

Se repararmos nos nomes dos representantes dos vários distritos à Assembléia notaremos que em todos lá está o senhor de engenho representando logicamente os interesses rurais. Assim: Pôrto Calvo — Francisco Rabelo; *Serinhaem* — F. Fer-

nandes Araújo; *Ipojuca* — Amador Araújo; *Cabo de S. Agostinho* — Manuel Pais, parente de vários Pais (Felipe João) senhores de engenho; *Santo Amaro Jabotão* — Antônio Bulhões; *Muribeca* — Fernando Vale; *Várzea* — João Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti e Benedito Carvalho; *S. Lourenço* — Arnão de Olanda; Iguarassú — Gonçalo Novo de Lira (escabino); Itamaracá — Rui Vaz Pinto, Pinto da Fonseca, e F. de Lugo; *Paraíba* — Antônio Pinto de Mendonça; Gaspar Dias Ferreira representante de Mauricéia, tinha também engenhos em Muribeca. Achamos que esta lista que apresentamos pode perfeitamente comprovar o que afirmamos (123). Além disso todos os cronistas e historiadores se referem ao fato de terem sido convidadas as “pessoas mais nobres e graves” de toda a capitania. Souto Maior, afirma mesmo, que alí se concentrara a elite da população pernambucana.

Como pois afirmar a existência da democracia quando a classe trabalhadora, constituída de escravos, operários livres e pequenos lavradores, não tem as necessidades defendidas e protegidas? Não há povo representado, mas, sim aquela classe que até então havia dominado tôda a vida econômica, social e política da colônia. Conciliando e harmonizando esta à vida da colônia, poderia con-

(123) Compare-se as Atas da Assembléia de 1640 e a Bolsa do Brasil — Revista do Instituto de Pernambuco.

tinuar o seu processo de desenvolvimento, porque a outra classe social tinha a sua vida moldada pelo controle rural.

A visão nassoviana parece, pois, ter sido a indicada pela organização social da época, aquela que consulta o pensamento de acôrdo entre as duas realidades sociais.

E se quisermos lobrigar a razão desta atitude poderemos buscá-la na formação democrática dos Países-Baixos. As constituições democráticas do século XIV já tinham um ensaio curioso de representações de interêsse. Elas se esforçam por dosar os sufrágios, por adaptá-los o mais exatamente possível à organização social. O gráo do ascendente econômico de um grupo determina o gráo de participação ao poder. A representação de interêsses não era senão um meio de apaziguar os conflitos.

Ora evidentemente o que se verifica aquí é essa tentativa de representação dos interêsses rurais prejudicados com a vida urbana.

É necessário, no entanto, frizar que lá a classe dos oficiais mecânicos tinha a sua representação, e, aquí, os trabalhadores escravos e livres não eram incluídos na Assembléia (124).

(124) Pirenne — pág. 217 e 218 — *La democracie aux Pays-Bas* — E. Flamarión — 1910 — Paris,

MEIO RURAL

O meio rural é a base sôbre a qual se apoia tôda organização social e política do período colonial. Apresenta uma determinada estabilidade que dificulta o desenvolvimento econômico da colônia, apenas tornando possível o progresso das áreas de cultura da cana, uma vez que é característica essencial do meio rural; desde que se apoie no latifúndio, a monocultura. E assim, é a cultura do açúcar que dá à vida rural a sua fisionomia econômica. Com essa feição estabilizada, o meio rural apresenta-se muito menos sujeito à infiltração dos elementos exóticos que os centros urbanos. Seus complexos culturais são fixos. A assimilação dos elementos de cultura torna-se difícil, e é lenta a transformação de um meio rural. Já o centro urbano, muito mais sujeito a constantes importações é de assimilação mais fácil. Além desta estabilidade econômica do meio rural, temos a considerar o tipo rural, bem diferenciado do tipo ur-

bano, e também menos sujeito a transformação (25). Ora, evidentemente será custoso ao senhor de engenho, que representa o tipo rural da economia latifundiária, assimilar êle próprio os complexos culturais que vêm do exterior. Não os aceitará, assim como o meio rural não assimilará, prontamente os elementos de cultura que possam vir mudar a face do regime rural.

Aquí se trata da seleção de ordem econômica impondo a diferenciação de tipos. Os tipos urbanos são eliminados com mais facilidade pela disseminação dos complexos culturais. Mas, essa disseminação já se torna difícil no meio rural dada a sua capacidade de resistência a transformações.

Essa estabilidade do tipo rural encontra-se simbolizada não sòmente no senhor de engenho, mas, também, no próprio trabalhador livre que, pela coação e a improbabilidade de melhoria de condição revigora aquela face (126).

Até a chegada dos holandeses a vida econômica encontra no açúcar o seu elemento básico. Êle é que lhe fornece os meios estáveis em que se apoia a vida inteira da sociedade colonial. A tentativa urbana dos holandeses, embora se apoie também

(125) Vide Boas — *The Mind of Primitive Man* — 1911 — pág. 50.

(126) J. Conrade — *National Ekonomie* — in Capistrano de Abreu. — Introdução aos Dialogos — Ed. Ac. Bras. de Letras — pág. 16.

no açúcar, trará novos complexos culturais, que serão aceitos mais prontamente pela cidade. E são os obstáculos que ela encontra, motivados principalmente pela estabilidade do açúcar, que os obrigam a ajeitar-se a êsse meio, não só fazendo concessões ao campo, como procurando importar e fixar colonos holandeses no campo açucareiro e pastoril.

Não será fácil ao holandês integrar-se no regime econômico que vigora nas capitânicas conquistadas. E' essa compreensão das dificuldades que se antolham, que os levará a verificar que a vida urbana não será capaz de sustentar a sociedade colonial. Porque o comércio marítimo e mesmo urbano não chegou a um grau de desenvolvimento que por si só bastasse à vida colonial. E além disso se uma cidade, mesmo na Holanda, não podia alimentar-se a si mesma, como, no Brasil, seria possível viver só do comércio do açúcar, sem se apoderar dos próprios canaviais e da produção dos engenhos? É assim que irão tomar medidas que possibilitem êsse domínio. Como lhes faltem colonos suficientes para a direção dos engenhos e reconheçam que a lavoura estava nas mãos dos portugueses, que assim dêles dependia o trabalho agrícola, procuram chamar os plantadores e senhores de engenho com promessas de segurança e garantias.

Esta medida foi naturalmente tomada por Nassau, que talvez sentisse a influência de Gaspar Dias Ferreira, pois êste, em um dos seus relatórios, reconhece que o trabalho agrícola dos portugueses era a principal fonte de renda da Companhia. Assim convinha não quebrar a tradição agrícola, conciliando esta com os interesses comerciais.

Esta volta dos colonos portugueses irá dar certo incremento à produção, que estava paralizada com as lutas. Mas, ainda assim, parecia a Nassau, não estar o problema resolvido, porque o açúcar permaneceria dominado pelos portugueses, e estes não gosavam de inteira confiança. Êle preferia ver os colonos norte-europeus produzindo e, sob o seu estímulo, assenhoreando-se da produção. Porque, dominados o campo e a fabricação, possibilitar-se-ia a criação colonial e os lucros futuros da companhia seriam maiores. Era, assim, necessário importar colonos holandeses e alemães para o Brasil.

Nassau preocupou-se com o problema dos trabalhadores rurais os quais viriam diminuir a preponderância numérica dos portugueses na lavoura.

Além de que, promovendo a agricultura, alargava-se a zona de conquista e prendia-se o lavrador holandês à terra, pois êste, mal conseguia ajuntar algum capital, ia gozá-lo na terra natal. Só assim o seu esforço colonizador resultaria eficiente.

Handelmann se refere a êsse cuidado de Nassau, afirmando que êle pedira à Companhia das Índias Ocidentais, que angariasse imigrantes alemães para o Brasil, e ao govêrno holandês que esvaziasse as galés e cárceres; mais tarde, ainda, propôs que fôsse assegurada, por meio de colônias militares, a posse da nova região conquistada.

Sua atitude rompe com a política mercantil de lucros imediatos para assegurar um regime de verdadeiro sentido criador. De fato, em carta, Nassau exclamará: “soltai os vossos enxames sôbre êsses novos países e dai terra aos soldados licenciados; sejam colônias os vossos postos avançados e guarnições, que foi assim que Roma subjugou o mundo”.

Parece-nos que essa idéia de dar terras aos soldados envolvia o combate ao latifúndio, porque só combatendo as grandes propriedades rurais é que era possível a doação de pequenos lotes territoriais e inicia-se dêste modo a policultura, que êle tanto estimulava.

Começa, assim, sob o impulso nassoviano, a tentativa rural, e é principalmente em Itamaracá que os holandeses irão se localizar.

Dos nove engenhos que possuía Goiana em 1638, sete serão comprados por holandeses, mas não só em Itamaracá como também, em outras áreas açucareiras o ensaio holandês se realizará. Na Pa-

raíba de vinte engenhos, sete passam às mãos holandesas. Assim vão se esparramando por tôdas as capitánias conquistadas e assenhoreando-se de vários engenhos que haviam sido confiscados aos portugueses foragidos e insubmissos.

O fato é que, contando-se da Paraíba a Serinhaen, num total de 114 engenhos, os holandeses possuem apenas 25. E' preciso notar que alguns não moíam e outros não tinham ainda sido vendidos. (127)

Mas os homens que se estabelecem nos engenhos são, em sua maior parte, mercadores e, como tais, encontrarão dificuldades na direção dos engenhos. Alguns exerciam as duas atividades, porque com isso se favoreciam muito, assenhoreando-se da produção e do comércio açucareiro. Êsses serão talvez, os que mais raízes criarão e mais lucros conseguirão.

Êsses mercadores que têm capitais e que, portanto, melhores resultados poderiam conseguir, não medram como senhores de engenho e logo dêles se desfazem para se dedicarem ao comércio urbano, de lucros vantajosos e rápidos. Poderiam tirar melhores resultados, porque os capitais são necessários à compra de máquinas e à aquisição de negros. Mas êsses são poucos em comparação com o número enorme dos que vêm sem cabedais. Os que não

(127) Breve discurso — Rev. Inst. Hist. Geog. Pern. 1887.

têm capitais nos seus estabelecimentos necessitarão dos recursos fornecidos pela Companhia, com a qual se endividarão de tal modo que a ruína é fatal. E' por isso que o "Breve discurso", referindo-se a essas tentativas rurais, diz: "E se tais colonos nos vierem com as mãos vazias, tanto menos servirão à Companhia, por ser necessário assisti-los com víveres e materiais, como os que vieram com John Harrison e outros que se estabeleceram na ilha de Itamaracá. O resultado dessa colonização foi ficarem devendo grandes somas aos armazéns que nunca pagarão; a agricultura nenhum particular adiantamento teve e os colonos, reduzidos à miséria, se fizeram pela maior parte soldados". Aquí vemos o desastre total declarado pelos próprios holandeses da sua tentativa de maiores proporções.

Êsse fracasso é explicado, como vemos por fatores econômicos — falta de capitais. De fato a maioria dos holandeses é de pequenos recursos e João Ribeiro mostra-nos como não havia agricultores e como a gente pobre é que procurava o Brasil. Os colonos eram então soldados licenciados; gente de proveito inútil. Wätjen também nos assevera o seguinte fato dizendo: "Temos necessidade de numerosas levas para a agricultura, que será o único fundamento do novo poder colonial. Aos capitalistas, aquí, tôdas as portas estão abertas —

gente que possa comprar negros e movimentar os engenhos”. (128)

Nos próprios cronistas da época vemos relatadas as mesmas circunstâncias econômicas dos imigrantes holandeses. No relatório de Van Walbeck se conclue a incapacidade econômica do holandês para ser produtor de açúcar. E isso porque a maioria dos que vêm para o Brasil “pouca fazenda trazem”.

Parece-nos, assim, uma causa importante para a explicação do desastre rural dos holandeses; entretanto, ela só, não abrangerá a totalidade do facto. Porque quando os portugueses voltam às suas plantações, também não têm capitais e serão providos, à credito de negros e mais recursos necessários ao trabalho pela companhia e pelos mercados da cidade.

Teremos a acrescentar outros fatores que talvez auxiliem a compreensão do problema. O primeiro, será o conhecimento técnico do trabalho de engenho. Eles não poderão prescindir daqueles conhecimentos e será a necessidade do auxílio português que fará o “Breve discurso” dizer: “Todos os dias estamos vendo os nossos soldados que bem conhecem a terra e a ela se habituaram, tornando-se paisanos não podem medrar, a menos que se sujeitem a um senhor de engenho ou alguma outra pes-

soa que lhes dê a mão”. Esse fator não nos parece também suficiente por si só para explicar o fato total. Um outro fator de ordem cultural talvez possa nos esclarecer o problema.

O regime econômico de latifúndio e monocultura havia de estruturar toda uma vida cultural própria. A monocultura esterilizando o campo perturbava todo o sistema alimentar do português pela falta de víveres.

O sistema econômico, pois, desta região açucareira, condicionava todo o conjunto cultural cujo nível era muito inferior ao do holandês. Os neerlandeses traziam outros elementos de cultura que dificilmente poderiam ser assimilados. Era preciso que se rompesse com o latifúndio e a monocultura.

O essencial pois para a determinação dos fatores condicionais do fracasso holandês, será talvez, o modo de vida, de alimentação, de habitação do regime econômico rural. Será essa impossibilidade do sistema latifundiário em satisfazer culturalmente ao holandês que torna difícil a sua integração na vida colonial. Para mostrarmos como essas dificuldades são percebidas por Van Walbeck, basta citar o seu relatório sobre Alagoas. Diz êle ao enumerar as causas, tendo já falado da falta de capitais: “Como principalmente porque sendo no Brasil as mercadorias européias mui ca-

ras, a agricultura não pode dar frutos que lhes permitam manter-se devidamente conforme a *condição que tinham em sua Pátria*. Os moradores portugueses, tanto simples camponeses como também os senhores de engenho estão afeitos comumente a viver de um pouco de bacalhau e legumes ordinários, de modo, que em alguns engenhos não há vinho por muito tempo; os nossos compatriotas, porém não se contentam, tão somente, em tomar à mesa um trago de vinho ou cerveja. Mas, gostam também de reunir, às vezes, os seus amigos de que resulta que as despesas de manutenção são muito desiguais, onde pode subsistir um o outro se arruina”. E por isso aconselha a sobriedade dos moradores portugueses. Essa sobriedade era de fato a dieta portuguesa. Não eram os rega-lões a que nos acostumamos imaginar, através as crônicas de Cardim, com abundância e excelência de víveres. Comiam mesmo deficientemente: carne de boi má; legumes raros e uma vez ou outra, frutas (129). Embora possuindo grande cultura de fruteiras, como laranjas, mangas e mangabas, muito apreciadas pelos holandeses e, também, porcos e galinhas, êles pouco se serviam desses frutos e animais para a sua alimentação. Nos refrescos, mesmo, só usavam água e açúcar, apenas os índios serviam-se do cajú, o que prova como o

(129) *Casa grande e senzala*, pág. 54.

nível alimentar dos portugueses era baixo. Mas, também, o “Breve discurso” nos fala da habitação casa de barro, sem ornatos, o que não pode satisfazer aos holandeses tão amantes dos belos quadros. A ornamentação da casa é necessária ao holandês calvinista e burguês. Assim, ao nível cultural do regime de latifúndio e monocultura não se pode adaptar o holandês, que prefere, dêste modo, a vida da cidade, onde procura imprimir um caráter mais elevado a todo conjunto cultural.

A nosso ver, Nassau percebeu os males não só da monocultura como também do latifúndio.

Quando pensou em dar terras aos soldados esboçou a solução do problema latifundiário. Porque só as pequenas propriedades é que permitem a variação de cultura. A diferença que existiu entre a monocultura, ao norte, e o esboço de policultura, ao sul, está exatamente em que no norte reinava a grande propriedade e no sul o latifúndio só veio a dominar com a cultura do café. Um condiciona o outro. Assim, para elevar o *nível de cultura* do regime rural era necessário combatê-lo em sua base. Isto é, para eliminar os complexos culturais estáveis do meio rural, seria forçoso quebrar o sistema econômico da capitania.

Sómente pôsto nestes termos é que o problema seria resolvido. Para a integração do holandês à vida econômica da colônia era necessário elevar o nível cultural. O holandês traz novos

complexos culturais, mas parece-nos que não seria possível a assimilação sem a rutura do sistema seguido até então. Assim, a incapacidade resolvia-se em termos econômicos. Os portugueses respondiam às suas necessidades de acôrdo com o sistema econômico que vigorava.

Êsse sistema é, como sabemos, de fisionomia estável e apoiado no açúcar e por isso deverão ter a sua própria visão mental condicionada pela estabilidade da monocultura.

Para resolver e atacar o problema seria necessário combater às bases orgânicas da vida econômica.

O latifúndio parece ter encontrado, como já dissemos, na doação de terras aos soldados e trabalhadores rurais, o esbôço da sua solução. Já a policultura foi estimulada com medidas mais radicais. Com a policultura, o problema alimentar estaria resolvido. Porque as pequenas roças iriam favorecer melhor e mais variado sistema alimentar. As culturas do feijão, mandioca e milho terão incremento.

Mas com o combate pela policultura e pelas pequenas propriedades está transformado todo o conjunto cultural. Os senhores de engenho reconhecem o golpe e sofrem com essa medida econômica. E em alguns cronistas e historiadores, a hostilidade |dêles é relatada algumas vezes com palavras rudes. Calado, por exemplo, informa-

nos que os lavradores eram obrigados a plantar mil covas de mandioca, tendo para atender a tal imposição, de abandonar o produto que lhes dava os maiores interesses — a cana de açúcar. Mas não só Calado. Nas atas da Assembléia de 1640, lemos sempre os protestos das regiões econômicas de açúcar contra a imposição da policultura. Reclamam contra a ordem de plantar mandioca, que era considerada de grande valor. Porque substituíam o trigo no abastecimento das guarnições. Nassau se refere à mandioca dizendo que é ela muito substancial e entre portugueses, brasileiros e negros, e sobretudo, entre os nossos soldados, mais estimada do que o pão. “Este fruto poderá aliviar consideravelmente a Companhia e dispensá-la inteiramente da quantidade enorme de farinha, que exige anualmente o sustento da guarnição, se somente os habitantes se applicassem a plantá-la”.

Vários editais foram publicados impondo essa providência. E os senhores de engenho e lavradores revoltam-se contra a obrigação de plantar roças. Naturalmente, essa medida de Nassau vinha impedir a carestia de víveres de primeira necessidade, pondo jeito a semelhante desequilíbrio na vida da grande capitania açucareira.

Os mantimentos, com a monocultura, escasseavam de tal modo que era necessário importar tudo da Europa: manteiga, queijo, presunto, carne em conserva, bacalhau, farinha de centeio, farinha de

trigo, ervilhas em lata. E ainda: vinho, cerveja, azeite e vinagre. (130) E' necessário ressaltar que que eram gêneros importados por preços elevados, pois os dizimos cobrados pela Companhia e a especulação dos mercadores os faziam subir de preço exageradamente. Por isso combatia Nassau pela policultura, fazendo, mesmo, vir da Holanda várias sementes e cedendo-as aos que quisessem plantá-las, sob promessa de compra da companhia, logo que a primeira safra surgisse. Já citamos, noutra parte, o trecho do discurso de Nassau, em que abertamente lança o primeiro grito em prol da policultura. (131). O alcance desta medida salutar e sadia, que afetava tôda a organização econômica do país, não fôra percebida pelos colonos portugueses. Por isso não exageramos, afirmando que aquela medida trará um contingente de valor à germinação da rebeldia. Aliás essa afirmação já se encontra em Capistrano de Abreu, quando declara que entre os agravos dos pernambucanos contra os holandeses, capitula-se o de, por estes, terem sido obrigados a plantar certo número de covas de mandioca (132).

* * *

O açúcar é o produto básico da vida rural. A grande procura e a alta dos preços alargara a

(130) *Sobrados e mucambos*, pág. 164.

(131) Síntese final.

(132) *Introdução aos Dialogos* — pág. 14.

área de cultura e provocara, como vimos, a ambição holandesa pelas terras pernambucanas. E', assim, lógico, que todos os seus esforços convergissem no sentido de controlar esta produção. Já vimos, também, as dificuldades que encontram e por isso queremos agora nos limitar ao problema da produção açucareira.

Foi Nassau o único administrador holandês que conseguiu, com o seu espírito de contemporização aumentar a produção, que com as lutas tanto caíra. A guerra devastara os campos e os canaviais, abandonados pelos lavradores, nada produziam. Nassau quando consolida a conquista, depois da sua volta das margens do rio São Francisco, convida os senhores de engenho a retomarem os trabalhos e assim consegue, de certo modo, aumentar a produção. De 1637 a 1644 a exportação foi de 512.273 arrobas de açúcar branco, mascavo e panela, (133) remetido pelo Supremo Conselho à Companhia das Índias Ocidentais, e para particulares a 1.577.862 arrobas, dando por tanto 2.070.135 arrobas. Foi essa cifra o máximo que atingiu a exportação do açúcar durante todo o domínio holandês. Mas, ainda assim, devido aos esforços de Nassau, porque depois, nunca mais se conseguiria atingir algarismos tão elevados.

(133) Nome castelhano que significa açúcar bruto.

A principal causa da falta de proveito será a má administração dos negócios públicos pelo triunvirato de Hamel, Bas e Bullestrate. É essa a opinião de J. J. Reese. No Machadão a culpa do fracasso holandês é também atribuída à má administração da companhia, pleiteando-se por isso que aos Estados Gerais coubesse a direção do govêrno, ficando a companhia apenas com as licenças e impostos.

Durante êste período tentaram um expediente, para ver se conseguiam aumentar a produção, que caía.

A companhia, por sua própria conta passaria a cultivar e produzir o açúcar e para isso nomearia mestres de engenho que perceberiam um tanto por caixa de açúcar. A vantagem seria de não ficar a Companhia absolutamente sujeita aos senhores de engenho portugueses. Mas a decadência da produção açucareira não vinha só da má administração, mas também, da extorsão fiscal, pois a Companhia, a título de impostos, avarias e fretes, apoderava-se de 75% dos produtos dos engenhos e estes, sem capitais, não podiam aumentar a cultura da cana e a produção do açúcar. Os desastres rurais e a má administração do período post-nassoviano não permitiram que a Companhia tirasse, do comércio açucareiro, os lucros que calculava, desde a época da conquista, com a intensificação dos trabalhos nos engenhos. J. J. Reese, comentando a ruína do domínio holandês, escreve: “A Compa-

nhia não tirou do Brasil, nem mesmo remotamente, o que dêle era esperado. A exportação do açúcar, núcleo de tôdas as operações mercantís com aquele país, ficou muito aquém do que preconizava Jean Andries Moerbeck. Os oito anos de Maurício de Nassau podem ter temporariamente exercido um influxo benfazejo sôbre a marcha do sucesso; mas, não foram capazes de implantar um germe de um sistema de sã administração". (234)

Parece-nos que Reese não faz restrição à obra nassoviana, mas reconhece que o curto período de sua administração não pode estabilizar uma situação econômica que os seus sucessores minam aos poucos com os abusos e falta de visão. Tanto no seu testamento político, como no relatório de 1644, que nos parece a sua peça mais importante em relação aos negócios da colônia, esclareceu os meios de solucionar os diversos problemas que assoberbavam a colônia.

* * *

Sombart quis ver na expulsão dos holandeses e judeus portugueses o início da decadência da indústria açucareira. O Brasil, no século XVII, era o principal produtor desse gênero, e mais tarde surgiram vários concorrentes ao comércio brasileiro,

(134) *Indústria e Comércio açucareiro no Brasil* — Rev. Inst. Hist. Geog. Pern. 1915 — n.º 87 — Trad. Af. Carvalho.

que provocam a decadência do açúcar como fator preponderante na indústria brasileira. Sombart afirma que essa decadência se verifica com a saída dos judeus do Brasil, que nas Antilhas e outras partes da América estabeleceram o comércio açucareiro e, assim, o centro de gravidade econômica se tinha deslocado. Lúcio de Azevedo respondeu a isso com um argumento que nos parece convincente. Foi em 1710 que Antonil escreveu a “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”, obra que mostrava o apogeu da indústria açucareira no Brasil. Embora a produção brasileira tivesse já nessa época concorrentes fortes, a verdade é que a indústria tinha atingido ao seu ponto culminante. (135)

* * *

Ao problema da produção açucareira liga-se a pecuária. “Entre a fabricação do açúcar e a indústria pastoril há antes atração do que repulsão dada a necessidade dos rebanhos no trabalho dos engenhos”. (136) Sempre ao lado dos grandes engenhos houve o pasto e, isso, já antes de terminar o século XVI. A criação do gado alastrava-se por toda a zona da Paraíba ao S. Francisco, onde no di-

(135) Sombart *Le juif dans la vie économique* — pág. 53, 54, 55 — *Epocas de Portugal econômico* de Lucio de Azevedo.

(136) Barbosa Lima S.^o — *Baía e o Rio S. Francisco*, pág. 43.

zer de um capitão-mór, se dava notavelmente. Não será pois estranho que os holandeses ao tomar conhecimento da terra, percebam a importância do gado. E' verdade que até então esta criação era apenas um acessório ao engenho.

As mesmas razões que determinaram a escolha da pecuária ao colono português (137) irão também fazer sentir os seus efeitos sobre o imigrante holandês. Os fatores econômicos que dificultam a posse do engenho e a cultura do açúcar, que é cultura industrial e, como tal, de aparelhagem custosa, fazem com que o neerlandês procure na pecuária a sua classificação social. Esta é mais simples e basta a construção de um pequeno curral e de poucos animais, para estar aparelhado à vida pastoril. E além disso é ela muito estimulada pelo próprio govêrno nassoviano, que vê na criação do gado ótimo recurso para a melhoria do nível alimentar.

Assim ao holandês com o seu hábito de carne, a criação pastoril terá outro aspecto. Ela não terá somente a função de abastecer de bois necessários o trabalho agrícola, mas, principalmente para servir de fonte de alimentação. Tanto os rebanhos que se criavam não tinham essa função que Capis-

(137) Veja-se Oliveira Viana — *Evolução do Povo Brasileiro* págs. — 59, 63, 65, — Brasiliana 1933.

trano afirma “que de vacas leiteiras havia currais poucos, porque não fabricavam queijo nem manteiga; pouco se consumia carne de vaca pela dificuldade de criar rêses em lugares impróprios à sua propagação, pelos inconvenientes para a lavoura resultantes de sua propagação que produziu êste gado ao estritamente necessário ao serviço agrícola. (138).

A carne que tanto faltava à mesa dos senhores de engenho, agora não será tão deficiente.

As providências que a Assembléia de 1640 tomou em defesa do gado não provam, como quer Pedro Calmon, que a pecuária fôsse de menor importância na zona açucareira de Pernambuco. Barbosa Lima Sobrinho, em réplica, demonstrou que as medidas se limitavam a Pôrto Calvo. Ora, a verdade é que o fato de se interessarem os colonos pela conservação dos rebanhos prova, exatamente, a existência dos núcleos de pecuária. E não só a sua existência, mas, também, a importância dêles para o engenho de açúcar”. Não foi uma simples coincidência que no Brasil colonial se criaram centros de pecuária ao lado do açúcar” (139). Isto foi claramente percebido pelos holandeses que não só na Assembléia de 1640, como também, nas

(138) Capistrano de Abreu *Introdução aos Diálogos*, pág. 15.

(139) Barbosa Lima Sobrinho — *Baía e S. Francisco*, pág. 12.

medidas tomadas durante o octênio de Nassau, procuram ligar a pecuária ao açúcar.

Mas, o domínio holandês incrementou a criação de gado? Parece-nos que sim, não somente pelo desenvolvimento que tomou a criação nas margens do S. Francisco, onde Nassau se entusiasmara com os belos pastos, como também em tôda a região de Alagoas estimula-se a mesma criação.

Nos mapas que ornaram o trabalho de Barleus (140) podemos ver o estabelecimento de currais holandeses ao lado dos portugueses. Lá encontramos estes principalmente às margens do rio, mas, afastados para o interior aqueles.

O gado não é só essencial ao abastecimento e ao engenho; favorece também a expansão holandesa. E' por meio de currais que o holandês vai esparramando e controlando o seu domínio nas capitâneas conquistadas. Alem disso, já vimos que o holandês, que vem para o Brasil é pobre, e como tal sem possibilidades para tornar-se senhor de engenho. Assim, a pecuária será o recurso para êsse imigrante que deseja se estabelecer no meio rural. Mas, como a grande maioria tem em mira os proveitos imediatos, o número de holandeses que se tornam pastores é pequeno em relação aos da cidade. E' engano pensar-se que o holandês só por uma ques-

(140) Rerum etc. ed. 1647 entre as págs. 24 e 25.

tão de tropismo seria no Brasil pastor, como era na terra, tão entregue à faina pastoril. No mesmo mapa vê-se que relativamente ao número de currais os holandeses são poucos e pode-se mesmo citar um “Webers, um Botterberg, um Hongeberger, um Wambis, um Baleshofyaren.

O holandês, embora as condições culturais não facilitem a sua adaptação ao meio rural, prefere a vida mercantil. É o comércio que os seduz, e talvez o enriquecimento que muitos conseguem neste seja fator de preferência. De qualquer forma as condições de vida que o pastor holandês encontra no campo brasileiro, não são as mesmas que êle gozava em sua terra natal. Deficiência de alimentação, de habitação, enfim, em todos os aspectos do patrimônio cultural holandês.

Por isso, o holandês no Brasil, pelo própria feição que assumiu o govêrno, se estabelecerá na cidade, e não irá para o meio rural ser senhor de engenho ou pastor. Mas que fique estabelecido que entre as duas atividades êle será atraído mais para a pecuária do que para o engenho e isso devido à capacidade econômica de que é dotado. Talvez o fator *tropismo* possa ajudar o impulso para a criação do gado. Mesmo porque, ainda na pecuária, a experiência acumulada de seus antepassados lhes servirá para *saber como* ser pastor. Na pecuária não havia necessidade de recurso ao conhe-

cimento dos colonos da terra, porque o trabalho lhes é familiar.

Dêste modo queremos acentuar a preferência do holandês para o pastoreio, sem deixar de frisar que esta não lhes foi a mais cara. Êle será mercador, taverneiro e oficial mecânico antes de ser pastor e senhor de engenho. (141).

(141) Vide, para comparação com a colonização holandesa da América do Norte, as seguintes notas suplementares 22, 23 e 24.

O. ESPÍRITO DO
RENASCIMENTO

O ESPÍRITO DO RENASCIMENTO

O período holandês de Maurício de Nassau marca na história da cultura brasileira o primeiro reflexo sul-americano do Renascimento europeu.

Antes da colônia, dirigida pelo príncipe de Nassau, ser um quisto neerlandês na América, é um quisto do Renascimento.

Até o século XVII o espírito do Renascimento não bafejara o continente americano.

Na colônia lusitana imperava, com todo o vigor, o espírito da Companhia de Jesús e êsse espírito era, na essência, um regresso ao ideal do Medievo, ao *missionarismo* medieval, que se procurava restaurar e imitar.

Justamente por isso pode se afirmar que o espírito jesuítico era a negação do espírito do Renascimento, o que positivamente não quer dizer que vários jesuítas não fôsem letrados e artistas da Renascença européia.

O espírito da ordem inaciana, todavia, revelava um sentido nitidamente contrário ao espírito,

que a ressurreição das letras e artes greco-romanas estava, então, definindo.

A história das idéias no período colonial só poderá ser bem compreendida após uma análise acurada do que foi a Companhia de Jesús como fator de orientação espiritual da mentalidade, que imperava na colônia.

Só com o advento da conquista holandesa, a unidade do espírito jesuítico fragmenta-se e surge então, pela primeira vez, com esplendor excepcional a província do Renascimento na América.

Foi, pois, a colônia holandesa, principalmente no período nassoviano, um quisto da Renascença.

E' essa a observação, que separa, com nitidez, a colônia neerlandesa do resto do Brasil.

* * *

Outra observação, que se deve levar em conta na análise da cultura holandesa no Brasil refere-se ao *cosmopolitanismo* do Recife. Nunca se viu no Brasil tanto elemento estrangeiro conglomerado numa povoação.

O Recife foi, então, o centro mais cosmopolita da América.

Isso nos leva a concluir, que, em virtude desse cosmopolitanismo, as letras entraram em decadência ao passo que, por compensação, as *artes de*

cunho material (artes plásticas, arquitetura, música, urbanismo, etc.) tomaram enorme incremento.

A razão é fácil de ser evidenciada.

O desenvolvimento da literatura tornava-se quase que impossível porque não havia unidade de língua. A poesia e a prosa, se feita em holandês, não era entendida pelos que falavam português espanhol ou outra algaravia.

As artes de cunho material já ofereciam outra vantagem. Constituíam como que uma *linguagem internacional*.

Êsse fenômeno, que se observa em pequenas proporções em Pernambuco, foi muito mais amplo nos Países-Baixos, que era uma região também eminentemente cosmopolita.

Isso explica satisfatoriamente o incremento das *artes plásticas* sobretudo nessa região européia.

Talvez possa se afirmar que a Escola Flamenega (Van Eyck, Rubens, Van Dyck, Baschaerts, Teodoro Boyerman, Pedro Thyssen, etc.) e a Escola Holandesa (Rembrandt, Fernando Bol, Govaert Flinck, Carel Fabritius, Van den Eckhout, Nicolau Maas, etc.) só existiram, com tanto esplendor, devido ao ambiente cosmopolita das cidades flamengas e holandesas.

Já com a literatura não se deu o mesmo. A língua holandesa jamais conseguiu se impor decisivamente. O *latim*, língua internacional por excelência, foi sempre um entrave à sua repercussão.

As artes plásticas, as artes decorativas, a música, etc., lograram grande expansão.

No Recife essa mesma feição surge, certamente algo diluída.

A PINTURA

Pela primeira vez, na América, pintores do Renascimento europeu extasiavam-se diante da paisagem inédita e selvática do Nordeste.

O prestígio da paisagem sôbre o pintor holandês sempre foi acentuado.

Já houve quem escrevesse:

“Foi nos Países-Baixos que a paisagem atingiu mais depressa a perfeição. Os Van Eyck, Memling, Gerardo Horebout e Thierry Bouts ou Stuerbout, Alberto van Ouwater e João Nostaert distinguiram-se pela beleza da paisagem com que ornamentaram as suas composições”.

Foi, entretanto, Joaquim de Patinier (ou Patenier), nascido em Dinant (Liège) antes de 1500 e falecido em 1524, que deu à paisagem uma existência independente.

A história da paisagem nos Países-Baixos é já bastante conhecida. No século XVII os paisagistas neerlandeses dividiram-se em dois grupos: os que seguiram as linhas do campo *italiano* (Jan Both, Poelenburg, Pieter de Laar, Willen e Jacob de Hensch, Lingelback, Karel Dujardin, Nicolau,

Bergen, etc.) e os que abriram o ciclo dos verdadeiros paisagistas neerlandeses (Jan Winants, de Haarlem; Ruysdael e Hoblena, os dois maiores paisagistas holandeses; Jan Van Gyen, Salomão Ruysdael, Aart Van der Neer, Rontbouths, Verboon, Jan Harckáort, Jan Van Kessel, Filipe Koninck, etc.).

O próprio Rembrant, que foi antes retratista, deixou também paisagem de caráter poético e majestoso.

A pintura holandesa sempre foi moldada na *observação* e no *humor* das cenas humanas. A pintura holandesa é a pintura de gênero por excelência.

Pieter Van Laar, que foi apelidado o “Bambocha” celebrou-se por ter pintado, sobretudo, cenas populares.

Tudo, pois, indica a tendência que os pintores holandeses revelam para retratar as paisagens pitorescas e interessantes.

Os que vieram ao Brasil, na época nassoviana, encontraram na paisagem americana matéria prima para a sua arte. Tais foram: Franz Post, A. Eckhout, Zacarias Wagner e outros três, cujos nomes ficaram esquecidos.

A respeito do aproveitamento da paisagem agrícola (*ciclo do engenho*) pelos pintores holandeses, escreveu Gilberto Freyre no estudo “A pintura no Nordeste” algumas considerações dignas de serem repetidas.

De fato, os pintores holandeses, Franz Post na vanguarda, aproveitaram a técnica do açúcar nas paisagens, que pintaram.

Hoje não é desarrazoado admitir na história da pintura holandesa um capítulo especial dedicado ao estudo da paisagem brasileira.

Não há ousadia nenhuma nessa caracterização, pois, devemos aos holandeses, pela primeira vez, a côr local da América ser levada, através de telas e desenhos, à Europa.

Analisa ainda Gilberto Freyre os tipos raciais e locais, desenhados pelos mesmos e por anônimos, cujos nomes se perderam no esquecimento:

“Restam-nos, é certo, dos holandeses, retratos, acabados ou em borrão, de tipos índios, negros e mestiços que aqui se lhes depararam à volúpia do exótico. Os retratos são em tamanho natural, referindo-se, é claro, ao século XVII. Alguns são de A. Eckhout; outros não trazem assinatura como o quadro da dança, no Museu Etnográfico de Copenhague, que representa oito homens executando uma dança de guerra, dois dêles apenas trazendo pranchetas, todos, porém, tendo flechas e maça. “Duas mulheres revestidas... de cinturas de fôlha estão colocadas à direita, debaixo de uma árvore, enlaçadas e tapando os narizes”. (Paul Echrenreich, “Sôbre alguns antigos retratos de índios sul-americanos”, tradução de Oliveira Lima, na “Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano, n.º 65).

Em Copenhague, há também, segundo Paul Ehrenreich, dois retratos de negros brasileiros; e no Zoobilion, “representações de uma dança de negros, de um mercado de escravos em Pernambuco e de uma aldeia de Brasileenses (Tupís)”. São talvez trabalhos do pintor Zacarias Wagner.

Convém ainda uma vez referir os desenhos de Franz Post, orlando mapas, no livro de Barlaeus; e os estudos de *tipos locais* do Brasil norte-oriental que ilustram a obra de Piso e Magraf: “Historia Naturalis Brasiliae”.

Essa contribuição holandesa, além do valor artístico, oferece grande interêsse histórico e etnológico.

ARQUITETURA E URBANISMO

A *cidade*, no sentido arquitetônico foi obra do Renascimento.

A cidade como monumento estético foi desconhecida na Idade Média.

Para o espírito medieval o *feudo* obscurecia a vila, a aldeia, o burgo.

Com o Renascimento, surgiu, de novo, o prestígio da cidade. Houve como que um anseio de se repetir nas cidades européias o que Augusto fêz de Roma, transformando uma cidade de pedra numa cidade de mármore, . . .

Nos Países-Baixos, que, segundo Pirenne, conhecera, nos tempos medievais, a *democracia urbana*, com a *decadência* do feudalismo, a *cidade* foi cada cada vez mais se impondo como centro civilizador.

Na Holanda, sobretudo, a cidade é um monumento, erguido pela mão e esforço do homem. Amsterdão por exemplo, de aldeia de pescadores construída sobre estacaria, é, mais tarde defendida por um dique (*dam*). — *Amsterdam* (dique de Amstel).

Os diques, aliás, são comuníssimos em toda Holanda (diques de Helder, de West-Kappel, Katwyck, etc.).

As pontes e outras obras arquitetônicas (catedrais, palácios municipais, etc.) foram construídos com intensidade nas cidades holandesas.

Convém frisar que, com o crepúsculo do catolicismo, as catedrais cederam lugar, na pompa e na arquitetura majestosa, aos palácios municipais. (142).

Na colônia holandesa do Brasil houve intento de se construir a *cidade*.

Os holandeses tentaram *urbanizar* o Recife e Peter Post, irmão de Franz Post, foi o arquiteto, que esteve a serviço de Nassau.

(142) São célebres os palácios municipais de Lovaina (1448-1459), obra de Mateus de Layens, o da cidade de Mons (1453), o de Gand, etc.

A cidade de Maurício (*Mauritzstadt*) foi, no Brasil, fruto do renascimento arquitetônico.

O palácio do príncipe holandês na Boa Vista é o símbolo desse reflexo europeu.

A MÚSICA

A música no período holandês teve também incremento. Está comprovado que os holandeses organizavam festas e diversões públicas na colônia.

Nesse ponto é justo e razoável sustentar que ao elemento holandês se deve a introdução da *música militar*, que veio substituir a música sacra, conhecida na colônia e introduzida pelos jesuítas. (143)

E' possível que se ouvisse, na colônia, o *Wilhelmus*, hino de Marnix de Santa-Aldegond (1538-1598), que se tornou a marcha militar oficial da nação holandesa. Esse hino foi tocado por ocasião da partida do Príncipe de Nassau para a Europa.

* * *

Tudo isso veio confirmar que o espírito do Renascimento se refletiu no Brasil através das ar-

(143) Claro está que o elemento negro e índio, com os seus instrumentos musicais rústicos, contribuíram também com um contingente musical apreciável.

tes plásticas, da arquitetura e da música. Foi essa a feição dêsse reflexo porque o cosmopolitismo do ambiente do Recife, sem unidade de língua, não permitiu o florescimento das letras. (144)

FONTES DE ESTUDO

Henry Havard, *Histoire de la peinture hollandaise*; Leon Palustre, *L'architecture de la Renaissance*; Edgard Quinet, *Marnix de Sainte-Aldegond*, Paris, 1854; Gilberto Freyre, *A pintura no Nordeste* (in Diário de Pernambuco, número comemorativo de seu centenário); Argeu Guimarães, *História das artes plásticas no Brasil* (in Dicionário Histórico e Geográfico do Instituto Histórico Brasileiro); Paul Ehrenreich, *Sobre alguns antigos retratos de índios sul-americanos* (tradução de Oliveira Lima, in Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano). Consultem-se ainda as obras clássicas sobre o Renascimento europeu.

(144) Não cabe, pois, aqui, estudar a contribuição dos cientistas e historiadores, que escreveram sobre a colônia holandesa do Brasil.

A REVOLUÇÃO

QUEDA DO DOMÍNIO HOLANDÊS

A volta dos colonos portugueses às suas plantações não deixou de impulsionar a lavoura e oferecer possibilidades de melhorias à situação econômica da colônia, tão precária e ruïnosa nessa época.

A importação e a exportação subiam rapidamente; reinava entusiasmo nas plantações e fazendas e nos portos e grandes mercados do interior. (145)

A situação parecia melhor sob a direção capaz e eficiente de Maurício de Nassau. Mas o mesmo fato que explica o desastre da colonização rural tentada em Itamaracá iria ter sua aplicação aqui.

Os colonos que vão novamente entregar-se a faina produtiva dos engenhos, não possuem mais os capitais necessários com que manter o trabalho agrícola. Não só o trabalho dos engenhos com todos os seus enormes gastos, como também a compra de escravos e seu sustento. Os mercadores

(145) Wätjen — *Ob. cit.* pág. 119.

holandeses que possuem capitais e os judeus começam a fornecer créditos necessários ao início da produção e da lavoura, sob a esperança de pagamento, quando pela colheita da safra. E os escravos serão também fornecidos pelos judeus de S. Antônio. A venda de escravos importados de Angola, Mina e Andrea, em número de três mil anualmente, era açambarcada pelos judeus que forçavam a baixa e revendiam depois ao triplo do valor. (146).

Assim os colonos portugueses iam endividando-se, tanto na compra de engenhos confiscados como na aquisição de negros, de tal modo que não só as safras não bastavam para cumprimento das obrigações financeiras, como em pouco tempo as dívidas sobrepujavam a soma de 130 barras de ouro, estimando Nassau a metade para a Companhia. Havia também os mercadores particulares que prestavam a juros exorbitantes.

No ano de 1640 foi proibido por editais terem-se maiores interêsses que 12% sobre hipotecas e 18% sobre outras garantias reais. Mas nada disso conseguia coibir a extensão assustadora da usura. Dois exemplos esclarecem essa situação: Cosino Dolióllica de Tegicupapo comprára hávia 4 anos, por 9.000 florins, escravos e depois de ter pago 12.000, ainda devia 15.000; um certo João Soa-

(146) Relatório de Nassau — 1644 — *Doc. Holandeses* — Caetano da Silva.

res em Moribeca a quem pela mesma época foram creditados bens por 36.000 florins, depois de pagar 60.000, ainda deve outros 60.000 (147). E de tal modo se obrigavam os mercadores, lavradores e senhores de engenho que se um falia ou era ofendido em seus bens por uma execução judiciária, muitos sofriam em seus créditos. Era uma situação alarmante. A crise comercial ainda piorava mais o estado econômico das capitâneas conquistadas com o monopólio da Companhia. Eram de tal monta as queixas dos moradores portugueses que a questão foi levada ao Conselho Supremo e Nassau solicitado a dar o seu parecer. Ele se manifesta pela liberdade de comércio, desenvolvendo na defesa de sua tese considerações verdadeiramente notáveis para um homem daquela época, na qual, embora o problema discutido, não era uma tese já vencedora. O seu parecer foi aceito e a liberdade de comércio iria trazer novo alento à vida asfiziante dos portugueses, então, sujeitos a um monopólio como aquele: de uma companhia mercantil. Conservou a Companhia para si, apenas, o monopólio do pau-brasil e do comércio de escravos. Não era só o problema econômico e comercial, por assim dizer, que merecia cuidados e preocupações de Maurício de Nassau. A situação financeira era a mais precária possível. Pelas dívidas enormes e

(147) *Casos relatados por Nassau — Relatório 644.*

o não pagamento, o crédito se extinguia. Os negociantes de Holanda começavam a suspender suas remessas. Todos aqueles que usavam e abusavam da usura, só emprestavam recebendo, em troca, bens de duplo valor ou sobre hipotecas de terras boas. As letras de câmbio eram perigosas porque sendo protestadas levavam à bancarrota vários colonos e mercadores. A falta de moeda corrente colaborava para a situação ruínosa. E também a queda do açúcar na Holanda levava os agentes a expedir o dinheiro corrente às casas comerciais.

“Até então, declara Agenor de Roure, tinha sido o crédito o intermediário de todos os negócios, e os pagamentos, agora, necessários ocasionaram uma escassez tal de numerário que não se achava dinheiro a menos de 3 ou 4% ao mês, de modo que os que de semelhante recurso se valiam de pressa foram totalmente arruinados”. (148).

Maurício de Nassau enumera os vários motivos que levam o Tesouro do Brasil ao esgotamento. São os seguintes: 1) — a cessação da remessa da farinha, obrigando a Companhia a comprá-la por preços excessivamente altos; 2) — a sóbria provisão dos navios, que se não fôsem providos de alimentação e equipagem não poderiam voltar à terra natal; 3) — os socorros enviados a Angola, S. Tomaz e Maranhão, que sem êsses, se perderiam,

o que não era recomendável; 4) — a despesa para alimentação e sôldo dos oficiais e soldados; 5) — as despesas para construções e fortificações; 6) — a falta de crédito e os embargos obtidos contra os devedores da Companhia que, se executados, perturbariam tódta a vida econômica.

Assim como Nassau procurava solucionar o problema da liberdade do comércio, também volta suas vistas para o problema das dívidas e da situação financeira. Afim de evitar o excesso de credores, a Companhia tomou a si as dívidas dos senhores de engenho, que se obrigavam a pagar com as safras futuras. Impedia-se, dêste modo, que os senhores de engenho ficassem obrigados para com vários mercadores e que, o que acontecia frequentemente, a Companhia disputasse, com algum mercador, a preferência da obrigação financeira. Mas como a solução ainda não satisfazia, era necessário procurar novos remédios econômicos. Nassau propõe, então, que se perdoassem, em parte, as dívidas que impossibilitavam a produção açucareira. Êsse perdão seria feito em relação com as dívidas contraídas com juros exorbitantes. Conforme já declaramos, *placards* tinham anunciado a proibição da cobrança de juros exagerados e estabelecido um limite. Pois bem, como alguns senhores de engenho tinham se obrigado depois da publicação daqueles avisos, êle aconselhava, baseando-se

nos romanos, que se relevasse o excesso da dívida. A essa situação desesperada ajuntava-se ainda a má administração da colônia, com exceção, é claro, do período nassoviano.

Em várias cartas mostrava Nassau como a mudança constante dos membros do govêrno era fatal à boa administração dos negócios. Quando aqueles iam adquirindo um conhecimento melhor dos negócios eram afastados e substituídos por outros. Tanto assim que numa dessas cartas propõe a vinda de diretores que aquí deveriam ficar tôda vida e occupar-se diàriamente das transações. A experiência lhe ensinara que as mutações são prejudiciais à boa administração. Em outras cartas, acusa a desatenção que os seus pedidos merecem. E' assim que se refere à negligência da Assembléia dos 19: "Há dois anos pedí uma resolução concernente ao serviço e regulamento dos moinhos; em lugar disso, que tem tanta importância para a prosperidade e bem-estar do país, as cartas da Assembléia dos 19 vêm cheias de futilidade e coisas inúteis". No relatório, êle declara que desde o comêço ninguém tem uma noção profunda da situação, do estado e da fôrça dos províncias que se conquistaram, o que ocasionou que muitos projetos ficassem sem resultados. *Depois que se pôs o pé no país* e se começou a ver com os próprios olhos, tomaram-se, é verdade, algumas resoluções sábias e louváveis, mas a Assembléia dos 19 e as câmaras respectivas, não sendo compostas

continuamente pelas mesmas pessoas, os negócios não têm sido dirigidos convenientemente, nem conduzidos a resultados satisfatórios. A Assembléia dos 19 tomava medidas que muitas vezes se tornavam prejudiciais aos próprios interesses da Companhia e outras absolutamente inaplicáveis.

Outro fato muito prejudicial às relações entre os dois povos era, sem dúvida, a administração da justiça. Falha e incapaz. Assim, a própria administração contribuía, com os seus erros e suas falhas, para a ruína de uma colônia tão importante. Apenas Nassau é que consegue, com esforço e inteligência, remediar os males profundos que minam a organização econômica do país. Quando aqui chega, seu trabalho é o de sanear as finanças da colônia, tão combalidas. E sem dúvida êle soube proceder com prudência. E é com o seu tino administrativo e econômico que consegue fazer elevar a produção do açúcar. Wätjen afirma mesmo, que, “enquanto João Maurício sustentou as rédeas do govêrno, permaneceu o país, em geral, calmo ou pelo menos, ficaram preservadas de difíceis tormentas as principais capitánias (149). Assim ia êle conseguindo salvar da ruína a colônia holandesa. As classes sociais bem distintas, conforme vimos em capítulo anterior, mostravam, de modo geral, certa

(149) Wätjen, obra cit. p. 119.

simpatia pelo príncipe. Naturalmente as classes a que nos referimos são, apenas, as rurais e urbanas, isto é, á classe dos proprietários agrícolas e a dos burgueses da cidade, porque as classes trabalhadoras não mereceram grande atenção e cuidado dos senhores. Talvez por isso é que as classes trabalhadoras pouco se importarão com o jugo, seja holandês ou português. Tanto assim que Capristrano de Abreu escreveu, referindo-se, às possibilidades com que contava Matias de Albuquerque, para impedir a invasão: “Impossibilitando as adesões das classes, indiferentes à mudança do senhor, pois o cativo prosseguia invariável” (150). E Beauchamp também a isso se refere, afirmando: “Le peuple lui même etait singulierement aigri contre l’administration et contre l’influence des riches, et avant l’invasion, il avait manifesté plus d’une fois son mécontentement au sujet de cette espece d’abjection et de tyrannie sous lesquelles les hommes puissants en place le faisaient gemi” (151).

Assim conciliando as duas classes em choque, até a sua saída todos os males são mais ou menos resolvidos com a sua energia.

(150) *Memórias de um frade* — Rev. do Inst. Hist. Arq. de Pernamb. — 1905-1906 — Vol. 65, p. 79.

(151) *Histoire du Brésil*, pág. 265 — O livro de Beauchamps tem valor secundário. E’ calcado em Southey. No prefácio da 2.^a edição Beauchamps replicou Southey que o considerara plagiador.

Mas com a saída do governador que tão bem tinha conduzido a administração dos negócios coloniais, uma transformação vai se operar. Os males voltam a surgir e desta vez não será mais possível sua solução. A diretoria que toma a si o encargo dos negócios não procurará mais conciliar os interesses diversos que se chocam de modo tão agudo. O que Nassau teve de extraordinário foi, exatamente, a capacidade de harmonizar as classes cujos interesses entravam em luta. O novo governo não admite contemporização, não ouve as representações dos senhores de engenho, começa a exigir as dívidas e cobrá-las judicialmente.

Não vendia mais a crédito, exigindo o pagamento à vista. Handelmann declara mesmo: “E assim por tôda parte começou uma rápida mudança, uma revolução completa nas condições de propriedade com todos os males e tribulações inseparáveis das crises de numerário” (152). O governo que até então procurava sempre, e nisto a conselho de Nassau, conceder um prazo aos senhores de engenho, passa a exigir pagamento pronto e rápido de suas obrigações. Nassau, quando fala das classes, declara que só quanto aos senhores de engenho é que a Companhia deveria agir com certa prudência, examinando no comêço de suas safras a sua cultura e acordando com êles sôbre a parte que

(152) *História do Brasil*, pág. 218.

lhes deveriam fornecer: ao que é necessário agir com certa moderação, de modo a que êles não se achem de todo privados dos meios de fazer produzir os engenhos no ano próximo; e se então êles não cumprirem com suas promessas, ter-se-á um motivo a mais para proceder à execução contra êles, sem piedade, afim de não dar mal exemplo aos outros (153). Aos outros, isto é, aos negociantes e àqueles que vivem de seus ofícios não se deve conceder prazos e ter moderação, porque os primeiros são homens que pelos seus capitais estão em condições de pagar pontualmente e os segundos, não tendo recursos e vivendo de seus ofícios, não merecem créditos. Ora, essa rápida mudança de procedimento para com os senhores de engenho não podia ser aceita e compreendida. E êles passam a reagir de armas nas mãos contra os executores das cobranças judiciais. A revolta ainda não se concretizou, mas os atos violentos de hostilidades a um govêrno, que lhes parece contrário aos seus interesses, iniciam-se com essas insubordinações armadas.

Além disto, ao lado dessas exigências exorbitantes do govêrno, alinham-se os fatos desmoralizadores do triunvirato governativo. A corrupção do govêrno assume proporções alarmantes. O Macha-

dão pinta em côres fortes a miséria moral dos governadores do Brasil holandês (154).

As causas que irão, pois, determinar a revolução, podem ser classificadas em dois grupos: primeiro — as condições materiais, condições de ordem econômica; segundo — as condições subjetivas, que correspondem na época às necessidades econômicas da classe que até então havia dominado e se via agora despojada de suas prerrogativas. As condições materiais são tôdas aquelas que acabamos de escrever. Situação precária da economia colônial, agravada pela política de monopólios, pelos impostos e dízimos, e ainda, pelas dívidas enormes dos grandes proprietários de terra e de engenhos. O programa de idéias, de *liberdade divina* e de comércio será a condição subjetiva da Revolução. Estas condições materiais que induzem à Revolução mostraram claramente *que se trata de um movimento das classes rurais contra as classes urbanas*. E por sua vez a liberdade de religião irá transformar a luta em movimento disfarçado com *caráter religioso*. Como sabemos, na época tôdas as classes estão nutridas, principalmente, de problemas e fatos religiosos. Os homens pobres como os senhores, tanto burgueses como rurais, irão afirmar que defendem a verdadeira e única religião. A liberdade divina, como muito bem diz Capistrano de Abreu, significaria em lin-

(154) Vide nota suplementar n.º 25.

guagem moderna liberdade de consciência e esta é outro ideal a que aspiram os povos da época. Essas aspirações serão asfixiadas pelo govêrno holandês e será assim, em nome delas, que se movimentarão os chefes insurretos.

O fator religioso tem evidentemente grande importância numa época em que as lutas de classe se transformam em lutas religiosas. A questão social torna-se uma questão religiosa. Para defender a liberdade de consciência, que significava a liberdade católica, os senhores de engenho irão apelar para todos os homens portugueses e os poucos nacionais. E' uma opposição de classe, mas que, como tôdas as cousas desta época, não tardará a revestir a côr religiosa de uma opposição entre calvinistas que lutam contra a *idolatria papista* e católicos que lutam contra *heresia reformista* (155). E' essa a opinião de Roquete Pinto quando declara: "O aspecto moral da conquista holandesa que de algum ponto de vista foi um episódio sul-americano da grande guerra de religião que a reforma provocou lá na Europa". (156) Mas, é preciso que se compreenda, aí, um grande descontentamento da classe rural, disfarçado com idéias religiosas, contra os mercadores particulares do Recife, judeus e ho-

(155) Hauser. — *Preponderance espagnole*, — Cap. Lutas religiosas e págs. 269 e segs.

(156) Os franciscanos e a guerra holandesa. Frei Staphorst. Pref. de Roquete Pinto — Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras. 1927.

landeses, e contra a Companhia, que servia aos interesses da burguesia holandesa.

A Revolução é, pois, prégada por senhores de engenho e lavradores; e o que é mais claro, pelos os senhores de engenho mais arruinados, que vêm na Revolução a única saída para a sua situação precária. Nos documentos vemos sempre a referência de que os homens da Revolução são portugueses e têm grandes dívidas para com a Companhia e para com os mercadores particulares. Estes estabelecem-se com capitais próprios ou então agenciam em nome de casas comerciais da Holanda, representando assim, como a Companhia, interesses outros que não os rurais do Brasil colonial, anterior ao domínio.

A tese que estamos sustentando encontra base em escritores insuspeitos. Oliveira Lima, por exemplo, escreve: “O motivo, se não o essencial, decisivo da Revolução, era sabido ser mais do que o sentimento patriótico, a pressão das dívidas dos agricultores brasileiros à Companhia das Índias Ocidentais, e aos traficantes bátavos. Os chefes da Revolução pernambucana, isto é, aqueles que se conjuraram para repelir o bátavo do solo brasileiro, são senhores de engenho arruinados ou em via de desastre total (157).

(157) *Carta aos papéis inéditos* — Alberto Lamego. — Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. 1912, 2 parte — pág. 21.

Os chefes da Revolução são João Fernandes Vieira e Francisco Brengel (158) e seu avô, e alguns habitantes de Varzea, os quais descontentes com o baixo preço, com que os açúcares são vendidos, por causa da falta de navios para os exportar e desesperando de poder subsistir por mais tempo os resultados da cultura de suas plantações, não tendo, por conseqüência, hoje, nada a perder, se têm mais facilmente decididos a entrar na conspiração (159). Nas medidas tomadas contra os moradores vemos que os indicados para serem presos são exatamente, pessoas “boas”, senhores de engenho. João Fernandes Vieira devia mais de quatrocentos mil cruzados à Companhia e o interessante é que êle vai à Baía, deixando lá todos os seus valores para voltar a Pernambuco, onde vai dirigir a Revolução. Os seus principais companheiros eram: Francisco Berenger, considerado insolúvel; Luiz Costa, devendo de oito a dez mil cruzados; Antonio Silva, cristão novo, que cinco ou seis dias antes levantara em Recife cinco ou seis mil cruzados de telas, bordados, etc.; Antônio Bezerra, empenhado; Amaro Lopes não devia à Companhia, mas as suas

(158) Berenger é a grafia correta, porem nos documentos escreve-se Brengel ou Berenger — ou Brungel — Em 22-5 de 1645 escrevia-se que o dia de Revolução foi o dia do casamento de 1 filho de Antônio Cavalcanti com a filha de Brengel, com a filha do qual o proprio F. Vieira se havia casado. Vide — Doc. Hist. V. 1. III — 2-9-1645.

(159) *Documentos holandeses* — Tomo III, pág. 180.

dívidas aos mercadores particulares atingiam a cifra de 28.496 florins e 10 stuyvers; J. Cordeiro Mendanha, devendo de sete a oito mil cruzados.

E é por isso que nas queixas que seguiam para Lisboa acusar-se-a João Fernandes Vieira de fazer Revolução para defender os seus interesses e o dos homens “nobres e ambiciosos”. Reclamar-se-á ainda contra a obrigação de dar dinheiro para guerra, sendo que “os pobres que não tinham, mandava metê-los no tronco e golilha e aí servir aos soldados... e tudo isto tem João Fernandes Vieira que não faz papéis e que faz esta guerra à sua custa e ela é feita com o sangue dos pobres” (160).

E’ interessante observar ser a Varzea que mais preocupa o govêrno, pela ocasião da revolta, que manda prender os habitantes dali, porque é ela a zona açúcareira por excelência de Pernambuco, também, o lugar onde se localizam as principais moradias e famílias (161).

Vemos, por aí, que a luta será nitidamente feita pelos senhores de engenho, os grandes proprietários territoriais.

Outro local que muitos cuidados merecia por parte do govêrno é a Paraíba. Aí também se en-

(160) *Papéis inéditos* — Alberto Lamego. ob. cit.

(161) Ver o capítulo regiões naturais. — Nieuhoff, pág. 38 e segs., informa que muitos senhores de engenho fizeram grandes compras na expectativa de que Portugal recapturando o Brasil abrogasse seus contratos com a Companhia.

contravam muitos plantadores portugueses, que em sua maioria estavam endividados e, por isso, esperavam que a revolta rompesse com violência naquele local.

Além disso, um fato corrobora para essa suspeição — é o depoimento de Sebastião de Carvalho, confessando ser a Paraíba o foco da Revolução. Nos documentos, como no diário acêrca da rebelião, são freqüentes as insinuações e provas de que os senhores de engenho e lavradores são os seus chefes.

Ora, sabemos que desde os empréstimos feitos pela Companhia e pelos mercadores particulares, os proprietários rurais não viam senão tornar-se cada vez mais precária a sua situação econômica. Handelmann declara que desde essa época os plantadores portugueses não almejavam senão a revolta, para se libertar de suas dívidas e daqueles mercadores cujos negócios melhoravam sensivelmente, enriquecendo-se muitos. Com a venda de gêneros, de mercadorias, necessárias à agricultura e com o fornecimento de capitais, iam auferindo grandes lucros.

A oposição entre essas duas classes era, pois, bem acentuada. Os senhores de engenho tinham sido até a época da invasão holandesa os opulentos dominadores da vida econômica e política da colônia. Agora, a hierarquia social apresentava-se, com a mudança do padrão econômico de colonização,

transformada. Os mercadores passavam a ser os grandes senhores da vida colonial. Os engenhos, os escravos e instrumentos não mais pertenciam aos seus antigos proprietários. Alguns mercadores, não desejando abandonar a cidade, os vendiam. Souto Maior refere-se a isso dizendo: “Os credores recorriam aos tribunais de Recife e se conseguiam executar os lavradores, viam-se obrigados a arrematar-lhes os bens em praça, e ir viver em seus engenhos, o que não convinha aos comerciantes, pois teriam de abandonar os seus interesses no Recife” (162).

Com a subida dêsses mercadores a luta voltava a ser feroz entre os interesses em choque. E é por isso que Taunay ao estudar a figura do Padre Manuel de Moraes que, do campo holandês a que se filiara, passara aos portugueses revolucionários, declara: “Em terceiro lugar, tomava lugar entre os espectadores e não entre os espoliadores, porque a guerra da liberdade foi nos processos um formidável roubo. A fé impelia menos que o amor ao ganho” (163).

Além da saída de Nassau que é, inegavelmente, estímulo importante para a revolta, outros fatos contribuem para a concretização e vitória do movimento revolucionário.

(162) *Fastos pernambucanos* — pág. 87.

(163) Padre Manuel de Moraes — *Anais do Museu paulista*. 1927, vol. II.

O exército holandês enfraquecia-se com os pedidos frequentes de demissão. Já na época de Nassau havia este pedido refôrço para o exército, pleiteando que as tropas fôsem compostas de sete mil homens. Mas o seu pedido não foi atendido, como também as providências que sugeria sôbre o licenciamento dos soldados. De tal modo essa situação se agravou, que, em 1642, Nassau se insurge contra a redução de tropas exigida pela Assembléia dos 19.

Mas ao lado dessa redução da fôrça militar, ainda o estado moral dos soldados tornava mais precária a manutenção da conquista. Havia soldados da Companhia e soldados do govêrno, porquanto este se incumbira na organização da Companhia das Indias Ocidentais de fornecer socorros militares, quando necessários. Pois bem, os soldados do govêrno não odedeciam aos membros do Conselho Supremo, por considerá-los "apenas seus pagadores". Estas tropas não davam importância ao Conselho o que, evidentemente, prejudicava as operações militares, pela necessidade de comando separado. Muito contribuía, também, o espírito mercenário dos soldados, pois são inúmeras as deserções no campo holandês (164).

A situação dos holandeses em luta era a mais precária possível, devido à falta absoluta de recursos bélicos e de víveres, tornando difícil o ataque

(164) Vide notas suplementares n.º 26, 27, 27-a, 27-b.

ao campo inimigo. E não só o ataque, a própria defesa dos fortes mais afastados, e alguns importantes como o de Maurício no S. Francisco, zona de abastecimento, era feita com grandes dificuldades, resultando, quase sempre, na perda dos redutos.

Para tudo isso colaborava ainda mais a situação da política internacional. A Inglaterra, aspirando o domínio absoluto dos mares, iniciava a luta tremenda com a Holanda, em disputa da hegemonia marítima. (164-A) Cromwell, sagaz, não lutava sómente na zona europeia com o poderio holandês; procurava auxiliar a revolta das colônias holandesas. A prova de que ajudava Portugal na reconquista das suas colônias, dominadas pela Holanda, está no apresamento de navios ingleses que vinham trazer ao Brasil recursos alimentícios e bélicos para a luta. Em 1647 foi apreendido um navio inglês que, carregado de vinhos, farinha e munição, se dirigia à Baía. O rei de Portugal contratara com negociantes ingleses o transporte de recursos sob pagamento de açúcar. E assim fica esclarecido que não só o govêrno português procurava, secretamente, auxiliar os rebeldes de Pernambuco, como contava com a ajuda da Inglaterra, que compreendia a importância enorme das colônias na vida econômica. E' bem verdade que o auxílio português foi de pouquíssimo valor se levarmos em conta as com-

(164-A) Vide Edmundson, G. — *Anglo-Dutch Rivalry*, pág. 84.

binanças diplomáticas com a Holanda, as quais tinham por fito a venda de Pernambuco a esta nação (165.) (Vide nota Suplementar n.º 27.^a).

Dêste modo, tendo a Holanda de sustentar uma guerra de tantas responsabilidades para a sua vida internacional, via-se impossibilitada de auxiliar o govêrno holandês no Brasil. A falta de víveres, de recursos, de munições levava ao desespêro as autoridades e fôrças bätavas do Brasil. O número de soldados que passam para as fileiras rebeldes é grande, e vem citado em quase todos os diários escritos na época. Mas, não eram só os soldados que se bandeavam. Os próprios oficiais não se pejavam de mudar de bandeira. Em 1646 oferece o govêrno holandês anistia a todos os rebeldes, de qualquer estado ou condição, exceto a Dirck van Hoogstraten, Albert Gerritz Wedda, Gaspar Wanderley e todos os outros que tendo desertado do serviço da Holanda fizeram causa comum com os rebeldes (166). Gaspar Wanderley devia à Companhia das Indias Ocidentais a enorme soma de cento e trinta mil setecentos e oitenta e cinco florins. Além disso, era êle casado com filha de senhor de engenho, e, assim, colocava-se ao lado dos seus interêsses particulares e de família.

(165) Veja-se o que escreveu Vieira sôbre a situação portuguesa na época — in J. L. d'Azevedo — pág. 79. História de Antônio Vieira. Vide também Doc. Hol. vol. IV — pág. 188.

(166) Anistia — 1-12-46 Doc. Hols. Vol. IV.

Quanto aos judeus, é sabido que, naturalmente, se puseram à disposição do govêrno holandês (167) Handelmann se refere ao esforço judaico no sentido da conservação do domínio holandês. Diz êle: "... e se não fôsse o patriotismo dos judeus, que repetidas vezes fizeram grandes distribuições de dinheiro á guarnição certamente, como em muitos outros lugares, teria dado ouvido aos sedutores oferecimento de dinheiro e vendido os seus postos aos inimigos".

O fato é que os soldados queriam capitular e teriam concretizado essa aspiração se não fôsem as "instantes súplicas dos judeus que a preço algum queriam voltar de novo ao jugo portugês". (168) Mas o judeu colocava-se inteiramente ao lado do govêrno holandês não como *judeu* (elemento racial) e sim como mercador, ou em defesa de sua "liberdade divina". Quase todos os judeus eram mercadores e, como tais, seus interêsses entravam em choque com os interêsses rurais dos senhores de engenho. Além disso, o receio da inquisição os levava para a luta contra os rebeldes pernambucanos. Porém, no quadro dos conjurados rebeldes já vimos um judeu, e outro, Manuel da Costa, passa-se também para as hostes dos revolucionários.

(167) Vide nota suplementar 28. Havia no Recife 5.000 judeus. Bloom, obr. cit., pág. 141.

(168) *História do Brasil*, pág. 240. É preciso não esquecer Jorge Homem Pinto que se associou às forças revolucionárias.

(169). E o interessante é que o diário nos fala de soldados holandêses, presos, ao quererem passar para o lado dos senhores de engenho e de outros que praticam atos de *sabotagem*, “envenenando gêneros, encravando peças do forte de Afogados e tocando fogo nos quartéis, os quais, ao serem julgados, acusaram os judeus, que eram então presos. Estes judeus que se bandeiam são, em sua maior parte, senhores de engenho, ou com estes têm identificado os seus interesses econômicos. Porque alguns, não sendo pagos pelos proprietários rurais, apossavam-se de engenhos por meio de execuções judiciárias, e outros já eram na época anterior à conquista holandêsa, senhores de engenho. (170) Tanto se distinguem os judeus como proprietários rurais ou mercadores, que João Fernandes Vieira em proclamação avisa-os que teriam quartel si se colocassem do lado português e morreriam se permanecessem ao lado dos bátavos. Não era por questão racial ou mesmo religiosa que os judeus eram atacados, mas, sim, por serem homens abastados pertencentes à classe mercadora, que tanto prejudicava os interesses econômicos e políticos dos

(169) Rev. do Inst. Hist. Geog. Pern. — 8-5-46 — 1887 — Vol. XXXII — pág. 121.

(170) Solidônio Leite Filho — *A dispersão dos judeus brasileiros, in Os judeus na H. do Brasil* — pág. 19. Vide: *The Economics Activities of the jews of Amsterdam in the Seventeenth and Eighteenth Centuries.* H. J. Bloom. The Bayard Press, 1937, pág. 128 e pág. 138.

senhores de engenho. Tanto assim, que vemos num historiador como Taunay a seguinte afirmação: “Os bens dos holandeses e judeus de Pernambuco foram postos à saque, não tanto por pertencerem a inimigos da santa religião, mas por pertencerem a inimigos abastados”. (171)

Naturalmente se colocara, ao lado dos holandeses, a maior parte, devido aos seus interesses econômicos. Estes estavam com a defeza da economia urbana dos holandeses porque em sua maioria eram mascates e prestamistas. (172)

O movimento revolucionário foi, pois, induzido e estimulado pela situação econômica ruïnosa dos senhores de engenho e era de fato uma luta entre senhores rurais e mercadores da cidade. Naturalmente não tem feição nítida e clara de uma luta de classes, porque outros fatos se ajuntam para disfarçá-la. O problema religioso, com que engodavam muitos homens da classe escrava e trabalhadora, disfarça-la-á aos olhos dos historiadores numa luta entre nacionais católicos e invasores heréticos.

(171) *Anais do Museu Paulista* — Padre Manuel de Moraes — 1925 — Vol. II.

(172) Vide nota suplementar n.º 29. João Ribeiro — *Notas de um Estudante* — pág. 192. O governo liberal dos holandeses era, sem dúvida, motivo importante. A situação econômica de alguns judeus era bastante precária. Jorge Homem Pinto devia muito à Companhia. Vide, Bloom ob. cit. pág. 138, 139. É de se notar que alguns judeus estavam em má situação financeira por serem credores dos senhores de engenho insolventes.

O clero tomou parte saliente na luta; as cartas e proclamações vêm sempre assinadas por padres. A êsses, principalmente, coube a propaganda da revolução, não só entre os próprios senhores de engenho menos ousados, como entre as classes trabalhadoras, tanto livres como escravos, que não tendo motivos de revolta talvez se deixassem, alguns, levar por sentimentos religiosos, e outros fôsem coagidos a pegar em armas.

Mas que ha um descontentamento geral dos grandes proprietários não resta dúvida. O padre Antônio Vieira, no parecer que escreveu ao rei de Portugal, diz que os principais promotores da guerra foram os que tomaram muito dinheiro aos holandeses, e não puderam e não quiseram pagá-lo. Não só êsse problema das dívidas foi o motivo determinante do descontentamento da classe rural. As medidas tomadas por Nassau na Assembléia de 1640 em prol da policultura eram consideradas prejudiciais aos interêsses rurais dos produtores de açúcar. Vimos que inúmeras são as queixas contra a obrigação de plantar mandioca e que quase todos os distritos rurais se manifestam contra a policultura. E', assim a tendência de policultura do govêrno, mais um motivo de revolta. (173)

Dissemos também que os dizimos os revoltavam. Pois bem, é o próprio Calado quem afirma

(173) Ver meio rural.

que lavra o descontentamento devido aos “vários dízimos e pagamentos que deviam fazer no transporte de açúcar”. As canoas que o levavam a Recife, os trabalhadores que o carregavam para bordo, tudo era razão para cobrança de dízimos.

Outro fato era a apreensão das safras de açúcar. A Companhia afim de evitar a pluralidade dos credores, que talvez procurassem vender os engenhos, separando-os dos seus instrumentos acessórios, apreendia a safra até o pagamento final dos créditos. Talvez como esclarece, Nieuhoff, o fim da Companhia fôsse salvar a crise financeira, evitando o abuso de dívidas. O fato era que êsses casos conduziam à revolta os senhores de engenho. Todos êles sentiam-se diminuídos na sua antiga preponderância política e ofendidos em seus interesses econômicos. Souto Maior resumiu as causas do movimento baseado, aliás, como fizemos, no relatório de Nassau em: baixa do açúcar, alto preço dos gêneros, luxo, grandes dívidas com intenção de não pagar, quebra do padrão de moeda que consideravam medida prejudicial à colônia, juros altos, a que se adicionavam no fim do mês, os juros capitalizados, de sorte que em dois ou três anos montavam a 200% e mais. Vemos que as causas coligidas por Souto Maior confirmam o que temos sustentado — os lucros dos negociantes da cidade e os

prejuízos dos senhores de engenho provocando o conflito de classe.

Êsses mercadores estavam em situação tão próspera que os soldados não queriam ir mais para a frente de combate, preferindo saquear as casas gordas da cidade.

Parece-nos que o problema está claro. Que os documentos e fatos que citamos comprovam a nossa asserção. A luta será sanguinolenta, forte e os senhores de engenho levarão desde o início uma vantagem essencial — recursos de víveres. Dir-se-á que os holandeses de posse do pôrto e da zona costeira terão mais facilidades no provimento de víveres, mas a luta com a Inglaterra impedia que da Holanda se enviassem gêneros necessários. A falta de abastecimento é acentuada em tôdas as crônicas de guerra. Os holandeses falam sempre da fome que lhes impossibilita ação mais eficiente. As rações são pouco a pouco diminuídas. Os poucos holandeses que se entregam à vida rural se veem obrigados a abandonar suas plantações e retirar-se para os fortes. E, assim, uma vêz que êsses, seus compatriotas, que talvez os pudessem auxiliar com a cultura de certos gêneros, abandonam os campos, e a miséria de víveres torna-se geral do lado holandês. São os navios tão raros, que quando de uma feita dois chegam ao Recife, o contentamento é tão grande que êles mandam cunhar moedas comemo-

rativas ao auspicioso acontecimento. Durante algum tempo, o Rio Grande fornece alguma farinha para o Recife sitiado, mas esta pouca farinha que lhes chega ainda é especulada pelos negociantes, tornando-se preciso ordens severas para proibir os abusos. O açúcar também vai-se tornando caro e de alto custo; tanto assim que o diário diz: “se continuar dêste modo, haveremos de fazê-lo vir da pátria”. Naturalmente o recurso aos víveres do lado português não será de todo suficiente. Em face, porém, da escassez dos centros holandeses, as possibilidades que oferecem as pequenas roças facilitam melhor alimentação.

Nesta época foi que apareceu a epidemia a que já nos referimos em outro capítulo.

Quanto aos chefes dirigentes da luta, embora já tendo mostrado que êles são em sua maioria senhores de engenho, queremos ainda referir-nos à situação pessoal dos que têm sido levados como heróis do movimento. (174)

João Fernandes Vieira de há muito já desceu do pedestal em que o colocaram Manuel Calado e Rafael de Jesús, contratados pelo grosso ricoço para “louvar os seus feitos heróicos”.

Com a publicação dos “papéis inéditos” de Alberto Lamego a que já nos referimos, João Fernandes Vieira perdeu o prestígio que lhe haviam dado

(174) Vide notas, suplementares 29, 30, 31 e 32,

os historiadores. Foi pena que o govêrno de Lisboa ordenasse que o processo contra Vieira fôsse arquivado em "lugar em que não pudesse ser visto" porque assim ter-se-ia impedido que as louva-minhas fôsem repetidas por todos os escritores nacionais e mesmo estrangeiros. (175)

Foi Varnhagen o primeiro que deslocou de João Fernandes Vieira para André Vidal de Negreiros o papel central do movimento. Taunay declara: "João Fernandes Vieira desde há muito desceu da posição em que o collocaram, principalmente depois da descoberta dos documentos do arquivo do ultramar, realizada por Alberto Lamego". (176) Mas não só no fato de se lhe haver tirado as virtudes, que os homens da nossa história lhe haviam dado, a mudança foi sensível, e sim em se ter descoberto as suas falcatruas e roubos. Taunay, a quem seguimos nessa descrição, diz: "a êste (referindo-se a João Fernandes Vieira) coubera a parte de leão no confisco dos bens dos vencidos. Para si tomara muitas casas, olarias, escravos, pau-brasil e gado". Contribue o processo de Manuel de Moraes para que se consolide essa reputação moderna do madeirense. Por ordem cronológica parece ter

(175) Um exemplo de escritor estrangeiro. Dawson Thomas C. — *The South American republics. The history of the nations.* N. York. London — G. P. Putmans — 1903-1904 — 2 vols.

(176) Taunay — *Padre Manuel de Moraes* — *Anais do Museu Paulista* — 1927 Vol, II,

res da guerra. Enriqueceu-se com os engenhos confiscados aos seus patrícios pelos holandeses e depois de ter conseguido grandes empréstimos resolveu colocar-se ao lado da Revolução, para não pagar o meio milhão que devia. E não só João Fernandes Vieira caiu no conceito moderno dos pesquisadores. Martim Soares Moreno procedeu em menor escala, do mesmo modo que João Fernandes Vieira em relação aos bens confiscados. Antônio Dias Cardoso refez a sua fortuna e, o que mais surpreende, Antônio Filipe Camarão ficou com cinco escravos. Henrique Dias traficava desmontando engenhos, transportando-lhes mecanismos e ferramentas e vendendo tudo. E, mais, fizera-se negreiro o famoso cabo de guerra. Além deste fato devido ao processo de Manuel de Moraes, queremos chamar a atenção para um documento, que se acha na revista de Pernambuco, referente às atividades de Henrique Dias. É uma carta do governador do Brasil ao Rei, em que se declara que Henrique Dias, além de desejar ir para Angola, traficar, naturalmente, com negros, e de querer passar com os seus soldados negros para o lado holandês, quis atacar uma “povoação de escravos fugitivos, a que chamam mucambos dos Palmares, nos confins do rio S. Francisco, e que era provável dissimular-se a jornada assim pela ambição da presa”. (177)

(177) Vide documentos anexos.

O próprio André Vidal de Negreiros, quando esteve em Portugal para comunicar-se com o Rei, ao despedir-se recebeu do soberano a promessa formal do govêrno do Maranhão, logo que se restaurasse essa capitania (178). Mas a sua figura ainda é considerada, de certo modo, como a de um idealista da restauração pernambucana. Southey considera-o como um dêsses homens superiores a tôdas as considerações de egoísmo e título; honras e riquezas nada eram aos seus olhos quando se tratava de servir à sua terra, por isso considera-o como chefe real da Revolução. E, assim, quase todos os historiadores o descrevem.

A luta é, pois, inegavelmente, um conflito entre as classes rurais e as classe urbanas e não um *movimento nacional*. Não há na época caráter nacional, porque os mestiços brasileiros ou filhos de portugueses ainda são considerados inferiores. O reinol não suportava o portugûês nascido no Brasil, dando-lhe alcunha pejorativa — mazombo. Êste também não tolerava o mameluco, o mulato, o cabloco e estes, por sua vez, consideravam-se superiores aos negros importados da África. “Em summa, dominavam fôrças dissolventes, centrífugas no organismo social: apenas se percebiam as diferências em terras brasílicas o primeiro dos aproveitados

(178) *Fastos pernambucanos* — pág. 93 e João Lucio de Azevedo — *H. do P. e Ant. Vieira* pág. 175,

ças, não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade. (179)

Seria avançar em demasia afirmar um sentimento nacional ao pernambucano daquela época, quando o fato nacional estava apenas aparecendo na Europa. É no século XVII que o caráter nacional da economia sobrepuja o caráter local das cidades e vilas. Havia até então o domínio do município sobre o nacional e é somente neste período que surgem os exércitos permanentes ao serviço da nação. Com êsses exércitos iniciam-se as lutas pela unidade nacional e a Holanda é um dos primeiros países a tomar a figura política de uma nação. Será, pois um excesso de preconceito nacional querer ver aí um movimento nacionalista. “No Brasil do século XVII não se encontraria ainda nenhum indício de consciência nacional brasileira”. (180) O movimento não teve êsse objetivo, mas foi, como dissemos, uma revolta motivada pelos prejuízos que a classe rural sofria com a administração holandesa.

Cabe, pois, razão a Barbosa Lima S.^o, quando considera absurdo e extravagante atribuir-se as lu-

(179) Capistrano de Abreu — pág. 79 — *Capítulos da história colonial*.

(180) Barbosa Lima Sob.^o — *O tri-centenario* — pág. 51.

tas contra os holandeses à preocupação de assegurar a unidade da pátria brasileira. (181)

Não há entre os insurgentes essa idéia nacional, tanto assim que os preocupa muito saber se o governo português está disposto a ajudá-los. (182) Quando a guerra termina com a vitória dos pernambucanos, aí, sim, pode-se notar que ela irá influir na formação do espírito nacional. “Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos”. (183)

A vitória irá congregiar os homens aqui localizados para só mais tarde acentuar nos nacionais o espírito de independência e rebeldia contra “Portugal que tudo leva do Brasil, que tudo dá”. E’ essa também a opinião de Brandenburger, quando declara: “Na história do período colonial também há fatos que muito concorreram para a independência do Brasil principalmente depois da guerra contra os holandeses, em que se fortificou notavelmente a consciência brasileira”.

(181) *O Centenário da chegada de Nassau* — B.Lima Sob.º — Recife — 1936, pág. 53.

(182) Segundo Henri Hauser (art. in *Jornal do Comércio*, 22-8-937, p. 7) a própria palavra *patriota* surgiu pouco antes das lutas holandesas para designar os defensores da pátria contra os tiranos. (*Nota suplementar*). Veja-se também *La preponderance espagnole* — do mesmo autor, pág. 532.

(183) Capistrano de Abreu — *Capitulos da Historia Colonial* pág. 108.

Em 1668, dizia o enviado da Baía em Lisboa: “O Brasil progrediu muito em quarenta anos de guerra ininterrupta; seus habitantes, além de sofrerem os ódios dos inimigos na defesa da cidade, suportaram misérias infinitas, a maior parte dêles se salientou por uma bravura excepcional e pelo sacrifício a que se sujeitou”. (184)

REVISTA DO INSTITUTO DE PERNAMBUCO,
1887/1890

*Carta do governador do estado do Brasil a
Sua Majestade — 19-5-1645*

“Para evitar alguns desacertos que alguns soldados de Henrique Dias faziam nesta praça e desviar a infantaria que assiste de guarnição no porto do Rio Real, lhe ordenei que fosse com todos para elle, não lhe admitindo as causas com que quasi o repugnava por suas conveniencias; sentido desta mudança, e de eu não o haver enviado a Angola, como pretendia e de outros motivos de muito menor momento, se passou em uma noite com os ditos seus soldados a parte dos holandeses. E, suspeitando mestre de campo André Vidal de Negreiros que neste accidente se achou por aquelas partes (donde havia ido com licença minha a particulares proprios) que bastariam demonstraões exteriores suas para granjear mais favor, mandou em seu seguimento ao Capitão-mór D. Antonio Felipe Camarão com

uma trópa de índios bastante ao reduzir por violencia, quando não quizesse obedecer-lhe e sujeitar-se a segurança com que de minha parte promettia perdão do excesso, e melhoramento de sua pessoa, de que me deu logo conta por carta, cuja copia envio a V. M. . . . chamei a conselho, e considerando-se nele o animo que o dito Henrique Dias trazia de ir dar em uma povoação de escravos fugitivos, a que chamam mucambos dos Palmares, nos confins do rio S. Francisco e que era provavel que dissimulasse a jornada assim por ambição da presa, como por saber que lhe não havia eu lhe dar licença para ela, se teve por conveniente, que se não mandasse mais gente em seu alcance, tanto por não lhe acrescentar a desconfiança como porque a não tivesse os holandeses de que se alteram com sua entrada na terra que possuem o socego da paz: do que se fez o acento cuja copia envio a V. M. Escudado (?) Eu na opinião de todos, por a tardança do dito capitão-mór e por ser grande a distancia dos Palmares, que se congrassaria com Henrique Dias para aquella assaltada, temendo que por ambos haverem excedido, se deveriam ficar por aquelas brenhas, donde. . .

Antonio Telles da Silva" (185)

(185) Esta carta é, pois, anterior ás proclamações do governo holandês e à resposta de Henrique Dias.

Traslado de l assento que se tomou em presença do governador deste Estado do Brasil sobre a carta que escreveu o tenente de Mestre de Campo Geral André Vidal de Negreiros em que dá conta de ser fugido Henrique Dias.

Em os 31 mez de Março de 1645, nessa cidade do Salvador Baia de Todos os Santos, nos paços de sua Magestade mandou o Snr. Governador Capitão Geral deste Estado Antonio Teles da Silva chamar a sua presença os Mestres de Campo João de Araujo, Francisco Rebelo e os Tenentes de Mestre de Campo Gral P.^o Corrêa da Gama e Antonio de Freitas da Silva e os Sargentos Móres João Rodrigues de Souza, Domingos Delgado e Gaspar de Souza Uchôa e o Provedor Mór da Fazenda de sua Magestade Sebastião Parriz de Brito, e o Dr. Antonio da Silva e Souza Ouvidor Geral, Provedor Mór dos defuntos e ausentes, o Procurador da Fazenda e Corôa deste Estado, e sendo todos assim juntos he mandou lêr huma carta que havia decidido o Tenente Mestre de Campo André Vidal

de Negreiros que está na fronteira do rio Real, em que diz que em 25 deste mes de Março pelas 2 horas depois da meia noite, fugiu Henrique Dias, daquela estancia com toda a sua gente, e que vai a trilha dela na volta de Pernambuco e que como tinha a estrada provida com seus soldados não foi sentido, nem o soube senão depois de claro dia, e que antes de fugir se queixava do Snr. Governador por não lhe dar licença para vir ver seus filhos e mulher e que estava morrendo e que nunca lhe deram nada da Fazenda Real, mas que servirem-se dele como se fôra cativo, e que a semana antecedente o quizera mandar preso por estas e outras liberdades que dizia, mas nunca lhe pareceu que fizesse huma coisa tão mal feita, mas que como nêgro que era merecia hum grande castigo para exemplo dos mais; que logo mandava o Camarão trazer com os seus indios para que o tragam prêso, e a bom recado, ainda que custara algumas mortes, de huma e outra parte, que considerassem os ditos Ministros porque lhe parecia se devia fazer no cazo e lhe dessem seus prazeres.

E em vista a ditta carta, e considerado o caso botaram cada hum o que lhe pareceu, e concordaram que o Tenente de Mestre do Campo Geral André Vidal Negreiros tinha feito o que naquelle frangente se podia fazer, e posto que caso era feito, e merecedôr de grande castigo, se o prendessem, por ora não se podia mandar mais gente em seu segui-

mento porque se tinha assim danado em se passar aos Holandeses, já tinha tempo de estar no Rio São Francisco para Pernambuco de 25 deste té agora que cá chegou o aviso, e em tornar lá estaria mais longe e que se prenderem então se tratará do castigo que merece e quando o não prendam e deserto se saiba que foi para os Holandeses ou se passou a Pernambuco a roubar e fazer outros malefícios, será bom avizar aos mesmos Holandeses que vai levantado e fugido, para que se o prenderem prender o castiguem como tal.

E o Snr. Governador se conformou com o mesmo parecer e resolveu que assim o fizesse e mandou disto fazer este assento que assinou e os ditos ministros, e eu Gonçalo Pinto de Freitas, escrivão da Fazenda de Sua Magestade o escrevi. Antonio Telles da Silva, João de Araujo, Francisco Rebello, P.º Corrêa da Gama, Antonio Freitas da Silva, João Rodrigues de Souza, Domingos Delgado, Gaspar de Souza Uchôa, Sebastião Parriz de Britto, Antonio da Silva e Souza; o que asento eu Gonçalo Pinto de Freitas escrivão da Fazenda d'El Rei N. Senhor deste Estado do Brasil, fis trasladar do proprio que fica em meu poder no que derem os assentos das juntas e conselhos a que me reporto com que esse traslado concertei; e subscrevi e assinei na Baia em 1 de Abril de 1645.

Gonçalo Pinto de Freitas.

SÍNTESE FINAL

CIVILIZAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL

Quando se estuda a tentativa da colonização holandesa no Brasil é mister que se tenha em vista a cultura política e social do povo holandês, porque sem isso não podemos compreender os motivos que aquí o traz, como o padrão de civilização que êle procura adaptar ao Brasil colonial.

Na época em que os Países-Baixos se dividem e a Holanda consegue libertar-se do jugo espanhol, a vida holandesa havia atingido um alto grau de prosperidade econômica e, conseqüentemente, sua vida artística e intelectual alcança brilho fecundo. A rica burguesia que aí já dominava, composta de especuladores da bolsa, de mercadores, de homens de negócio, havia se apoderado do poder e imprimido à orientação política um sentido não democrático, mas sim aristocrático. (186) A população

(186) Quando o calvinismo se apodera do govêrno, suas intenções são evidentemente democráticas e de certo modo radicais. Esse calvinismo que lutava pelo poder, correspondia ao interêsse da burguesia e trazia em suas fileiras todos os plebeus

urbana, o povo, em geral, que tanto havia contribuído com seus esforços e até com o seu sangue para o advento do calvinismo ao poder, dêle se vêem despojados. A Holanda é, pois, um país burguês onde mesmo se inicia a aurora da época capitalista.

Pela sua situação geográfica, pelo desenvolvimento do comércio e, principalmente, pelo domínio dos mares, apresenta-nos a Holanda o espetáculo de um país que, em pleno século XVII, assume feição caracteristicamente capitalista. Não foi menor o contingente que a êsse desenvolvimento trouxe o calvinismo. Porque, conforme muito bem acentuam alguns pensadores, a Reforma apresenta características diversas nas suas repercussões e conseqüências sociais. Os luteranos, embora protestantes, não são revolucionários, não atacam a igreja e o estado, como os anabatistas que os consideravam centros de opressão social. O calvinismo é radical, mas ao invés de atacar a organização social como os modernos revolucionários, pretende

que esperavam com essa nova religião melhorar sua sorte. Tanto assim, que a constituição da igreja de Calvino é democrática e republicana, e parecia satisfazer em parte as reivindicações das classes pobres que se haviam filiado anteriormente ao *anabatismo* muito mais revolucionário do que o calvinismo. Mas os ideais do calvinismo são políticos e não sociais. Dêste modo, mais tarde, com o desenvolvimento das cidades holandesas, não era mais possível satisfazer a organização política às aspirações antagônicas da grande burguesia e das classes inferiores e, conseqüentemente, o espírito da organização política não é popular e sim burguês. Vide Pirenne — “Les démocraties aux pays bas; Boehmer, *Les Jesuites* (trad. de Monod).

substituir a igreja papista pela igreja reformada, a que se deve subordinar a ordem laica. O calvinismo foi, assim, um vigoroso estímulo à organização da Holanda.

Mas o calvinismo não influe só sobre a vida interna da nação. Assume feição mercantil e defende a política colonial. Há na orientação das conquistas coloniais influência acentuadamente calvinista, porque sabemos que o calvinismo domina a vida política da nação e tem um programa avançado no sentido das conquistas coloniais.

Reconhece-se de início que o sistema colonial é um fator importante para o desenvolvimento do capital. "*As sociedades de monopólio contribuíram poderosamente para a concentração capitalista*", afirma um pensador do século passado. Nas colônias encontram mercados para o consumo de suas manufaturas. Assim, é necessário seguir política de conquista e de ataque às possessões coloniais e, principalmente, àquelas onde a pilhagem possa ser proveitosa. Organizam-se sociedades por ações, cujo fito é, pela pilhagem e pelo homicídio, multiplicar o capital que acumulam. Aplicando êsses grandes capitais nas conquistas marítimas, os mercadores holandeses iniciavam a série interminável dos imperialismos. Ontem, com o fim de propagar e implantar a única religião "verdadeira" e, hoje, para levar a "civilização". Deste modo o sistema colonial era outro elemento com que se ali-

mentava e acumulava o capital. Mas êsse desenvolvimento do capitalismo trazia consigo conseqüências importantes para a organização política. Surgia a centralização monárquica, e o particularismo urbano, (característico da democracia medieval) desaparecia para dar lugar ao caráter nacional da vida econômica.

Quando, pois, no início do século XVII, a Holanda inicia suas excursões às costas brasileiras, não a seduz nenhum espírito sério de colonização. Não se vê nelas o sentido de uma verdadeira criação colonial. Os lugares escolhidos são os que melhor servem ao saque e à pilhagem. Sabemos, é verdade, que alguns homens de visão haviam proposto que se tentasse aquí a organização de uma nova Holanda, onde os trabalhadores rurais pudessem encontrar uma vida mais segura do que na velha Europa. Também, é certo que a conquista de mercados é a tarefa especial do século. Ora, essa só se poderia conseguir com o domínio sôbre o local conquistado, onde colocavam os seus produtos e retiravam a matéria prima ou gênero de que necessitavam, mas, mesmo assim, não há o pensamento de concentração de esforço para o estabelecimento de uma colônia. Apenas o saque e a pilhagem têm uma base mais segura e estável, uma organização apoiada numa zona determinada.

Nem se reprove essa atitude, porquanto a pilhagem, baseiando-se na fôrça e na violência, estava

no espírito da época. Eram as guerras coloniais verdadeiras lutas comerciais e atacando, assim, as possessões espanholas, êles disputavam com os ibéricos a posse do domínio comercial dos mares.

Os mesmo não se verificou, é certo, com os portugueses. Estes, embora na época que iniciam a conquista e colonização, tivessem também visão comercial e fôssem dirigidos por uma minoria burguesa de mercadores, afastam-se dêesses rumos para “reviver os métodos de como que auto-colonização aristocrática e agrária aplicados ao próprio Portugal, ao território reconquistado aos mouros”. (187)

Não queremos tentar uma comparação entre a colonização rural dos portugueses e a colonização urbana dos holandeses. O problema não poderia ser resolvido por falta de dados e caíria no campo conjectural, porque só consideramos como colonização o período Nassoviano, aliás, tão curto. Por isso, essa comparação deve ser considerada como um problema mal pôsto. Referimo-nos ao período nassoviano, porque antes, embora os regulamentos promettessem liberdade de consciência e de vida, não há mesmo, tendência verdadeiramente construtiva.

Gilberto Freyre considera, também, difícil a conclusão em termos de raça e de cultura da superioridade da colonização holandesa sôbre a por-

(187) Gilberto Freyre — *Casa grande e senzala*, pág. 210.

tuguesa. Tomando por base o período nassoviano, no qual ainda se pode ensaiar uma comparação, achamos que ela deve ser feita em termos econômicos, porque o tipo de colonização para aqui trazido, foi determinado pelas circunstâncias econômicas do povo conquistador. A Holanda, burguesa e comercial, capitalista e marítima, tinha a visão urbana das grandes cidades marítimas do mar do Norte. Eles vêm tentar a primeira colonização urbana na América. Tanto assim que em todos os cronistas holandeses, principalmente, e estes, no caso, mais nos interessam, vemos a referência de que os holandeses se estabelecem nas cidades, servindo como mercadores, taverneiros e exercendo alguns ofícios. (188)

Os que têm capitais não os aplicam à agricultura, pois nessa sempre fracassam, como é exemplo o caso de Itamaracá, onde tentaram, sem dúvida, a maior colonização rural. O seu fracasso é considerável, arruinando-se em sua maioria. A pecuária também não os seduz, pois Verdonck declara que poucos são os que se ocupam da criação do gado. E é por isso que os que tem cabedais, dedicavam-se a emprestar aos moradores portugueses, que quase arruinados, voltavam às suas plantações.

(188) Wätjen — também declara que os homens que vêm da Europa para o Brasil, não se entregam à lavoura e começam a encher os bairros de Recife, in *Notas de um estudante* de João Ribeiro.

O desastre daquela tentativa rural é explicado pelos cronistas flamengos em termos econômicos e não por fatores antro-po-geográficos. Naturalmente não se trata mais de um regime característico da democracia urbana, em que há domínio absoluto da cidade sobre o campo. O regime urbano que agora vigora, respondendo às necessidades profundas da vida social, é nacional e não mais local.

São, assim, estas as características do pensamento social holandês, quando, no curto período de esforço colonial, procuram transplantar e adaptar ao Brasil o regime urbano. Foi, pois, essa tentativa um produto de circunstâncias sociais e econômicas. Quando Nassau aqui chega, verifica que está num país de economia agrária e latifundiária, de monocultura, onde portanto, deverá fazer concessão ao seu espírito urbano. E' dêste modo que Nassau procurando conciliar os interesses comerciais que representam os holandeses com os interesses rurais da economia patriarcal do Brasil, realiza a Assembléia de 1640. Ella não tem outra significação social. Tentativa de conciliação entre o campo e a cidade, dentro da economia colonial que, por sua vez, faz parte do conjunto econômico da nação, e não como querem os historiadores, tentativa apenas de conciliação entre nacionais e estrangeiros. Porque o elemento nacional não existe propriamente, mas, sim, os interesse rurais dos portuguezes aqui localizados. Depois de consolidada a conqui-

ta e restabelecida a ordem, Nassau procura contemporizar os interesses dos senhores de engenhos com os burgueses e mercadores da cidade nova, por êle construída. Evidentemente, há nessa reunião a tentativa de integração do holandês na economia agrária do país.

Gilberto Freyre demonstrou cabalmente, na sua obra "Casa grande e senzala", que a nossa formação econômica se fez sob a base da monocultura do açúcar no nordeste, durante o período colonial, e monocultura do café no império e, ainda hoje, na república. — No prefácio daquela obra se diz que o "Açúcar não só abafou as indústrias democráticas do pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, numa grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e pecuária". Mais tarde o café produziu e produz os mesmos males, no sul. Pois bem, Nassau teve a visão panorâmica destes males. Procurou corrigi-los, revelando vistas econômicas superiores ao seu século. Assim no encerramento da Assembléia de 1640, disse Nassau "estas terras são produtoras de vários frutos e drogas preciosas que muito se estimam na Europa e de que entretanto os moradores não fazem caso; ou pela sua falta de curiosidade, ou por causa da abundância do açúcar. Dêstes frutos e novidades há os que vêm de si mesmo, sem que se tenha o trabalho de cultivá-los e muitos

moradores que, por sua penúria, não são capazes de fabricar o açúcar, e, por isso, vivem na miséria, bem poderiam ocupar-se com a cultura do algodão, do indigo, anil, etc. (189)

O custo caro dos engenhos e a falta de terras impossibilitavam essas culturas outras, mas, isso não impedia que Nassau combatesse pela policultura. Parecia incongruência falar-se de falta de terra, mas lá está em Capistrano, nos capítulos das *História Colonial*, pág. 76: “Acima dêste rebanho (referindo-se aos escravos) sem terra e sem liberdade, seguiam-se os portugueses de nascimento, sem terra, porém livres”.

Mas não só na vida econômica trazem um outro padrão os colonizadores do norte da Europa. No sentido cultural êles sobrepujam em todos os elementos o colonizador português. Não estamos afirmando que melhor seria essa “cultura” mais adiantada, porque como já dissemos, não só ela pecaria pela base econômica, que é o “centro vital” de todo o conjunto cultural e condiciona, de maneira mais profunda e irresistível, os outros fatores culturais”, como também, afirmamos ser esta comparação insustentável pela falta de base. De fato, a economia agrária do Brasil colonial não poderia apoiar e suportar um conjunto de elementos

(189) Atas, trad. de José Higino, *Rev. do Inst. de Pernambuco*, n.º 31, pág. 36.

culturais tão marcadamente em desacôrdo com ela. (190)

A vida material e espiritual do povo português está em harmonia com a economia patriarcal de Pernambuco, quase feudal.

A habitação, a alimentação, a indústria, os meios de transporte, a família, o direito, as crenças, as artes e ciências e a medicina da época, são condicionadas pela economia da base agrícola, latifundiária e de monocultura. Assim, embora reconhecendo, que, a cultura portuguesa estava de acôrdo com a base economica e que, portanto, era a única capaz de levar avante a obra de colonização, somos obrigados a verificar, que o domínio holandês marca o primeiro contacto com uma cultura mais avançada e mais adiantada. A cultura norte-européia. O sentido da europeização tem sua primeira manifestação nesse período, através de uma série de infecções daquela cultura do norte da Europa. (191)

O contacto se faz com uma cultura mais fina, mais intelectual, mais artística e também burguesa e industrial.

(190) Convém, contudo, não confundir os complexos culturais de um meio urbano sujeito a um constante influxo de elementos exóticos e por natureza *instáveis*, com o aspecto cultural das regiões econômicas, que oferecem uma *estabilidade* fisiômica.

(191) Gilberto Freyre — *Sobrados e mucambos*, pág. 270.

As primeiras medidas de higiene e alimentação mais variada e rica, têm o seu início no Brasil, durante o período nassoviano. Nassau ligou, pela primeira vez, o problema da policultura ao problema alimentar, afirma Gilberto Freyre. Ora, como sabemos, os portugueses estavam acostumados a se contentar com água, farinha, bacalhau, um pouco de legumes e peixes sêcos. (192) Os holandeses traziam um novo método de alimentação. Os queijos, vinhos, manteiga, presunto, ervilha, farinha de trigo, pão importado da Holanda representam novo estilo de alimentação. Trazem da Holanda para o Brasil, sementes de pepino, alface, agrião, ervilhas e rabanetes. Para o abastecimento de carne do Recife, procuram tomar medidas, mesmo durante a Assembléia de 1640, que liguem o campo à cidade. (193)

Quanto à habitação contentavam-se os portugueses com uma “casa de barro desde que vai bem o seu engenho”. (194) E’ com o domínio holandês que aparecem os primeiros sobrados que marcam

(192) Relatório de Van Walbeck.

(193) Vide notas, suplementares ns. 33 e 34.

(194) Breve discurso sôbre as capitánias conquistadas. Vide nota supl. n.º 35.

a nova tática de existência de uma nova classe. A burguesia dos mascates (195).

As tradições da arquitetura holandesa condicionaram o desenvolvimento do Recife. (196) Eles trouxeram para Pernambuco o padrão urbano das edificações e ruas em xadrez e os azulejos flamengos. Morales de los Rios, achou mesmo que esse tipo urbano é implantado sem adaptações. (197)

Quanto às ciências e artes, a ação do período nassoviano é verdadeiramente fecunda em comparação com a colonial dos portugueses sempre estéreis nas artes. Portugal nunca cogitou de enviar para o Brasil homens de conhecimento, ao contrário, procurou sempre evitar o contacto com os estrangeiros ilustres. Tanto é isso verdade, que ainda quando Humboldt pretendeu vir ao Brasil estudar e observar as nossas cousas, a Côrte tratou logo de enviar o aviso de 2/6/1800, que proíbia a entrada do sábio alemão em nossas plagas. Isso

(195) Empregamos a expressão *tática de existência* no sentido que lhe dá a filosofia fenomenológica orientada por Heidegger. A tática será um instrumento de que se servirá o homem para a possibilidade de sua existência. Aqui a tática é principalmente econômica e sexual. Vide nosso artigo "Significação existencial da casa" — "Época" — revista da Faculdade de Direito — ano XXXI — n.º 1 — julho de 1937.

(196) Gilberto Freyre — *Sobrados e mucambos*, pág. 163.

(197) Vide nota supl. n.º 36.

nos fins do século XVIII, façamos idéia do que não seria no século XVI e no século XVII. (198)

Com o domínio holandês e a direção de Nassau aportam a Pernambuco grandes espíritos que vão iniciar os primeiros estudos científicos e as primeiras manifestações artísticas.

Os estudos etnográficos no Brasil tem como precursor Elias Herckmann que na “Descrição da Paraíba” descreveu os nossos índios. (199) Vários grupos como “GÉS” e os “Carirís” são estudados por Herckman e Roulox Baro. Ao primeiro devemos ainda os estudos etimológicos sôbre os nomes de índios aplicados à geografia nacional. (200) A geografia também merece os seus cuidados. Alfredo de Carvalho e Capistrano de Abreu são unânimes em reconhecer que no período nassoviano atingem os estudos geográficos ao máximo de pesquisas e esforços. Assim, afirma Alfredo de Carvalho: “não satisfeitos em corrigir os velhos roteiros defeituosos, retificam a hidrografia litoriana, sondando e marcando cuidadosamente a costa e os portos, os “geômetras” a serviço da Companhia das

(198) A proibição do govêrno português deve ser antes interpretada como uma atitude de defesa da política colonial que representava interêsses de ordem financeira para a Nação, do que fato de hostilidade à Ciência.

(199) *Etnografia indígena* — Rodolfo Garcia, in. Dic. Hist. Geog. Brasil.

(200) *O tupi na Geog. Nacional* — T. Sampaio.

Índias Ocidentais, iniciam a topografia das terras do interior (201). E Capistrano de Abreu, nos "Estudos e Ensaios", escreve que depois da partida dos holandeses a geografia estacionou.

Juliano Moreira, em notável conferência, afirma que Piso foi o fundador, com Bontius, da medicina colonial e o criador da nosografia brasileira, estudando não só as moléstias tropicais como as plantas medicinais da nossa flóra. (202)

Marcgraf — espírito de cientista, realiza observações astronômicas, levanta mapas topográficos e determina latitudes e longitudes.

A geodesia e a astronomia a êle muito devem. Organizam Piso e Marcgraf a "Historia Naturalis Brasiliae" com a qual se afirmaram no mundo científico, dêle se servindo mais tarde *Cuvier* para os seus estudos de história natural. (Vide notas suplementares, 41 e 42).

A Barleus, historiador do período nassoviano, devemos boas informações não só de ordem etnográfica, como de ordem econômica e histórica. (203)

Plante, o capelão do príncipe, publica uma ode ao grande administrador. E Nieuhoff é o historiador holandês da rebelião.

(201) *Um novo mapa do Brasil Oriental* — Alfredo de Carvalho — Rev. do Inst. de Pern., 1910.

(202) Anais da Biblioteca Nacional — 1913.

(203) *História Geral do Brasil* de Varnhagen, tomo II, 373 — Rodolfo Garcia.

Mas não só no campo da história social e natural o domínio holandês se distingue. São holandeses os primeiros artistas que desfrutam com olhos de estetas a deslumbradora paisagem brasileira. Embora o contacto seja efêmero, o cenário brasileiro é pintado por artistas educados na escola holandesa. E os seus quadros pelos efeitos fortes de luz, de côr e mesmo pela surpresa do novo, causam admiração na Europa. Um crítico de arte em face dos flagrantes cheios de côr, exclamaria: "Sauvagerie". (204) E assim quebram pelo pitoresco de seus quadros, o modelo da escola. (205)

Trouxe Maurício de Nassau consigo seis pintores, mas, até hoje, os pesquisadores só puderam identificar três, que são: A. Eckhout, Zacarias Wagner e Franz Post.

Os quadros de Wagnér servem mesmo como documentação etnográfica do século XVII. A Franz Post, devemos a fixação plástica da paisagem pernambucana, principalmente da paisagem humana em que vemos o homem como fator de produção. A técnica de produção condicionando a pintura encontra nesse pintor a expressão máxima do nosso período colonial. O homem como

(204) *Vie de peintres flamands, allemands et hollandais* — Jean Baptiste de Camps).

(205) *As artes plásticas no Brasil* — Argeu Guimarães in Dic. Hist. Geog. Bras.

construtor valorizando a paisagem é interpretado nos quadros admiráveis do grande pintor holandês.

Além da pintura, o Brasil holandês, viu, pela primeira vez, as construções arquitetônicas.

Pieter Post inicia a construção de Mauricéia onde procura dar à paisagem a feição da sua terra semeada de diques e canais.

Outros, sábios ainda para aqui se dirigem com com a missão “mais espiritual do que belicosa” de Maurício de Nassau.

O geógrafo e matemático Cralitz que morre em viagem e o cosmógrafo Ruiters de que não conhecemos os trabalhos.

E’ ainda no período nassoviano que nasce Jacob Velosino que com a capitulação de Tabor da, retira-se do Brasil a caminho da Holanda, receioso, talvez, das perseguições aos judeus e torna-se médico de renome.

Vemos, assim, que são vastos os ramos científicos a que se dedicam os holandeses no Brasil. E’ por isso que Julião Moreira exclamaria: se a êsses primeiros lampejos científicos outros se seguissem, mais cedo teríamos entrado no caminho dos povos em via de cultura. (206)

Capistrano de Abreu, estudando o conjunto das suas atividades culturais, afirmou: “Suas coleções artísticas enriqueceram vários estabelecimentos da Europa e estão estudando-as os americanistas; os livros de Barléus, Piso, Marcgraf, devido a seu mecenato atingiram a uma altura a que nenhuma obra portuguesa ou brasileira se pode comparar nos tempos coloniais”. (207)

Quando se retiram, caímos na mesma rotina e na mesma uniformidade católica, e a vida intelectual da colônia se extingue para não mais, tão cedo, dar sinal de vida. (208)

Êsses caracteres da cultura norte-européia, que aquí entra em contacto com a cultura portuguesa, nela se integram. Assim a cultura pernambucana mostrará, na sua evolução interna, a dissolução de elementos culturais outros que não chegam, no entanto, a se diferenciarem, porque o contacto é periférico e curto numa cultura composta dentro de uma única e mesma civilização brasileira.

(207) *Cap. da Hist. Colonial* — pág. 101.

(208) Desta opinião participa Brandenburger (*Brazilian zu Ausgang*, pág. 150) afirmando que o período massoviano contribuiu para divulgar o Brasil no estrangeiro e que até 1840 nada se sabia com relação ao Brasil, exceto as referências holandesas, mesmo porque os trabalhos de Alexandre Rodrigues Ferreira não haviam sido publicados. Leia-se, também, à pág. 134 — A situação espiritual e social.

Mas, embora isto, há, como afirma Gilberto Freyre, infecções de cultura norte-européia, que irão trazer um sentido diverso ao nordeste. O que evidentemente resulta na formação ulterior do nordeste brasileiro é a “aculturação” resultante do domínio holandês, de feição comercial. Essa aculturação tende a um melhor aproveitamento de valores e experiências novas e a enriquecer o patrimônio da cultura dominante.

Parace-nos que o gôsto do bem-estar material que Gilberto Freyre vê como resultado das administrações holandesas, mais eficientes do que as portuguesas, é uma conseqüência da adoção pelo nordestino antes de outras áreas culturais brasileiras, desta capa de cultura material. Daí o espírito de revolta do povo que tanto contribuirá na evolução política do Brasil para a independência e para os movimentos democráticos. Esta explicação nos parece muito mais acertada que as interpretações dadas por Brandenburger e Alfredo de Carvalho.

Brandenburger vira na convocação da Assembléia de 1640 “um dos fatores de se ter tornado Pernambuco, mais tarde, o ponto central do movimento em prol da independência do Brasil”. E Alfredo de Carvalho considerará, de acôrdo aliás com Artur Orlando, que o espírito de liberdade e de independência que foi a feição mais rasgada do

caráter nacional dos dominadores, se houvera infiltrado nos pernambucanos. (210)

Contra essa interpretação, verdadeiramente exagerada, já se insurgiu João Ribeiro, considerando-a como inadmissível e afirmando que “pelo contrário foram as lutas contra o invasor que criaram o espírito nacional”.

Achamos muito mais plausível, se quisermos lóbrigar tão longe, a rebeldia do pernambucano, ir buscá-la na necessidade material de bem-estar, que experimentara na época holandesa. Porque o próprio Southey reconheceu também que “um povo tão habituado a manter extremo asseio em sua residência, não poderia suportar a imundície de uma cidade portuguesa”. E realmente as ruas do Recife durante o período nassoviano eram bastante asseadas. Os sobrados construídos durante êste período são muito mais higiênicos e confortáveis do que as casas de barros de que fala o “Breve discurso”, sem ornamentação de qualquer espécie. Pois, na época, os holandeses se surpreendem com o fato das paredes das casas dos portugueses, não serem ornadas de quadros artísticos. (211)

(210) *Frases e palavras* — Alfredo de Carvalho, pág. 54.

(211) É de mister salientar que a simplicidade doméstica das casas lusitanas era compensada pelo excesso ornamental das igrejas; talvez essa diferença se explique pela modalidade da formação religiosa. Os holandeses, como reformistas, reduzindo iconoclasticamente a ornamentação dos templos, guardavam con-

Os processos de horticultura e jardinagem, que tanto enfeitam as vivendas da cidade nova, também ficarão, como sentido de valor à alimentação e de conforto à morada.

A habitação introduzida pela holandês terá assim nível maior de comodidade e higiene. As baterias de cobre seriam utilizadas na cozinha. Há, pois, evidentemente, um nível maior de bem estar na habitação, na alimentação, nos utensílios, nos instrumentos de trabalho.

A cultura holandesa traz, desta maneira, determinadas influências à vida do norte. Mas de tudo isso não se pode, sem cair em exagêro, afirmar que a cultura pernambucana se separou da civilização brasileira, pela infiltração dêsses outros valores. O contacto é rápido e, por isso há apenas a sobreposição de “capas culturais” na vida do nordeste. (212)

Nas relações que mantém com os povos vencidos, Maurício de Nassau se distingue pelo interesse da contemporização. Fernandes Pinheiro afirma que portugueses, brasileiros e indígenas não têm a seus olhos outra distinção além da do mérito pessoal. Condenou os excessos dos holandeses, decla-

seqüentemente os bens artísticos em suas próprias residências. A riqueza das igrejas portuguesas era em grande parte de donativos particulares. Ver Schiller, *Oeuvres historiques*, 1860, livro 4, págs. 225 a 230. — Iconoclastas e a ornamentação.

(212) Vide nota suplementar n.º 37.

rando que além da linha do equador não se permitiam também pecados. Nas relações com os portugueses a sua visão é tão clara, que pouco a pouco, vão os plantadores voltando às suas terras e os engenhos de açúcar produzindo. Mas êle vai adiante: procura com *jogos e festas* harmonizar os portugueses e holandeses. As festas de que nos falam as velhas crônicas, como as realizadas na época da proclamação de D. João IV e a representação do *boi-voador*, não têm outra significação social, do que a da confraternização entre moradores do engenho e burgueses da cidade, além do intuito de propaganda e de obtenção de lucros no trânsito das pontes.

Com os índios são unânimes os historiadores. Tiveram sempre grande interêsse na vida melhor dos nossos indígenas. Pedro Poti figura admirável, tão ofuscada por se ter colocado sempre ao lado dos invasores, na carta que escreve a Camarão, afirma os bons tratos recebidos. “Não os escravizaram, não os constrangeram ao trabalho”. Uma das preocupações mais sérias dos holandeses, foi sempre angariar a amizade e a aliança dos indígenas. Maurício de Nassau aconselhou a política, a mais liberal e generosa para com os nossos indígenas, quando de volta à Holanda.

Souto Maior pesquisando os arquivos da Holanda, informa-nos da Assembléia que em 1645

reuniu, em Tapeçerica, 144 índios que deliberaram sobre os seus interesses. Nassau, ao partir, leva consigo 11 tapuias que, espontaneamente, lhe vêm pedir para acompanhá-lo. (213)

Quanto ao problema da liberdade de consciência, não há dúvida que Nassau fez tudo quanto era possível. É com a opinião dos homens da igreja que melhor poderemos mostrar, quanto defendeu êle a liberdade de consciência para os católicos. Assim, em 1640 o vigário geral Padre Gaspar Ferreira escreveu ao Bispo D. Pedro da Silva Sampaio: “Nossa religião católica, apostólica, romana é aqui permitida como dantes e só nos falta o esplendor dos tempos que a guerra consumiu. (214)

O padre Hafkemeyer também reconhece a liberalidade de Nassau e que êle fez tudo “quanto a prudência humana aconselha”.

O problema moral da colônia durante o período holandês, parece-nos que tem sido visto com certos exageros. Gilberto Freyre considera que “a vida moral na nova Holanda, de nenhum modo foi superior a do Brasil rural e português”. Ora, a verdade é a devassidão moral do Brasil no período português. É assim que Aires de Casal declara que “a decadência de Olinda foi considerada por muita gente da mesma cidade, como castigo do orgulho de

(213) Vide nota suplementar n.º 43.

(214) *Os franciscanos e a guerra holandesa*, pág. 622.

seus magnatas, cuja libertinagem havia subido ao ponto de fazer os principais calar o pároco que contra isso se insurgira”. (215) Isso parece-lhe de certa importância, numa época em que o clero tinha tanto predomínio na vida social e moral.

A vida moral da colônia portuguesa era dissoluta e os costumes soltos. “Os padres, escandalizados, pediam para Lisboa que, para amansar as volúpias dos colonos, mandassem mulheres, ainda mesmo erradas”. (216)

O govêrno holandês, ao contrário, foi sempre contra êsse tráfico de mulheres da vida. Mas, embora isso, a verdade é que “elas” espontâneamente aquí se estabeleciam. Pela leitura das Atas dos sínodos, realizadas em Recife, pode-se concluir facilmente da severidade com que se castigavam os adúlteros, a prostituição e a dissolução.

Wätjen (pág. 188) cita uma “Memória” dirigida à câmara da Zeelândia, contra a vinda de prostitutas. Assim, ao nosso ver, o que concorreu para maior dissolução dos costumes do Recife holandês, foi a existência dos centros populosos, *da cidade*. Na época do Brasil rural não havia a prostituição; isso porque nos engenhos, as negras e mulatas satisfaziam as ardências sexuais dos senhores e dos officiais mecânicos. No Recife, estas, não só não

(215) *Corografia Brasilica*, pág. 156, nota 1.^a.

(216) *Notas de um estudante* — João Ribeiro, pág. 188.

bastam à multidão de soldados, marinheiros e mercadores da Holanda, como, talvez, não fôsem, aqueles, apreciadores dos seus desgarres. A verdade é que se deve atribuir mais ao fato social e econômico da cidade e, conseqüentemente, da concentração popular, do que a própria formação moral do holandês. Tanto assim que um cronista holandês se espanta que os portugueses encerrassem as mulheres em casa, o que para êles prova que aquelles costumavam cortejar e cobiçar as mulheres alheias. Finalmente, pois, resta-nos afirmar que estas comparações que alí ou acolá fizemos, sôbre a política colonial dos portugueses e holandeses, nunca tiveram sentido de concluir por uma superioridade ou inferioridade, em suas conseqüências ulteriores. Já declaramos, e aquí queremos frizar, que a base econômica sôbre a qual gira a vida inteira da sociedade colonial, não poderia suportar tôdas as experiências culturais que nos trazem os holandeses.

Além dêste fator, para nós primordial, outro ainda avulta em seus limites naturais, se tomarmos em consideração a tese de alguns escritores da corrente do determinismo geográfico. E' o problema antropogeográfico. Não temos elementos suficientes para avaliá-lo. Semple e Huntington (217) con-

(217) *Principles of Human Geography* — 2 ed. 1922 — colaboração com Summer Cushing, Semplé-Ellen — *The influences of Geographic Environment* — 1911 — pág. 628.

sideram difícil a aclimação do nórdico, afirmando que o homem do norte da Europa é excluído do clima tropical, a menos que se misture como os portugueses e espanhóis. Ora êsse “a menos”, não só delimita os efeitos da tese, como, a verdade é que já hoje o problema da subordinação do homem aos fatores geográficos está em franca decadência. O escritor holandês Rijkevorsel também considera fatal a degenerescência do europeu do norte nos climas tropicais, atribuindo o sucesso do ibérico à possibilidade de miscigenação. (218) No entanto, Nina Rodrigues (219) considera errônea atribuir-se ao mestiçamento a adaptação do luso-espanhol aos climas tropicais, afirmando que apenas a degenerescência não se faz em marcha aguda, mas sim lentamente. Whitbech (da Universidade de Wisconsin) atribue ao clima do Nordeste efeitos perigosos ao homem *nórdico*.

Como quer que seja diante da miscibilidade do colonizador português, “não podemos distinguir o que seria a aclimatabilidade do colonizador branco já de si duvidoso na sua pureza étnica na sua qualidade antes convencional do que genuína, de europeu, da capacidade do mestiço”. (220) Portanto os efeitos do clima podem ser reduzidos pela capaci-

(218) *Estudos*, 3.^a série — José Veríssimo, pág. 233.

(219) *Os africanos no Brasil*, pág. 25.

(220) *Casa grande e senzala*, pág. 15 — Gilberto Freyre.

dade modificadora do homem. A técnica condicionando a vida, leva o homem a reduzir a importância desses fatores de antropogeografia. A técnica de produção e de transporte podem criar condições necessárias a uma adaptação às condições climatológicas. (221)

Além do que, os holandeses procuraram transigir sempre com as condições de vida da colônia que conquistaram. Talvez não tivessem a plasticidade do português, mas vimos que eles procuram adaptar a sua visão urbana à organização econômica rural do Brasil. (222)

Esse período da plasticidade e das possibilidades dos holandeses no Brasil, foi observado por Gaspar Dias Ferreira. Declara este: "A conquista do Brasil setentrional, pelas armas de uma companhia de mercadores, se explica como empresa militar e enquanto perdurasse a guerra, podendo daí advir lucros tão consideráveis para os acionistas, quanto perdas para o inimigo. Mas, como empresa colonial, destinado a florescer na paz e pela paz, o seu malôgro devia ser previsto. Era vão in-

(221) Precisamos raciocinar aqui, levando em conta a precariedade da técnica na época. Mas as pontes, por exemplo, não possibilitavam comunicações mais rápidas e seguras? Além do que os holandeses eram grandes conhecedores da hidráulica, da engenharia, e com processos técnicos haviam protegido grande parte de seu território aos avanços do mar. Vide a respeito da Paisagem Pernambucana — Alfredo de Carvalho — Estudos Pernambucanos — 1907 — pág. 337.

(222) *Sobrados e mucambos* — Gilberto Freyre — pág. 163.

tento fundar uma colônia, em províncias cultivadas por portugueses, distanciados conquistadores por línguas, crenças, costumes e instituições, e de cujo concurso dependia, aliás, a prosperidade da mesma colônia. (223)

O fato é que de qualquer forma tentaram não só a conciliação de que já falamos, como procuraram corrigir os males da monocultura. O comércio e a indústria, condições essenciais ao desenvolvimento dos centros populosos, teriam encontrado estímulos ao seu progresso.

E os senhores do engenho tão absolutos no seu prestígio e domínio, têm, desde a metade do século XVII, marcado o início da sua decadência, pelo deslocamento do poder de suas mãos para as da burguesia comercial. (224)

Sem dúvida a figura central do todo o período do domínio holandês, é Maurício de Nassau. Nassau era na Europa, apenas, um distinguido guerreiro e um homem de formação universitária. E' o contacto com os negócios administrativos, é a necessidade de resolver os problema públicos, que lhe dá a feição de dirigente de larga envergadura. Foi a América que lhe formou o espírito singular de estadista entre a multidão dos negociantes e dos mem-

(223) *Conferência de José Higino* — Rev. Inst. Hist. de Pern., pág. 67.

(224) *Evolução política do Brasil*, págs. 49 e 72 — Caio Prado.

bros mercadores da Assembléia dos 19. Sendo um espírito de formação universitária, foi êsse contacto com os negócios públicos que lhe facilitou a possibilidade de realizar as grandes tarefas, as quais já nos referimos, e que se não bastassem, teríamos a acrescentar um ponto de vista jurídico que é, inevitavelmente, avançado para a época.

No seu *Testamento político* encontramos êste período, que é, em verdade, precioso numa época em que se vivia subordinado juridicamente à legislação filipina: “Os duelos e homicídios perpetrados com dolo e premeditação devem ser punidos sem graça ou indulgência e sem se cuidar do estado, condição, ou qualidade de delinqüente; mas os homicídios repentinos, os que forem cometidos *calore quodam iracundiae et ex justo dolore* em razão de injúrias e afrontas recebidas podem às vezes ser perdoados, pois essa severidade aliada à clemência atrai particularmente os ânimos e nêles desperta ao mesmo tempo o mêdo e o amor”. (225) Aquí estamos em face do humanista, daquele que já antes de Beccaria fazia também apelos para que a “lei fôsse a mesma para todos, sejam quais forem os protegidos ou punidos por ela”. E parece que não exageramos afirmando que Nassau, ao falar nos motivos determinantes dos crimes e nas causas ate-

(225) *Test. político* — Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. 1895 — Tomo LVIII pág. 232.

nuantes, se apresenta como um precursor da doutrina positiva. (226)

Talvez tivesse êle sentido, nas universidades alemãs e holandesas, a influência de certo renascimento doutrinal que nelas se manifestou no século XVII, por apelos intensos em prol de princípios próprios do direito penal. (227)

São todos êsse atos que levam um autor insuspeito como Percy A. Martin a considerar Nassau como, talvez, o homem mais capaz na Holanda, de administrar uma colônia — e o seu govêrno, como o ponto mais perfeito de poder e de influência holandesa na América. (228)

(226) O avanço era notável, em face da legislação portuguesa, porquanto o código filipino, mandava que se visse a qualidade e condição "do morto e do matador" para a aplicação das penas. — Código Filipino, título XXXV.

(227) *Dir. Criminal*, págs. 25 a 28 -- Ferri.

(228) *The Republics of Latin — American* — Percy A. Martin and Hermann G. James. 1923, pág. 68. Vide ainda nota suplementar n.º 38. E os seguintes dados comparativos com a América do Norte constantes das notas suplementares 39, 40 e 40a.

APÊNDICE

I — SUPLEMENTO BIBLIOGRÁFICO

II — ÍNDICE DAS NOTAS SUPLEMENTARES

SUPLEMENTO BIBLIOGRÁFICO

LIVROS

Schuller, Rudolf — Im affinitat der Tapuya — Indianer des Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae — Internacionales Archiv für Ethnographie — XXI, pág. 78 segs. Leiden 1913.

Para comparação com a colonização holandesa em Nova York, ver a obra editada pela "Yale University" "The Pageant of America" principalmente os seguintes volumes:

- 1.º — "The adventures in Wilderness" por Clarck Wissler, Constance Lindsay, Sknnir e William Woll — "New Netherland and New England" pág. 226;
- 4.º — "The March of Commerce" — Malcolm Keir — Comércio de peles;
- 10.º — "American Idealism" — Luther Weigle — religião.
- 12.º — "The American Spirit in Art." — Franek Jannet Mathiew, Charles Rufus Morcey, William James Henderson — pintura.
- 13.º — "The American Spirit in Architecture" — Talbot Faulckner Hantin — arquitetura holandesa em Nova York.

BAASCH, Ernest Die Hollandische Wirtschaftsgeschichte. Jena, 1927 (com bibliografia).

- BLOCK, P. J. — Geschichte der Niederlande. Memoire touchant le commerce et la navigation des Hollandais — D'Izaak Loysen — 1699. (Bijdragen van het historisch Genootschap. Fasc. 24).
- BONNASSIEUX, Pierre — Les grandes compagnies de commerce. 1892, Paris.
- BRAKEL, S. Van — Die Hollandsche Handelscompagnieen in der XVII. eeuw 1908.
- HUET, P. D. — Memoires sur le commerce des Hollandais jusqu'en 1669. Amsterdão. Ed. 1717-1718.
- LEITE, Serafim — Páginas de História do Brasil — 1937. Brasileira (cap. XV).
- PIRENNE, Henri — Histoire de la Belgique — 6 vols.
- SÉE, Henri — L'activité commerciale de la Hollande à la fin du XVII siècle.
- ZIMMERMANN, Alfred — Die Kolonialpolitik der Niederländer, 1903.
- BIKER (Julio Firmino Judice) — Suplemento à evolução dos tratados, convenções, contratos e atos publicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as potencias desde 1640 — Lisboa. Imprensa Nacional — 1880 — 2 vols. Tomos 9 e 10. (É a continuação à coleção de José Ferreira Borges de Castro — 1856-1858 — Lisboa. Imp. Nac. — 8 vols.).

SÔBRE LIBERDADE DOS MARES

- Dr. Paulo Meréa — Os juriscultos portuguezes e a doutrina do mare clausum. Rev. de Historia — vol. XIII, 1924.
- F. W. Fulton — The sovereignty of the Seas. London — 1911.
- Jonge — Opkomst ven het Nederlandsch Gezag in Oost Indie — vol. III, 1909. 13 vals. — 's Grav.

SOBRE AS ATIVIDADES ECONOMICAS DOS JUDEUS

- Herbert J. Bloom — The economic activities of the jews of Amsterdam in the Seventeenth and Eighteenth Centuries, The Bayard Press. 1937. U. S. A.

PARA O MEIO RURAL

Grünwald — “Portugiesengräber auf deutsche Erde” 1902 (comércio de açúcar com o Brasil).

“Revue des Études juives” — XXXI, 1895 — pág. 293 e segs.
“Le Juif dans les colonies hollandaises”.

Usselinx — Relação de Usselinx aos Estados Gerais. Jameson.
American Jew. Hist. Soc. I pág. 42.

Usselinx — Jameson — Papers of the An. Hist. Ass. — vol. II;
n.º 3, N. Y. — 1887.

Sobre a importação e exportação, situação do açúcar, produtos de açúcar, tabaco, pau-brasil, peles e couros, ver Wätjen — “Das Hollandische...” pág. 303 e seguintes.

REVISTAS

Revista Bancária Brasileira, junho 1934. Edgar de Araújo Romero, Cap. II. Com figuras — A moeda obsidional holandesa em Pernambuco, 1645, 1646, 1654.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS — BIBLIOT. NACIONAL

Em alguns volumes há muitas referências ao período holandês. Citamos os que nos serviram para documentar algumas afirmações. Nota-se sempre, que o ter servido na luta holandesa, era motivo para ser preferido no exercício dos cargos militares da colônia.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O DOMÍNIO HOLANDÊS NO BRASIL

CAIO DE MELO FRANCO descobriu, há pouco, os papéis de *Aboab de Afonseca* que, segundo GILBERTO FREYRE, constituem uma “Documentação valiosíssima e virgem sobre o Recife no

tempo dos holandeses". São inéditos, devendo brevemente José Olímpio publicá-los (Diário da Noite — Setembro de 1936).

PANFLETOS

Há uma série enorme de panfletos holandeses que vêm citados nas conferências de José Higinio, nas pesquisas de Souto Maior alguns dos quais já se encontram citados.

De la faite des Hollandais dans le Brésil, par les Portugais soulevez. La requeste presentée par les bourgeois de la ville de Londres au conseil comum.

Redenen Waerom de West Indische Comp. dient te trachten het lande van Brasilie den Coninck van Spangien te out machtigen, 1634 (Razões porque a companhia das Índias Ocidentais deve esforçar-se por tomar a terra do Brasil ao rei de Espanha).

**NOTAS
SUPLEMENTARES**

ÍNDICE DAS NOTAS SUPLEMENTARES

A margem do parecer

- Nota n. 1 — Bático e Bático (J.R.)
- Nota n. 2 — Expansão terrestre (J.R.)
- Nota n. 3 — As raças do Brasil holandês (J.R.)

O problema do mar

- Nota n. 4 — O ciclo polar ártico (J.R.)
- Nota n. 5 — Pedro de Grotius (J.H.)

O problema da terra

- Nota n. 6 — Atitude de D. Manuel (J.H.)
- Nota n. 7 — Os presos baticos na Baía (J.H.)
- Nota n. 8 — O ataque à Pernambuco (J.H.)
- Nota n. 9 — Localização geográfica dos núcleos (J.R.)
- Nota n. 10 — Os rios e a cultura (J.H.)
- Nota n. 11 — *Passos* (J.H.)
- Nota n. 12 — Os pequenos rios (J.H.)
- Nota n. 13 — *Avicbromis* (J.H.)
- Nota n. 14 — O pau-brasil e a democracia (J.R.)

O problema da gente

- Nota n. 15 — Nomes de naus (J.R.)
Nota n. 15a — Verdadeira significação de Palmares (J.R.)
Nota n. 16 — O conflito de línguas na colônia holandesa (J.H.)
Nota n. 17 — O étimo de Vunge (J.R.)
Nota n. 18 — Nassau em face da psicologia da cultura (J.R.)

Sociedade (meio urbano)

- Nota n. 19 — Tupís e Tapuias (J.H.)
Nota n. 20 — Instruções de Utrecht (J.H.)
Nota n. 21 — *Alcool* (J.H.)
Nota n. 21a — As mulheres e os holandeses (J.R.)

Meio rural

- Nota n. 22 — Mercado (J.H.)
Nota n. 23 — Alimentação (J.H.)
Nota n. 24 — *Bebidas e fumo* (J.H.)
Nota n. 24a — Vida rural e os holandeses (J.H.)

Revolução

- Nota n. 25 — A corrupção dos governantes (J.H.)
Nota n. 26 — A guerra e a técnica indígena (J.H.)
Nota n. 27 — Os estrangeiros e a guerra (J.H.)
Nota n. 27a — Portugal e os rebeldes (J.H.)

- Nota n. 27b — Os franceses e a luta holandesa (J.H.)
Nota n. 28 — *A situação dos judeus* (J.H.)
Nota n. 29 — Camarão (J.H.)
Nota n. 30 — Dias Cardoso (J.H.)
Nota n. 31 — Henrique Dias (J.H.)
Nota n. 32 — Vidal de Negreiros (J.H.)

Civilização holandesa

- Nota n. 33 — Alimentos e cultura (J.H.)
Nota n. 34 — Alimentação antiga (J.H.)
Nota n. 35 — Habitação (J.H.)
Nota n. 36 — Asseio holandês (J.H.)
Nota n. 37 — Capas culturais (J.H.)
Nota n. 38 — A nova Holanda (J.H.)
Nota n. 39 — América do Norte (J.H.)
Nota n. 40 — América do Norte (J.H.)
Nota n. 40a — América do Norte (J.H.)
Nota n. 41 — Piso e as plantas medicinais (J.H.)
Nota n. 42 — Resultados da invasão holandesa (J.H.)
Nota n. 43 — Maurício de Nassau e os índios (J.H.)

NOTAS SUPLEMENTARES

Obra de erudição e de pesquisa nunca pode se dizer definitiva. Há sempre observações a acrescentar, documentação a coligir e até retificações a fazer.

Sem ofender à estrutura da obra, que apresentamos à Academia Brasileira de Letras, julgamos útil ao texto de nossa reconstituição histórico-social a divulgação de alguns esclarecimentos, que completam, elucidam e documentam as nossas asserções.

Assim é que anexamos ao nosso ensaio as seguintes "notas suplementares".

Desde já podemos afirmar, sem vaidade, que nenhuma delas vem retificar o que escrevemos. Ao contrário apenas reforçam e ampliam os nossos pontos de vista quando não documentam as teses, que defendemos, ou quando não preenchem, as lacunas, que, por ventura, escaparam à nossa pena.

No texto indica-se o número da nota correspondente.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 1

À MARGEM DO PARECER

BÁTAVO E BATAVO

Estranha o eminente Roquette-Pinto a grafia bätavo, que adotamos.

Não há dúvida que batávo, do ponto de vista estritamente linguístico, ou melhor etimológico está de acôrdo com a pronúncia latina (bätävus)

O nosso critério, entretanto, foi antes histórico do que linguístico.

A pronúncia clássica do vocábulo batavo era, na generalidade, exdrúxula (bätavo)

Moraes não o regista, porem, o "Dicionário Universal da língua portuguesa" por uma sociedade de literatos e publicado em Lisbôa, na Impressão Régia (Ano de 1818), isto é, no tempo em que o classicismo ainda imperava, acentua exdrúxulamente: Bätavo.

Mas, a informação de Dicionário não basta.

Busquemos, pois, exemplos clássicos. Abramos o "Caramurú", poema épico de frei José de Santa Rita Durão e as comprovantes surgem em profusão:

Invade contra o b́atavo a caterva

(Canto IX — Est. XIII)

Donde se insulte o b́atavo inimigo

(Canto IX, est. XVII)

E investe ardente a B́atava part.da

(Canto IX, est. XXVI)

De rebater do b́atavo a interpreza

(Canto IX, est. XXX)

Suspende a marcha o b́atavo indeciso

(Canto IX, est. XLIII)

Foge do luso o b́atavo arrogante

(Canto IX, est. XLIX)

Com tanto alento o b́atavo rechaça

(Canto IX, est. LII)

Sem igual força o b́atavo contrario

(Canto IX, est. LIV)

Põe-se em campanha o b́atavo terrível

(Canto IX, est. LVIII)

Com ruína do b́atavo tão fera

(Canto IX, est. LX)

Muitos ali do b́atavo tirano

(Canto IX, est. LXII)

Creio que êsses 11 exemplos dão uma prova cabal de que *bátavo* era a pronúncia clássica, porque somente com a pronúncia proparoxítona os versos acima transcritos de Durão conservam a regularidade métrica.

Além de *bátavo* ser usual entre os clássicos, é também a pronúncia espanhola, conforme se pode ver no “Diccionario de la lengua espanhola” de D. José Alemany y Bolufer (art. *Bátavo*; onde se lê: “isla de los Bátavos”).

Ora, escrevendo um ensaio de história justamente do período espanhol, uma vez que a grafia *bátavo* conciliava a pronúncia da época nassoviana com a pronúncia dos clássicos em geral, achamos razoável observar essa concordância; daí escrevermos *bátavo* exdrúxulamente.

Num livro de história, as razões *históricas*, por certo, devem prevalecer...

NOTA SUPLEMENTAR N.º 2

EXPANSÃO TERRESTRE

Quando adotamos o adjetivo “terrestre” em vez de “territorial” foi obedecendo ao emprêgo clássico da época (século XVII).

Na edição “princeps” de Moraes vem, justamente com exemplo de autor do século XVII (Severim de Faria) emprêgo análogo ao nosso. Lá se lê:

“*Terrestre*, adj. Pertencente à terra. .*Severim, Notic.*, “a guerra se divide em *terrestre e marítima*”.

O texto, como se vê, não poderia ser mais sugestivo.

Foi, aliás, critério nosso (premeditado e, de regra, seguido) obedecer sempre, que possível, a linguagem da época para a terminologia estritamente *histórica*. A mesma razão que nos fez escrever *bátavo*, *Amsterdão* etc. nos levou a preferir o adjetivo *terrestre* a *territorial*.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 3

AS RAÇAS DO BRASIL HOLANDÊS

Roquette-Pinto, antropólogo de polpa, condena de “hesitante e apressado” o capítulo antropológico. O nosso intuito, entretanto, foi apenas, como declaramos “esboçar a síntese do problema das raças na antiga colônia batava”.

Certamente um esboço de síntese forçosamente tinha de ser geral. Embora não transcrevêssemos as observações de Piso e Marcgraf, à sua obra nos referimos nas “fontes de estudo” do referido capítulo. Faltou-nos, todavia, indicar o que Roquette-Pinto escreveu em *Rondônia*, livro, aliás, que quem escreve estas linhas já proclamou ser fonte clássica da antropologia brasileira. Figura no “suplemento bibliográfico”, que vai adiante da “Bibliografia geral”. Já, aliás, na “Introdução ao estudo do folclore brasileiro” Joaquim Ribeiro, baseado em Roquette-Pinto, demonstrara a contribuição de Piso e Marcgraf às ciências antropológicas.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 4

O PROBLEMA DO MAR

O CICLO POLAR ÁRTICO

Num dos “Capítulos inéditos da história do Brasil” (public. no *Jornal do Comércio* de 4 de Agosto de 1935) Joaquim Ribeiro demonstrou que a verdadeira razão de não terem os holandeses navegantes vindos para a América no século XVI foi devido a existência das tentativas numerosas que fizeram para descobrir o caminho para o Oriente através o *polo ártico*. Tal é a sua tese:

Nossos historiadores não explicam satisfatòriamente a ausencia da ação dos navegantes ingleses e holandeses, logo no primeiro século, nos domínios de Espanha e Portugal no ultramar.

Ao passo que os franceses (que eram menos navegantes que os ingleses e holandeses) não deixaram de apoquentar as feitorias de nossa costa (desde S. Vicente ao Maranhão), os navegantes ingleses e holandeses não nos incomodaram, no primeiro século, senão numa ou noutra incursão de pirataria.

Por que razão ingleses e holandeses, logo, não investiram contra as possessões portuguesas e hespanholas?

A nossa história, que prima sempre pelas lacunas, não nos responde com satisfação.

Geralmente se diz que a Inglaterra não era ainda potência marítima — e a Holanda não gozava ainda de independência...

Ora, essa explicação nada vale, uma vez que ninguém poderá contestar que tanto a Inglaterra como a Holanda são povos originariamente navegadores.

Não houve, na verdade, precedência alguma, dos povos ibéricos nesse destino náutico.

Quem estuda as origens do povo inglês sabe muito bem que a Inglaterra nasceu de navegadores. Originariamente o povo inglês se formou dentro de naus.

Portugal, ao contrário, se tornou navegador não por origem, mas por consequência.

Na aurora do século XVI a navegação de Portugal e Espanha estava no mesmo pé que a navegação de França, Inglaterra e Holanda.

Ora, o que impressiona no estudioso de nossa história é justamente esse capítulo ainda inédito, que versa sobre a explicação do afastamento de navegantes holandeses e ingleses da costa brasileira (domínio português).

Por que razão se deu esse afastamento?

A América estava descoberta por Colombo. O caminho das Índias pelo periplo africano fôra desbravado por Vasco da Gama. Igual caminho pelo periplo sul-americano já fôra revelado por Magalhães.

Ora, por que razão ingleses e holandeses não procuraram, logo de início, se apossar dessas *estradas marítimas*?

Os franceses, ao contrário, sempre as procuraram dominar, segundo provavelmente o delicioso conselho de Francisco I que dizia ignorar o testamento de Adão, que dividia o mundo entre os reis de Espanha e Portugal...

O afastamento dos ingleses e holandeses não tem sido explicado.

O silêncio de nossos historiadores é bem expressivo.

Poderão (é certo) responder que ambas nações não cogitavam das Índias.

As Índias constituíam uma obsessão para a Europa inteira.

Os navegadores ingleses e holandeses, desde a descoberta de Colombo e de Vasco da Gama jamais perderam o objetivo de alcançar as Índias desejadas.

A lacuna de nossos historiadores justamente está em ignorarem a *causa verdadeira* do afastamento dos ingleses e holandeses dos caminhos oficialmente pertencentes a Espanha e Portugal.

Esta causa nada mais é do que o seguinte fato: tanto os ingleses como os holandeses estavam preocupados em alcançar as Índias por uma nova via: o *ciclo de navegação polar*.

Enquanto espanhóis e portugueses, com felicidade, devastavam os mares descobrindo estradas marítimas para as Índias — ingleses e holandeses também ambicionavam fazer descobertas análogas, no setentrão.

Numa época de contínuas descobertas geográficas, não era estranho admitir-se como, na realidade, se admitia a possibilidade de alcançar o Oriente através do polo.

Acreditava-se, com firmeza, na existência de um *mar polar*, que servisse de chave para os países orientais.

A concepção desse *mar polar* acha-se expressa na teoria de um erudito holandês, *Pedro Plancius*.

A tese de Plancius sustentava que os raios do sol que tocavam o polo quase horizontalmente, durante seis meses do ano, deveriam aquecer e derreter os gêlos, tornando assim o mar polar navegável.

Essa doutrina, reforçada ainda por outros detalhes, era aceita nos círculos de navegação do norte europeu.

Tão vulgarizada estava essa opinião, que ainda no século XVII, em 1610, um astrólogo, Eliseu Roslin, publicou um pequeno tratado intitulado "*Navegação setentrional*", no qual aos argumentos cosmográficos de

Plancius, ajuntava o argumento místico da astrologia, revelando que era desejo divino a descoberta do *mar polar*...

Na verdade, as regiões setentrionais se achavam envoltas em mistério.

A preocupação do *caminho setentrional* para o Oriente era, portanto, uma preocupação razoável.

Para os ingleses e holandeses esta preocupação representava, antes de tudo, uma magnífica vantagem comercial.

Se conseguissem atravessar o hipotético *mar polar*, eles tinham assim um caminho livre e mais rápido para realizarem as desejadas emprêsas comerciais.

Nações, por assim dizer, nórdicas, estavam, portanto, à quina da passagem polar para o Oriente.

O objetivo era significativo e de grande alcance para ingleses e holandeses. E justamente por isso, constituía um plano levado a efeito por ambas marinhas, que visavam torná-lo uma realidade.

* * *

As idéias de *Plancius*, ilustre cosmógrafo holandês, dominavam não só os navegantes, como todos os espíritos cultos da época.

As tentativas de exploração da região glacial eram, então, numerosas.

A bibliografia antiga sôbre o assunto revela a atenção, que ela merecia.

Gomara, por exemplo, na sua *História geral*, publicada em Antuérpia, em 1554, se refere a navegações nos mares glaciais, e menciona até as informações, que obteve de Olao Godo, que nada mais era do que o bispo suéco Olao Magno, que estivera em Roma.

Dêsse bispo suéco existe uma obra, publicada em 1567, sob o título: *História de gentium septentrinalium variis conditionis*, que deve ser fonte aproveitável para o esclarecimento dêsse episódio.

Sophus Ruge ainda dá notícia de outra obra, *Re-rum Moscovitarum comentarii; Navigatio per mare glaci-ale*, aparecida em Viena, em 1549.

Tôda essa documentação antiga demonstra que já naquele tempo (século XVI), tais regiões despertavam a atenção dos sábios e navegantes.

* * *

Mais sugestivas que as referências bibliográficas são os fatos históricos.

A ação marítima dos ingleses é constante e significativa no século XVI.

Em 1553, Sebastião Cabot fundou, em Londres, uma companhia mercantil intitulada: — “*Mistry, Company and fellowship of merchant adventures for discovery of unknown lands*”, que obteve privilégios, concedidos pelo govêrno inglês.

Essa companhia ficou sendo apelidada “Companhia Moscovita”, porque logo na sua primeira viagem (na qual esteve o navegante Chancellor), aportou à Rússia, mantendo então intercomunicação comercial com essa nação.

Essa primeira emprêsa revelou praticamente as dificuldades da navegação glacial, e justamente por isso deu a Cabot a visão dos problemas a vencer.

Assim é que o grande navegador promoveu uma nova expedição com o fim de descobrir o caminho para o Oriente através do *mar polar*.

Essa emprêsa, que data de 1556, foi entregue a Chancellor e Burrough, com o objetivo traçado (*intending the discovery of the north-east passage*).

Essa "north-east passage" era a desejada passagem para o Oriente.

A emprêsa fracassou. Já Cabot não existia mais.

Em 1580, nova emprêsa, entregue a Pet e Jakman, consegue chegar às regiões polares.

Fracasso inevitável.

Por outro lado, os holandeses em expedições isoladas, seguiam o exemplo inglês.

Em 1593, Baltazar Moucheron apresentou a *Maurício de Orange e Oldenbarneveltdt* um projeto relativo a uma navegação do mar de Cara (já então bem conhecido) à China.

A êsse respeito foi consultado o cosmógrafo Pedro Plancius, que opinou favoravelmente ao projeto.

Os Estados Gerais resolveram pôr, então, em execução o projeto de Moucheron.

Claro está que o resultado só poderia ser parcial.

Em 1595 organiza-se, na Holanda, uma grande esquadra para abrir a "navegação para os reinos da China e do Japão".

Como se vê, no fim do século XVI o *ciclo polar de navegação para o Oriente* era, por assim dizer, um projeto oficial do govêrno holandês!

A esquadra não teve bom êxito.

Todavia tôdas essas expedições aos mares glaciais de holandeses e ingleses provocaram, desde logo, rivalidades.

A disputa girava em tórno da *pesca da baleia*, que era o lucro imediato e real de tais expedições.

A luta entre ingleses e holandeses era mais intensa em Spitzberg e só terminou, conforme informa Sophus Ruge na sua "História dos descobrimentos marí-

timos”, com um acôrdo entre ambos países sòmente realizado em 1627.

Enquanto se desvanecia o projeto de alcançar o Oriente pelo *ciclo polar*, no fim do século XVI o navegador *Houtman*, voltava das Índias, aonde fôra pela via portuguesa, mostrando à Holanda que o caminho pelo *periplo africano* era uma realidade ao passo que a travessia do *mar polar* era ainda uma hipótese, dificultosa e, talvez, irrealizável...

Todos êsses fatos, entretanto, demonstram que houve por parte dos nautas ingleses e holandeses, durante todo o século XVI a preocupação de descobrir um novo caminho para as Índias, China e Japão, através do *mar polar*.

* * *

Uma vez esclarecida essa preocupação da Inglaterra e Holanda, com fatos incontestáveis e positivos, acho que podemos chegar à conclusão de que foi essa preocupação que causou o afastamento da ação inglesa e holandesa no século XVI nas nossas costas.

Sòmente um motivo dessa natureza poderia ter provocado a ausência daqueles navegadores nas nossas costas, os quais, aquí, aportaram apenas em incursões rápidas e fugazes, como, por exemplo, a passagem de *Cavendish*.

Parece-me perfeitamente desarrazoada a explicação sem fundamento de que a Inglaterra não era, então, potência marítima.

Ao contrário, os fatos históricos estão aí para mostrar a falta de fundamento da asserção. Os nomes de Sebastião Cabot, Chancellor, Burrough, Pet, Jakman e tantos outros são testemunhos do poder naval inglês no século XVI.

Por sua vez a Holanda não improvisou marinha após a independência.

Tudo isso fundamenta, com segurança, a nossa tese.

Sòmente a atenção para o *ciclo polar de navegação, para o Oriente* poderia justificar, durante algum tempo, a indiferença de Holanda e Inglaterra para o Brasil, e demais domínios portugueses.

É essa, a meu ver, a *causa verdadeira*, que os nossos historiadores jamais apontaram.

Justamente salientar e explicar êsse fato lididamente comprovado há de ser um dos capítulos inéditos de nossa história.

PEDRO DE GROTIUS

Pedro de Grotius, filho de Hugo de Grotius estava decidido a fazer parte da comitiva de Maurício de Nassau, porém Grotius o impediu. (Ctf. James Truslow Adams, *The rise of the Union — The march of Democracy*, 1933, vol. I.

Varnhagen explica não ter vindo Pedro de Grotius na comitiva por ter aceito, na Holanda, cargo de importância. (*História Geral do Brasil*, anot. por R. Garcia).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 6

O PLANO GEOGRÁFICO DA CONQUISTA, ATAQUE AO CENTRO POLÍTICO — BAÍA

Essa atitude de D. Manuel é, aliás, bem explicável, em face das relações consanguíneas que o unia à Holanda. Segundo Albo d'Oliva (Será o poeta português Alberto de Oliveira?) D. Manuel era casado com a filha de Guilherme o Taciturno. Esta afirmativa se baseia nas pesquisas que Antônio Ferrão fez nos Arquivos de Bruxelas. (Ver Portugale — Rv. do Pôrto — vol. II, n.º 11, Setembro e Outubro 1929). A filha de Guilherme era Emília de Nassau, deste consórcio nasceu Luiz de Portugal que mais tarde D. João IV teve em risco de escolher como representante diplomático de Portugal e Holanda, considerando que pelo parentesco poderia ajudar as negociações. Lúcio de Azevedo tem as palavras mais rudes contra D. Luiz de Portugal (História do Padre Antônio Vieira, pág. 113).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 7

Era tal o número de presos na Baía que resolveu em 1632 Sua Majestade criar o monopólio do sal, que tinha por fim “principalmente a sustentação dos presídios deste Estado, que tão enfestados se acham dos inimigos rebeldes (Doc. Hist. Biblio. Nacion. 1631-1637, vol. XVI, da série E XIX 1930 pág. 39) e não só o sal;

também os “açúcares”, algodões e mais cousas tocantes à Fazenda real...

... e se mandam vir a esta cidade para sustento dos presídios. Idem, idem, pág. 77, 184 e 185.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 8

ATAQUE A PERNAMBUCO

A documentação sôbre os socorros à Colônia é farta. Os volumes referentes aos anos 1625 a 1631 e dêste a 1637 divulgam várias medidas militares tomadas pelo Govêrno; assim, vemos numa carta que D. Filipe escreve a D.ogo Luiz de Oliveira em 1629, que aquele, além de avisar ao Governador dos ataques dos Holandeses, ordenou que se provesse a defesa de várias capitánias, discriminando: para a Baía 40 quintais de pólvora e chumbo; para Pernambuco 60 quintais de pólvora, e 50 mosquetes, 50 arcabuzes aparelhados, 10 quintais de chumbo em pelouros, e 50 piques; Paraíba 20 quintais de pólvora e chumbo. — Rio de Janeiro 20 quintais de pólvora e chumbo. Tudo isso seguiria em companhia de M. de Albuquerque. (Pág. 333 dos Docs. Hist. da Bib. Nac. vol. XV da série E XIII, (1628-631). 1930.

Em outro documento (pág. 355) declara D. Filipe que, convindo acudir a defesa da Cap. de Pern., resolve nomear, por suas qualidades, Matias Albuquerque. Nas págs. 357, 358 e 359 se providencia sôbre a ida de 12 artilheiros. É verdade que tudo era hem pouco. Mas convenhamos que a razão está menos no

interêsse de defesa, que nos poucos recursos. Não é também interessante observar que na carta de 1629 se envia mais munição a Pernambuco que a qualquer outra capitania? Não parece que com isso se prevê o ataque não mais a Baía e sim a Pernambuco? Não é exato que o Governo não fazia diferença entre capitania e donatarias? Não providencia para tôdas, embora mais acentuado fôsse o cuidado por Pernambuco? Não será isso devido, exatamente, aos lucros que fornecia Pernambuco com o açúcar, os impostos e dízimos? Não terá influência o fator — *fracasso na Baía*? Parece-nos que não, pois isso só poderia levar à conclusão de que a Baía estaria mais enfraquecida com o ataque anterior. De qualquer modo estamos acentuando estes fatos para comprovar que a tese de Brandenburger não nos parece bem documentada.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 9

Os portugueses não tinham visão antropogeográfica. É certo que a localização das cidades do litoral nos morros visava antes a prevenção contra ataques de corsários (cujas frotas se divisavam mais facilmente nos lugares altos do que nas praias) a um intuito de resistência ao sítio ou assalto. De regra, os habitantes fugiam para o Sertão, quando ameaçados pelos piratas. Embora nos morros, eram elas litorâneas.

Já os espanhóis revelam tendência contrária: buscavam o interior. (*Ordenanzas de descubrimiento nuevo y poblacion*, apud S. B. Holanda, "Raízes do Brasil").

Mais do que espanhóis e portugueses, revelam os dirigentes da Companhia de Jesús uma esplêndida visão antropogeográfica. A localização das *Missões* nas margens dos grandes rios demonstra, de sobejo, uma argúcia admirável de política colonial.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 10

OS RIOS E A CULTURA

Os rios como “linhas de movimento”, no dizer de Wissler, e as canoas são elementos de cultura indígena.

Metraux estudando os tupís-guaraní reconhecce a canoa como transporte essencial da cultura desses índios (*La civilisation materielle des tribus tupy-guarany*). Whiffen (“The North.-West Amazon”) também fala na canoa cavada na madeira. Os gês e os tapuias são mais rudimentares na arte de navegar (Estevão Pinto — Os indígenas do Nordeste (Brasília, 1935, pág. 137). Vieira nos fala na falta de embarcação em áreas que deveriam ser ocupadas pelos gês (timbiras).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 11

PASSOS

Passo é vocábulo ainda hoje usual nas zonas sertanejas do Brasil. Vem do tempo da colônia. Estudo interessante a fazer seria a colheita de expressões da

linguagem colonial. Nos "Diálogos das grandezas" (edic. da Academia) muitas expressões encontramos, ainda não registadas pelos lexicógrafos, assim, por exemplo, *pele de lixa* (pele de um doente de espécie de bexiga), *palitos* (tipo de moenda), *batidos* (tipo de açúcar) etc.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 12

OS PEQUENOS RIOS

Acentua Gilberto Freyre em *Nordeste* (p. 43) a importância dos pequenos rios no nordeste como elementos de regularização da vida econômica e social daquela região, na formação rural do Brasil. E entre estes o Una, Jaboaão, Serinhaém, Ipojuca.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 13

AVICEBROMIS

Não conhecemos êsse Autor. Temos apenas a referência de um filósofo *Avicebromis*, que Munk considera um mito, pois, o autor de "Fontes da vida" é Ibn Gavirol (Reinach, *Lettres a Zoe*, tomo II, pág. 71).

O PAU-BRASIL E A DEMOCRACIA

Tôda a indústria extrativa tinha sentido democrático. É certo que, durante o período português, a indústria de pau-brasil necessitava da licença do governador para ser exercida. Embora concedida a licença, em geral, era determinado o número de quintais. Naturalmente a fiscalização governamental não podia se exercer em tôda plenitude; daí a possibilidade para todos. Ver *Documentos Históricos* (Bibliot. Nacion., vol. XVI, série E-XIV. 1631-1637). 1930.

NOMES DE NAUS

Quase sempre os portugueses batizavam as naus e outras embarcações com nomes de Nossa Senhora ou de Santos.

Creio que se pode atribuir à influência dos holandeses a usança de nomes laicos, ainda hoje populares na região litorânea do Norte, principalmente na zona do *ciclo da jangada*. Como comprovante do costume neerlandês cito os nomes da esquadra do almirante *Joris van Spilberg* (1614), segundo *Netscher, Les Hollandais au Brésil*:

Groote Zon (Grande sol)

Groote Maan (Grande lua)

Jager (Caçador)

Meeuw (Gaivota)

Eolus

Morgenstern (Estrêla matutina).

Tôdas essas influências, por minúsculas que sejam, estão a exigir pesquisas, que só com o tempo se tornarão exaustivas.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 15-A

A VERDADEIRA SIGNIFICAÇÃO DE PALMARES

Quando se falar em *organização socialista* dos Palmares convém não desvirtuar o seu verdadeiro sentido. O fenômeno de Palmares é um mero fenômeno de *regressão tribal*. É a volta à tribo negro-africana. É antes um nucleamento de caráter *nacional* (isto é, de *clan*) do que de caráter *social*. Palmares é a tribo negra restaurada, com tôdas as suas instituições peculiares, inclusive o *direito de escravizar*, que era costume africano. Entretanto, como a organização da tribo negro-africana tinha sentido *comunitário*, não há exagêro em se falar na *organização socialista* de Palmares. Vide João Ribeiro, *O elemento negro*.

O CONFLITO DE LÍNGUAS NAS COLÔNIAS HOLANDESAS

Não foi apenas no Brasil em que se constatou o conflito de línguas. Noutras colônias holandesas foi observado o mesmo fenômeno.

James Truslow Adams em “The march of Democracy” (cap. *The rise of the Union*, p. 29, vol. I, 1933) observou a respeito de Nova Amesterdam (hoje Nova-York) :

The Dutch had not believed in self government by their colonist, and the history of New Amsterdam had been turbulent. The small town early acquired its modern cosmopolitan aspect and it is said that eighteen languages were spoken on its streets in the Dutch period. Except for a few words adopted into our languages, some social customs locally, and many romantic legends, the Dutch influence, however has been almost negligible in the developement of our institutions and culture in spite of much written to the contrary.

Pag. 29 — “The march of Democracy” —
The rise of the Union — 1933 — Vol. I — James
Truslow Adams.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 17

O ÉTIMO DE VUNGE

O Snr. Elias Mallmann, da Academia Cearense de Letras no artigo "Dificuldades etimológicas" (publicado em "A Nação", de 12 de Dezembro de 1935) contesta a etimologia que propuz para o vocábulo *Vunge*, como resultante de *Van* (língua holandesa) e a desinência *nge* (das línguas *bantús*). E escreve: "Como poderá explicar-nos, consoante as leis *fonológicas* (sic), que de *Van* se pode extrair *Vu*, afim de hibridar com o sufixo *nge*." E mais adiante: "Não há hipótese de *A* produzir *U* na linguagem nacional." Concluindo: "É pois um absurdo fonético o que assevera".

A contestação é improcedente. *Primeiro*, porque não sustentei que *Van* desse *Vu* + *nge*. O que asseverei é que *Van*, com o acréscimo de *nge*, corrompe-se em *Vunge*: *Van* + *nge* < *vange* < *vunge*. A mutação *an* < *un* nada tem de contrária às tendências fonéticas, visto serem sons nasais próximos.

Segundo, ainda que dissesse que *Van* deu *Vu*, isto é, ainda que admitisse a mutação *A* < *U*, não incidiria em nenhum absurdo fonético de nossa língua, pois, no português a mutação *a* < *u*, embora rara, não é nenhum absurdo fonético. Haja vista o étimo de *bugalho* (*bacaliam*).

A explicação que sugerí, entretanto, visou apenas esclarecer um vocábulo, que segundo Beaurepaire Rohan só é conhecido em Pernambuco. Os métodos modernos da Linguística mandam sempre explicar os étimos de acôrdo com a *história* e a *geografia*. Dada a localização do vocábulo, não achei absurdo algum em

conjeturar um hibridismo, fruto do contacto histórico dos holandeses e negro-africanos em Pernambuco.

Justamente por essa razão *geográfica* (localização do vocábulo) repudiei a proposta de uma origem negra como quer Jaques Raimundo. Se fôsse exclusivamente negro, deveria se espraiar em tôda a zona de influência negro-africana. É essa a indução mais razoável.

O Snr. Elias Mallmann, porém, acreditando mais em *leis fonológicas* que nas condições *geográficas* dos vocábulos propõe para o vocábulo pernambucano uma origem longínqua, um étimo oriental, que do *indo* passou para o *concani* e *bantu*. A viagem é longa demais para segui-lo...

Continuo, pois, a defender a minha hipótese, que, como hipótese, é defensável.

O Snr. Elias Mallmann, além de se opor ao meu étimo, critica a expressão "negro-africana", porque, sem dúvida, pensa que não há negros *fora da Africa*. Não sou eu que devo lhe ensinar etnologia...

Outro dado comparativo:

Na toponímia urbana do Recife existe o forte do *Brum*, que nada mais é do que uma corruptela do holandês *Bruyn*. Os vocábulos holandeses, por certo, se corrompiam na prosódia dos colonos portugueses.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 18

NASSAU EM FACE DA PSICOLOGIA DA CULTURA

Todo êsse capítulo relativo à Psicologia, foi inspirado na orientação da psicologia culturalista. É uma

tentativa de interpretação. Ctf. Spranger, *Formas da vida* (trad. espanhola), Rickert, *Ciência Natural e Ciência Cultural* (trad. espanhola).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 19

TUPÍS E TAPUIAS

Os índios distinguiam-se nas suas relações com os conquistadores. Os tupís, que habitavam mais próximo da costa, e que Wissler considera de cultura superior à dos tapuias, aliaram-se aos portugueses.

Já os tapuias do sertão pernambucano e os do Maranhão, que Rodolfo Garcia afirma serem pertencentes ao grupo GÊ, colocaram-se ao lado dos holandeses.

Há, mesmo, várias referências às amizades entre os tapuias e holandeses.

Quando do ataque de Fernando Mascarenhas dois mil tapuias defenderam o domínio holandês.

Na festa da tourada, um tapuia enfrentou um touro. Os Cariris tornaram-se mais conhecidos durante a invasão holandesa, em que a maior parte ficou com os portugueses, enquanto outros passaram para os holandeses.

Os do Rio Grande do Norte, com Jacob Rabbi e Roulox Baro, seus intérpretes e comandantes, ficaram com os holandeses. (Rodolfo Garcia, *Dic. Hist. Geog. Bras.*) — Foi o grupo mais estudado pelos holandeses.

Cabe, aqui retificar um êrro de A. Metraux na sua obra “La civilization materielle tupy-guarany”,

que inclui como *tupí* dois retratos de índios (existente no Museu de Copenhague), da autoria de um dos pintores holandeses, que são incontestavelmente *tapuia*. O autor de tais quadros é *A Ekhout*. Gilberto Freyre também incidiu nesse erro. (ctl. A pintura no Nordeste).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 20

As instruções de Utrecht de 23-9-1623 declaravam: “Aos brasileiros e naturais dêste país deverá ser deixada a sua liberdade e de modo nenhum êles deverão ser escravos, entretanto todos serão governados com os outros habitantes, tanto política, como civilmente e todos ficarão sujeitos à mesma lei. (Estas instruções são mencionadas em língua holandesa, na Conferência de José Higino, publicada na Rev. do Inst. Hist. de Pernambuco).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 21

O ALCOOL

Enquanto no Brasil Holandês o vício do álcool e da cachaça se propaga, o Govêrno Português por um decreto de 1636 proíbia o fabrico da cachaça. Declara-se nesse decreto de Pedro da Silva que, além de consumir muito açúcar para o seu fabrico e dos danos aos dízimos reais, era “muito prejudicial ao povo e seguir-se-ão ao uso dela (cachaça) muitas mortes nos escla-

vos, e furtos que cometiam a seus senhores, e todos os mais inconvenientes, maiores do que moveram a se proibir a cachaça e vinho do dito mel, o qual mostrou a experiência ser geralmente nociva e não se poder permitir na república, como finalmente pelo dano que se segue à venda dos vinhos, de que resultam as imposições e direitos applicados aos pagamentos dos presídios, que é o principal nervo do sustento dêles e o dano dos vendeiros lançarem a dita água nos vinhos.” - Doc. Hist. da Bibliot. Nac. 1631-1637 — pág. 398 — 1930. Vol. XVI da Série E-14.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 21-A

AS MULHERES E OS HOLANDESES

Quando se afirma que os holandeses *não apreciavam* as mulheres portuguesas de Pernambuco, deve se ter em conta que, durante o domínio holandês da capitania, a fidalguia, isto é, a *elite* feminina já havia emigrado para o sul com a retirada de Matias Albuquerque. Tanto isso é verdade que, ainda no princípio da invasão, no assalto da vila de Igaracú, Waerdenburch teve outra impressão, afirmando até que recolhera mulheres “*bonitas em grande número*” (Cf., Carta de 9 de Maio de 1632, *Documentos holandeses*, l. p. 222).

Ninguém ignora que a selecção social das classes economicamente superiores reflete-se na selecção física, sobretudo no elemento feminino.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 22

MERCADO

Em 1641 o Governador William Keif fundou um mercado de gado vacum na Nova Amsterdam. Não somente gado, mas tôdas as espécies de produtos, são aí oferecidos à venda: queijos, manteiga, renda, linho são vendidos pelas mulheres dos fazendeiros. As índias dos distritos próximos trazem cestas, berços, peles, etc. Daí concluir, o autor americano, que os holandeses, primitivamente, provaram ser capazes de ajustar suas vidas às condições da América.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 23

ALIMENTAÇÃO

Quanto ao problema da má alimentação, o mesmo fato observou-se nos estabelecimentos holandeses da América do Norte. O Padre holandês Michaelius, que esteve em S. Salvador em 1624 com o exército de Peter Heyn, queixa-se numa carta que escreveu para Holanda da alimentação e rações pequenas a que se veem obrigados e declara desejar “a vinda de dez ou doze camponeses, cavalos, vacas e trabalhadores em proporção a fornecer pão, manteiga fresca, leite e queijos. Vê-se assim que os alimentos frescos são os que mais falta fazem à dieta holandesa. Michaelius.

(The first Minister of the Dutch Reformed Church in U. States. Hon. Murphy, tral.).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 24

VIDA RURAL E OS HOLANDESES

Não há só incapacidade rural do holandês. Porque sabemos que o holandês se entrega à vida do campo com grande proveito. No Brasil, por que fracassavam? Além dos fatores que citamos, deve-se levar em conta que o fito principal era conseguir dinheiro o mais fácil e rapidamente possível e a vida rural não oferecia essa perspectiva... Os interesses mercantis urbanos deviam dominar os seus propósitos. Psicologicamente, pois, havia dificuldades em se ajustarem à vida rural. O espírito da época capitalista que se iniciava na Holanda devia formar a mentalidade dos aventureiros, principalmente destes que para aqui vinham com o sentido prático de lucro fácil. E isso não se conseguia no campo...

NOTA SUPLEMENTAR N.º 24-A

BEBIDAS E FUMO

Na América do Norte, o governador Stuyversant procurava remediar "the unreasonable and intemperate drink", que minava a energia do povo, conforme expressão de Luther A. Weigle — "American Idealism". O 3.º governador da Nova-Amsterdam, William Keif, publicou um edito contra o fumo. Esta medida provo-

cou forte reação e um quadro (n. 482) à pág. 232, do vol. 1.º, ob. cit., nos mostra o povo em frente a casa do governador protestando contra tal medida. É interessante notar que o povo protestava, num gesto de desacato, em grande nuvem de fumo, todos de cachimbo à boca.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 25

A CORRUPÇÃO DOS GOVERNANTES

Aliás não se poderá crer que um govêrno colonial tivesse qualquer veleidade de parecer honesto. O govêrno português não se apresentou também com a preocupação de seriedade administrativa. Veja-se, por exemplo “o registo com a provisão por que S. M. manda que nenhum governador ou ministro de Estado deve daqui em diante receber propina alguma de contratos que nêles se fizerem”. (Volume 23, da série E-16 — 1930. Doc. Hist. Bibliot. Nac. 1639-1655.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 26

A GUERRA E A TÉCNICA INDÍGENA

É interessante notar que os portugueses se aproveitaram com muito maior facilidade da tática indígena de luta do que o Exército Holandês. Aquí está, talvez,

outro traço de cultura com que os indígenas contribuíram para a vida militar nacional. Como sabemos, os exércitos europeus, já naquela época, adotavam a tática das formações cerradas e das grandes massas em avanço. No ambiente americano era difícil essa tática. As lutas em pequenos grupos armados eram mais vantajosas. Os arcos e flechas eram utilizados pelos indígenas ao lado dos arcabuzes dos portugueses. O medo que lhes causavam os tupís e o privilégio e concessões atribuídas aos tapuias não provinham senão disto: — A tática militar indígena. Aliás, Gilberto Freyre já observou que o indígena foi aproveitado “principalmente para as necessidades de guerra”, pág. 86, “Casa Grande e Senzala”. E também transcreve, em “Nordeste”, a carta régia de 1686 ordenando que se consagrasse a iniciativa do período holandês de aproveitamento do elemento indígena nas guerras. A explicação desse fato, como já esboçamos, está em que os elementos mestiços, que tanto se distinguiram nas guerrilhas, assimilaram facilmente a tática militar indígena, tão útil no nosso ambiente natural. Já na repressão contra os franceses na Baía de Guanabara, no século anterior, os portugueses demonstraram aproveitar-se, com vantagem, da *técnica* tupí, realizando original batalha naval de canoas.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 27

OS ESTRANGEIROS E A GUERRA

É também de notar que, enquanto os holandeses tinham grande número de soldados estrangeiros, o exército português, embora, também, de certo modo, contan-

do com estrangeiros, encontrava, da parte do govêrno, obstáculos à admissão de elementos não nacionais. Assim, por exemplo, em 1635 partia de Lisboa um navio com 4 ingleses. Pois bem, para trazer consigo êsses 4 estrangeiros, além da necessidade de uma licença especial, havia a obrigação de trazer, juntamente com os 4 artilheiros ingleses, outros 4 portugueses.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 27-A

PORTUGAL E OS REBELDES

Como acentuou João Lucio de Azevedo tem sido descuidado o estudo do papel que Portugal tomou na luta contra os holandeses. Para uns parece que realmente Portugal ajudava aos revolucionarios em luta para outros não houve auxílio qualquer que induzisse tal hipótese. Assim afirma João Lucio de Azevedo: "O fáto é que imediatamente o govêrno renegou a revolução e se mandou desculpar com os Estados Gerais, dando-lhes parte das resoluções tomadas para reprimir os colônos". E em favor dessa atitude cita o despacho de 18-1-647 que mandava prender Antonio Telles da Silva. Parece-nos que Portugal oficialmente repelia a revolta e secretamente auxiliava dentro de seus limitados recursos. Tanto assim que Lucio de Azevedo escreve: "É porém curial supôr houvesse unicamente investigações por intermediários, pronto o govêrno a abandoná-las, como fez, caso não saísse venturosa a tentativa. E foi o que com efeito aconteceu. (Vide: Alguns documentos

novos para a História da restauração pernambucana. Com prefácio de J. L. de Azevedo. Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. — tomo LXXVIII — pág. 285. Vide Wätjen, pág. 35 e 152; Bloom, ob. cit. pág. 140; Kronick van het Historisch Genoostochap Utrecht, III, 1870, pág. 384.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 27-B

OS FRANCESES E A LUTA HOLANDESA

Os franceses procuravam também se imiscuir nos negócios da revolução de 645. Por intermédio de 3 capuchos que viviam em Pernambuco conseguiam informes para a orientação da sua política exterior. Houve até um frei Cirilo que procurava a proteção dos franceses assegurando: “que era cousa de zombaria cuidar que os moradores de Pernambuco haviam de tornar ao domínio holandês. Parece mesmo que João Fernandes Vieira julgando a causa perdida em Portugal, se preparava a ir pleiteá-la perante o govêrno francês. Antonio Vieira em carta que escreveu ao Marquês de Niza (20-1-148) refere-se a uma entrevista que tivera com Mazarini que lhe perguntára minúcias sôbre as cousas de Pernambuco, distancia da Baía para envio de reforços etc. (*)

Não seria de espantar esta atitude da política exterior francesa. A política de preponderância de Mazarini provocou a reação das outras nações européas. Os holandeses, principalmente, eram visados pelos franceses. Mesmo porque os holandeses se propunham a

(*) J. Lúcio de Azevedo — Alguns documentos novos para a H. da Restauração pernambucana. Prefácio de J. L. de Azevedo — Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. LXXVIII, 285.

esmagar o comércio francês. (**) As rivalidades econômicas que surgiam com o nascimento do capitalismo provocavam as grandes guerras e por isso é que as cláusulas comerciais dos tratados de paz tornavam-se tão amplas.

Si não chegou a se concretizar a proteção francesa à luta contra os holandeses não faltou talvez a intenção e o interesse. Apenas não houve necessidade por parte dos chefes da rebelião contra o domínio holandês.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 28

A SITUAÇÃO DOS JUDEUS

Sombart (*Le Juif dans la vie économique*) afirma que, quanto aos judeus “não houve expulsão propriamente. O tratado de paz de 1654 assegurava aos judeus uma anistia com a restrição de que estes e os outros não católicos seriam tratados como em Portugal. Isso bastava. O tratado é reproduzido por AITZEMA, pág. 1626, e por Netscher, pág. 106. Vide também Dom Francisco de Mello — *Epanáfora* vária da História Portuguesa — nota de Edgar Prestage, pág. 446 — e Biker, Suplemento à coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as potências desde 1640 — Lisboa — 1880 — 2 vols.

(**) G. V. Clark — *The dutch alliance and the war against french trade (1688-1697)*. Manchester. 1923.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 29

CAMARÃO

Antônio Filipe Camarão, desde 1637, recebia 80\$ anuais, sendo 40\$ em virtude de ser da Ordem de Cristo e mais 40\$ de sôlido por ser capitão dos índios potiguaras. Recebia, para conservar os índios fiéis, panos de linho, pentes, tesouras, espelhos, velórios. ("Doc. Hist. Bibliot. Nac. 1930 — 1631-1637 — pág. 466 — Vol. XVI da Série E-14) — Em 1639 recebia, como presente, uma cadeira de ouro de 2.000 reais, e o seu tio 750 de sôlido.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 30

DIAS CARDOSO

Antônio Dias Cardoso, em 1655, recebe de S. M. a tença de 60\$ por ano, em recompensa aos seus serviços prestados na luta contra os holandeses. (Doc. Hist. Vol. XVIII, série E-16, pág. 149, 1930).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 31

HENRIQUE DIAS

É verdade que Henrique Dias, em 1648, respondia as proclamações com que o Governo Holandês prome-

tia a anistia, de modo vigoroso e enérgico. (Ver Rev. do Inst. Hist. Geog. de Pernambuco de 1863, págs. 63 e 64).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 32

VIDAL DE NEGREIROS

Convém salientar que André Vidal de Negreiros obteve, depois da vitória, vários privilégios e concessões. Assim, por exemplo, a sesmaria de “DEZ LÉGUAS DE TERRAS” em quadra pelo rio da Paraíba acima, começando no sítio onde L. Cavalcanti teve um curral junto ao dito Rio, concedendo-lhe que possa tirar do comprimento e pôr na largura e da largura no comprimento, como melhor lhe estiver, visto estarem devolutas”. Além disso, obteve para um filho natural a pensão de 40\$ anuais. Distribuía entre seus amigos cargos “políticos e militares” os mais polpudos, até que uma provisão de Francisco Barreto veio coibir os seus excessos. (“Doc. Hist. B:bl. Nac. 1656-1659, vol. XIX, Série E-17, págs. 156, 252, 368 — 1930).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 33

ALIMENTAÇÃO E CULTURA

Wissler atribue grande importância à alimentação, como elemento para avaliar a “cultura”. Assim escreve:

“From the very first, we saw how the location of food areas laid down the general lines of culture grouping. One striking characteristic of such an area is the tendency to specialize in some one or two foods”. (American Indian, pág. 371 — An introduction to anthropology). Dá mesmo a mandioca como caracterizando a cultura amazônica. Aquí, o açúcar e a mandioca como elementos principais de alimentação, caracterizam, com os seus processos e a sua técnica particular, o centro cultural.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 34

ALIMENTAÇÃO ANTIGA

Nos Diálogos das grandezas do Brasil, Ed. da Ac. de Letras, pág. 175:

“Se diz que os mantimentos com que se sustentam os moradores do Brasil, são três espécies: sendo o primeiro a mandioca, que chamam em Portugal “farinha de pau”. Alviano responde que quando se equer vituperar o Brasil se diz que nêle se come farinha de pau. Parece, pois, que o estrangeiro sabia que a farinha constituía o principal alimento do Brasil.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 35

HABITAÇÃO

Antes, como se diz nos Diálogos das grandezas do Brasil, fazem os moradores a sua habitação pelos campos aonde tem as suas famílias, em casas que para isso fazem fabricar, umas de têlhas, e outras de pindobas ou sapé...

NOTA SUPLEMENTAR N.º 36

ASSEIO HOLANDÊS

Um contemporâneo escrevendo sôbre os holandeses assim se refere: "Previdentes e subtís, de estatura média, hábeis navegantes e *muito asseados em suas habitações*".

Gunistone, "The Estates, Empires and principalities of the World", 1615.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 37

CAPAS CULTURAIS

A capa cultural com que interperamos o sentido revolucionário do pernambucano se integra no sentido total da cultura nordestina. Com isto estamos de acôrdo com a crítica de Sapir à Escola de Colônia e Viena

que julgavam possível a existência de capas culturais independentes, tècnicamente, umas das outras, tirando assim o espírito de unidade de uma determinada cultura.

“Time perspective in Aboriginal American Culture”, 1916 — pág. 49.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 38

A NOVA HOLANDA

De fato, não teve a Nova Holanda nenhum governador que pudesse se comparar à alta figura de Maurício de Nassau. Os vários governadores que dirigiram o Domínio holandês na América do Norte, desde 1624 chegada de Nieu Nederlandt até 1664, queda dêste domínio que passa às mãos dos ingleses nenhum dêles nem mesmo Pieter Stuyversant se pode comparar a Nassau. O tratado com os índios, a questão de limites com os ingleses, a anexação da colônia suéca de DELAWARE, não têm o alcance dos magníficos trabalhos de Nassau no Brasil.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 39

AMÉRICA DO NORTE

Na América, mantiveram os holandeses o mesmo espírito mercantil. Assim se refere Talbot Hanlin: “Os holandeses não vieram à América em nome da liberda-

de de consciência, como os ingleses, nem, especialmente, para fundar uma nova aristocracia feudal (embora tal aristocracia se tivesse desenvolvido ao longo do Hudson), porém porque, como prudentes homens de negócios, reconheceram a suprema necessidade e o valor enorme da Nova Amsterdam para o comércio. O holandês veio à América comprar e vender. (The American Spirit in Architecture", Talbot Hanlin, pág. 10).

Aliás, o espírito mercantil era também a feição portuguesa, como observa Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil, pág. 79): "A fisionomia mercantil, quase semita, dessa colonização, exprime-se tão sensivelmente no sistema de povoação marginal, quanto no fenômeno de desequilíbrio entre o esplendor rural e a miséria urbana".

Aquí, muda-se, apenas, o centro de riqueza, que passa a ser a cidade e não o campo.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 40

AMÉRICA DO NORTE

Talbot Hanlin, estudando a influência holandesa na arquitetura norte-americana, verificou que, principalmente ao longo do rio Hudson e ao redor da baía de Long Island, ela se conserva com persistência suprema. Nos tipos de telhados e clara-bóias, em certas singularidade de detalhes inferiores, no *ladrilho vermelho*, no caiamento branco, nas empenas decoradas com papel e paralelas às ruas e não contra elas, como era usual na Inglaterra. Na construção baixa, longa e pi-

toresca. No declive acentuado do telhado, cobrindo o pórtico (E não como o pórtico inglês construído à parte do telhado).

Albany, por exemplo, conserva-se dominantemente holandês, enquanto Nova York, é verdade que vagarosamente, transformou-se numa cidade tipo inglês. Mostra Hanlim que a persistência de nomes holandeses é uma indicação da força da tradição holandesa. A influência foi, aliás, principalmente da arquitetura clássica da Renascença. Hoje mesmo, a influência holandesa ainda persiste, por ter sido muito popular.

Quanto ao Recife, observou Elliot:

“In Recife, now the capital and a very flourishing city, are to be seen in the many houses surviving with curved gables, high in broken fronts, the exterior walls chiming with blue and white glazed tiles; the Dutch brought with them their love of order and cleanliness”. (Brasil, to-day and to-morrow”, pág. 38).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 40-A

AMÉRICA DO NORTE

O mesmo se não verificou na colonização holandesa na América do Norte, declara a Companhia das Índias Ocidentais: “Nenhuma outra religião será publicamente admitida na Nova Holanda, exceto a reformada, como é presentemente prègada e praticada pelas autoridades públicas dos Países-baixos Unidos”.

É verdade que permitia, privadamente, a sua própria conciência desde que se compromettesse a não fre-

qüentar nenhuma assembléia proibida. Só se permitiam as reuniões calvinistas. Mais tarde, John Brauwe aconselhou moderação e tolerância, respeito a liberdade de consciência, ao governador Pieter Stuyversant, homem de formação rígida, "American Idealism", Luther A. Weigel — Pequenos trechos da carta de Brauwe são transcritos à pág. 97.

NOTA SUPLEMENTAR N.º 41

PISO E AS PLANTAS MEDICINAIS

Elliot escreve que "A descoberta ou melhor a publicação na Europa das propriedades médicas de muitas plantas brasileiras se deve a Piso".

Não foi êste, entretanto, o primeiro a divulgá-las, porque em *Pilgrimes de Purchas*, em 1625, já se encontram referências à Ipecacunha; mas, de qualquer modo, deve-se àquele a aceitação dela entre os médicos europeus. Sabe-se, por exemplo, que, na Inglaterra, o famoso médico John Pechey foi o primeiro sábio a recomendar o seu uso, segundo suas "Observations made upon the Brazilians root called Ipecacunha", em 1682, sendo, poucos anos depois, firmemente estabelecida na medicina européia. (*Brazil, to-day and to-morrow*, págs. 311 e 312).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 42

RESULTADOS DA INVASÃO HOLANDESA

Para Elliot, os resultados principais da ocupação holandesa podem resumir-se em: 1.º, estímulo ao interesse mundial por esta parte da América, levando, pela primeira vez, os produtos brasileiros a outras partes da Europa e desenvolvendo o comércio brasileiro; 2.º, investigação científica dos produtos naturais e demonstração dos valores das drogas peculiares a esta parte da América do Sul; 3.º, introdução de um melhor sistema de administração das cidades; 4.º, criação de sadio espírito nacional nas províncias do norte, com efeito sobre o caráter nacional; 5.º, estímulo à colonização no extremo norte. (“Brasil, to-day and to-morrow”, pág. 42).

NOTA SUPLEMENTAR N.º 43

NASSAU E OS ÍNDIOS

Maurício de Nassau assim se refere aos índios: “Libertei a muitos, tomando providências para que os comandantes dêles não abusassem, e proibí que fôsem contratados por arrendamento ou dinheiro, ou constrangidos a trabalhar contra a vontade nos engenhos, devendo, outrossim, cada um viver a seu modo e empregar a sua atividade como bem lhe aprouver, e em pé de igualdade com o nosso povo.”

Talvez por isso é que os índios aliados aos holandeses não quisessem manter relações com os portugueses. Refugiavam-se no sertão, como aqueles da serra de Ibiapaba, com quem tanto se preocupou Vieira na sua conversão. (Relatório — Docs. Holandeses).

REGISTO DE NOMES

- Abreu (Francisco Soares de) — 225
 Adolfo (Gustavo) — 174
 Adams (James Truslow) — 223, 268, 376
 Aitzema (L) — 388
 Albuquerque (Jorge) — 97, 113, 381
 Albuquerque (Mathias) — 97, 272, 370
 Aldegond (Marnik) — 271
 Alemany (D. José... y Bolufer) — 359
 Alviano — 391
 Antonil — 229, 254
 Antonio (D. Prior do Crato) — 80
 Araujo (Fernandes) — 235
 Araujo (Amador) — 235
 Arciszewski (Krzytof) — 20
 Assumpção (Frei Pedro de...) — 80
 Azevedo (J. Lucio de...) — 66, 254, 294, 304, 369, 386, 387
 Avicebromis — 113, 373
 Baers (João) — 104, 116
 Bagnuolo (Conde de) — 117
 Baleshoyparen — 258
 116, 117, 130, 254, 256, 305
 Barbosa Lima Sobrinho — 97,
- Barleus (Gaspar) — 114, 148, 172, 256, 328, 331
 Baro (Rodolfo) — 115, 116, 327, 379
 Barreto (Francisco) — 390
 Bas — 252
 Basdevant — 73
 Basto (Marquez de... Duarte Coelho de Albuquerque) — 84, 223
 Beauchamp — 272
 Beaurepaire Rohan — 190, 377
 Becaria — 342
 Beck (Mathias) — 114
 Berghen (Nicolau) — 267
 Bento Maciel — 120
 Berenge (IFrancisco) — 288
 Beringer — 109, 110
 Bezerra (Antonio) — 288
 Bloom (Herbert) — 286, 287, 377
 Boas (Franz) — 238
 Boehmer — 316
 Bontius — 328
 Borgo (Pedro Batista) — 69
 Bordier — 151, 152, 153, 157
 Bosharts — 264
 Both (Jan) — 266
 Bouts (Thirry) — 266
 Botelho (Diogo) — 81, 97
 Botterberg — 258

- Boyermans (Theodoro) — 265
 Brandenburger (Clemens) — 84,
 89, 94, 96, 234, 306, 331
 Brauwe (John) 396
 Broer — 81
 Bullestrate — 252
 Bulhões (Antonio) — 235
 Burrough — 366, 367
 Cabot (Sebastião) — 356, 366,
 367
 Calado (Manuel) — 114, 206,
 211, 248, 249, 298, 301
 Caldeira Branco (Francisco) 120
 Calmon (Pedro) — 256
 Calogeras (Pandiá) 115
 Camarão (A. Felipe) 303, 308,
 389
 Caminha (Pero Vaz) 168
 Camps (Jean Baptiste) 329
 Capistrano de Abreu — 224, 238,
 250, 256, 282, 284, 304, 306, 323,
 327, 328, 331.
 Cardoso — (Antonio Dias) 303,
 389
 Cardoso (Vicente Licinio) — 89
 Cardim — 87, 246
 Carlos I — 74
 Carpenter — 116
 Carvalho (Alfredo de) 87, 92, 93,
 104, 113, 114, 327, 328, 332
 Carvalho (Benedito) — 235
 Carvalho (Sebastião) — 290
 Casal (Ayes do) — 124, 336
 Castro (Americo de)
 Caetano (da Silva) 227
 Cavalcanti (L) — 380
 Chancellor — 366, 367
 Cirilo (Frei) 387
 Clarek (G. V.) 388
 Colombo — 362
 Coelho (Duarte) 88, 96 (V.
 Marquez de Basto)
 Coepola (Barthélemy) 97
 Conrad (J.) — 238
 Costa (Luiz)
 Costa (Manuel) — 285
 Coty (Luiz) — 224
 Cralitz — 330
 Cromwell (Oliver) — 293
 Cuvier — 328
 Currio (Rafael) 69
 Dawson (T-C.) — 302
 Dias (Henrique) 303, 308, 309,
 310, 389
 Dias (Melchior) 113
 Diercoop (Abrahão) — 218
 Diger — 153
 Doliolica (Cosino) — 276
 Dujardin (Karel) — 266
 Dush (Francisco) 82
 Ehrenreich (Paul) 148, 268, 269
 Eckhout (A) 267, 268, 329, 380
 Edmundson (G.) — 293
 Elliot — 395, 396, 397
 Fabritius (Carel) — 265
 Faria Severim — 359
 Felipe IV — 370
 Felipe II — 65, 81, 198
 Fernandes Pinheiro — 334
 Ferrão (Antonio) — 369
 Ferreira (Alex. Rodrigues) 331
 Ferreira (P. Gaspar) — 336
 Ferreira (Gaspar Dias) — 235,
 240, 340
 Ferreira (Reis) — 120
 Ferri (Henrique) — 344
 Flinck (Govaert) — 265
 Foster — 144
 Fracastor — 153
 Francisco I — 362
 Freitas (Seraphim) 72, 73
 Freud (Sigmund) — 200
 Freyre (Gilberto) 88, 89, 90, 193,
 208, 217, 223, 226, 267, 268,
 319, 322, 324, 325, 326, 332,
 336, 349, 373, 380, 385,

- Fulgose (Rafael) — 69
 Fuller, Richard — 154, 156
 Gama (Fernandes) — 127
 Gama (Fernandes) — 127
 Garcia (Joan Agostin) — 123
 Garcia (Rodolfo) — 85, 96, 327,
 328, 368, 379
 Gentilis — 69
 Gerritz (Alberto)
 Gijsselingh — 207
 Glimmer (Guilherme Loos ten) 93
 Gomara — 364
 Gomes (Lindolfo) — 192
 Groot (Hugo) 70, 71, 72, 73, 74
 Groot (Pedro) — 368
 Guilherme (o Taciturno) 369
 Guimarães (Argeu) — 329
 Guimarães (M.) 99
 Gunistone — 392
 Hafkemeyer (Pe.) — 213, 336
 Handelmann (Henrich) 98, 222,
 241, 283, 241, 283, 290, 295
 Hanlin (Talbot) 293, 394, 395
 Harkaort (Jan) — 267
 Harrison (John) 243
 Hartmann — 81
 Hartt 145
 Hauser (Henri) 66, 296, 306
 Heyn (Prieter) 382
 Heidegger — 326
 Hemel — 252
 Hendricks (Sarah) 215
 Henriquez (Bento) 114
 Hensch (W. e Jacob) 266
 Herckmann (Elias) 95, 114, 327
 Hygino (José... Duarte Pereira)
 93, 123, 324, 323, 380, 350
 Hoblena — 267
 Hollanda (Sergio Buarque de)
 371, 394
 Honck (Jaen) 113
 Hongeberg — 258
 Houtmann — 367
 Harebouts (Gerardo) 266
 Humboldt — 143, 155, 326
 Huntington — 338
 Irvings — 171
 Jackmann — 366, 367
 James (Herman J.) 344
 Jesus (Rafael) 301
 João III 65
 João IV — 210, 335
 Kate (Pen) 145
 Keif (William) 382, 383
 Keir (Malcolm) 100
 Klineberg (Otto) 156
 Kolmann — 145
 Korninck (Philips) 267
 Laar (Pieter) 366
 Laet (Johan) 83, 91
 Lamego (Alberto) 287, 289, 204,
 302
 Leite (Solidomio... Filho) 296
 Lopez (Amaro) 288
 Lima (Jorge) 175
 Lingelback — 266
 Lyra (Gonçalo Novo de) 235
 Lopez (Antonio)
 Loreto Couto — 212
 Luiz de Portugal — 369
 Lugo (F.) 235
 Machiavel — 74
 Magalhães (Basilio) 111
 Magno (Oleo) 364
 Mallmann (Elias) 377, 378
 Manoel (Dom) 80, 369
 Marcgrave 148, 149, 269, 328,
 331, 360
 Martim (Perçin) 344
 Mascarenhas (Fernando) 379
 Mascarenhas (M) 97
 Mass (Nicolao) 265
 Mazarini — 387
 Medeiros (Coriolano) 115
 Melo Franco (Caio) — 349

402 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

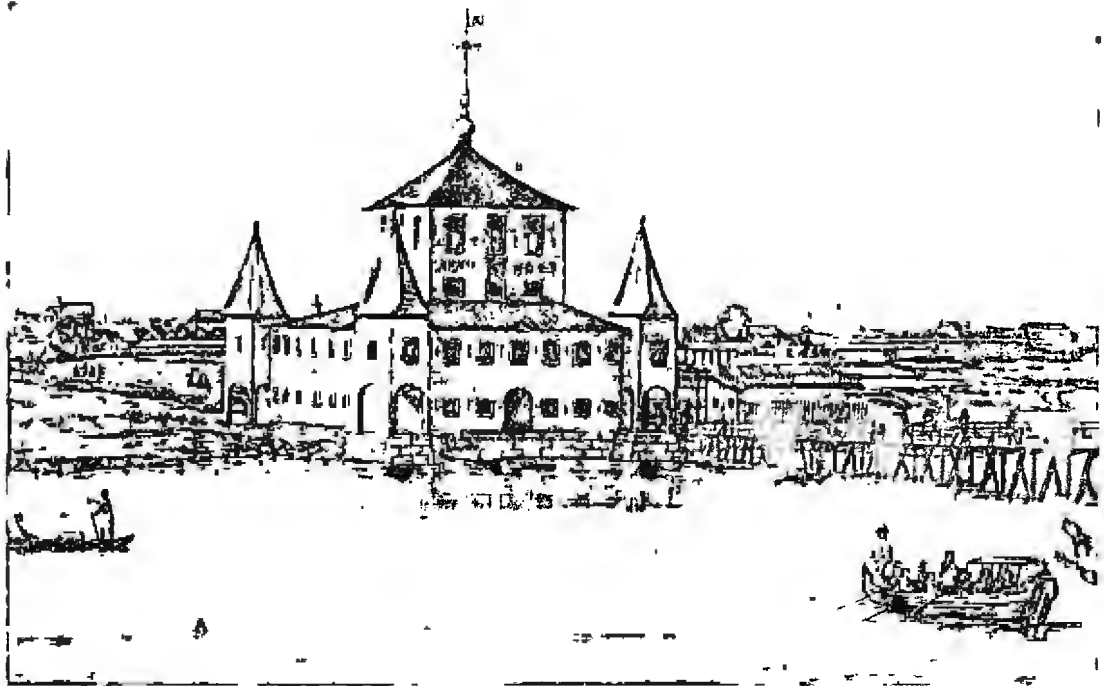
- Mello (Francisco Manuel de) — 388**
Mello (José Antonio Gonsalves de... Neto) — 116
Memling — 266
Mendanha (Cordeiro) — 289
Mendonça (A. Pinto) — 235
Menezes (Diogo) — 93
Metraux — (Alfred) 379
Mercado (Abrahão) 218
Meyer Lubke — 183
Michaelius — 100, 382
Moerbeck — 84, 90, 98, 253
Moraes (P. Manuel de) 291, 297, 302, 303
Morales de los Rios — 326
Moreira (Juliano) 328, 330
Moreno (Martim Soares) 303
Morris de Jonge — 115, 120, 121, 122
Moucheron (Baltazar) 366
Moura (Francisco)
Nassau (Mauricio de) 110, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 188, 200, 201, 206, 207, 209, 211, 218, 220, 222, 227, 230, 231, 233, 234, 240, 247, 249, 250, 251, 253, 257, 263, 270, 271, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 283, 292, 298, 321, 322, 323, 325, 327, 328, 330, 334, 335, 336, 341, 344, 393, 396
Nassau (Emilia) 369
Negreiros (André Vidal de) 302, 304, 308, 310, 390
Neer (Aaart Van) 267
Netscher — 374, 388
Niemeyer — 113
Nieuhoff — 109, 212, 219, 299, 328
Nina Rodrigues — 116, 339
Nostaerts (Jean) 266
Niza (Marquez de) 387
Nys — 68, 70, 73
Ollanda (Arnão) 235
Olanda (Araujo)
Oldenbarneveldt — 366
Olivia (Albo d'...) 369
Oliveira Diogo Luiz de) 370
Oliveira Lima (Manuel) 88, 89, 96, 103, 148, 268, 287
Oliveira Vianna (F. José) 126, 255
Orlando (Arthur) 332
Orange (Mauricio de) 366
Ortiz (Fernando) 168
Paes (Manuel) 235
Paes (Felipe e João) — 235
Patinier (Joaquim) 266
Persijn (Pieter) 113
Pechey (John) 396
Pereira Costa — 160, 173, 180
Pet — 366, 367
Pinto (Estevão) 372
Pinto (Jorge Homero) 295
Pinto de Mendonça (A)
Pinto da Fonseca — 235
Pinto (Ruy Vaz) 235
Pirenne (Henri) 236, 270, 316
Piso (G.) 148, 149, 152, 155, 156, 217, 218, 220, 269, 328, 331, 360, 396
Plancius (Pieter) — 206, 270, 330
Poty (Pedro) 335
Prado (Caio Junior) 341
Prestage (Edgar) 388
Rabello (Francisco) 234
Rabbi (Jacob)
Ramazzini — 153
Raymundo (Jacques) 192, 378
Reese (J. J.) 90, 252, 253
Reijmbach — 116
Rembrandt — 265, 267
Reinach (Salomão) — 372
Retzel — 100
Retzius — 144

- Ribeiro (Francisco) 80
 Ribeiro (João) 102, 144, 145,
 146, 166, 184, 190, 227, 232, 243,
 244, 297, 320, 333, 337, 375
 Ribeiro (Joaquim) 156, 168, 175,
 360, 361
 Regekevorsel — 339
 Ritter (Karl) 105
 Robalhos (A. Dias Papa) 85
 Rocha Pombo — 222
 Rodrigues (José Carlos) 233
 Routhouths — 267
 Roquette Pinto (Edgard) 286,
 357, 360
 Roslim (Eliseu) 363
 Roure (Agenor) 278
 Rubens — 265
 Ruge (Sophe) 365, 366
 Ruiters — 330
 Ruysdael — 267
 Ruysdael (Salomão) 267
 Sá (Martin de) 82
 Salomão — 113
 Sampaio (D. Pedro da Silva) 336
 Sampaio (Theodoro) 111, 327
 Santa Ritta (Durão) 357, 359
 Sapir (Edward) 392
 Schiller — 199, 334
 Semple (Ellen) 100, 102, 108,
 124, 338
 Selden (John) 72, 73
 Silva (Antonio) 288
 Silva (Pedro) 380
 Silva (Antonio Telles) 309, 386
 Simmel (George) 212
 Soler — 233
 Soares (João) 276
 Sombart (Werner) 217, 253, 254,
 388
 Souza (Gaspar) 96
 Souza (Francisco) 81
 Souza (Luiz) 96
 Souto Maior (Pedro) 222, 231,
 234, 235, 299, 335
 Southey (H) 92, 233, 282, 304,
 333
 Smient — 113
 Staphorst (Frei) 230, 286
 Stelen (Joducus) 113
 Struch (Pieter) 113
 Stuerbouts (Thierry) 266
 Stuyversant (Pieter) 205, 232,
 383, 393, 396
 Taunay (Affonso) 229, 291, 297,
 302
 Telles Barreto (Manuel) 99
 Theofrates — 113
 Thyssen — (Pedro) 265
 Topinard — 150, 152, 156
 Tschudi — 159
 Uzuel (Cap.) 128
 Valle (Fernando) 235
 Vandale (M) 82
 Van Dyck 265
 Van Eckout — 265
 Van Eycks — 265, 266
 Van Hoogstraten — 294
 Van Kessel — 267
 Van Gyen — 267
 Van Laar (Pieter) 267
 Van Neer (Aart) 267
 Van Ouwaerts — 266
 Van Vlugt (W) 72
 Van Walbeek — 244, 245, 325
 Varnhagem (Francisco Adolfo,
 Visc. do Porto Seguro) — 92,
 107, 127, 302
 Vasco da Gama — 362
 Vasquez — 72
 Velocino — 330 Velpean — 152
 Verboon — 267
 Verdonck — 118, 127, 222
 Verissimo (José) 33
 Vieira (Antonio) 304, 387, 398

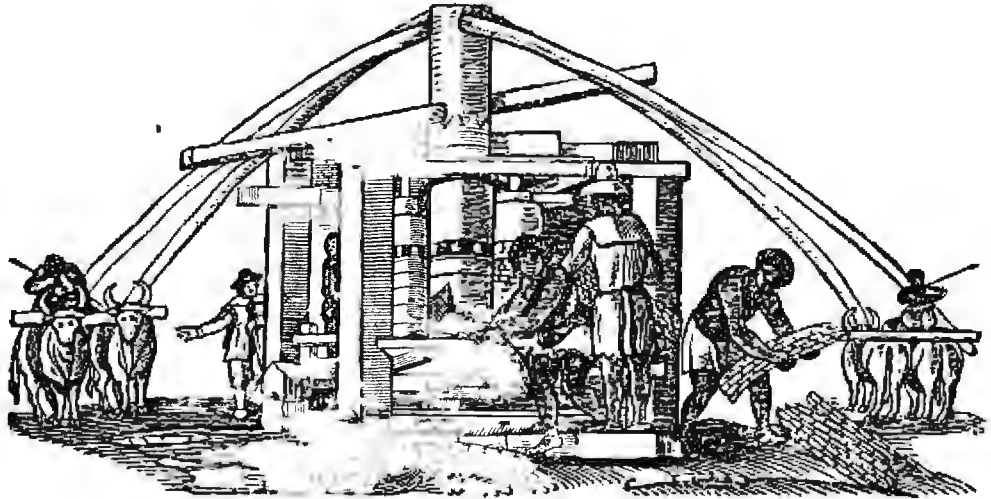
404 José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro

- Vieira (J. Fernandes) 175, 218,
233, 245, 288, 289, 294, 296, 298,
301, 302, 305, 387
Vinck (Elias) 218
Victoria — 68, 69
Waerdenburch 104, 222, 381
Wagner (Zacharias) 267, 269, 329
Wambis — 258
Wanderley (Gaspar) 294
Watjen (Hermann) 89, 166, 207,
208, 215, 227, 232, 243, 244,
Webbers — 259
275, 281, 320, 337, 387
Wedda (Albert Gerritz) 294
Weigle (Luther A.) 383
Willen — 266
Whiffen — 372
Whitbeek — 339
Wilson — 144
Winants (Jan) 267
Wissler (Clarck) 372, 379, 390

* Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", à rua Conde de Sarzedas, 38, S. Paulo — para a Companhia Editora Nacional, em maio de 1940.



Bela-Vista, a residência de verão do Governador. Gravura de Franz Post.



Moinho de açúcar. Xilografia em Guilherme Piso. *Historia Naturalis Brasiliae*, 1643, pag. 50.

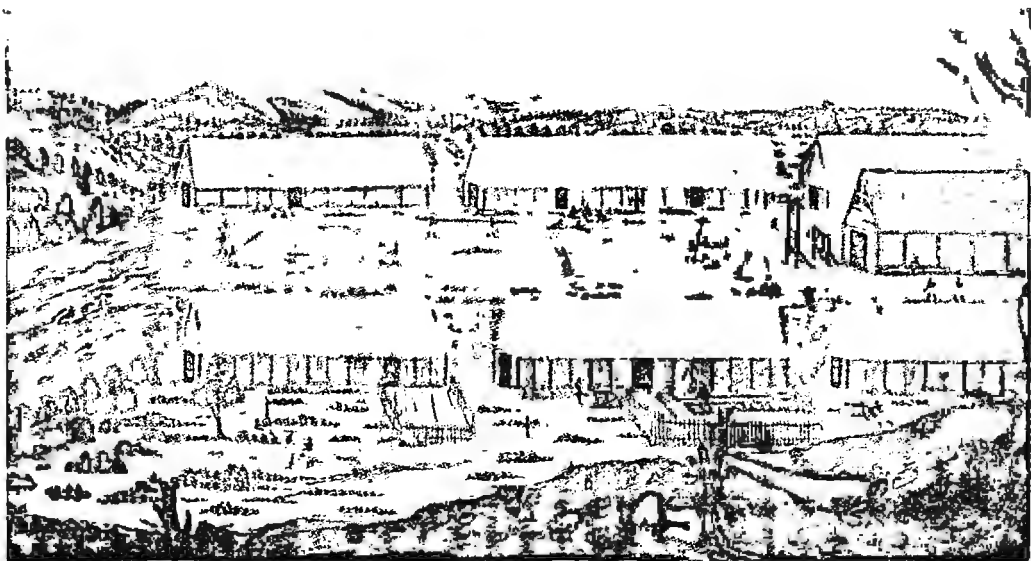


Mercado de escravos na cidade Maurícia. Desenho em cores de Zacharias Wagner. 1637.
Gabinete de gravura em cobre, Dresden.

IV



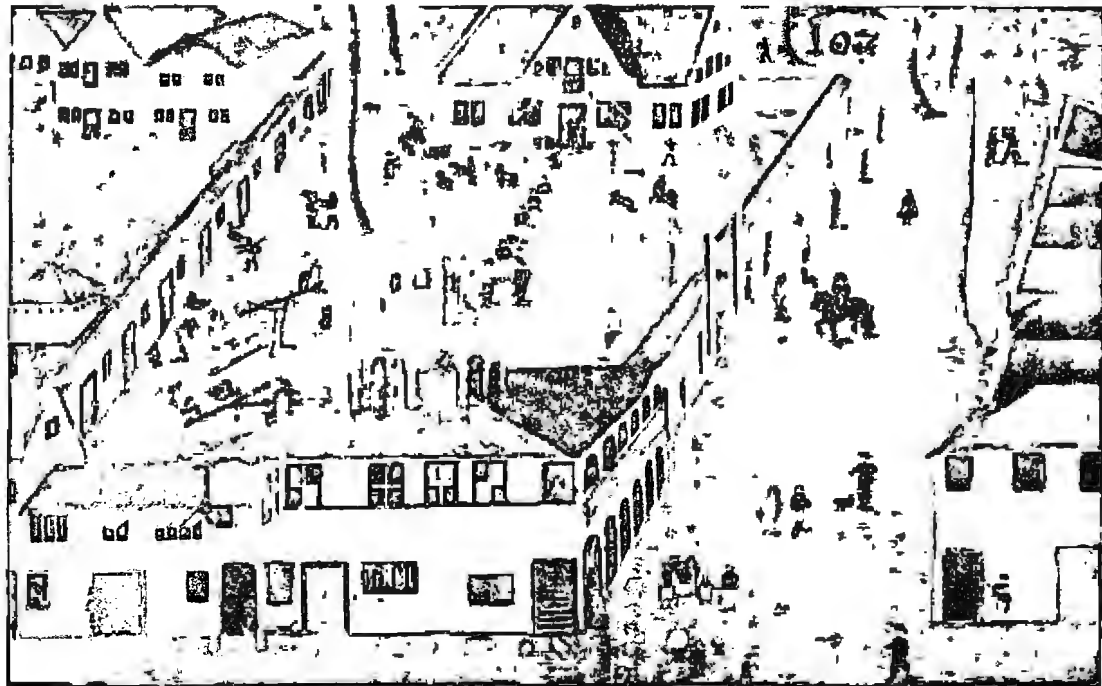
Quadro de engenho. Desenho em cor de Zacharias Wagner. 1637. Gabinete de gravura em cobre. Dresden.



Quadro de aldeia. Desenho em cores de Zacharias Wagner. 1637. Gabinete de gravura em cobre, Dresden.



Dansa guerreira dos índios Tapuias. Desenho em cores de Zacharias Wagner. 1637.
Gabinete de gravura em cobre, Dresden.



Residência do Conde Maurício de Nassau no Recife de Pernambuco. No pátio, no qual trabalham escravos negros e cabras africanas se agitam, uma turma de pagens traz os alimentos da cozinha para a mesa do Governador. À esquerda, um trecho do jardim de recreio, com o grande pombal. Pintura de Zacharias Wagner. Gabinete de gravura em cobre. Dresden.



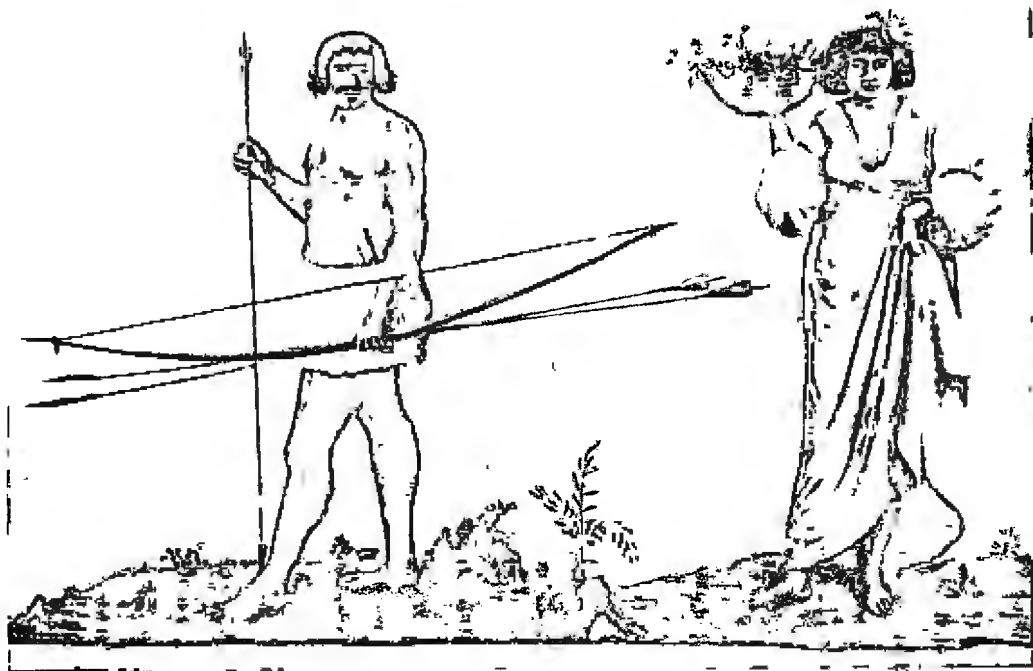
Negra escrava com a marca a ferro do Conde Mauricio de Nassau. Pintura de Zacharias Wagner. Gabinete de gravura em cobre, Dresden.



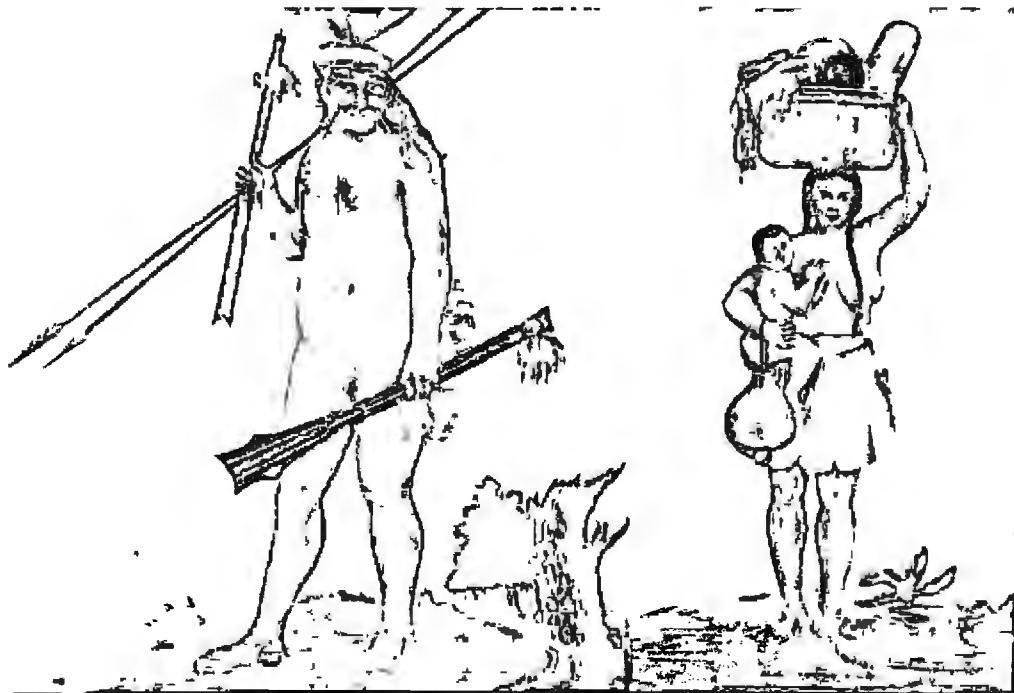
Índio Tapuia. Desenho a crayon, em cores, de Albert Eckhout. Biblioteca Pública, Berlim.



Índio Tapuia. Desenho a crayon de Albert Eckhout. 1636, Biblioteca Pública, Berlim.



Índio Tapuia e mestiça. Desenho em cores de Zacharias Wagner. 1637. Gabinete de gravura em cobre, Dresden.



Índio Tapuia e Índia. Desenhos em cores de Zacharias Wagner. 1637. Gabinete de gravura em cobre, Dresden.